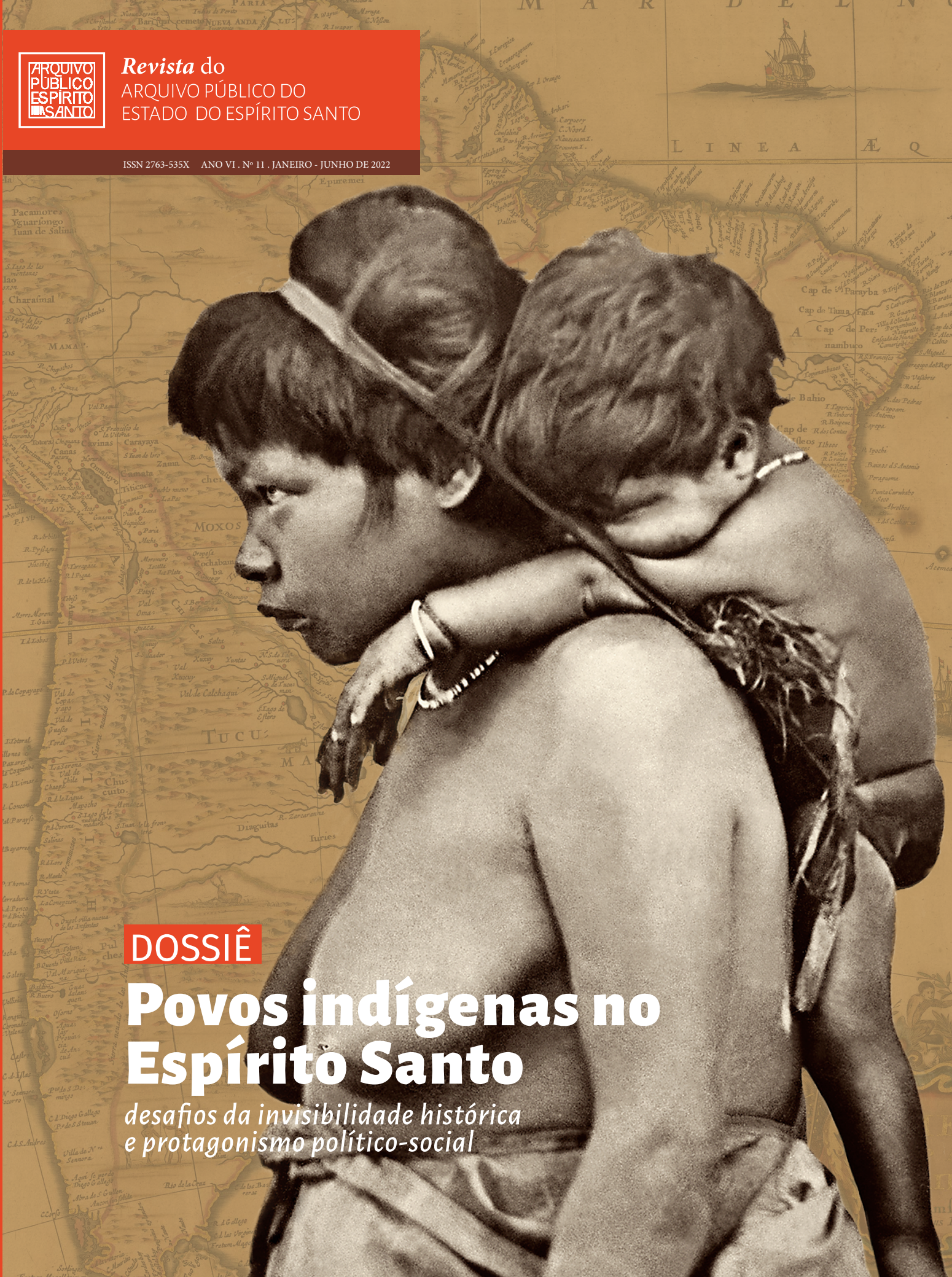
Revista do
ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ISSN 2763-535X ANO VI . Nº 11 . JANEIRO - JUNHO DE 2022



DOSSIÊ

Povos indígenas no Espírito Santo

desafios da invisibilidade histórica e protagonismo político-social

Revista do
ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ISSN 2763-535X ANO VI . Nº 11 . JANEIRO - JUNHO DE 2022

Governador
José Renato Casagrande

Vice-governadora
Jaqueline Moraes

Secretário de Estado da Cultura
Fabrício Noronha

Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Cilmar Cesconetto Franceschetto

Diretor Técnico Administrativo
Luiz Gonsaga Pimentel Fraga

© 2022 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Rua Sete de Setembro, 414
CEP 29.015-905 - Vitória - ES - Brasil
Tel. (27) 3636-6100
E-mail: revista@ape.es.gov.br
Site: www.ape.es.gov.br

R454 Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Ano 6, n. 11 (jan. / jun.2022). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2023.

Semestral
ISSN 2763-535X

1. Povos indígenas – Periódico. 2. Indígenas no Espírito Santo – Periódico. 3. Povos originários – Periódico. 3. História do Espírito Santo – Periódico. I. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

CDD – 981.00498152

As ideias, opiniões e conceituações contidas nos artigos desta revista são de inteira responsabilidade dos autores, não representando necessariamente o posicionamento deste Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.



Editor Executivo

Cilmar Cesconetto Franceschetto

Coordenação Editorial

Margarete Farias de Moraes
Departamento de Arquivologia - UFES

Osvaldo Martins de Oliveira
Departamento de Ciências Sociais - UFES

Julio Bentivoglio
Departamento de História - UFES

Editor Gerente

Alexandre Matias
Jória Motta Scolforo
Michel Caldeira de Souza

Projeto Gráfico e Editoração

Alexandre Matias

Pesquisa e Seleção Iconográfica

Jória Motta Scolforo
Tiago de Matos Alves

Revisão de estrutura e linguagem

Jória Motta Scolforo

Organização do Dossiê Temático

Dra. Vânia M. Losada Moreira - UFRRJ
Dra. Tatiana Gonçalves de Oliveira - UESPI

Conselho Editorial

Alexandre de Sá Avelar (UFU), Aline Lopes de Lacerda (Casa Oswaldo Cruz), André Malverdes (UFES), André Porto Ancona Lopez (UNB), Arno Wehling (IHGB), César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM), Fábio Franzini (UNIFESP), Joan Boadas i Raset (Girona-Espanha), João Eurípedes Franklin Leal (UFF), João Gualberto Vasconcellos (UFES - SECULT), José Antonio Martinuzzo (UFES), Julio Bentivoglio (UFES), Jurandir Malerba (UFRGS), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Maria Beatriz Nader (UFES), Raquel Glezer (USP), Renzo M. Grosselli (PUC-RS), Rita de Cássia Maia (UFES - Diretora da Biblioteca Pública Estadual - SECULT), Taiguara Aldabalde Vilella (UFES), Telma Campanha de Carvalho Madio (UNESPE-MARILIA), Ueber José de Oliveira (UFES) e Valdei Lopes de Araújo (UFOP).

Conselho Consultivo

Agostino Lazzaro (ex-Diretor Geral - APEES), Dr.Alexandre Faben (Ufes), Andrea Lisly (UFOP), Antônio Carlos Queiroz do Ó (UFES), Bruno César Nascimento (UFES), Bruno Santos Conde (IFES), Camila Mattos da Costa (IBICT-UFRJ), Cláudio Zanotelli (UFES), Cristiano P. Alencar Arrais (UFG), Danilo José Zioni Feretti (UFSJ), Dr. Estilaque Ferreira dos Santos (UFES), Me. Fernando Santa Clara Viana Junior - UFES, Dr. Gustavo Henrique Araújo Forde (Ufes), Helena Mollo (UFOP), Isabel Lustosa (Casa Rui Barbosa), Janice Gusmão (PUC-SP), José Eustáquio Ribeiro (UFG), Jorge Vinícius Monteiro Vianna (SABERES), Dra. Kátia Sausen da Motta (UFES), Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (UFES), Dra. Maria Cristina Dadalto (UFES), Dra. Patrícia Maria da Silva Merlo, Dr. Pedro Ernesto Fagundes (UFES), Rodrigo Aldeia Duarte (Arquivo Nacional), Rodrigo da Silva Goularte (IFES), Rodrigo Mello de Moraes Pimenta (PMVV), Rogério Rosa (UNESC), Dra. Sonia M. Mattos (UFES), Dra. Vânia Maria Losada (UFRRJ) e Dr. Vitor de Ângelo (UVV).

SUMÁRIO

EDITORIAL
6 | Cilmar Cesconetto Franceschetto

APRESENTAÇÃO
8 | *Povos indígenas no Espírito Santo: desafios da invisibilidade histórica e protagonismo político-social*
Dra. Vânia M. Losada Moreira - Dra. Tatiana Gonçalves de Oliveira

ENTREVISTA
13 | *Marcelo Guarani: trajetória e luta pelo território do seu povo*
Henrique Antônio Valadares Costa

ENTREVISTA
19 | *Projeto de pesquisa genética dos grupos originários de diversos pontos da América do Sul e as suas interações*
Luiz Cláudio M. Ribeiro

ARTIGOS DO DOSSIÊ
25 | *De heróis a inimigos: a representação dos índios na historiografia capixaba*
Rafael Cerqueira do Nascimento

39 | *Vasco Fernandes Coutinho: governança e pactualidade política nos quinhentos* - Jefferson Ferreira Alvarenga

57 | *O silenciamento étnico do indígena integrado na história do Espírito Santo*
Henrique Antônio Valadares Costa

77 | *Zonas de contato e indígenas em São Mateus no século XIX*
Tiago de Matos Alves

91 | *A identidade étnica botocuda da comunidade de Areal (Linhares, ES) e a desconstrução de sua invisibilidade colonial* - Simone Raquel Batista Ferreira

ARTIGOS LIVRES

109 *A Usia no Espírito Santo: a construção do inimigo na propaganda anticomunista em A Gazeta (1955-1956)* - Douglas Edward Furness Grandson

127 *Devassa: origens e significados históricos*
Bárbara Dantas e Luiz Cláudio M. Ribeiro

145 *A gestão de documentos no setor de telecomunicações: em foco uma perspectiva a partir do gestor de recursos humanos de uma empresa em Londrina* - Afonso Henrique de Morais e Diana Vilas Boas Souto Aleixo

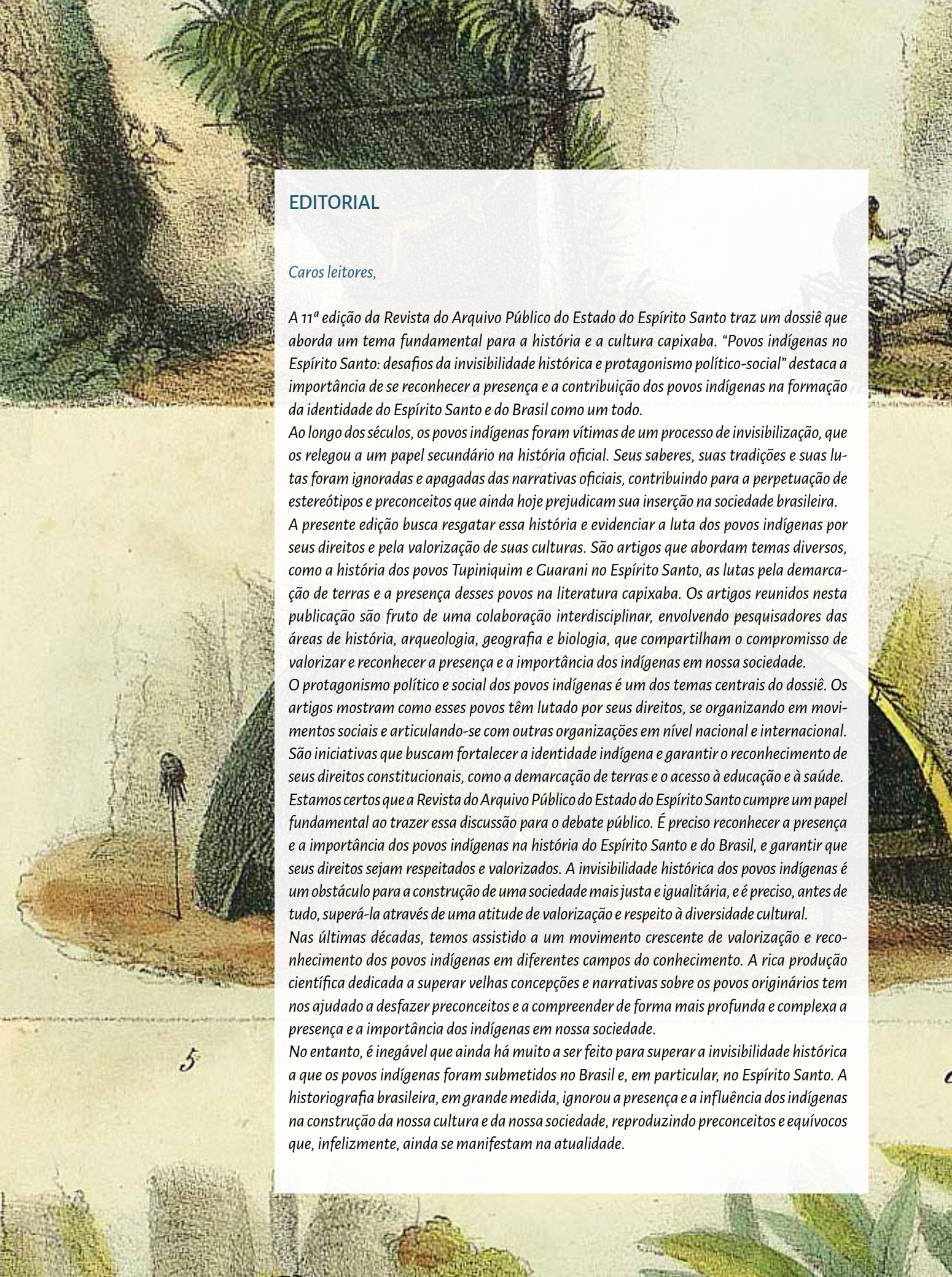
165 *Olendino José dos Passos: um nacional de cor em Aracê no início do século XX*
Paulo César Ruas Oliveira Santos

COLABORAÇÃO ESPECIAL

179 *Guerras e massacres: o genocídio dos povos indígenas no vale do Cricaré*
Izabel Maria da Penha Piva e Rogério Frigerio Piva

RESENHA

187 *Demografia, mestiçagem e trajetórias indígenas na vila de Nova Almeida*
Diovani Favoreto



EDITORIAL

Caros leitores,

A 11ª edição da Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo traz um dossiê que aborda um tema fundamental para a história e a cultura capixaba. "Povos indígenas no Espírito Santo: desafios da invisibilidade histórica e protagonismo político-social" destaca a importância de se reconhecer a presença e a contribuição dos povos indígenas na formação da identidade do Espírito Santo e do Brasil como um todo.

Ao longo dos séculos, os povos indígenas foram vítimas de um processo de invisibilização, que os relegou a um papel secundário na história oficial. Seus saberes, suas tradições e suas lutas foram ignoradas e apagadas das narrativas oficiais, contribuindo para a perpetuação de estereótipos e preconceitos que ainda hoje prejudicam sua inserção na sociedade brasileira.

A presente edição busca resgatar essa história e evidenciar a luta dos povos indígenas por seus direitos e pela valorização de suas culturas. São artigos que abordam temas diversos, como a história dos povos Tupiniquim e Guarani no Espírito Santo, as lutas pela demarcação de terras e a presença desses povos na literatura capixaba. Os artigos reunidos nesta publicação são fruto de uma colaboração interdisciplinar, envolvendo pesquisadores das áreas de história, arqueologia, geografia e biologia, que compartilham o compromisso de valorizar e reconhecer a presença e a importância dos indígenas em nossa sociedade.

O protagonismo político e social dos povos indígenas é um dos temas centrais do dossiê. Os artigos mostram como esses povos têm lutado por seus direitos, se organizando em movimentos sociais e articulando-se com outras organizações em nível nacional e internacional. São iniciativas que buscam fortalecer a identidade indígena e garantir o reconhecimento de seus direitos constitucionais, como a demarcação de terras e o acesso à educação e à saúde.

Estamos certos que a Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo cumpre um papel fundamental ao trazer essa discussão para o debate público. É preciso reconhecer a presença e a importância dos povos indígenas na história do Espírito Santo e do Brasil, e garantir que seus direitos sejam respeitados e valorizados. A invisibilidade histórica dos povos indígenas é um obstáculo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e é preciso, antes de tudo, superá-la através de uma atitude de valorização e respeito à diversidade cultural.

Nas últimas décadas, temos assistido a um movimento crescente de valorização e reconhecimento dos povos indígenas em diferentes campos do conhecimento. A rica produção científica dedicada a superar velhas concepções e narrativas sobre os povos originários tem nos ajudado a desfazer preconceitos e a compreender de forma mais profunda e complexa a presença e a importância dos indígenas em nossa sociedade.

No entanto, é inegável que ainda há muito a ser feito para superar a invisibilidade histórica a que os povos indígenas foram submetidos no Brasil e, em particular, no Espírito Santo. A historiografia brasileira, em grande medida, ignorou a presença e a influência dos indígenas na construção da nossa cultura e da nossa sociedade, reproduzindo preconceitos e equívocos que, infelizmente, ainda se manifestam na atualidade.



O APEES conquistou, nas últimas décadas, o reconhecimento dos capixabas como instituição de referência à pesquisa e à produção de conhecimento sobre a diversidade dos povos existentes em nosso Estado, especialmente nas ações de mediação cultural que abordam essa temática, tão importante para a compreensão do que somos enquanto capixabas.

Um exemplo são as publicações da Coleção Canaã, que tratam sobre o tema indígena, com os livros: Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas - início da colonização do Espírito Santo, de Nara Saletto; Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX, de Paul Ehrenreich, com organização e notas de Júlio Bentivoglio; Viagem ao Espírito Santo 1888, da Princesa Teresa da Baviera e Espírito Santo Indígena - Conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860, de Vania Maria Losada Moreira, que é uma das organizadoras do presente dossiê, juntamente com a professora Dra. Tatiana Gonçalves de Oliveira.

Além disso, o APEES tem promovido exposições fotográficas, mostras de documentos, palestras e seminários com a finalidade de divulgar e valorizar a cultura indígena e de outras etnias presentes no Espírito Santo. A própria revista tem servido de canal para a veiculação de artigos que abordam essa temática, como podemos verificar nos números anteriores.

Ao olharmos para os cinco séculos que já se passaram desde o descobrimento do Brasil, podemos constatar que a história dos povos indígenas é marcada pela luta para manter sua autonomia e seus mínimos direitos à sobrevivência, mesmo diante da incessante perseguição, tentativas de genocídio e negligência patrocinados até mesmo por agentes do Poder Público.

Portanto, ao olharmos para o passado e para o presente dos povos indígenas, devemos reconhecer a luta constante pela sobrevivência e pela valorização da sua cultura, saberes e tradições. Ao mesmo tempo, é necessário reforçar o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade cultural e os direitos dos povos indígenas. A Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo se coloca como uma aliada nessa luta, contribuindo para a construção de uma história mais plural e inclusiva.

Boa leitura a todos!

Cilmar Cesconetto Franceschetto
Editor Executivo

APRESENTAÇÃO

POVOS INDÍGENAS NO ESPÍRITO SANTO: DESAFIOS DA INVISIBILIDADE HISTÓRICA E PROTAGONISMO POLÍTICO-SOCIAL

Em diferentes campos do conhecimento, as investigações sobre a presença e a importância dos povos indígenas têm ganhado impulso e, nos últimos 30 anos, isso estimulou uma rica produção científica dedicada a superar velhas concepções e narrativas sobre os povos originários. O dossiê *Povos indígenas no Espírito Santo: desafios da invisibilidade histórica e protagonismo político-social*, agora publicado pela *Revista do APEES*, faz parte desse processo de renovado interesse pelos povos indígenas e suas questões mais cruciais. Trata-se de um dossiê importante porque a historiografia, seja sobre o Espírito Santo, seja aquela relativa a várias outras partes e regiões do Brasil, foi constituída em grande medida ignorando os indígenas e, pior ainda, projetando sobre eles diferentes camadas de equívocos e preconceitos. Para este dossiê, contamos com a participação de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, como história, arqueologia, geografia e biologia, mas que possuem um denominador comum: os povos indígenas.

O dossiê começa com o artigo de Rafael Cerqueira do Nascimento intitulado *De heróis a inimigos: a representação dos índios na historiografia capixaba*, em que o autor aborda como a construção do conhecimento sobre o passado colonial e imperial sobre o Espírito Santo ficou aprisionado à ideia de "atraso" e por um projeto politico-científico voltada a compreender as raízes e causas desse suposto atraso. Nesse contexto epistemológico, os povos indígenas foram frequentemente reduzidos a um dos maiores "obstáculos" ao desenvolvimento do Espírito Santo nas temporalidades colonial e imperial, criando uma interpretação histórica bastante distorcida e reducionista, pois ignora as grandes contribuições dos povos indígenas na construção da sociedade, economia e política regional. O autor também analisa o giro historiográfico mais recente, que tem permitido uma nova compreensão sobre o lugar e as experiências indígenas na região. Não é demais acrescentar que a responsabilização dos indígenas pelo atraso do Espírito Santo é também política e ideologicamente perigosa, pois, no limite, tenderia a justificar, mesmo que de forma inconsciente, a eliminação dos direitos dos indígenas no presente-futuro, em nome de projetos de desenvolvimento regional.

No artigo intitulado *Vasco Fernandes Coutinho: Governança e pactualidade nos Quinhentos*, Jefferson Ferreira Alvarenga dá continuidade à reflexão de cunho historiográfico, estabelecendo um diálogo com estudos desenvolvidos pela história regional.

Seu tema ou problema central são os pactos e as relações interétnicas estabelecidas entre indígenas e portugueses no primeiro século da colonização. Para alcançar seu objetivo, o autor também dialoga com uma linha de produção historiográfica que passou a pensar e investigar o mundo colonial como um espaço maior e mais complexo do que o sistema de *plantation*, em que também vigorou a adaptação de normas e instituições características do Antigo Regime.

O artigo *O silenciamento étnico do indígena integrado na história do Espírito Santo* é de autoria de Henrique Antônio Valadares Costa. Neste estudo, dedicado aos períodos colonial e imperial, o autor problematiza a categoria genérica "índio", demonstrando os limites, simplificações e distorções advindos do uso acrítico desse termo. Para isso, faz uma leitura e interpretação das fontes primárias utilizando-se de dados e informações oriundas da arqueologia, etnografia e da historiografia, reencontrando na paisagem regional populações etnicamente bem definidas, que, em sua maioria, podem ser classificadas como Tupi ou Tupiniquim.

O artigo de Tiago de Matos Alves analisa um tema ainda novo e pouco explorado pela historiografia, representado pelas conexões entre povos indígenas, africanos e afrodescendentes, nos sistemas sociais escravistas inaugurados pela colonização. Em seu estudo, o autor traça o contexto histórico da colonização de São Mateus e da região norte do Espírito Santo, durante o regime colonial, e avança para o século XIX, com a ocupação do território do interior da bacia do rio Cricaré. Como demonstra Alves, a fronteira agrícola segue em direção oeste, criando uma zonas de contato entre fazendeiros, indígenas e quilombolas, caracterizada por vários conflitos e por medidas de repressão desencadeadas pelo governo provincial.

Ainda sobre a região norte do Espírito Santo temos a "Colaboração Especial" de Izabel Maria da Penha Piva e Rogério Frigerio Piva, *Guerras e massacres: o genocídio dos povos indígenas no vale do cricaré*, na qual, a partir de registros arqueológicos e históricos, analisam a longa duração de ocupação de diferentes grupos étnicos indígenas naquelas fronteiras.

Simone Raquel Batista Ferreira é a autora do artigo *A identidade étnica botocuda da comunidade de Areal (Linhares, ES) e a desconstrução de sua invisibilidade colonial*, que finali-

za a seção de artigos do dossiê. Nesse estudo, a geógrafa explora um dos temas mais importantes da atualidade e que afetam os povos indígenas ainda não reconhecidos pelo Estado em sua especificidade étnica e incapazes, por isso mesmo, de terem acesso aos seus direitos constitucionais. Utilizando-se da metodologia da História Oral e da Cartografia Social, Ferreira pesquisou a Comunidade de Areal e Santa Maria, que situa-se próxima à foz do rio Doce e refez parte das articulações da comunidade para desconstruir sua invisibilidade política e estabelecer um lugar de fala. O estudo da autora é um potente testemunho sobre como o protagonismo dos povos indígenas emerge como contraponto à narrativa hegemônica acerca do extermínio deste povo, que ainda viceja na mentalidade regional.

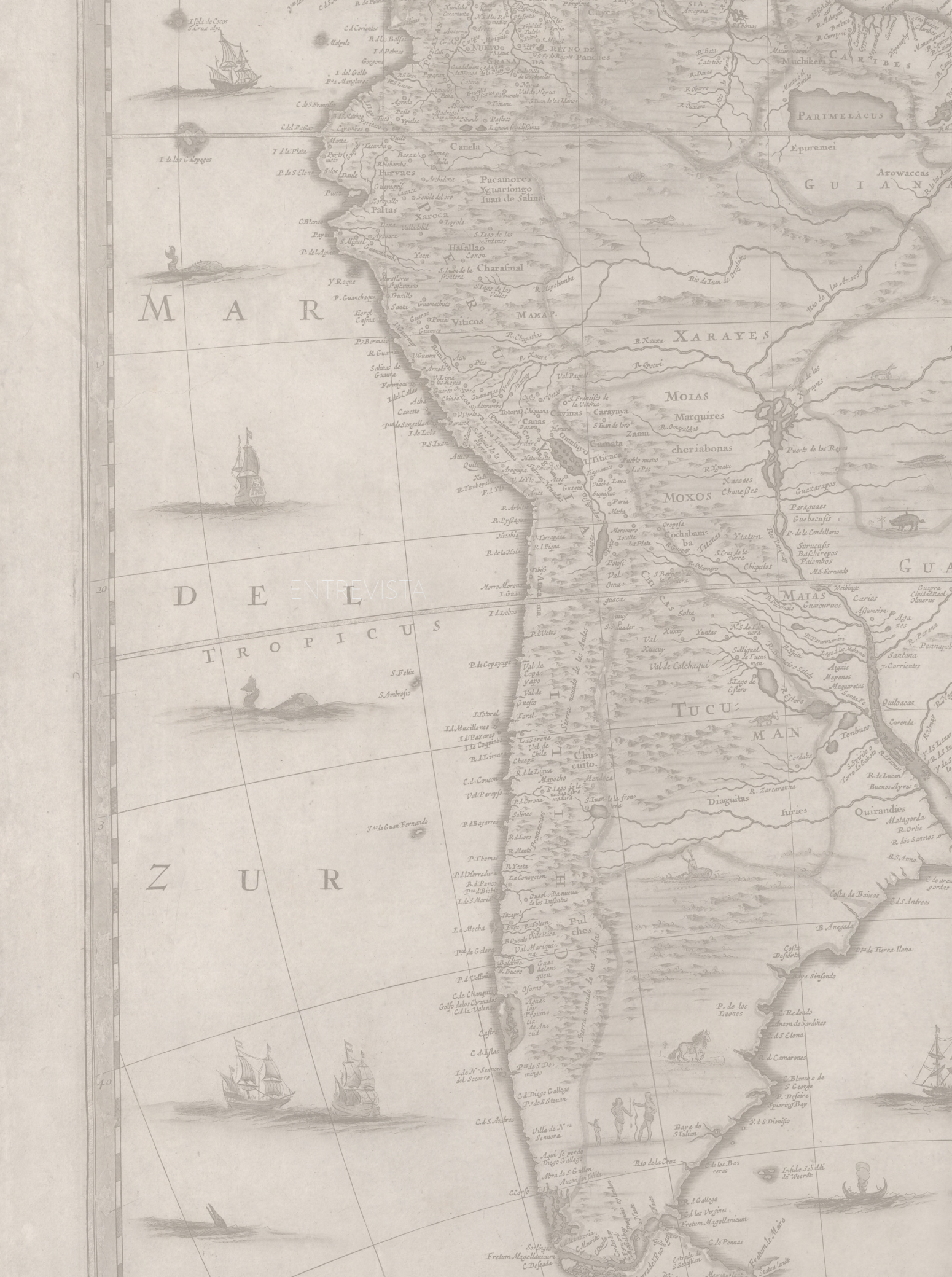
O dossiê também conta com duas entrevistas e uma resenha crítica. A primeira entrevista foi realizada pelo professor Luiz Cláudio M. Ribeiro, do Departamento de História da UFES e coordenador do Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas do Programa de Pós-Graduação em História da UFES com a Dra. Tábita Hünemeier, pesquisadora do Laboratório de Genômica Populacional Humana da Universidade de São Paulo (USP). Na conversa a pesquisadora discorreu sobre o projeto de pesquisa genética dos grupos originários de diversos pontos da América do Sul, com destaque para a análise do DNA dos Tupiniquim do Espírito Santo e seus processos de territorializações, deslocamentos e demografia. A segunda entrevista foi feita pelo arqueólogo Henrique Antônio Valadares Costa com o professor indígena Marcelo, da etnia Guarani, cacique na comunidade onde reside, Ka'agwy Porã - Aldeia Nova Esperança. Na oportunidade, foram feitas perguntas acerca da trajetória pessoal e política de Marcelo, como na luta pelo território, por saúde, educação e outros direitos garantidos aos povos indígenas.

Diovani Favoreto encerra o dossiê com sua resenha *Demografia, mestiçagem e trajetórias indígenas na vila de Nova Almeida*, onde a autora analisa a tese da historiadora Tatiana Oliveira acerca do processo de expropriação das terras indígenas no Espírito Santo Oitocentista, bem como a resistência história daqueles grupos étnicos frente ao avanço colonial.

Nesta edição da revista contamos com quatro artigos livres: *Devassa: origens e significados históricos* de Bárbara Dantas e Luiz Cláudio M. Ribeiro; *A gestão de documentos no setor de telecomunicações: em foco uma perspectiva a partir do gestor de recursos humanos de uma empresa em londrina* de Afonso Henrique de Morais e Diana Vilas Boas Souto Aleixo; *A USIA no Espírito Santo: a construção do inimigo na propaganda anticomunista em A Gazeta (1955-1956)* de Douglas Edward Furness Grandson e *Olendino José dos Passos: um nacional de cor em aracê no início do século XX* por Paulo César Ruas Oliveira Santos.

Dra. Vânia M. Losada Moreira - UFRRJ
Dra. Tatiana Gonçalves de Oliveira - UESPI



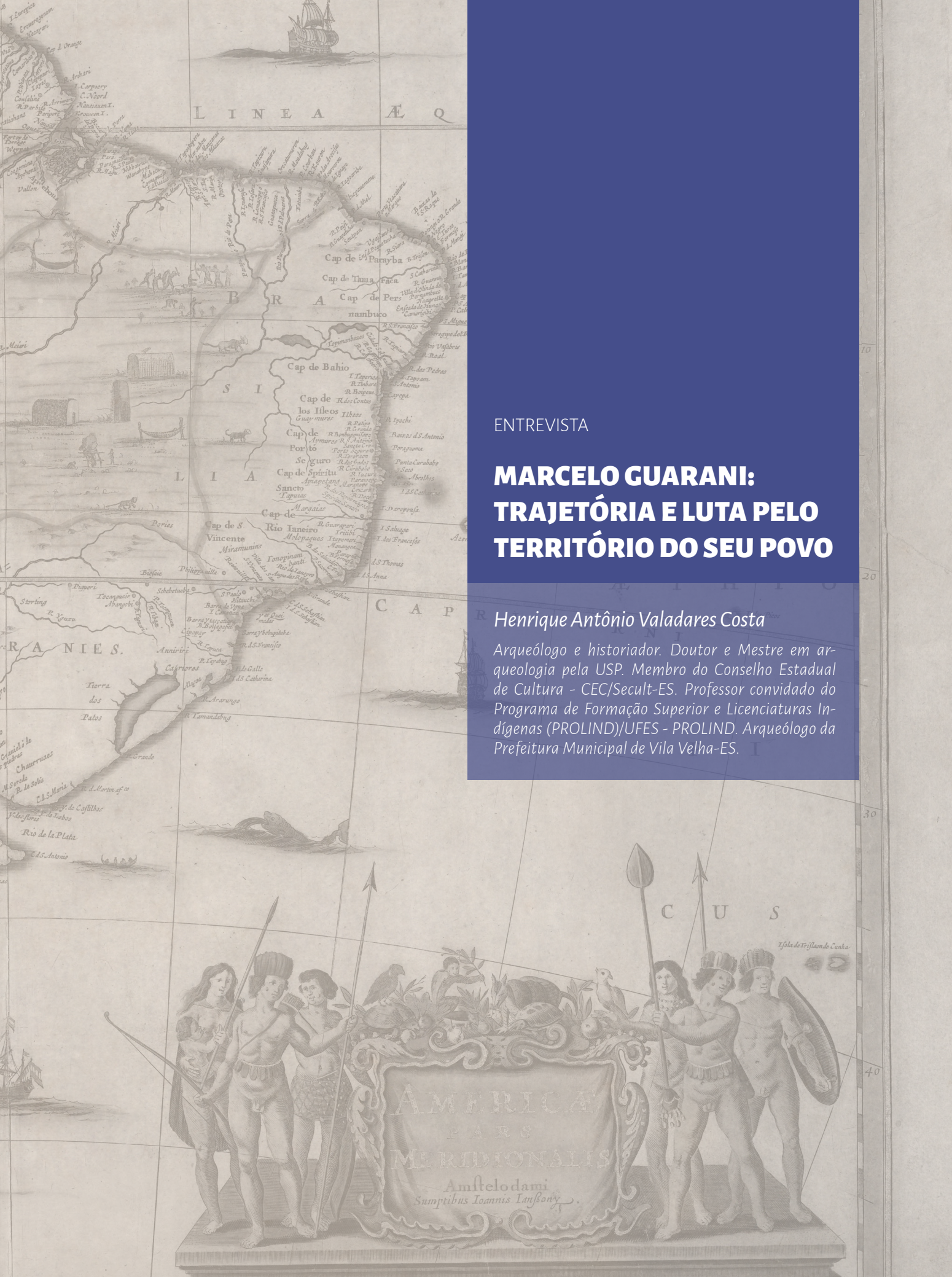

MAR DEL ZUR
TROPICUS
PERV
CHILE
Canela
Pacamores
Yguarsongo
Juan de Salinas
Hasallao
Charasmal
Viticos
MAMAP.
XARAYES
Moias
Marquires
cheriabonas
MOXOS
Tucuman
Diaguitas
Iuries
Quirandies
Matagorla
Pulches
Arowaccas
GUIANA
Epuremei
PARIMELACUS
Muchikers
CARIBES
Maias
Guaycurues
Tenbues
Cordubo
Buenos Ayres
Costa de Baixas
Costa Desierta
Tierra Llana
Bahia Sinfondo
P. de los Leones
C. Redondo
Ancon de Sardinas
R. de Camarones
C. Blanco o de S. George
P. Desoire
Spiering Bay
Bahia de S. Julian
Rio de la Cruz
Fretum Magellanicum
C. de Pennas
Sorlings
C. Deseado
Entrada de S. Sebastian
Staten lande
Maurhua land
Insula Sibaldi de Weerdt
Rio de la Plata
Rio de los Amazones
Rio de Iuan de Vrgalles
Rio Xauca
Rio Opatari
Rio Paraguay
Rio Tarcuare
Rio Parana
Rio Salado
Rio Dulce
Rio Tercero
Lago de Titicaca
Lago de Estero
Lago de Mayabamba
Lago de Parime
Lago de Maracaibo
Lago de Xarayes
Lago de los Xarayes
Lago de los Patos
Lago de los Xarayes
Puerto de los Reyes
Puerto de los Reyes
Guaxarapos
Parahuaes
Guebecusis
Surucusis
Baschereyos
Puembos
Chiquitos
Xacoaes
Chanesses
Ytatyn
Cochabamba
Titicaca
Pueblo nuevo
La Paz
Carayaya
Cavinas
Canas
Camata
Zama
Oruro
Potosi
Val de Oma
Val de Xuxuy
Val de Calchaqui
Xuxuy
Salta
Xauxuy
Yuntas
Tucuman
Estero
Santiago del Estero
Corrientes
Santa Fe
Quiloacas
Curenda
Penapolis
Santana
Ayuais
Mepenes
Mamaretas
Guerra Civil del Real Oluerus
Asumcion
Carios
Noibinge
Guaca
Chuquito
Chucuto
Mapocho
Mendoca
Val de Chile
Val de Copayapo
Val de Guasco
Val de Paraysso
Val Mariquina
Osorno
Villa de Nra Sennora
Aqui se perdio Diego Gallego
Abra de S. Gullen
Ancon sin salida
Fretum Magellanicum
Sorlings
C. Deseado
Insula de los Estados
Tierra del Fuego
Costa de Patagones
Rio Negro
Rio Colorado
Rio Salado
Rio de Sauce
Rio Quinto
Rio Tercero
Rio Segundo
Rio Primero
Rio de Arequipa
Rio de Arica
Rio de Tarapaca
Rio Pisagua
Rio de Tacna
Rio de Camarones
Rio de la Cruz
Rio de Iuan de Vrgalles
Rio de los Amazones
Rio Xauca
Rio Opatari
Rio Paraguay
Rio Tarcuare
Rio Parana
Rio Salado
Rio Dulce
Rio Tercero
Lago de Titicaca
Lago de Estero
Lago de Mayabamba
Lago de Parime
Lago de Maracaibo
Lago de Xarayes
Lago de los Xarayes
Lago de los Patos
Lago de los Xarayes
Puerto de los Reyes
Puerto de los Reyes
Guaxarapos
Parahuaes
Guebecusis
Surucusis
Baschereyos
Puembos
Chiquitos
Xacoaes
Chanesses
Ytatyn
Cochabamba
Titicaca
Pueblo nuevo
La Paz
Carayaya
Cavinas
Canas
Camata
Zama
Oruro
Potosi
Val de Oma
Val de Xuxuy
Val de Calchaqui
Xuxuy
Salta
Xauxuy
Yuntas
Tucuman
Estero
Santiago del Estero
Corrientes
Santa Fe
Quiloacas
Curenda
Penapolis
Santana
Ayuais
Mepenes
Mamaretas
Guerra Civil del Real Oluerus
Asumcion
Carios
Noibinge
Guaca
Chuquito
Chucuto
Mapocho
Mendoca
Val de Chile
Val de Copayapo
Val de Guasco
Val de Paraysso
Val Mariquina
Osorno
Villa de Nra Sennora
Aqui se perdio Diego Gallego
Abra de S. Gullen
Ancon sin salida
Fretum Magellanicum
Sorlings
C. Deseado
Insula de los Estados
Tierra del Fuego
Costa de Patagones
Rio Negro
Rio Colorado
Rio Salado
Rio de Sauce
Rio Quinto
Rio Tercero
Rio Segundo
Rio Primero
Rio de Arequipa
Rio de Arica
Rio de Tarapaca
Rio Pisagua
Rio de Tacna
Rio de Camarones
Rio de la Cruz

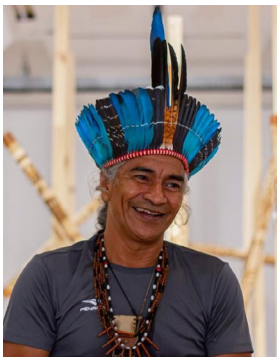
ENTREVISTA

MARCELO GUARANI: TRAJETÓRIA E LUTA PELO TERRITÓRIO DO SEU POVO

Henrique Antônio Valadares Costa

Arqueólogo e historiador. Doutor e Mestre em arqueologia pela USP. Membro do Conselho Estadual de Cultura - CEC/Secult-ES. Professor convidado do Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND)/UFES - PROLIND. Arqueólogo da Prefeitura Municipal de Vila Velha-ES.





Entrevista para compor o dossiê "**Povos indígenas no Espírito Santo: desafios da invisibilidade histórica e protagonismo político-social"** a ser publicado na Revista do Arquivo Público do Espírito Santo-APEES.

Nome do entrevistado: Marcelo
Povo/Etnia: Guarani
Nome da comunidade onde reside: Ka'agwy Porã-Aldeia Nova Esperança
Idade: 52 anos
Profissão: Artesão, Professor Indígena, Cacique.

O senhor poderia falar um pouco da sua trajetória como estudante e na luta pelo território do seu povo?

Meu nome é Marcelo Oliveira da Silva, mas meu nome popular entre pessoas não indígenas é Marcelo Guarani, já com nome em português e o nome da etnia que é Guarani. Meu nome indígena de batismo, como eu sou conhecido pelo meu povo é Wera Djekupe. Wera Djekupe é um nome de batismo que na cultura Guarani tem um significativo muito grande, na nossa cultura espiritual, Wera significa relâmpago, trovão e Djekupe significa guardião, um guerreiro, um guerreiro guardião, então se a gente falar Wera Djekupe, ao pé da letra é guerreiro guardião que é guardião do raio, do relâmpago.

Eu faço parte da família Guarani, da minha bisavó que caminhou durante 35 anos para chegar até aqui no Espírito Santo, e junto com os tupinikins, lutaram pela reconquista da terra. Minha trajetória como estudante deu início com meu bisavô e minha bisavó, do entendimento do tempo das coisas da floresta, do rio, de todas as coisas que há no mundo, o primeiro estudo é dentro da casa de reza, ela é como se fosse uma faculdade que a gente aprende na teoria e na prática, foi ali que aprendi quem somos, como deveríamos caminhar. La foram as minhas primeiras lições como estudante, mas ouvindo através da oralidade, naquela época, o que as lideranças falavam, o tempo das coisas, da arte, da forma de viver. Ai com o tempo eu fui estudar depois de velho, a escola do Jurua, e hoje com 50 anos aprendi muitas coisas, de formas diferentes, mas que me ajudaram a trabalhar dentro da comunidade e fazer o Jurua entender um pouco mais o que o meu povo fala. Acabei virando uma ponte entre o não indígena e o meu povo, a primeira língua é a língua guarani, a segunda é a língua portuguesa. Aprendi muitas coisas, mas hoje tenho experiência, e além de ser formado em educação indígena tenho experiência o bastante para passar como exemplo dentro da comunidade. Hoje sou cacique, representando a comunidade já por três vezes.

Então sobre a minha luta pelo território, no meu entendimento, se inicia pela busca da minha bisavó pela terra sem mal, quando ela enfim chega

> *"Os indígenas estão aprendendo a dominar as ferramentas e com isso ele pode contar a história verdadeira, aquela que ele ouviu de seus avós. A tendência então é passar a informação de forma muito mais correta e assim vamos combatendo o preconceito".*

próxima daqui onde estamos hoje. Entre esse tempo de minha avó e o meu meu povo passou pelo o exílio na ditadura sendo levados todos para a Fazenda Guarani, Carmésia, próximo a Governador Valadares, onde moraram por alguns anos até receber a revelação que era preciso voltar para nosso lugar verdadeiro. Minha bisavó mais uma vez caminhou com meu povo até aqui, mas quando voltaram a floresta já havia sido tirada de nós, todos aqueles bichinhos, árvores, tudo estava diferente. Mesmo assim resolvemos ficar e continuar a lutar pelo nosso território, nesse tempo eu já tinha uns 6 anos e foi formada a aldeia de Boa Esperança, dando início à retomada de nossa terra. Depois da formação dessa aldeia minha bisavó fez a passagem e continuamos todos na luta fundando a aldeia de Três Palmeiras e Piraqueaçu. O último território a ser integrado foi a aldeia de Olho D'água que acabou sendo destruída e se deu início a luta, até armada. Foi um tempo de luta difícil, onde o preconceito pelo nosso povo foi demonstrado até em propagandas de empresas, como a antiga Aracruz Celulose. Somente em 2010 conseguimos enfim a reintegração de posse de onde hoje temos as aldeias de Olho D'água, Amarelos, Areial, Córrego do Ouro, que foram aldeias reconstruídas.

Hoje a luta ainda continua, são muitos os desafios, mas ocupamos hoje a aldeia de Nova Esperança, Ka'agwy Porã, onde possuímos uma reserva ainda de floresta e rio de água limpa. Aqui acreditamos em uma nova possibilidade e estamos trabalhando todos os dias com o objetivo de reflorestar e viver nossa cultura, retomar nossas sementes sagradas e nossos rituais milenares.

Sobre a proposta do dossiê, pensar a invisibilidade histórica construída sobre os povos indígenas no Espírito Santo e os desafios de superá-la, como o senhor percebe a relação dos nãos indígenas com seu povo na atualidade? Há um racismo muito forte ainda?

Existe ainda um racismo muito forte, o preconceito contra os povos indígenas e a gente percebe que a gente não fica muito à vontade, na própria fala das pessoas quando falam do nosso modo de viver, eles não sabem, mas somos os verdadeiros nativos, pertencentes desse país, mas mesmo assim somos tratados como estrangeiros. Os não indígenas ao dar ouvido aos políticos que manipulam a população para pensar de forma negativa. Os políticos manipulam, falam absurdos, por exemplo, o índio quer muita terra, o índio quer dinheiro, e por conta dessa falta de informação do povo eles acreditam e apoiam essa opinião e assim poucos conseguem entender a nossa verdadeira história e nosso pertencimento. Nós conhecemos nossa verdadeira história porque não perdemos nossa língua materna, então nossos bisavós nos contaram de onde viemos, porque estamos aqui, como se chama nossa terra, nosso território, sabemos como devemos viver e onde deve estar nosso pensamento. Mas ainda para o não indígena ter conhecimento dessa nossa caminhada é muito difícil e acredito que é aos poucos, com nossos jovens podendo contar nossa história, que isso vai sendo mudado aos poucos.

> *"Pra gente, o maior marco realmente foi a chegada dos portugueses, onde nossos antepassados foram enganados e isso mudou para sempre a vida dos povos dessa terra".*

Como professor indígena o senhor entende que o ensino de História ainda reforça o apagamento desses sujeitos na História do Espírito Santo?

"Nós conhecemos nossa verdadeira história porque não perdemos nossa língua materna, então nossos bisavós nos contaram de onde viemos, porque estamos aqui, como se chama nossa terra, nosso território, sabemos como devemos viver e onde deve estar nosso pensamento".

E claro, as escolas não ensinam nada sobre a nossa verdadeira história e sim sobre a história geral. Mesmo as escolas dentro da aldeia seguem o livro didático geral. Algumas pessoas escreveram sobre a história do Espirito Santo, mas nem todas as pessoas tem acesso a esse material. Então há um verdadeiro apagamento da nossa história. Alguma coisa que o não indígena escreve fica dentro das faculdades, é lido por poucos que se interessam.

Qual a importância que o senhor vê na Licenciatura intercultural Indígena?

É importante criar novas formas de se escrever a história, hoje em dia já temos alguma autonomia com estudantes da própria aldeia. Aos poucos podemos nós mesmos escrever a nossa história e não depender apenas do mundo lá fora. Os indígenas estão aprendendo a dominar as ferramentas e com isso ele pode contar a história verdadeira, aquela que ele ouviu de seus avós. A tendência então é passar a informação de forma muito mais correta e assim vamos combatendo o preconceito.

A identidade capixaba ainda está muito vinculada ao imigrante, ao mito fundador de uma história que o indígena é visto como obstáculo ao progresso e desenvolvimento. Como o avanço dos projetos desenvolvimentistas impactaram e impactam o território do seu povo?

De todas as formas foi impactado, os indígenas foram cada vez mais encolhidos, afastados do seu lugar natural, onde consideravam sagrados. Foram expulsando cada vez mais os indígenas do seu modo de vida, os indígenas foram massacrados, exterminados, mortos e a gente chega em tempos mais recentes, mas continua essa forma de dominação, queriam tirar os direitos indígenas, vistos como animais. Os governos, por exemplo, fizeram de tudo para apagar os direitos, entraram com as leis de terras devolutas, onde o próprio governo dava esse caminho para as pessoas expulsarem de forma violenta os indígenas, depois abafavam isso, muitos indígenas morreram dentro das suas próprias terras. Limpavam a área para ocupar as terras indígenas. No Espírito Santo, por exemplo, davam terras indígenas, títulos que na verdade eram terras indígenas que iam para os italianos e com isso essas pessoas que receberam terras, criando novas formas, passando para empresas, que se instalaram em volta de todas as terras. Com o tempo, os indígenas conseguiram uma retomada de algum território pequeno, pelo menos para viver, mas onde estão as florestas, os animais, os rios com peixes...

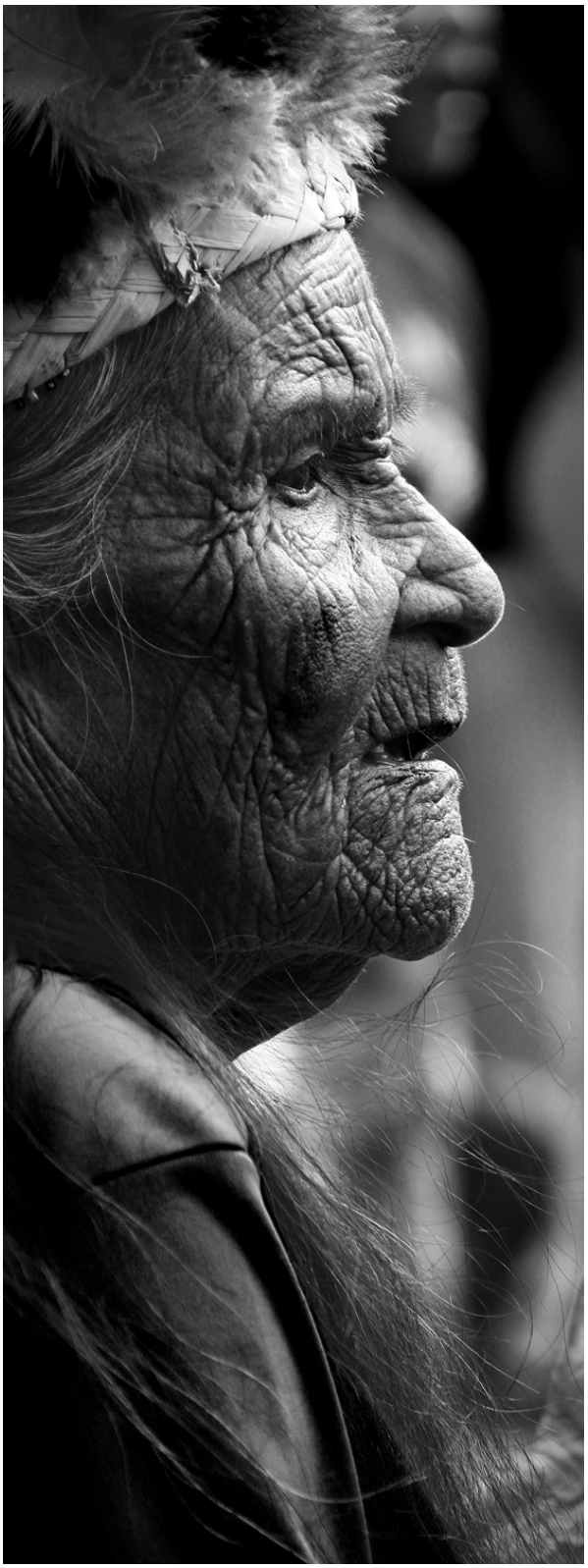
Nesse ano de 2022, completam-se 200 anos da Independência do Brasil. Para os brasileiros, esse é um marco importante e é sobre esse processo que muitos historiadores vão discutir. O senhor entende a independência como um marco histórico? Ou seriam outros marcos que definem a

percepção do seu povo sobre a história? Quais seriam esses marcos?

Isso é uma história dos brancos, não é uma história dos índios. Nós sempre fomos prejudicados desde o início da chegada dos brancos. A parte mais importante, é que a nossa independência é que foi usurpada, depois do processo da colonização que o Brasil pertencia à coroa portuguesa e depois vem a independência, mas para o indígena não muda nada.

A chegada da colonização é um marco, primeiro quase dizimaram os indígenas todos, depois os brancos com os brancos fizeram um tratado e fizeram um acordo. Parece que não entra em nenhum momento a opinião indígena nesse processo, será que algum indígena tinha conhecimento naquela época sobre a independência? Algum indígena foi consultado sobre sua terra? Acredito que não, pelo contrário, era como se todo o território não tivesse dono e os portugueses e espanhóis foram dividindo aquele tesouro que encontraram e passando por cima dos verdadeiros donos da terra. A independência pra mim foi coisa de político entre político.

Pra gente, o maior marco realmente foi a chegada dos portugueses, onde nossos antepassados foram enganados e isso mudou para sempre a vida dos povos dessa terra.




3
4
5
2
Wajãpi
Karitiana
Surui
8

ENTREVISTA

PROJETO DE PESQUISA GENÉTICA DOS GRUPOS ORIGINÁRIOS DE DIVERSOS PONTOS DA AMÉRICA DO SUL E AS SUAS INTERAÇÕES

Luiz Cláudio M. Ribeiro

Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (1991), mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1995) e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2003). Professor do Departamento de História da UFES e coordenador do Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas do Programa de Pós-Graduação em História.



Entrevista realizada pelo professor Luiz Cláudio M. Ribeiro, do Departamento de História da UFES e coordenador do Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas do Programa de Pós-Graduação em História da UFES.

Entrevista com Tábita Hünemeier, pesquisadora do Laboratório de Genômica Populacional Humana da Universidade de São Paulo (USP). A professora é bióloga pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado e doutorado na mesma universidade pelo Programa de Genética e Biologia Molecular, e estágio-sanduíche na University College London (Reino Unido). Em sua formação acadêmica acumulou experiência em Genética de Populações Humanas estudando especialmente populações nativas latino-americanas. Atualmente, é professora livre-docente do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do Instituto de Biociências da USP, e coordena, dentre outros, o projeto Diversidade Genômica dos Nativos Americanos que visa elucidar a história evolutiva das populações indígenas americanas desde o povoamento inicial até o presente.

Na conversa com a professora Tábita com o professor Luiz Cláudio M. Ribeiro, a pesquisadora discorreu sobre o projeto de pesquisa genética dos grupos originários de diversos pontos da América do Sul e as interações havidas entre eles muito antes do contato com os colonizadores brancos. A pesquisa utiliza o genoma para estabelecer as correlações entre as primeiras populações "indígenas" e os grupos hoje remanescentes no Brasil. Este projeto coordenado pela professora Hünemeier revelou um percentual elevado do DNA Tupiniquim existente no E. Santo, vindo a derrubar as alegações existentes desde o século XVIII que essa população estava extinta. Comprova-se assim a resistência histórica desse povo a tantos séculos de contínua violência ocorrida durante e após o processo de colonização! As explicações da professora às perguntas que lhe foram dirigidas levarão o leitor da Revista do Arquivo a atualizar-se sobre as descobertas científicas mais recentes sobre as origens das populações indígenas do Espírito Santo.

Em linhas gerais quais são os objetivos da pesquisa genética dos povos originários do território do Brasil atual? Quais os seus principais elementos de análise?

Os povos originários da América (nativos americanos, ou indígenas) são hoje a população humana menos estudada no que diz respeito à sua variabilidade genética; sendo assim ainda há muito o que desvendar em relação às suas origens, história e aspectos de saúde. No Brasil, nosso grupo de pesquisa na Universidade de São Paulo tem focado no estudo de populações nativas da América do Sul, com grande ênfase nas populações nativas brasileiras. Neste sentido, estudamos populações amazônicas, do Cerrado, remanescentes de populações nativas do litoral brasileiro, e populações do sul do Brasil. Temos como objetivos usar os dados genéticos para reconstruir a história evolutiva dessas populações, avaliar o impacto da colonização na demografia dos povos indígenas, e entender quais as consequências desses eventos no perfil genético dessas populações e em sua saúde. Para estudar esses aspectos dessas populações usamos a informação genética total dos indivíduos, ou seja, estudamos todo seu DNA, ou o seu genoma completo. Com isso, conseguimos estimar eventos ocorridos no passado por meio do estudo de mutações encontradas nessas populações. O DNA atua como uma "máquina do tempo", dado que muitas mutações são geográfico-específicas, ou seja, aconteceram em algum continente ou população continental, e podem ser datadas pois conhecemos as taxas de evolução da nossa espécie. Assim, estimamos os movimentos migratórios do passado, reduções e aumentos populacionais, possíveis doenças a que essas populações foram expostas ou a que tenham maior susceptibilidade atualmente.

Quais os povos pesquisados? Por que foram escolhidos?

Estudamos populações de diversas regiões da América, sendo mais centrados na América do Sul e, especialmente, Brasil. No Brasil, estudamos, nesse momento, três grandes grupos principais, os nativos amazônicos, os remanescentes de populações costeiras (como os Tupiniquim), e os indígenas do planalto central. A escolha se deve às diferentes histórias demográficas e evolutivas desses grupos, tendo sido eles diferentemente expostos à colonização, por exemplo. Também nos interessa as grandes expansões linguísticas ocorridas no Brasil, como a expansão Tupi, da qual os Tupiniquim são o extremo leste da expansão, e a expansão Jê, da qual os indígenas do planalto central são o grupo culturalmente mais diferenciado. Temos como objetivo expandir o número de grupos ao máximo possível, para podermos ter um panorama mais completo da diversidade e história evolutiva nos nativos brasileiros.

Que relação foi constatada entre o material genético dos povos ancestrais e os diferentes grupos e grandes nações indígenas que havia nos primeiros séculos da colonização portuguesa no Brasil, tendo em conta os resultados da pesquisa?

O resultado mais marcante que vemos "documentado" no DNA dos povos nativos é a grande redução populacional que ocorreu no território brasileiro após a invasão europeia e o subsequente processo colonizatório. Por exemplo, a estimativa de redução do grupo Tupi é de cerca de 99%, apenas menor que o encontrado nos indígenas mesoamericanos (como Maya e Mexica). Isso demonstra o impacto avassalador do contato com os europeus, dizimando as populações nativas seja por meio de doenças, guerras ou desestabilização social. Outro resultado inédito e importante foi nossa estimativa para o tamanho populacional no século XV. Com dados genéticos vimos que a Amazônia concentrava uma população entre 5 e 10 milhões de indígenas, o que é muito superior ao

> *"Temos como objetivos usar os dados genéticos para reconstruir a história evolutiva dessas populações, avaliar o impacto da colonização na demografia dos povos indígenas, e entender quais as consequências desses eventos no perfil genético dessas populações e em sua saúde".*

número total estimado anteriormente para o Brasil todo, que chegava a 3 milhões de indivíduos. Esses resultados em conjunto mostram que os povos originários eram numerosos e diversos antes da chegada dos europeus, e que passaram por um processo de extermínio bastante intenso principalmente nos três primeiros séculos da colonização.

Em relação aos povos indígenas ocupantes da faixa litorânea brasileira, quais foram os resultados da pesquisa?

Em relação aos grupos costeiros, especificamente os Tupiniquim, conseguimos estabelecer como foi a chegada desse povo ao litoral há mais de 2 mil anos. Combinando dados genéticos com modelos linguís-

"Esses resultados em conjunto mostram que os povos originários eram numerosos e diversos antes da chegada dos europeus, e que passaram por um processo de extermínio bastante intenso principalmente nos três primeiros séculos da colonização".

ticos e arqueológicos, conseguimos demonstrar que os ancestrais dos Tupiniquim chegaram ao litoral partindo do oeste da Amazônia, migrando para leste até o Atlântico e depois rumando ao sul até o sul do atual estado de São Paulo, e se estabelecendo em toda região costeira nordeste e sudeste. Já os Guarani-Mbya, hoje residentes no Espírito Santo, tiveram uma história migratória bem distinta. Seus ancestrais (comuns aos dos Tupinquim), partiram também do oeste da Amazônia, migraram pelo oeste rumo ao sul, até alcançarem a região atual do Paraguai, Argentina e sul do Brasil. Nessa região eles se estabeleceram, se miscigenaram com povos andinos e do Chaco argentino e, mais recentemente - já no século XX, migraram para o litoral e se estabeleceram no litoral do Espírito Santo.

Especificamente em relação ao material genético da população indígena das aldeias do Espírito Santo, qual a relação com o material genético da população aqui existente em temporalidades anteriores e com povos de outras regiões do Brasil?

Nossos resultados mostraram que os Tupiniquim são, provavelmente junto com o povo Tupinambá (da atual Bahia), alguns dos últimos representantes sobreviventes dos povos Tupi da costa, que habitaram grande parte do litoral brasileiro por mais de 2.000 anos. Além disso, nossos dados mostram a grande redução populacional, uma das maiores da América, que levou esse povo a estar à beira da extinção a partir do século XIX.

Vale lembrar aqui que a expansão Tupi, protagonizada, dentre outros, pelos Tupiniquim, foi uma das maiores expansões linguísticas da humanidade, muito similar ao que foi a expansão Bantu na África. Nesse sentido, os Tupiniquim são os descendentes desses povos migrantes que ocuparam grande parte do Brasil e se espalharam por mais de 4.000 quilômetros em diversas direções a partir do seu ponto de origem no oeste da região Amazônia. Pode-se dizer que os grandes desbravadores do Brasil foram os Tupi, com suas grandes migrações partindo da Amazônia e chegando ao Peru, Paraguai, Argentina, sul e leste do Brasil.

Sabendo que a população Tupiniquim foi dada como extinta ainda no século XVIII, por conveniências das políticas coloniais, o que a pesquisa indicou referente à população Tupiniquim e Guarani habitante do Espírito Santo atualmente?

Nosso trabalho identificou os Tupiniquim como um grupo diferenciado, Tupi, mas não relacionado com nenhum outro grupo atual, o que nos indica que eles são os poucos remanescentes do grupo costeiro que falava a língua Tupi, resultado de uma grande leva

"Pode-se dizer que os grandes desbravadores do Brasil foram os Tupi, com suas grandes migrações partindo da Amazônia e chegando ao Peru, Paraguai, Argentina, sul e leste do Brasil".

migratória vinda da Amazônia há mais de 2.000 anos. Por isso, sob o ponto de vista da sua ancestralidade, os Tupiniquim são 100% Tupi-Guarani.

Já os Guarani-Mbya, um grupo mais recente na região, faz parte de outro ramo dos Tupi que chegou ao sul do Brasil pelo oeste do continente sul-americano e se diversificou tendo contato com povos andinos e do Chaco argentino. Eles apresentam uma pequena porcentagem (menos de 2%) de outra ancestralidade sul-americana, dos Andes e do Chaco combinadas, provavelmente, enquanto os outros 98% são também Tupi-Guarani.

Porém, devemos considerar que aqui falamos apenas da porcentagem genética indígena, ou seja, que toda a ancestralidade indígena que eles possuem é Tupi. No entanto, alguns indivíduos das duas populações possuem miscigenação com europeus e africanos também. Os dois grupos são exemplos dos grandes eventos ocorridos no território brasileiro antes do contato, e do impacto da colonização na demografia e mobilidade dos povos indígenas no pós-contato.

Quais serão os próximos passos desse projeto?

Atualmente estamos trabalhando em colaboração com o professor José Geraldo Mill (UFES) no grande projeto Variabilidade Genômica de Nativos Americanos e Sua Possível Influência na Resposta a Patógenos, voltado ao estudo da população Tupiniquim e Guarani-Mbya. Neste novo projeto focamos em tentar estabelecer como a grande redução populacional sofrida por essa população como consequência da colonização pode ter afetado os índices de saúde, e a resposta a pandemias. A ideia é estabelecer uma visão genético-epidemiológica do impacto da colonização sobre os povos originários, e usar isso para definir políticas de saúde pública voltadas a essas populações.

Entrevista realizada em maio/2022.





ARTIGO

DE HERÓIS A INIMIGOS: A REPRESENTAÇÃO DOS ÍNDIOS NA HISTORIOGRAFIA CAPIXABA

Rafael Cerqueira do Nascimento

Doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Guarapari.

Resumo

A historiografia sobre os indígenas, atualmente, tem produzido importantes reflexões que permitem dar visibilidade e reconhecimento desses grupos enquanto sujeitos históricos no Brasil e no Espírito Santo. No entanto, historicamente, a historiografia capixaba contribuiu para a produção e cristalização de imagens negativas acerca da história indígena. Nesse sentido, o propósito desse artigo é apresentar como uma determinada narrativa histórica, a narrativa da superação do atraso, elaborou representações sobre os indígenas no passado capixaba associando-os ao atraso colonial e definindo a imagem de obstáculos do desenvolvimento do Espírito Santo. Identificados com o período colonial, interpretado como o da origem do atraso local, os indígenas foram representados como os principais responsáveis pela condição de atraso no passado. Consequentemente, conforme a progresso do Espírito Santo ocorria, segundo essas narrativas, os indígenas foram invisibilizados na trajetória histórica capixaba. Concluindo, apresentamos, também, como a historiografia acadêmica atual possibilita uma nova compreensão sobre a experiência histórica dos indígenas.

Palavras-chave: Indígenas; Espírito Santo; Historiografia; Narrativa histórica.

Abstract

Indigenous historiography has currently produced important reflections that allow to give visibility and recognition to these groups as historical subjects in Brazil and Espírito Santo. However, historically, capixaba historiography has contributed to the production and crystallization of negative images about indigenous history. In this way, the purpose of this article is to present how a certain historical narrative, the narrative of overcoming delay, elaborated representations about the indigenous people in the Espírito Santo past, associating them with colonial backwardness and defining the image of obstacles to the development of Espírito Santo. Identified with the colonial period, interpreted as the origin of local backwardness, indigenous people were represented as the main responsible for the condition of backwardness in the past. Consequently, as Espírito Santo progressed, according to these narratives, indigenous people were made invisible in the historical trajectory of Espírito Santo. In conclusion, we also present how current academic historiography enables a new understanding of the historical experience of indigenous people.

Keywords:Indigenous people; Espírito Santo; historiography; historical narrative

A historiografia brasileira nas últimas décadas ampliou os estudos acerca dos índios em diversos períodos da história do Brasil. O reconhecimento da temática indígena, inclusive, se insere na própria reflexão sobre a (re)escrita da história, no que tange a mudanças de paradigmas e a inserção de sujeitos históricos antes marginalizados por determinadas narrativas. No que tange à produção historiográfica no Espírito Santo, a história indígena tem colaborado com a eliminação de preconceitos e estereótipos, de visões idealizadas e anacrônicas, a busca pelo papel ativo e autônomo dos índios e a superação de representações indígenas associadas ao passado colonial.

Esse papel desenvolvido pela historiografia capixaba luta pela desconstrução de narrativas mestras que construíram e cristalizaram ao longo do tempo determinadas imagens negativas, assim como colaboraram com a invisibilidade histórica de determinados sujeitos. Nesse sentido, o presente artigo visa analisar como os indígenas foram representados (quando não simplesmente apagados) nessas narrativas mestras do Espírito Santo. Analisar como surgem nas narrativas com uma imagem negativa e sua lembrança está associada a eventos e circunstâncias consideradas prejudiciais para o desenvolvimento da sociedade espírito-santense.

Desse modo, considerando que a historiografia tem seu papel na memória instituída sobre determinados grupos, é necessário resgatar os vestígios de uma memória indígena, em especial, no Espírito Santo:

> Foram, no mínimo, cento e quarenta anos de história de contato e conflito na região do rio Doce e adjacências e somente em 1940 o 'problema indígena' foi considerado superado naquelas regiões, então sob o controle do Estado do Espírito Santo. Entendeu-se, na ocasião, que o problema estava superado porque os vestígios da presença indígena naquele território haviam sido suprimidos. Essa história de contatos e conflitos ainda permanece basicamente desconhecida pelas novas gerações que não viram, com os próprios olhos, os índios do rio Doce (MOREIRA, 2001, p. 100).

Essa condição de ausência dos indígenas na memória local evidencia a problemática que envolve a produção de uma determinada narrativa histórica do Espírito Santo. Em sua crítica, Moreira explicita a narrativa vinculada a essa condição. Analisando a questão na obra *História do Estado do Espírito Santo* (OLIVEIRA, 1975), a autora realiza a seguinte crítica:

> Seu livro faz parte de uma produção historiográfica influenciada pelo que hoje qualificamos de escola metódica cujos limites são bem conhecidos. Mas a popularização da maneira metódica de escrever-se a história nem sempre produz os melhores frutos. (MOREIRA, 2001, p. 106)

Moreira argumenta que a obra se tornou uma referência negativa no que tange a imagem e o lugar ocupado por determinados sujeitos históricos na memória local. Essa obra está inserida em uma narrativa histórica detentora de um enredo cujo significado produz lembranças e esquecimentos e reforçam estereótipos, preconceitos e hierarquias históricas. Enfim, para compreendermos a representação indígena tal como proposto, é preciso evidenciar o que orientou a escrita da história que aqui é denominada de narrativa histórica da superação do atraso (NASCIMENTO, 2018).

Entre as décadas de 1950 e 1970, em consonância com o projeto de desenvolvimento via industrialização que se implementava, emergiu no Espírito Santo uma produção historiográfica: a narrativa histórica da superação do atraso. Autores como José Teixeira de Oliveira, com a referida obra *História do Estado do Espírito Santo* (1975), Maria Stella de Novais, com *História do Espírito Santo* (1964) e Neida Lúcia Moraes, com *O Espírito Santo é Assim* (1971) elaboraram narrativas históricas que consolidaram uma determinada forma de narrar e qualificar o Espírito Santo. Orientada pelo paradigma do progressivo desenvolvimento do Estado, essa narrativa elaborou um enredo para a história capixaba no qual definiu lugares para períodos, acontecimentos e sujeitos históricos que foram classificados em função do valor que tinham para o desenvolvimento do Espírito Santo.

Exemplar dessa leitura sobre o passado capixaba, que colabora com o entendimento acerca da representação indígena no passado capixaba, é a interpretação de José Teixeira de Oliveira sobre o período republicano no Espírito Santo. Primeiramente, ele avalia a chegada da República dessa forma:

> O esforço da gente capixaba, no período republicano, não se desviou da diretriz secular de sua história. Sobrepairando às vicissitudes políticas e ao trabalho contínuo em busca do aprimoramento das condições ambientes, uma constante presidiu aos atos dos governos espírito-santenses na primeira metade do século - a conquista do *hinterland*. Curioso destacar que coincidiu, mais ou menos, com a passagem do quadricentenário do desembarque dos pioneiros a conquista definitiva do derradeiro trecho de território – nas margens do rio Doce – aos aimorés, que ali se haviam alojado como se fora o reduto final de uma luta de morte (OLIVEIRA, 1975, p. 427).

As expectativas do desenvolvimento republicano, nessa perspectiva, estão associadas à conquista sobre os indígenas, em termos de interiorização e vias de comunicação. Essa relação fica ainda mais evidente quando se observa a chegada da industrialização a partir de 1950. Interpretando esse período, que, segundo a narrativa da superação do atraso, seria o momento de superação de uma condição histórica que marcava o passado capixaba, o autor também insere os indígenas como obstáculos superados na trajetória capixaba:

> Os que leram as páginas precedentes recordam, por certo, das constantes objurgatórias de observadores e governantes da terra capixaba, no sentido de que as dificuldades de fixação do homem ao solo eram quase sobre-humanas e praticamente nenhum o interesse pelo progresso, pela melhoria das condições de vida da população. Inácio João Mongeardino – capitão-mor façanhudo, que deixou descendência de prol – legou depoimento contundente: 'A terra é capaz de toda a produção, fazendo-a, mas os seus habitantes frouxos e nada ferrados ao interesse. Os seus sertões dilatados e de muitos haveres, mas cultivados três léguas de fundo à frente deles, distância a que só chegam os lavradores com receio das hostilidades do gentio bárbaro' (OLIVEIRA, 1975, p. 474).

A visão sobre os indígenas se insere justamente na lógica do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo. Nessa narrativa, na trajetória histórica capixaba, coube ao período colonial instituir o atraso. Circunstâncias, acontecimentos e sujeitos foram representados em função do papel que desempenharam para a condição histórica do atraso local. Os indígenas ganharam um lugar próprio nesse passado capixaba: o do atraso colonial. Compreendidos como a principal barreira para o desenvolvimento espírito-santense em sua história, os indígenas ficaram circunscritos numa dada concepção sobre o Espírito Santo e suas dificuldades históricas. Nesse sentido, o século XIX, do fim do período colonial e início do Império, marcaria o início de um processo de superação do atraso, com a libertação de determinadas amarras. Não por acaso, assim, é nesse momento das narrativas que os indígenas desaparecem dos roteiros históricos progressivamente. Afinal, segundo esse enredo histórico, a condição do atraso estava condicionada à superação com o advento da República e, em especial, com a implementação dos projetos de industrialização (NASCIMENTO, 2018, p. 53-65).

De herói a vilão: os indígenas no passado capixaba

O índio, "pesadelo constante, inimigo de todas as horas" (OLIVEIRA, 1975, p. 55) foi caracterizado como um dos principais fatores da não-realização do Espírito Santo, no período colonial, em termos de desenvolvimento. A imagem dos indígenas foi, ao longo das narrativas, tecida sob a perspectiva do colonizador. Foram interpretados por meio de dicotomias "bons" *versus* "maus" ou "colaboradores" *versus* "inimigos", o que implicou numa série de referências que os identificavam como obstáculos, barreira, empecilhos, opositores de um projeto que deveria ser realizado.

De acordo com Almeida (2010, p. 17), a interpretação sobre os índios na história do Brasil esteve vinculada à perspectiva do colonizador. E, ao longo do tempo, na historiografia brasileira, o lugar dos indígenas foi marcado pela manutenção de uma representação:

> Desde a História do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagem (1854) até um momento bastante avançado do século XX, os índios, grosso modo, vinham desempenhando papel muito secundário, agindo sempre em função dos interesses alheios. Pareciam estar no Brasil à disposição dos europeus, que se serviam deles conforme seus interesses. Teriam sido úteis para determinadas atividades e inúteis para outras, aliados ou inimigos, bons ou maus, sempre de acordo com os objetivos dos colonizadores (ALMEIDA, 2010, p. 18)

Nesse sentido, o indígena, dentro da galeria de personagens da história do Espírito Santo, insere-se no conjunto de grupos e indivíduos pertencentes à categoria de inimigos, identificados, sobretudo, com a imagem do atraso. No entanto, seguindo essa lógica interpretativa, encontramos também personagens indígenas que passaram a frequentar essa galeria histórica no papel de aliados, definidos como "colaboradores" da colonização.

Tais indígenas ganharam uma posição de destaque justamente por representarem a preocupação dos autores em buscar no passado um lugar e um papel para o Espírito Santo no contexto da história nacional. Nesse sentido, tal como Maria Ortiz, esses indígenas foram diferenciados pelos serviços prestados aos colonizadores. Maracaiguaçu e Arariboia, diferentemente da maioria dos grupos indígenas, passaram a frequentar a categoria dos heróis da história do Espírito Santo, não pela resistência, mas pelo papel que desempenharam na contribuição ao elemento colonizador, mais especificamente, na defesa contra as invasões sofridas pela colônia portuguesa. Mesmo que não seja uma abordagem ampla e esclarecedora das experiências de ambos, é nítido o contraste entre a presença deles com os demais indígenas nas obras de Maria Stella de Novaes, José Teixeira de Oliveira e Neida Lúcia de Moraes. Maracaiguaçu aparece na narrativa sendo primeiramente ajudado por Vasco Fernandes Coutinho devido ao ataque de índios tamoios e franceses, por seu propósito de tornar-se cristão e, sobretudo, por ter combatido os franceses no ano de 1558, o que definira, portanto, "os bons entendimentos que presidiam as relações entre os colonos e a gente de *Gato Grande*" (significado de Maracaiaguaçu).

Mas é Arariboia que surge como herói representativo da colonização do Espírito Santo na defesa do Brasil. Neida Lúcia ressalta o caráter heroico nas qualidades atribuídas ao indígena:

> As crônicas portuguesas da época contam bem o heroísmo do índio e os seus feitos de guerra. Contam que ele foi o vencedor do terrível tamoio, na Guanabara e mesmo fora dela. E vencedor que aterrava o inimigo pela sua coragem e arrojo. [...] Seguindo a narrativa sobre Arariboia, a autora evidencia a fala de um governante do Rio de Janeiro em uma cerimônia: 'O grande Arariboia, aquele a quem tanto deve Portugal; o tacape mais valoroso desta parte da América. Garantiu o brilho das armas portuguesas nos famosos encontros de \paranapicuí e Uruçumirim, pelos tempos de fundação do Rio de Janeiro, isso, sem falar das campanhas de Cabo Frio. Escudo vivo Del-rei' (MORAES, 1971, p. 23-24).

Assim os insere Maria Stella em sua narrativa:

> [...] A expedição para combater Villegaigon saíra da Bahia de Todos os Santos, a 16 de janeiro de 1560; fundeou na Guanabara a 21 de fevereiro. Levou do Espírito Santo um contingente de índios-flecheiros, apesar de estarem os moradores temerosos dos índios dos franceses. Rocha Pombo e outros historiadores registram que, nessa viagem do Governador Geral, Maracaiguaçu, incorporou-se à expedição. De acordo com Simão de Vasconcelos, o chefe Arariboia foi, igualmente, ao Rio de Janeiro na mesma ocasião. [...] Dado o valor dos índios flecheiros desta Capitania, sempre atenta a auxiliar a defesa do Brasil, não se pode desprezar a ideia nas duas viagens do intrépido Arariboia, o bravo auxiliar dos colonizadores, - no Espírito Santo e no Rio de Janeiro (onde nasceu) (NOVAES, 1964, p. 34-35).

O lugar do Espírito Santo surge, então, dessa participação. A Capitania colaborou, principalmente com índios flecheiros sob o comando de Arariboia:

> Seguiram, de fato, muitos índios flecheiros, sob o comando de Arariboia, que, segundo já escrevemos, durante quatro anos, muito auxiliou no combate aos franceses. Colaborou, assim, na fundação da cidade do Rio de Janeiro, e, pelos seus méritos, foi nomeado Cavaleiro de Cristo, com uma tença de

> 12$000 e uma sesmaria, em Niterói, onde fundou uma aldeia (NOVAES, 1964, p. 36).

José Teixeira de Oliveira completa essa visão, na qual o indígena surge numa situação reverenciada pelo autor, ou seja, na ajuda prestada pela capitania do Espírito Santo à do Rio de Janeiro em 1561:

> Aludimos ao auxílio prestado pelo Espírito Santo a Estácio de Sá na empresa que culminou na expulsão dos franceses da Guanabara e fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, depois capital do Brasil. A colaboração que a capitania de Vasco Coutinho dispensou a este episódio da consolidação da hegemonia portuguesa no Brasil se inscreve entre as mais belas e eloquentes demonstrações de acuidade política e solidariedade fraternal do período colonial. (OLIVEIRA, 1975, p. 101)

É nesse contexto que o autor insere Arariboia:

> De Arariboia, comandante de duzentos temiminós que o Espírito Santo mandou à luta contra os franceses de Villegagnon, não é necessário dizer mais que isto: ele e os flecheiros que tinha junto de si decidiram da sorte dos intrusos (OLIVEIRA, 1975, p. 102).

Assim, José Teixeira, Maria Stella e Neida Lúcia atribuem um significado reduzido e simplista (aliados de uma causa portuguesa) à atuação de Arariboia e dos temiminós. Estes foram interpretados em função do papel que caberia ao Espírito Santo no contexto da colonização portuguesa no Brasil, desconsiderando, deste modo, a complexidade de relações que se estabeleceram entre índios e colonizadores, conferindo um significado aos indígenas aliados da obra colonizadora, no qual Arariboia aparece como representante. No entanto, na narrativa do progressivo desenvolvimento, a imagem indígena correspondeu a um outro lugar.

O que prevaleceu foram representações imagético-discursivas que evidenciam o lugar de obstáculo ao progresso instituído sobre os indígenas. Maria Stella de Novaes apresenta uma interpretação similar ao falar do princípio da colonização considerando que exigia de Vasco Fernandes Coutinho "previsões contra inimigos internos e externos" (NOVAES, 1964, p. 18), dentre eles, o índio. Neida Lúcia, por sua vez, avalia as dificuldades do Espírito Santo em sua origem:

> Ia começar a dolorosa adaptação, a luta sem intervalos, a vigília permanente, com o desconhecido sufocando anseios [...] A mata começava na praia e não se interrompia ao surgir a cordilheira. Em cada volta o inimigo, ora com a forma de uma fera, ora representado por uma doença, ora encarnado na figura do índio (MORAES, 1971, p. 15).

Constatamos, assim, o espaço reservado ao indígena. Ao realizar a comparação entre o Espírito Santo e outras capitanias, José Teixeira de Oliveira argumenta:

> Outras donatarias exibiam mais riquezas, mas, por certo, em nenhuma outra as condições haviam sido mais adversas à implantação do homem europeu. Aqui, a floresta espessa – verdadeira fortaleza oposta às tentativas de penetração – era, mais que qualquer outro acidente de qualquer outra parte do Brasil, uma barreira a contrariar e esmagar os planos de conquista, não só pela sua pujança inigualável, mas, e principalmente, pelo inumerável gentio que abrigava. Decênios, séculos decorreriam até que o homem branco pudesse palmilhar – sem o temor mortal dos primeiros tempos – o território que ficava além das praias marítimas (OLIVEIRA, 1975, p. 18).

Se Maria Stella os qualificou de "inimigos internos", José Teixeira evidencia a barreira que dificultou o desenvolvimento do Espírito Santo, destacando, inclusive, a especificidade local, o diferencial negativo da Capitania em relação às demais: a presença do índio. Seguindo a perspectiva da trajetória de progresso espírito-santense, a obra colonizadora deveria

representar o desenvolvimento do Espírito Santo em sua origem, porém, os indígenas eram a dissonância a esse propósito. Neida Lúcia, Maria Stella e José Teixeira desconsideraram a resistência desses atores. Esse não reconhecimento implica, segundo Almeida (2010), na cristalização de uma imagem acerca de certos grupos indígenas:

> Alguns desses grupos foram especialmente aguerridos e tornaram-se bastante conhecidos pelas descrições extremamente negativas e estereotipadas, como os caetés, os potiguaras, os Goitacazes e os terríveis aimorés que, a partir do século XVIII, foram sendo chamados de botocudos (ALMEIDA. 2010, p. 37).

Nesse sentido, a representação de inimigos e obstáculo do desenvolvimento constituiu-se por meio dos eventos narrados e nas qualificações negativas. Identificados no contexto de chegada e fixação do colonizador e, consequentemente, do desenvolvimento do Espírito Santo, os indígenas foram representados na luta contrária ao estabelecimento do elemento português. As ações dos grupos indígenas não eram tratadas como resistência, mas lhes foi atribuído o significado de barreira. A própria chegada dos colonizadores retrata esse perfil elaborado sobre os indígenas. Segundo Maria Stella de Novaes:

> Senhor Absoluto daquela Natureza incógnita, o índio enfrenta o colonizador de sua terra estremecida. Arcos, flechas, lanças e outras armas, ao seu dispor, são manejadas contra as balas, que rompem a folhagem e os canhões troantes abordo, até que, aturdido, o aborígene afasta-se para as matas distantes, enquanto o lusitano, decidido, pisa nas terras de suas esperanças (NOVAES, 1964, p. 15).

José Teixeira de Oliveira narra esse momento também fazendo alusão à noção de impedimento:

> O primeiro contato com a terra revelou os tropeços que aguardavam aquele pugilo de aventureiros: os índios preparavam uma recepção nada cordial. Postando-se armados em grupos na praia, mostravam-se dispostos a impedir o desembarque. Alguns disparos das peças de bordo, porém, anularam a pretensão, afugentando-os para a floresta (OLIVEIRA, 1975, p. 35).

A ausência de cordialidade por parte dos indígenas marcava, assim, o primeiro momento e contato entre estes, os inimigos, e os portugueses, os pioneiros e realizadores do projeto de construção do Espírito Santo. Desconsiderando a existência de um processo de conquista e colonização, a narrativa acerca do contato define o papel reservado aos indígenas, como a dificuldade a ser superada, tanto que Oliveira (1975, p. 39) argumenta que "as duas grandes tarefas" reservadas aos colonizadores eram as de "cultivar a terra e conquistar o coração do íncola." A construção da imagem do indígena na história capixaba efetivou-se, assim, por meio dessas referências que demarcavam o lugar de obstáculo.

Esses atores receberam uma série de alusões a características negativas. Terror, ameaça e ferocidade caracterizaram as qualificações e adjetivações nessas situações narradas. Novaes (1964, p. 51), ao relatar uma batalha travada entre os colonizadores e índios goitacazes, em 1594, ressalta que estes eram "destros nos arcos, inimigos de todos, ferozes e gigantes" e tinham "predicados para a luta." José Teixeira também qualificava os "inimigos de todas as horas" a partir da dicotomia entre atraso e progresso, que marcara a interpretação sobre o Espírito Santo colonial:

> No Espírito Santo, sua atuação vinha sendo de franca hostilidade ao branco. As eventuais tréguas entre as duas sociedades nada mais pressagiavam, nesta faixa litorânea, que maior ameaça futura, quiçá golpe mortal, por parte dos belicosos habitantes da floresta (OLIVEIRA, 1975, p. 49).

Associados, então, à guerra, avessos e hostis à obra colonizadora, os indígenas foram construídos

nessa trajetória capixaba condicionados aos prejuízos do Espírito Santo, correspondendo à imagem negativa constituída acerca do período colonial. Se as ausências de Vasco Fernandes Coutinho (viagens a Portugal como evidencia a historiografia) foram interpretadas como danosas para o desenvolvimento da Capitania, os indígenas lá estavam:

> Muito perdeu a Vila de Nossa Senhora da Vitória, na ausência do donatário, porque os tupiniquins, aliados aos goitacás, serrearam os colonizadores, queimaram os engenhos e as fazendas; atacaram a flechadas Dom Jorge de Menezes e seu substituto Simão Castelo Branco[...] Cercada a Vila, seus moradores viram-se obrigados a abandoná-la; passaram para a Ilha de Duarte de Lemos. Foram alguns para as capitanias vizinhas (OLIVEIRA, 1975, p. 21).

José Teixeira de Oliveira também narra esse evento, resumindo o que ele definiu como "índios x brancos", denominando tal relação como "carnificina". Nessa perspectiva, encontramos na conclusão do capítulo "Trabalho, sangue e ruínas" a presença do indígena como responsável pela condição de "sombras e ruínas" da capitania:

> Os que não morreram em combate – restrita minoria – fugiram aterrorizados para as capitanias vizinhas ou pereceram transviados na floresta. Os silvícolas reduziram o trabalho de mais de um decênio a pouco mais de uma tapera. [...] O "vilão farto" de que tanto se orgulhava o donatário, convertera-se em ruínas, depois de ter sido a terra da dor e da morte para os que teimavam em salvá-la (OLIVEIRA, 1975, p. 59).

Neida Lúcia os inseriu, também, como impedimento à interiorização e à busca de riquezas na capitania. Ao falar da única possibilidade de progresso aberta no século XVIII no Espírito Santo, devido ao bloqueio determinado pela Coroa, a autora argumenta que o empreendimento foi impedido devido aos índios:

> Foi no início da segunda metade do século, em 1757. A mineração do ouro, descoberto em Castelo, na bacia do Rio Itapemirim, foi permitida, apesar de veemente condenação do governo da Bahia. Esse, entretanto, tinha outros aliados. Os índios destruíram a povoação nascente (MORAES, 1971, p. 31).

A apreciação acerca do índio como um perigo à colonização chegou a definir mesmo a argumentação acerca do nome da Ilha de Vitória. Independente do debate e das interpretações sobre esse tema, o triunfo dos colonos sobre os indígenas tornou-se referência para a origem da nomeação da Ilha:

> Esse fato, que alguns historiadores do Espírito Santo consideram 'mentira histórica', ou simples tradição, é encontrada nos trabalhos de Daemon, Amancio Pereira, Teixeira de Melo e outros, como origem do nome Vitória, para a capital do Espírito Santo. Alberto Lamego, por exemplo, diz: - 'Atacada pelos índios e sendo repelidos, após mortífero combate, deu-se à povoação o nome de Vitória'. Igualmente, a Vitória sobre os índios é registrada, em quase todos os autores, pelo fato de terem-se afastado em definitivo e deixado os colonizadores, em paz. [...] Portanto, o que se deu, ao certo, a 8 de setembro de 1551, em relação à Vila Nova, não foi sua fundação, sim a consagração da matriz a Nossa Senhora da Vitória. E, de acordo com os cronistas, a mudança do nome para Vila da Vitória, em atenção ao valor, brilhantes feitos e gloriosa vitória que alcançaram os povoadores, ficando até hoje esse nome, que, por Decreto de 18 de março de 1823, foi confirmado, ainda na criação da cidade. [...] Tem, portanto, a Capital do Espírito Santo honrosa fé-de-ofício, um passado heroico, bastante para justificar o seu batismo e atestar o valor de seus fundadores (NOVAES, 1964, p. 24-25).

O conjunto de característica atribuídas aos indígenas, dessa forma, aparece em oposição aos responsáveis pela obra colonizadora. Hostilidade, animosidade, perigo e terror constituíram o perfil desse

grupo. Na narrativa do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo não existiu lugar para a diversidade e reconhecimento das diferentes experiências vivenciadas por esses sujeitos no passado.

Os indesejáveis indígenas também figuraram como o obstáculo a ser superado. O que ocorreu na própria escrita da história. Segundo Cristiane Portela, essa questão permeia a própria história da historiografia brasileira:

> Se considerarmos que, no Brasil, desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no século XIX, até meados do século XX predominou uma perspectiva tradicional que considerava as sociedades indígenas como inferiores e destituídas de história, e que a superação dessa tendência só veio com a interpretação marxista a partir da década de 1960 (na qual o 'apagamento' da história indígena foi tão grande quanto), constata-se, não sem admiração, a ausência historiográfica do indígena em praticamente toda a história do Brasil (PORTELA, 2009, p. 154).

Nas narrativas analisadas, o século XIX surge como o início de uma trajetória de superação do Espírito Santo e identificamos que os autores, além de se limitarem a reproduzir a imagem da hostilidade, extinguiram os indígenas da narrativa histórica.

Primeiramente, foram interpretados também como obstáculo à penetração territorial no século XIX. Maria Stella de Novaes evidencia que o governador Silva Pontes, no início, buscou criar destacamentos militares uma vez que "os botocudos, ferozes e indomáveis, atacavam as fazendas e matavam os colonizadores." Como registra a autora, ao citar a dificuldade desse Governador em constituir a ligação entre o Espírito Santo e Minas Gerais via Rio Doce: "Em pouco tempo, a Aldeia de Coutins foi visitada pelos botocudos que mataram um soldado e correram com os outros." (NOVAES, 1964, p. 154)

Nesse período, o empecilho para a ligação entre Espírito Santo e Minas Gerais eram os índios botocudos. Ou seja, na visão dos autores, a grande dificuldade surgida nesse projeto era a de povoar a região, e, novamente, o indígena surgia em prejuízo ao desenvolvimento. Na passagem para o período Imperial, José Teixeira de Oliveira evidencia mais uma vez a dificuldade de penetração e povoamento do interior responsável pela ligação com as Minas Gerais, o que era visto como necessário para o progresso da região, mas que tiveram nos "inimigos de todas as horas", os "temíveis silvícolas" os responsáveis pela não realização do projeto:

> A existência de numerosas tribos de botocudos na região atravessada pela estrada Espírito Santo-Minas era a causa principal do seu abandono. Em verdade, os temíveis silvícolas não eram simples tema literário. Enchiam de pavor mesmo aos habitantes das vilas e até os da Capital, pois visitavam frequentemente as lavouras situadas nas proximidades daquelas povoações, depredando e matando. A correspondência dos presidentes, de quando em vez, acusa o terror que os índios inspiravam, prejudicando todas as tentativas de penetração (OLIVEIRA, 1975, p. 320).

Esse perigo representado pelos indígenas aparece ainda na abordagem de Maria Stella de Novaes quando a autora ressalta a preocupação em se criar defesas contra os ataques daqueles a quem a autora classificou como inimigos internos. Ao caracterizar o Espírito Santo em inícios do século XIX, Novaes identifica como sintoma da dificuldade de desenvolvimento da Capitania a fixação dos colonizadores restrita ao litoral, e que as buscas pela interiorização eram dificultadas pela presença do indígena. Apareciam, portanto, como responsáveis pela formação de quartéis, criados com o objetivo de combate aos inimigos do progresso. Segundo a autora:

> A fim de prevenir as devastações feitas pelos índios, que chegaram a descer até os lugares próximos da Vila da Vitória, e invadir as fazendas, nas margens

> do Rio Santa Maria da Vitória e na Freguesia da Serra, o Governo, pelo Decreto de 18 de agosto de 1810, criou, na Capitania, um batalhão de Artilharia Miliciana, definitivamente organizado, a 1º de dezembro. Recebeu um parque de campanha, arma que os índios mais temiam (NOVAES, 1964, p. 111).

Os indígenas definiam essa dinâmica de estabelecimento e expansão de um aparato militar, que foi registrado pela autora também em função dos ataques das tribos. Segundo ela, "ainda em 1810, para o mesmo fim de combater os índios criou-se um posto militar, o Quartel de Bragança." (NOVAES, 1964, p. 112) E, registra que, em 1813, eles:

> atacaram os quartéis de Aguiar, a 19 de fevereiro de 1813; de Linhares, a 31 de março, o sertão de Iconha, em Benevente, a 29 de maio; a povoação de Linhares, a 16 de agosto; e ainda o Porto do Sousa, a 30 de setembro. Morreram igualmente alguns defensores. [...] Foi esse o motivo por que, no mesmo ano, foram desdobrados os destacamentos da Capitania [...] (NOVAES, 1975, p. 112-113).

Os autores reproduzem a imagem de hostilidade atribuída aos indígenas. A construção de quartéis aparece simplesmente como exemplo da necessidade de proteção à postura dos "inimigos" do processo de interiorização. Nesse sentido, os indígenas são excluídos da história do Espírito Santo. Sua invisibilidade ocorre a partir desse momento nas obras, identificamos que eles cedem lugar aos fatos e personagens selecionados para a composição da narrativa da superação do atraso (MOREIRA, 2001, p. 106). Comparativamente, podemos observar a percepção de Silva Pontes, personagem-símbolo do progresso na leitura dos autores, em suas impressões sobre os índios. Segundo Vânia Moreira:

> Para Silva Pontes, por exemplo, que assumiu a administração da capitania em 1800, a presença indígena era não apenas inequívoca, mas um verdadeiro problema ou um enorme transtorno. Definiu a situação do Espírito Santo como precária, pois 'rodeada de gentio inimigo todo o perímetro da colônia, desde a barra do Rio Doce, até o da barra da Parayba do Sul, não se estranham os colonos para o centro do sertão'. Preferia a população viver, ao contrário, 'em contínuo litígio, mas nunca deliberando-se a ir formar estabelecimento, onde as matas estão sem dono, e a abundância abandonada ao corpo do gentio' (MOREIRA, 2001, p. 101).

Dessa forma, os autores assumiam uma postura de reprodução de atribuições negativas aos índios, corroborando e fortalecendo uma imagem existente desde o período colonial. As narrativas estabeleceram as categorias de "colaboradores" ou "inimigos" da obra da colonização na interpretação dos diferentes sujeitos da história do Espírito Santo, e, para os indígenas, essa dicotomia significou a apropriação de uma visão sobre eles instituída naquele período. Para Tarcísio Silva, ao abordar a visão elaborada sobre os indígenas nas primeiras décadas do século XIX:

> [...] essa separação maniqueísta entre "índios bons" e "índios maus" pode levar-nos a falsas considerações. Essa separação entre os índios é uma visão que pode ter suas origens nas narrativas dos cronistas da época [...] ou, dizendo de outra maneira, é uma construção que, sendo repetida, pode ter-se constituído num falso estatuto (SILVA, 2006, p. 308).

Corroborando esse autor, é possível reportar à avaliação de Vânia Moreira sobre os estereótipos acerca dos indígenas, estabelecidos nos conflitos por eles vivenciados no passado e reproduzidos ao longo do tempo:

> Tais estereótipos foram, aliás, incorporados e reproduzidos por segmentos importantes da intelectualidade da província no decorrer do século XIX. [...] Para o historiador Braz da Costa Rubim, em livro publicado em 1861, os botocudos eram não apenas

> os maiores responsáveis pelo atraso da lavoura no interior, mas também verdadeiros assassinos, bárbaros e antropófagos. As conclusões do historiador não podiam ser, de fato, muito diferentes, já que sua metodologia de pesquisa se baseava na reprodução textual dos documentos oficiais de época. [...] 'A verdade histórica' da segunda metade do século XIX era, portanto, inequívoca: os índios impediam o desenvolvimento da lavoura e não passavam de bárbaros assassinos e canibais (MOREIRA, 2001, p. 121).

Analisando as interpretações de José Teixeira de Oliveira, Neida Lúcia e Maria Stella de Novaes constata-se que eles colaboraram para a definição de um papel aprisionado ao período colonial do Espírito Santo. Inimigos, obstáculos e barreira para o desenvolvimento do Espírito Santo.

Uma narrativa histórica que determinou o sentido do passado capixaba pela perspectiva da superação, determinou uma hierarquia aos períodos históricos em função desse sentido da superação. O atraso colonial é substituído pelo avanço do Espírito Santo em direção ao progresso. Nessa narrativa, os séculos XIX e XX marcam o progressivo desenvolvimento do Espírito Santo. Sujeitos históricos, fatos e circunstâncias selecionadas para o roteiro histórico da superação do atraso não correspondem mais aos índios. Interiorização, imigrantes, conquistas tecnológicas, entre outros, passaram a orientar e dominar a narrativa do passado local. A eliminação dos entraves coloniais repercutiu no lugar reservado aos indígenas. Um vazio e silenciamento da história indígena ocorrem e, enfim, não se encontra referência sobre as lutas, dinâmica e experiências diversas realizadas por eles a partir do século XIX na trajetória histórica local. A superação do atraso histórico foi, também, a superação/eliminação dos índios na história capixaba.

Por uma nova história indígena no Espírito Santo

A desconstrução de narrativas mestras, atualmente, é uma das características da produção acadêmica sobre a história do Espírito Santo. Sob uma nova perspectiva de leitura do passado e do fazer historiográfico, os estudos históricos passaram a problematizar e relativizar um modelo de interpretação histórica estabelecido, uma historiografia crítica cujo propósito é o de eliminar conceitos-chave, categorias e símbolos instituídos (RÜSEN, 2007, p. 56). Uma nova formatação historiográfica que contribuiu para a modificação acerca da interpretação e da abordagem sobre o passado indígena.

Esses estudos são caracterizados não só pelas modificações na escrita da história, mas surgem sob uma perspectiva crítica e reivindicativa em relação ao papel desses sujeitos no passado e no presente. Ela passou a exercer um importante papel no embate aos efeitos negativos da memória sobre determinados sujeitos da história, em especial, os indígenas. Segundo Dosse (2001, p. 68), a história pode possuir uma função terapêutica, pois, como lugar do conflito de interpretações, ela tem o potencial de se abrir para a memória do outro, trazendo novos relatos, e questionando o que estava cristalizado. Nesse sentido, o resgate do passado indígena emergiu de novos questionamentos que permitiram o surgimento de narrativas que incorporam os sujeitos excluídos pela narrativa oficial (MOREIRA, 2001, p. 272).

Essa nova configuração historiográfica tem redefinido a marginalização histórica dos indígenas, sobretudo, possibilitando uma transformação na maneira de se compreender a sua presença como atores históricos:

> de vítimas passivas ou selvagens rebeldes que, uma vez vencidos, não movimentavam a história, diferentes grupos étnicos da América passam, a partir dessas pesquisas, a figurar como agentes sociais que, diante da violência, não se limitaram ao imo-

> bilismo ou à rebeldia. Impulsionados por interesses próprios e visando à sobrevivência diante das mais variadas situações caóticas e desestruturadoras, movimentaram-se em diferentes direções, buscando múltiplas estratégias que incluíam rearticulações culturais e identitárias continuamente transformadas na interação com outros grupos étnicos e sociais (ALMEIDA, 2012, p. 2).

É a partir dessas características que se configura a imagem do indígena como sujeito na historiografia espírito-santense. Avaliando as narrativas históricas sobre os índios no Espírito Santo, é possível apontar três tipos de abordagem que se complementam e contribuem no resgate da trajetória indígena. Primeiramente, existem trabalhos que chamam a atenção para a necessidade de romper com estereótipos, que defendem a necessidade de reconhecimento do papel de resistência que esses grupos exerceram ao projeto colonizador. Em segundo lugar, aparecem estudos que ressignificam a experiência histórica dos índios no Espírito Santo, em especial, no século XIX, período no qual, tradicionalmente, passaram a ser excluídos e silenciados pela historiografia. E, por último, estudos que resgatam o passado indígena no século XX, evidenciando o dinamismo desses grupos e suas diferentes experiências de luta e reivindicações que se estendem no tempo.

Direcionando sua crítica às interpretações tradicionais acerca dos indígenas, essa perspectiva focaliza a complexa teia de situações e relações estabelecidas na experiência vivenciada pelos diferentes grupos indígenas no contato com outras sociedades. A temática indígena relativa ao Espírito Santo tem deslocado o sentido das narrativas históricas para perspectivas que compreendem os diferentes grupos indígenas como agentes históricos autônomos, agindo sempre em função de seus interesses, tanto reagindo ao processo de colonização ou integrados à dinâmica social.

Essas narrativas críticas produzem deslocamentos significativos no lugar ocupado por esses personagens históricos. Superam a lógica da superação do atraso, eliminando o vínculo dessas populações da categoria de inimigos selvagens e obstáculos do progresso e os reconhecem como sujeitos inseridos e integrados em dinâmicas sociais desfavoráveis, porém, como capazes de agir e reagir de acordo com suas possibilidades. Retiram os indígenas, também, da condição anacrônica e idealizada de pertencimento a um período do passado local marcado pelo atraso, o colonial. Permitem sua emergência na história local justamente em momentos em que as narrativas históricas os eliminam e apagam. De uma ausência sugerida pelos "vazios demográficos", as populações indígenas são representadas nessas narrativas em sua diversidade étnica, como sujeitos ativos e, sobretudo, em suas circunstâncias de participação na sociedade, em suas estratégias de ação, que correspondem às suas lutas históricas por conquistas e reconhecimento de direitos.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Apresentação. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413 -77042007000200001&lng=en&nrm=iso.

DOSSE, F. A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate dos sentidos. São Paulo: Unesp, 2001.

MORAES, Neida Lúcia Borges de. O Espírito Santo é assim. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971.

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). DIMENSÕES – Revista de História da UFES, Vitória, n. 9, pp. 99-123, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e a historiografia. In: DIMENSÕES – Revista de História da Ufes, Vitória, n.13, pp. 87-104, 2001.

NASCIMENTO, Rafael C. A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo. Vitória: Milfontes, 2018.

NOVAES, Maria Stella de. História do Espírito Santo. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964.

OLIVEIRA, José Teixeira. História do Espírito Santo. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

PORTELA, Cristiane de Assis. Por uma história mais antropológica: indígenas na contemporaneidade. In: Sociedade e Cultura,

Goiânia, v. 12, n. 1, p. 151-160, jan./jun. 2009.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SILVA, Tarcísio Glauco da. Junta Militar do Rio Doce: a posse da terra como um dos objetivos de conquista. In: DIMENSÕES – Revista do departamento de História da Ufes, Vitória, n. 18, pp. 301-331, 2006.




CV
LV
S·Q
CLI
CIRCV
CLIMA
CLIMA
CLIMA

ARTIGO

VASCO FERNANDES COUTINHO: GOVERNANÇA E PACTUALIDADE POLÍTICA NOS QUINHENTOS

Jefferson Ferreira Alvarenga

Possui graduação em Ciências Sociais-Bacharelado pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006), graduação em Ciências Sociais - Licenciatura pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006) e mestrado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2012). Atualmente é doutorando em História Social das Relações Políticas (2020), técnico pedagógico - Secretaria de Estado da Educação, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) e do Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LABTEMPO - UFES).

Resumo

Este artigo se propõe a entender a dinâmica política estabelecida nos primeiros anos do processo de conquista entre o primeiro donatário da capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, e os grupos locais. Para isso, partimos dos conceitos de monarquia corporativa e pluricontinental concebidos pelos estudiosos Antônio Manuel Hespanha, João Fragoso e Nuno Gonçalves Monteiro. É preciso esclarecer que este estudo visa, a partir de uma investigação de natureza bibliográfica, trazer novos elementos para o entendimento do objeto-problema. Para tanto, utilizaremos novos trabalhos desenvolvidos pela historiografia regional, que serão lidos a partir dos conceitos considerados.

Palavras-chaves: Monarquia pluricontinental; Pactualidade Política; Capitania do Espírito Santo.

Abstract

This article aims at understanding the political dynamics established in the early years of the conquest process between the first grantee of the captaincy of Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, and local groups. For this, we start from the concepts of corporate and pluricontinental monarchy conceived by scholars Antônio Manuel Hespanha, João Fragoso and Nuno Gonçalves Monteiro. It is necessary to clarify that this study aims, from an investigation of a bibliographical nature, to bring new elements to the understanding of the object-problem. To do so, we will use new researches developed by regional historiography, which will be read from the considered concepts.

Keywords: Pluricontinental monarchy. Political Agreement. Captaincy of Espirito Santo.

Introdução

O estudioso Antônio Manuel Hespanha trouxe em seus trabalhos alguns questionamentos em relação ao antigo regime em Portugal. Para ele, o conceito de Estado absoluto perdeu a sua centralidade, revelando outra dinâmica política na sociedade portuguesa. Em "Às vésperas do Leviathan", Hespanha expôs a fragilidade do Império Português e a existência de uma disputa entre os poderes central e periféricos. Conforme o autor, houve diversas instituições presentes nas repúblicas do atlântico sul que gozavam de certa autonomia.

A partir daquela obra, Hespanha (2010) passou a compreender e conceituar a monarquia portuguesa como um reino corporativo (HESPANHA, 2010, p.166). Segundo ele, a monarquia corporativa é caracterizada como:

a. Poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia;

b. O direito legislativo da coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica e pelos usos das práticas jurídicos locais;

c. Os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia e gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em rede de amigos e de clientes;

d. Os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real (HESPANHA, 2010, p.166-167).

Nas áreas periféricas do Império Português, o direito era bastante diferenciado, pois em alguns casos os indivíduos nascidos de pais portugueses gozavam das mesmas benesses que seu genitor. De outro lado, os nativos libertos que seguiam o direito português se tornavam aliados dos conquistadores.

Todavia, essa liberdade usufruída por alguns nativos era muito instável, já que os colonos usavam qualquer pretexto para reduzi-los à escravidão, por meio da "guerra justa" (HESPANHA, 2010, p.167).

Quando a guerra era inevitável, o destino dos vencidos dependia apenas dos vencedores, que, pela lei da guerra justa, poderiam matar seus adversários, escravizá-los ou torná-los vassalos ao reino português. Por causa disso, algumas religiões eram frequentemente toleradas pelo império, enquanto outras, a exemplo do islamismo, eram combatidas. Além disso, as instituições políticas nativas eram preservadas como instâncias de mediação com o governo português. Em alguns casos, o reino enviava capitães de aldeias para governar algumas tribos indígenas, visto que os portugueses diziam que tais tribos não tinham capacidade para se autogovernar (HESPANHA, 2010, p.171).

Portanto, entendemos que a heterogeneidade do estatuto político português criou uma pluralidade de laços sociopolíticos entre os nativos e os portugueses, estes, por exemplo, não podiam ultrapassar as autoridades nativas reconhecidas por tratados (HESPANHA, 2010, p.172).

Em geral, os portugueses obedeciam ao direito costumeiro, bem como as ordenações políticas; no entanto, eles governavam os nativos através do próprio direito autóctone, isto quer dizer que se formava um modelo de governança autônoma.

Os governadores-gerais e capitães donatários resolviam as disputas nas terras coloniais, por meio do pacto político estabelecido com os diversos grupos sociais presentes na América portuguesa. Assim, ao governador cabia a prerrogativa de conceder tenças de mil cruzados, além do exercício da graça real, num leque muito vasto de situações, conceber o poder de mercês e as sesmarias (HESPANHA, 2010, p.176). No Brasil, os donatários e posteriormente os governadores das capitanias, em algumas situações, tinham uma certa autonomia em relação às decisões locais. Por exemplo, eles poderiam nomear os condenados ao degredo para cargos de prestígio nas novas terras.

As disputas entre o poder central e o periférico ocorriam em várias instâncias, por exemplo, a nobreza da terra que conservava o controle político municipal geralmente mantinha uma relação conflituosa com os donatários. Com o objetivo de sanar esse problema, em 1549 os governadores-gerais retiveram o controle administrativo da América portuguesa, centralizando algumas decisões políticas e impondo-as aos capitães donatários.

É preciso esclarecer que o império fornecia aos súditos privilégios por serviços prestados à Coroa, sendo essas vantagens de caráter remuneratório. Em certos casos, essas regalias eram herdadas de pai para filho ou outros descendentes. Desse modo, a propriedade do súdito era somente sua, não podendo o príncipe dispô-la, já que, do ponto de vista jurídico, entendia-se que o príncipe apenas tinha o poder sobre as coisas que integravam o reino.

A paz e a guerra eram regidas apenas pelo poder real, numa monarquia corporativa o direito de punir era uma forma de manter a disciplina entre os súditos. Dessa forma, não podemos esquecer que o poder periférico do império ultramarino poderia fazer uma pressão sobre as cortes centrais. Embora houvesse um contratualismo entre os poderes periféricos e o poder central, essas instâncias poderiam disputar o campo político entre si.

É inegável que, a partir dessas relações políticas constituídas no Império Português, formou-se na América uma espécie de nobreza da terra, conforme mostrou o historiador João Fragoso no capítulo um do livro "*O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)*". Essa nobreza foi responsável por assegurar a economia imperial, da qual toda a sociedade do antigo regime dependia. O mesmo pesquisador demonstra que as primeiras famílias coloniais da capitania de São Vicente estavam à frente das diferentes atividades econômicas, por exemplo, o apresamento de índios e o comércio.

Os assentos das cadeiras na Câmara Municipal eram ocupados por essas mesmas famílias. Portanto, Fragoso (2010) ressalta um importante concei-

to nas relações ocorridas no Império Português: a economia do bem comum[1], que era um conjunto de mecanismos econômicos em diferentes partes do império ultramarino. Deste ponto de vista, essa economia tem como pano de fundo a estratificação social e preconiza que a possibilidade de mover-se socialmente decorria da prestação de serviços à Coroa portuguesa. Além do mais, a economia do bem comum se baseava numa rede de reciprocidades, isto é, numa rede de alianças com seus dons e contradons (FRAGOSO, 2010, p.50).

A nobreza da terra, de acordo com Fragoso (2010), denominava-se como descendente dos primeiros conquistadores, exercendo os postos de mando na República e realizando casamentos entre famílias iguais, com a finalidade de exaltar a sua descendência; destarte, formava verdadeiros "bandos" para atender seus interesses particulares.

As relações sociopolíticas no império ultramarino eram diversas, assim, a guerra justa era a oportunidade de se estabelecer amizades com alguns grupos indígenas e de escravizar outros (FRAGOSO, 2010, p. 59). De certo modo, estabelecer vínculos de amizade com tais grupos significava constituir relações de reciprocidades e concretizar a legitimidade da nobreza da terra. Também essa nobreza, por questões econômicas, frequentemente tolerava a presença de cristãos-novos, claro, sempre dentro de certos limites.

Outro texto de João Fragoso é fundamental para entendimento das relações entre o império e os territórios ultramarinos. Em sua obra em parceria com Nuno Gonçalo Monteiro, intitulada "*Um reino e suas repúblicas no atlântico: Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*", Fragoso adota o conceito de monarquia pluricontinental, corporativa e polissinodal das relações políticas entre a administração ultramarina e a sociedade. Essa monarquia se baseava numa constelação de poderes concorrentes, e, na economia de mercês, criava elos de reciprocidade entre os membros (FRAGOSO, 2017, p. 49).

Neste tipo de monarquia, o rei é a cabeça do corpo social, no qual a economia periférica se torna central para o sustento de todo império. Não há dúvidas que nos territórios ultramarinos prevaleceu o poder local da administração régia através das negociações, pactos políticos entre as elites locais e a administração central. Deste modo, Fragoso (2017) esclarece que havia certa autonomia em relação ao poder real; dito de outro modo, os territórios ultramarinos estabeleciam um autogoverno, um modelo de administração capaz de resolver seus próprios problemas. Em geral, as comunidades eram governadas pelos homens mais capazes da região, conforme os costumes locais (FRAGOSO, 2017, p. 59); todavia, a pluralidade da monarquia lusa permitiu lidar com diferentes realidades, possibilitando que mulatos e pardos se tornassem homens bons. Por outro lado, a disciplina social difundida pelo catolicismo possibilitou a subordinação das autoridades ultramarinas ao rei, logo essa conjuntura permitiu o autogoverno nos municípios ultramares (FRAGOSO, 2017, p. 66).

Não podemos esquecer que houve uma intensa rede de sociabilidade constituída entre a nobreza da terra e os reinóis portugueses, por meio de alianças familiares. Dessa forma, o poder dos familiares na periferia também estava próximo ao poder central (FRAGOSO, 2017, p. 66).

1 Antes, durante e depois de tais concessões concelhidas, o rei, também no interesse do bem comum, concedeu mercês a pessoas – ou a seus descendentes – que incidiram sobre a vida social no reino e no ultramar. Quando a sua Majestade nomeava um provedor da fazenda ou um capitão de infantaria, estava assegurando o comércio e a defesa militar dos seus súditos nas "conquistas" e, por conseguinte, garantido o bem estar de seus vassalos na República. No entanto, o conceito de economia de bem comum só fica completo quando consideramos que também encerrava uma forma particular de apropriação de excedente social. Os bens e serviços da República eram concedidos pelo Senado e/ou pelo rei a apenas a alguns eleitos, e tal privilégio era exercido na condição de monopólio ou de semimonopólio (FRAGOSO, 2010, p. 48).

1. Vasco Fernandes Coutinho: um fidalgo a serviço do rei

Em 1° de junho de 1534, D. João III teria expedido a carta de doação da capitania hereditária ao fidalgo Vasco Fernandes Coutinho, com a dimensão territorial descrita abaixo:

> [...] cinquenta léguas de terra se começarão na parte onde acabarem as cinquenta léguas de que tenho feito mercê a Pero do Campo Tourinho e correrão para banda do sul tanto quanto couber nas ditas cinquenta léguas entrando nesta capitania quaisquer ilhas que houver até dez léguas ao mar na frontaria e demarcação destas cinquenta léguas... as quais... se entrarão e serão de largo ao longo da costa e entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro tanto quanto puderem entrar, e for de minha conquista (OLIVEIRA, 2008, p. 23 e 24).

De acordo com os estudos genealógicos do historiador Paulo Stuck Moraes, Vasco Fernandes Coutinho[2] era filho de Jorge de Melo, o Laje, Alcaide-mor de Serpa, no Baixo Alentejo, fronteira com a Espanha, região de antigo domínio mouro. Casado com Branca Coutinho, ambos pertenciam às famílias fidalgas portuguesas. Seus irmãos foram Martim Afonso de Melo Coutinho, Diogo de Melo Coutinho e Manoel de Melo (SIMONATO, 2017, p.125).

Conforme a historiadora Maria José dos Santos Cunha (2015), Vasco Fernandes Coutinho era um fidalgo da Casa Real com carreira militar no Oriente e em Marrocos. Estreado oficialmente nas lides bélicas com a tomada da cidade de Goa em 1510, ele teria entre 14 ou 16 anos nesta época. Posteriormente, prosseguiu para a conquista de Malaca, em 1511, integrado na armada comandada por Afonso de Albuquerque, distinguindo-se por ato de bravura ao enfrentar o elefante sobre o qual se encontrava o rei, quando a maioria dos companheiros de armas, assustados, recuaram para proteger-se, o que contribuiu para a vitória portuguesa.

Durante dois anos, Vasco Fernandes Coutinho permaneceu na Malásia como capitão do navio bretão, com o propósito de firmar e estabilizar a presença lusitana. Em 1513, o súdito do rei retorna à Índia, onde por mais sete anos serviu na esquadra do mar como capitão de navio, tendo uma vez sido nomeado para a alcaidaria-mor da fortaleza de Ormuz, cargo a que renunciaria no ano seguinte. Até 1520, Coutinho era, portanto, ativo no esforço de afirmar e impor a presença portuguesa nos centros de abastecimento e comercialização das especiarias e outros produtos orientais controlados até então pelos mercadores muçulmanos, na maioria árabes, que colocavam as mercadorias através do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho nas mãos dos comerciantes cristãos, que negociavam no Mediterrâneo Oriental, em especial os venezianos, que as redistribuíam pela Europa.

Neste cenário, Coutinho foi uma das peças que o rei D. Manuel I fez deslocar e o manteve localmente para conseguir o domínio sobre o Índico, o que tornou o Império Português a primeira potência ocidental da época moderna a tentar a dominação na Ásia contra a aliança formada pelo Império Otomano, Muçulmanos, Árabes, República de Veneza e Estados Hindus. As suas experiências ultramarinas parecem ter sido interrompidas por altura daquela data, mas foram retomadas em 1521, quando junto aos seus dois irmãos, Martim Afonso de Melo Coutinho, capitão-mor da armada, e Diogo de Melo Coutinho, seguiram de Lisboa com destino à Malásia e aos mares da China. Estava Coutinho mandatado por D. Manuel com a capitania-mor desta rota no mar da China, uma vez que o rei possuía muito interesse na intervenção do lucrativo comércio que escoava de Sumatra, em especial a pimenta. Apesar do fato de as capitanias de mar serem menos prestigiadas do

2 O fidalgo Vasco Fernandes Coutinho era legitimamente casado em Portugal antes de deslocar-se à capitania do Espírito Santo para ocupar e povoar o território, embora mantivesse relações extraconjugais, tendo, inclusive, desposado uma negra (índia escrava). Além disso, outros relatos da historiografia contam que o donatário era mais propenso à indulgência do que à disciplina (SIMONATO, 2007, p.127).

que as de terra, ainda assim, Coutinho tinha a possibilidade de negociar por conta própria e incrementar, por este modo, os seus proventos. Pouco tempo esteve no extremo oriente, porque, em 1526, já prestava serviço em Marrocos[3] (CUNHA, 2015, p. 57-58).

Seus méritos militares e serviços prestados ao Império Português lhe valeram a doação de uma capitania, propriedades e certa riqueza. Por contraste, ao aceitar a doação do rei, Coutinho vendeu suas propriedades como uma quinta (pequena propriedade rural) e contraiu empréstimos. Ele tinha "[...] uma idade madura, e cujas energias e as forças estavam semi-gastas [sic] pelo trabalho militar" (OLIVEIRA, 2008, p. 28). Inegavelmente, alguns fidalgos que se tornaram donatários de capitanias eram membros da pequena nobreza e utilizaram seu patrimônio familiar a fim de efetivarem a conquista (SIMONATO, 2007, p. 49-51).

De acordo com Cunha (2015), Vasco Coutinho teria cerca de 40 anos quando assumiu a capitania do Espírito Santo. Logo, tratava-se de um homem que possuía capacidades de liderança operacional desenvolvidas em cenários bélicos asiáticos e marroquinos (CUNHA, 2015, p.60).

2. A capitania do Espírito Santo e o pactismo político

Junto com o donatário, supostamente vieram cerca de 60 pessoas, incluindo dois fidalgos de elevada nobreza: D. Jorge de Menezes[4], a quem é atribuída a descoberta das terras de Nova Guiné, em 1526, e D. Simão de Castelo Branco. Ambos foram degredados por crimes cometidos contra a Coroa.

A historiografia tradicional capixaba registra que a chegada dos portugueses teria ocorrido em 23 de maio de 1535, embora não haja nenhum documento comprobatório, é sabido que a chegada tenha realmente se dado no ano citado[5]. O donatário fez algumas concessões de sesmarias, como a Ilha do Boi e a Ilha do Frade, a primeira teria sido doada a Jorge de Menezes e a segunda a Valentim Nunes, ambos trataram de construir alguns engenhos.

Ademais, como afirma Maria Stella de Novaes (SD):

> [...] Uma povoação, em ponto assim colocado, exigia previsões contra inimigos internos e externos; de um lado, o índio, de outro, o pirata; junto ao Donatário, os indesejáveis, que pátria a degredara. Por isso, de par com as iniciativas concernentes à lavoura e à indústria, cuidou Vasco Fernandes Coutinho de construir um forte, em Piratininga, e armar um pelourinho e a força, na pequena ilha da enseada, ilha cujo triste apelativo a distingue, até hoje, - Ilha da Forca. Posteriormente, o forte, reconstruído e ampliado, recebeu o nome de São Francisco Xavier, em homenagem ao apóstolo da Índia, morto em 1553 (NOVAES, SD, p.18).

3 Getúlio Neves, ao estudar a história militar do Espírito Santo, encontrou os seguintes relatos sobre o primeiro donatário da capitania do Espírito Santo em Goa e Malaca: [...] Tornado Diogo Fernandes com está vitória a Goa, di a poucos dias, reformado Melingue-Agri deste dano, passou-se da outra parte do rio de Banda contra a Ilha Divar, onde estava Gaspar de Paiva com gente em guarda da ilha, por os gentios que pagavam a Goa, não serem roubados dos mouros. Gaspar de Paiva, chegado Melinque com gente de cavalo e de pé em duas batalhas sarradas, deu neles assi ousadamente, lança tesa em punho, que logo no primeiro rompimento que neles fez lhe mataram muitos cavalos, e sobre eles os senhores; outros andavam pelo campo a va e outra parte com os turcos mortos na sela; porque, como seu costume é andarem bem arretados nela com muitas voltas de touca, por não cair, andavam sem governo de rédea. Era neste feito Vasco Fernandes Coutinho, filho de Jorge de Melo, que mataram os mouros em Mazagão, o qual, sendo bem moço, esperou um turco a cavalo que vinha sobre ele, e, desviando o corpo, levou o cavalo pela rédea e per baixo das cobertas meteu a espada nele, com que o senhor e ele vieram a terra, e ambos ali ficaram mortos. Eram também neste feito com Gaspar de Paiva. Martim Guedes, Afonso Pessoa, que naquele dia, entre outros muitos ganharam honra, eles se estremaram nela; no qual cometimento os mouros receberam muito dano, e os nossos com esta vitória se tornaram recolher à Ilha Divari, onde tinham sua estância (NEVES, 2008, p.19-20).

4 D. Jorge de Menezes, antigo governador de Ternate, ilha no norte das Molucas – Indonésia –, degredado para o Brasil por haver promovido a morte dos chefes locais e o de Valentim Nunes a quem o donatário concedeu a fruição da actual [sic] ilha do Frade, na baía de Vitória (CUNHA, 2015, p. 100).

5 Trata-se de um alvará assinado por Vasco Fernandes Coutinho, por meio do qual o donatário fez doação a Duarte de Lemos da "ilha Grande que está da barra para dentro que se chama de Santo Antônio", datado de 15 de julho de 1537 (SANTOS, 2014, p.12).

Segundo os estudiosos, Jorge de Menezes teria governado a capitania do Espírito Santo durante os sete anos de ausência de Vasco Fernandes Coutinho, entre os anos de 1540 e 1547. Sua administração foi turbulenta devido aos desentendimentos com os poderes locais diante de sua índole duvidosa e violenta (ALMEIDA, 2019, p. 60), de modo que um dos principais problemas da administração de Meneses parece ter sido sua inabilidade no trato com os índios, o que resultou na sua morte pelos nativos e provocou uma guerra contra os autóctones na capitania. Outrossim, o sucessor de Menezes, o fidalgo Simão de Castelo Branco, também foi morto a flechadas quando estava à frente da administração da capitania (ALMEIDA, 2019, p. 61).

De acordo com a historiografia regional, parece que o fidalgo Duarte de Lemos chegou em 1536 e teria recebido do primeiro donatário a sesmaria da Ilha de Santo Antônio, onde, com os colonos que o acompanhavam, erigiu um engenho (SIMONATO, 2007, p. 52). Ele era fidalgo da casa real, que na Ásia fez grandes feitos, e acompanhou Vasco Fernandes Coutinho ao Brasil. Para Maria Stella de Novaes, Duarte de Lemos recebeu a sesmaria, porque "[...] muito auxiliou o donatário, quer na luta contra os indígenas e os aventureiros, quer no trabalho intenso da organização da Vila incipiente" (NOVAES, SD, p. 19).

No entanto, a aliança com o donatário foi desfeita, porque estando este em Lisboa com o propósito de registrar a doação da sesmaria a Lemos, limitou-o a autonomia dos poderes dados, submetendo-o a sua jurisdição, especialmente concernente à retirada do direito de constituir ou fundar vilas, prerrogativa atribuída somente aos capitães-donatários e governadores (SANTOS, 2014, p. 23); (ALMEIDA, 2019, p. 69). Essa situação implicou discordância e inimizade entre os dois nobres, tanto que, em 1549, quando Duarte de Lemos governou a capitania de Porto Seguro, teceu críticas e criou intrigas contra o donatário do Espírito Santo, junto ao poder real (SIMONATO, 2007, p. 52). De fato, a limitação de poderes diante da doação da sesmaria resultou em problemas com colonos, fidalgos e representantes régios que estiveram na capitania (SIMONATO, 2017, p. 117).

Apesar das divergências com o donatário, Duarte de Lemos teve um importante papel na ocupação inicial do Espírito Santo, em especial no que se refere à sustentação política e econômica da capitania. Ainda assim, vetar o fidalgo foi necessário, visto que Lemos parecia concorrer com a sua autoridade.

A chegada dos portugueses à capitania foi caracterizada por intensos conflitos e alianças com os nativos. Por volta de 1549, as guerras entre os Tupiniquins e os Goitacá devastaram a Vila do Espírito Santo (Vila Velha), passando seus moradores a habitar a Ilha de Santo Antônio (Vitória). Vale ressaltar que neste ínterim Duarte de Lemos já havia deixado a sesmaria. Foi por causa daqueles e outros conflitos que o Governo-Geral foi ordenado a dar auxílio ao donatário e aos moradores da capitania, para que eles pudessem restabelecer as construções e dar continuidade ao povoamento (SIMONATO, 2007, p. 52-53).

Almeida (2019) afirma que Vasco Fernandes Coutinho procurou atrair fidalgos que pudessem auxiliá-lo no processo de conquista da terra, inclusive nomeando-os para importantes cargos na administração local. De certo modo, o donatário dependia das pessoas nobres e dos investimentos econômicos para construir edificações, defender a terra e construir moradias. Tudo isso independente do financiamento da Coroa. Por outro lado, esses nobres utilizavam as funções públicas para obter benefícios e vantagens monetárias, sobretudo nas atividades que envolvessem o comércio e a arrecadação dos impostos (ALMEIDA, 2019, p. 79). A participação desses nobres na composição dos cargos e funções públicas na capitania ocorreu por volta de fevereiro de 1550. Neste ano foram criados os cargos pelo provedor-mor, Antônio Cardoso de Barros, fomentando a formação de uma elite local. Foram nomeados os seguintes moradores da capitania: provedor e juiz da alfândega, encarregado Francisco de Vacas; feitor e almoxarife, encarregado Francisco de Oliveira (SIMONATO, 2007, p. 58). Apesar desses cargos terem

a anuência do rei de Portugal, as nomeações provocaram conflitos entre os poderes locais instituídos e o primeiro donatário.

Em 1555, as guerras entre os Tapuias e os Temiminós na região da capitania de São Vicente ocasionaram a migração destes últimos para a capitania do Espírito Santo, já que a derrota dos Temiminós resultou em um pacto político entre o donatário e os indígenas. O chefe das aldeias Temiminós, Maracaiaguaçu, conhecido como Gato Grande, procurou o auxílio dos jesuítas e do donatário para se deslocarem da capitania do Rio de Janeiro para a capitania do Espírito Santo. Desse modo, configurou-se nesta capitania um sistema de alianças políticas entre os nativos e os portugueses (CUNHA, 2015, p.205).

Essa mediação política foi realizada principalmente pelos jesuítas, que se sensibilizaram ao apelo indígena. Ao chegarem à capitania do Espírito Santo, o líder Maracaiaguaçu, a mulher e os filhos se batizaram como cristãos, formalizando a aliança político-militar[6].

No batismo do filho de Maracaiaguaçu, houve uma particularidade porque esse indígena estava enfermo, qual seja, os padrinhos escolhidos pelo pai foram os homens nobres da capitania, a saber: Duarte de Lemos, Bernaldo Pimenta e André Serrão (CUNHA, 2015, p. 210). Depois da morte de Sebastião Lemos, nome adotado pelo filho de Maracaiaguaçu, o funeral foi realizado com uma mistura entre os rituais católicos e indígenas. Ademais, a conversão de Maracaiaguaçu ao cristianismo, com o nome Vasco Fernandes, propiciou a concretização da aliança político-militar entre os portugueses e os grupos indígenas.

O pacto político com os grupos indígenas aliados foi fundamental para a defesa da capitania do Espírito Santo, como também para a defesa da capitania do Rio de Janeiro. Esta última foi alvo de ocupação francesa. E foram justamente os índios líderes das aldeias da capitania do Espírito Santo, entre eles, Maracaiaguaçu (Gato Grande) e Araribóia, que auxiliaram o governador-geral no processo de expulsão dos franceses da Baía da Guanabara e, posteriormente, na fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (SIMONATO, 2007, p. 56). Portanto, podemos entender que a aliança entre os indígenas e o donatário foi uma estratégia social e política que possibilitou uma convivência pacífica entre os portugueses e os grupos nativos e que também permitiu que esses últimos obtivessem terras para que seus descendentes pudessem viver na capitania (SIMONATO, 2007, p.134).

Vale ressaltar que, embora houvesse uma aliança entre Gato Grande e Vasco Fernandes Coutinho, também houve desentendimentos. Apesar de o indígena ter se batizado e adotado o mesmo nome do primeiro donatário, houve choques entre ambos, em especial porque Gato Grande observava incoerências entre os ensinamentos da doutrina católica e as práticas sociais dos colonos. Destarte, o indígena fazia críticas aos colonos cristãos da Vila da Vitória, visto que os mesmos não seguiam os caminhos adotados pelo cristianismo. E com esse argumento, a liderança indígena conseguiu auxílio dos jesuítas para a construção da região da Aldeia Velha.

Gato Grande afirmava que os índios se desfizeram de seus costumes, por exemplo, o de ter várias mulheres, e recorreram ao casamento para a formação de suas famílias, mas, criticava o fato de os colonos não serem bons cristãos, já que eles não seguiam esses preceitos e conviviam com diversas mulheres. A falta de harmonia na convivência com os colonos impulsionou Gato Grande a se deslocar da ilha de Santo Antônio (na Vila da Victória) para fundar a Aldeia Velha, hoje Santa Cruz, um dos primeiros aldeamentos jesuíticos na capitania. É possível que as principais queixas dos índios em relação aos colonos tiveram sua gênese nas relações travadas no mundo

6 No dia 20 de janeiro de 1558, a doença de um dos filhos do principal Maracayá-guaçú ou Grande Gato precipitou o baptismo e casamento daquele, prevenindo-se assim a salvação da sua alma. A doença resultante do ferimento de uma flechada durante uma guerra coloca os guerreiros de Gato na defesa da Vila do Espírito Santo, no episódio do ataque de tribos inimigas que precedera a morte de Fernão de Sá (CUNHA, 2015, p. 210).

do trabalho na capitania do Espírito Santo (SIMONATO, 2017, p.136). Nesse sentido, Cunha (2015) ressalta que o principal dos índios "se poz á outra banda com toda sua casa. Incomodado pelos cristãos que se comportavam como cunumis", ou seja, como moços, lastimava-se da ausência daqueles mais velhos que lá viviam do tempo em que ali haviam chegado. Estes, os novos, desrespeitavam os acordos e induziam os índios a venderem-se a si próprios, aos filhos e outros parentes na tentativa de conseguirem repor as peças que haviam perdido com a epidemia (CUNHA, 2015, p. 216).

A chegada dos jesuítas na capitania revelou outra estratégia do processo de conquista, o pacto político entre o donatário e a Igreja. Inicialmente, encontramos o relato de Afonso Brás, em 24 de agosto de 1554, no qual ele registra que os moradores da capitania do Espírito Santo se encontravam desolados e chorosos. Ademais, o padre relatou a dificuldade de catequizar os indígenas, porque, além de haver muitos escravizados, eles também retornavam aos seus costumes antigos após o batismo (SIMONATO, 2007, p. 58). Conforme Simonato (2007), os jesuítas foram fundamentais para a criação de laços de solidariedade e formação de alianças políticas e econômicas. Além disso, os nativos contribuíam para a concretização do processo de conquista, na medida em que os confrontos interétnicos resultavam na escravização dos grupos não aliados, de modo que o processo de escravização do indígena se institucionalizou desde o início da conquista (SIMONATO, 2007, p. 58).

Há desencontros historiográficos sobre o estabelecimento desses missionários em terras capixabas. Maria Stella de Novaes sustenta haver registros datados de 1541 acerca da presença dos jesuítas, com a nomeação de João Dormudo para primeira paróquia do Espírito Santo. José Teixeira de Oliveira (2008), por sua vez, assinala haver presença dos jesuítas a partir de 1549, ano em que escalaram no porto do Espírito Santo, inclusive com registros da passagem de Leonardo Nunes e Diogo Jácome pelo período de um mês na capitania. Em 1551 há registros da chegada na capitania de alguns jesuítas, a saber: o padre Afonso Brás e o irmão Simão Gonçalves. Eles formaram as bases de sustentação dos jesuítas no Espírito Santo. O objetivo central dos religiosos consistia na catequese dos nativos. Além disso, também coube à Igreja Católica e aos missionários o papel principal na organização das vilas e no processo educacional dos habitantes locais e dos povos indígenas. De certa maneira, a conversão dos nativos implicou a declaração da guerra justa, isto é, foi empregada força sobre os indígenas com o propósito da salvação de suas almas.

De qualquer maneira, o Espírito Santo estava propício à investida dos religiosos, como afirma o padre Antônio Pires: "es la tierra la mas abastada y mejor de toda esta costa, según dizen todos" (OLIVEIRA, 2008, p. 81). Por outro lado, o padre José de Anchieta relata que os jesuítas em Vitória tinham como ocupação:

> [...] pregar, confessar, ensinar os meninos a ler e escrever, exercitar os mais ministérios do instituto com os portugueses, escravos e índios dá terra, que são muitos e os mais domésticos da costa, e ali são recebidos e fazem muito fruto (ANCHIETA apud ABREU, 1993, p. 44).

É inegável que a administração Coutinho não decepcionou quanto à catequese, na verdade "recebeu mais gente do sertão do que nenhuma outra capitania"[7]. Nas palavras do jesuíta Afonso Brás: "é esta terra onde ao presente estou a melhor e mais fértil de todo o Brasil. Ha nella muita caça de monte, muitos porcos montezes, e é mui abastada de pescado" (CARVALHO, 1982, p. 38).

Em geral, os jesuítas foram os construtores de diversos edifícios na capitania, destacando-se o Colégio dos Meninos de Jesus, este edifício servia para todas as necessidades filantrópicas (abrigar meninos órfãos), administrativas e religiosas. Posteriormente, esse edifício desapareceu por consequência de um

7 OLIVEIRA, 2008, p. 81.

incêndio ocorrido em 1559. Também temos a informação acerca da construção do Colégio Santiago; no entanto, não há uma data precisa, quiçá concluída em 1573. Tal colégio se tornou a referência dos jesuítas na capitania do Espírito Santo por concentrar a administração, colégio e igreja num mesmo espaço. Segundo estudiosos, o Colégio Santiago foi edificado em um local elevado da capitania, e, ao que tudo indica, como relata José Antônio de Carvalho (1982), sua construção foi coordenada pelo padre José de Anchieta. Não podemos perder de vista que há outras construções jesuítas, especialmente igrejas ao longo do litoral do Espírito Santo. Estas construções foram erguidas por causa dos aldeamentos (missões religiosas). A primeira parece ter sido construída na Ilha de Vitória pelo temiminó Maracaiaguaçú e depois abandonada. Ao longo do tempo foram construídas: a Aldeia de São João, em Carapina; a Aldeia de Nossa Senhora da Assunção, em Reritiba (Benevente, hoje Anchieta – 15 de agosto de 1579); a Aldeia dos Reis Magos, em Nova Almeida; a Aldeia Velha (hoje Santa Cruz); a Aldeia do Peixe Verde (próxima a Guarapari); a Aldeia de Araçatyba (1556); a Aldeia do Campo (norte de Nova Almeida – 1557); a Aldeia Roças Velhas (Cariacica); a Aldeia de Orobó (margem do Rio Piúma – 1580), perfazendo um total de 18 mil índios aldeados (SIMONATO, 2017, p. 64).

A fundação de tais aldeias tinha a finalidade de evangelizar as populações indígenas. No entanto, também nelas encontramos orfanatos, escolas, residências e um templo religioso. Geralmente aquelas aldeias ficavam afastadas dos "centros civilizados" (sede da capitania), porque os religiosos não toleravam intromissão de leigos em suas aldeias. Não obstante, os religiosos sempre buscaram trabalhar com mais liberdade junto aos índios; por isso, o afastamento dos centros para evitar conflitos com os portugueses. Vale ressaltar que essas aldeias empreenderam um verdadeiro povoamento na capitania do Espírito Santo, tornando-se posteriormente vilas.

Por volta de 1571, houve um grande movimento de entradas de padres jesuítas e pessoas ligadas à administração da capitania no sertão, visando buscar indígenas para as aldeias. Em 1573 Belchior de Azeredo trouxe mais de 200 índios para as aldeias. Foi a partir dessas entradas que o Espírito Santo se tornou o principal campo missionário da colônia no final do século (SALETTO, 1998, p. 96). Por outro lado, os religiosos empreenderam um modelo de exploração econômica constituído pelas fazendas, erguendo um amplo patrimônio econômico no Espírito Santo, precipuamente no âmbito da agricultura e pecuária. Conforme Balestrero (1979, p. 66), havia quatro principais fazendas: Muribeca, Itapoca, Araçatiba e Carapina.

A fazenda de Muribeca era o centro de todas as atividades rurais da Companhia de Jesus no Espírito Santo. Ela estava situada à beira-mar no território hoje pertencente ao município de Itapemirim e chegou a possuir cerca de duas mil cabeças de gado, enquanto a fazenda de Itapoca, fundada no século XVIII, estava nos terrenos hoje pertencentes aos municípios de Viana e Cariacica, às margens do rio Formath. Era descendo por este rio, que os jesuítas alcançavam o rio Jucu, através do canal do marinho, e dali para Vitória, transportando gêneros agrícolas (BALESTRERO, 1979, p.67). Essa fazenda é destinada ao cultivo de legumes, e grande foi sua contribuição para o suprimento completo e absoluto da catequese, especialmente no colégio de Santiago (BALESTRERO, 1979, p. 67). A fazenda Araçatiba, por sua vez, foi fundada por Brás Lourenço, em 1556. Ela se tornou a maior fazenda da costa brasileira, contando com 852 serviçais (entre negros e índios) no trabalho agrícola e na criação de gado. Não obstante, ela se estendia até a Barra do Jucu e Ponta da Fruta (Vila Velha); Campo Grande (Cariacica). E por fim, a fazenda de Carapina que estava destinada à policultura. Os limites dessa fazenda começavam na Barra do Rio da Passagem, em Maruípe, e se estendia até a ponta de Camburi.

Não há dúvidas de que a escravidão indígena se encontrava institucionalizada na capitania e de que a exploração da mão de obra de certa maneira era mediada pelos padres jesuítas. Cabe mencionar que os grupos rivais dos indígenas aliados eram geralmente

escravizados. Ademais, os religiosos exerceram um papel fundamental tanto na criação de laços de solidariedade, como na formação de alianças que contribuíram para a concretização do processo de conquista e para a atuação nos confrontos e conflitos que envolviam a escravização do índio. Logo, conclui-se que a atuação desses religiosos foi fundamental para o pactismo político, entre os agentes políticos da conquista e os grupos nativos (SIMONATO, 2007, p. 58). Se por um lado, a conversão dos nativos se tornou o fundamento das missões jesuíticas; de outro, ela também se revelou desafiadora, porque alguns indígenas batizados persistiam em fugir para o interior das matas e retornar à prática dos seus hábitos ancestrais. Em contraposição às questões relativas à conversão dos nativos, aos escravos indígenas a conversão a fé cristã era um hábito diário (CUNHA, 2015, p.124-126).

Desse modo, a estratégia utilizada pelo primeiro donatário e os nobres da terra foi manter uma aliança com os jesuítas, doando à igreja alguns terrenos para construções religiosas (CUNHA, 2015, p.128).

Em geral, a administração de Vasco Fernandes Coutinho foi caracterizada por grandes instabilidades. Isso implicou diversos confrontos e desentendimentos com os governadores-gerais, especialmente o governador Mem de Sá (1558-1572). Há diversos relatos desses governadores que indicam a entrega de corpo e alma do donatário à administração. Por volta de 1550, havia denúncias contra a sua administração, feitas por Duarte de Lemos, que governava a capitania doada a Pero Campo Tourinho. Tais declarações foram levadas ao soberano português, no sentido de gerar intrigas contra o donatário. Em suas acusações, Duarte de Lemos relatava que Coutinho teria deixado a capitania do Espírito Santo com o propósito de ir à França para restaurar seus gastos financeiros realizados na mesma capitania.

De acordo com a transcrição:

> [...] Senhor, V. A. saberá como Vasco Fernandes Coutinho veyo ter a este Porto Seguro e ffoy sorgir junto da nao a Santa Cruz ffazenda do Duque dAveiro que he desta Villa duas llegoas omde estava a nao de V. A. á carega de brazill dizemdo que se queria yr nella ao reyno e estarya hy oyto dias eu ho ffuy ver e lhe pedi e requery da parte de V. A. que não llevase huns omiziados que ho ouvidor gerall prendeo nos Ilheus que ffogirão da cadeia os quaies estavão prezos porllançarem x ou xb ou xx allmas nos pitiguares em terra e as darem a comer aos Imdios e despois se allevamtaram com ho navyo e lhe trazerem suas ffazemdas roubadas e elles mortos e assy hum ffranses per nome Formão que veyo narmada de V. A. degradado pera sempre por ladrão do mar cosairo como Francisco do Camto que vay por capitão desa nao mais largamente dirá a V. A. e como elle lleva mao preposito segundo emforrnações que eu tenho não deu por nada mas antes os llevou todos e mais se mais achara e os que leva comsiguo são lladrões e desorelhados e degradados pera esta terra por onde creo que não lleva bom preposito como hum Antonio Vaz que esta no Ryo dos Ilheos na ffazenda de Fernam dAlvares da Casa da India mais llargamente sabe e asy hum Roque Martins que qua está na sua capitania e outro que era mestre de hum navio em que elle vay por serem cometidos e o mestre se deixou ffiquar em terra nesta capitania por não segir a Rota que Vasco Fernandes lleva que he yr se a França a se restaurar se de seus gastos que tem feitos na sua capitania, dizendo que asy ho ade fazer pois lhe V. A. quebra suas doações e a sua capitania deixou e entregou ao ouvidor gerall ho que dá mais com a ser verdade seu caminho e mao preposito (Carta de DUARTE DE LEMOS escrita de Porto-Seguro a D. João III [catorze de julho de 1550] apud OLIVEIRA, 2008, p. 70-71).

Também o governador-geral Tomé de Souza ao referir-se à administração do donatário, ressalta:

> [...] O Espirito Santo he a melhor capitania e mais abastada que ha nesta costa mas está tam perdida como o capitão della qué Vasco Fernandez Coutinho eu o provy o melhor que pude mas V. A. deve man-

> dar capitão ou Vasquo Fernandez que se venha pera ella e ysto com brevidade" (Carta de Tomé de Sousa: primeiro de junho de 1553). – Documento pertencente ao Arquivo da Torre do Tombo (gaveta 18, m. 8, n. º 8; apud OLIVEIRA, 2008, p.71-72).

Diante da ausência do donatário na capitania, aumentou-se a desconfiança em sua administração. Ao que tudo indica, ele parecia estar em Portugal em busca de empréstimos. Quando voltou ao Brasil, foi excomungado pelo bispo Pero Fernandes, em Pernambuco, em virtude "de mistura com homens baixos por beber fumo" [8]. Este episódio foi relatado pelo governador-geral Duarte Coelho:

> [...] Vasco Fernandez Coutinho chegou aqui velho pobre e cansado, bem injuriado do bispo, porque em Pernambuco lhe tolheo cadeira despaldar na igreja e apregoou por escomungado de mistura com homens baixos por beber fumo segundo mo ele dise, eu o agaselhei em minha casa e com minha fazenda lhe socorri a sua pobleza pera se poder ir pera o Espirito Santo e o bispo o agasalhou com dizer no pulpito cousas delle tam descorteses estando elle presente que o puseram em condiçam de se perder do que eu o desviei e hei vergonha de decrarar o que lhe disse e por lhe defender a elle o fumo sem o qual nam tem vida segundo elle diz o defendeu nesta cidade com excomunhões e grandes penas dizendo que era rito gentilico sendo hûa mezinha que nesta terra sarava os homens e as alimarias de muitas doenças e que parece que nom devia de defender (Documento pertencente ao Arquivo da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, I, 95, 70; apud OLIVEIRA, 2008, p. 73).

Conforme Simonato (2007), esse evento provocou um desgaste na imagem do donatário (SIMONATO, 2007, p.127).

Todavia, um intenso embate entre os colonos e os Tapuia ocorreu em 1557. Neste ano o Capitão donatário solicitou o envio de reforço militar ao governador-geral Mem de Sá. Em resposta, ele enviou o seu filho à capitania Espírito Santo. Navegando pelo Rio Cricaré (atual município de São Mateus), Fernão de Sá encontrou com grupos indígenas e decidiu atacá-los. A consequência dessa batalha foi, segundo registro do Irmão Antônio Blasquez, a morte do filho do governador-geral[9] (SIMONATO, 2007, p. 55). Esse evento pode ter implicado em revanchismo do governador em relação ao capitão-donatário do Espírito Santo. Fernão de Sá foi enviado pelo pai com o propósito de acudir à situação preocupante de Vasco Coutinho e aos companheiros, o destino da expedição militar seria as vilas do Espírito Santo e Vitória, como explica a passagem: "e por me não deixar os moradores yr em pessoa" – contínua o governador-geral – "mamdei a fernão de saa meu filho com sejs vellas e perto de dozemtos homens" (OLIVEIRA, 2008, p. 90). No entanto, por iniciativa dos reforços que entraram em Porto Seguro, observaram a oportunidade de combater os aguerridos índios, provavelmente tupiniquins, que residiam ao longo do vale e que costumavam assolar os cristãos (CUNHA, 2015, p. 183). Com efeito, no decorrer do vale seguiram até duas aldeias fortificadas onde obtiveram a vitória através da morte e prisão

8 OLIVEIRA, 2008, p. 73

9 Conforme Cunha (2015), poucos dias após a tomada de posse de Mem de Sá como terceiro governador-geral, recebeu este um pedido de socorro de Vasco Fernandes Coutinho. O capitão donatário escrevera-lhe a dizer "como estaua ho gentjo da sua capitania allevantado e lhe fazião guerra". A povoação onde seencontrava o donatário fora sitiada, havia gente ferida e morta pelo lado português, e corria-se o risco de virem a ser comidos pelos inimigos, caso capitulassem antes da chegada do auxílio. O pedido de socorro do donatário, sem indicações quantitativas relativamente à ordem de grandeza ou poder dos atacantes, contém apenas indicadores qualitativos e não deixa entrever, portanto, a magnitude ou a extensão do perigo, mesmo comparativamente a outros ataques no Espírito Santo ou em outras capitanias. Ao contrário, os indicadores da resposta preparada pelo governador são mais precisos, mas não conseguem cobrir o que na realidade aconteceu. Mem de Sá respondeu com o envio de uma força de quase duzentos homens, entre eles o sobrinho Baltazar de Sá, capitaneados pelo filho Fernão de Sá, e seis navios, entre os quais uns caravelões, que partiu de Salvador no início do mês de janeiro de 58, a que se juntaram reforços na Vila de Porto Seguro. Informados da existência dum forte núcleo indígena contrário nas margens do rio Cricaré, atual rio São Mateus, próximo da fronteira com a capitania de Porto Seguro, para ali se dirigiram" (CUNHA, 2015, p.182-183).

de parte dos gentios. Em seguida, Fernão de Sá parou em uma terceira aldeia fortificada, onde acabou morrendo em combate (CUNHA, 2015, p. 184).

Sobre a batalha no Vale do Rio Cricaré, segue a descrição:

> [...] Brás do Amaral informa que, em companhia de Fernão de Sá, vieram os capitães Diogo Álvares e Gaspar Barbosa, que participaram voluntariamente da missão: "em chegamdo a capitania do espirito santo emtrou por comselho dos que comsiguo leuaua pello Rjo de cicaree e foi dar em tres fortallezas muito fortes que se chamauão marerique donde o gentio fazia e tinha feito muito dano e mortos muitos cristãos as quajs Rendeo com morte de muito gentio e elle [Fernão de Sá] moreo ally pellejando (OLIVEIRA, 2008, p.90).

> [...] fueron a dar donde no los mandavan, y todavía rendieron dos cercas donde mataron mucha gentilidad y prendieron muchos yndios. Con este buen successo, queriendo el Capitão seguir la victoria, dió en la tercera cerca donde se acabava todo de vencer. En ésta lo dexaron todos los suyos con solos diez hombres a pelear, y se acogeron a los navios, unos por curar algunas heridas de poco momento, otros por recadar sus pressas que ellos más desseavan. Estos diez con su Capitán pelearon tan bien, que tenían ya la cerca rendida sy Le acudieran con dos ollas de pólvora que nunca se las quisieron llevar, hasta que los Yndios conocieron que eran tan pocos, con lo qual cobraron ánimo y cargaron sobre ellos y hiziéronlos venir recogiendo hasta los navios. Y quiso La desaventura que les avían tirado los navíos y barquos donde los dexara, que fué otro desatino nunca oydo; y alli en la playa pelaron un gran rato aguardando socorro de los navios, y al cabo nunca les vino; y allí mataron al Capitán hijo del Governador con cinco, porque los otros salváron-se a nado (OLIVEIRA, 2008, p. 90).

Depois daquela batalha, o grupo se dirigiu para a vila onde se encontrava Vasco Fernandes Coutinho, com o propósito de auxiliá-lo. O saldo do confronto foi a vitória portuguesa sobre os nativos. Consoante Rocha (1977, p.33), conta-se que Mem de Sá, ressentido com a morte do filho, não quis receber a expedição, e diz Anchieta que o governador "escondeu no nobre coração a imensa desgraça". De acordo com Simonato (2007), após combater os índios, o governador-geral escreveu ao rei, narrando a situação da capitania. Na carta, esclareceu que o donatário não possuía mais recursos financeiros para incentivar o processo de conquista, além de encontrar-se velho para o desempenho das atividades militares. Sugeriu que outro fidalgo fosse enviado para substituí-lo. Segundo Oliveira (2008), a correspondência descreve: "O perigo que esta terra agora pode ter hee ter capitão tão velho e pobre e nisto vera Vossa Alteza que os armadores são os nervos do brasil / e a capitania que os não tiver senão podera sostentar" (OLIVEIRA, 2008, p. 93); (SIMONATO, 2007, p. 61).

E continua:

> [...] Pareceme que Vossa Alteza devia de tomar esta terra a Vasco Fernandez e logo mandar a san tome [?] e dar aos homens ricos que para Ca querem vir as omras que pedem e embarcação e mandar alguns a esta capitania / outros ao espirito santo e conceder privilegios de novo inda que estem jaa no foral aos que ca quiserem vir" (OLIVEIRA, 2008, p. 93).

Também encontramos a carta endereçada de Vasco Fernandes Coutinho a Mem de Sá, na qual ele comunica a sua viagem a Portugal:

> [...] Senhor. – É a minha obrigação tanta, em que lhe são pela mercê que me fez e no socorro que me mandou, dado caso que sua pessoa e quem elle é e pera o que era obrigado a fazer o que fez e fora eu assim doente e aleijado como estava me embarquei ao vir visitar e beijar as maos [sic] e com o mao tempo e ma vida do barco, já quando aqui cheguei, foi dita chegar vivo da maneira que vim pela qual rezão e

> minha doença não vou, logo falo se se Nosso Senhor me der ajuda e um pouco de saude pera isso, pera lhe dar conta de mim e assim da terra como fica, Nosso Senhor seja louvado despejada dos inimigos e em termos melhores do que nunca esteve, do que Vossa Senhoria deve de ter muito gosto pois que por sua industria e ajuda depois de Deus pode dizer que salvou aquela gente do muito risco e perigo em que estávamos e ganhou aquela terra ainda que lhe custasse tanto e depois delle eu fui o mofino em Ella custar tanto não se pode nisto fallar porque é cousa tam nova tão fora de estilo e de rezão o por parte sucedeu tamanho mal que se não poderá fallar (Carta de Vasco Fernandes Coutinho a Mem de Sá, de vinte e dois de maio de 1558 apud OLIVEIRA, 2008, p. 94).

Nesta carta, Coutinho expressa abertamente que desejava se desfazer das terras, em seguida o próprio renunciou ao governo da capitania em favor da Coroa. Em seu lugar foi nomeado Belchior Azeredo[10] como capitão do senhorio. Desse modo, a carta de Mem de Sá elucida o evento ao rei acerca da renúncia de Vasco Coutinho:

> [...] Mem de Sá, do conselho d'el-rei Nosso Senhor, capitão da cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, e governador-geral em todas as capitanias e terras de toda a costa do Brasil pelo dito senhor. Faço saber aos juízes, vereadores e povo desta capitania do Espírito Santo, que vindo eu correr a costa, Vasco Fernandes Coutinho, capitão e governador que era dela, a renunciou em Sua Alteza, e eu em nome do dito Senhor a aceitei, e em seu nome faço capitão dela a Belchior de Azeredo cavaleiro da casa d'el-rei Nosso Senhor, por ser elegido pelo povo, e as mais vozes, e por confiar dele em tudo o que encarregar do serviço de Sua Alteza, o fará bem, e fielmente, e como deve, e ele poderá usar de todos os poderes e jurisdições que Vasco Fernandes Coutinho tinha, e usará por bem de suas doações, e haverá todos os próis e percalços ao dito ofício ordenados, enquanto servir o dito cargo, que será até Sua Alteza prover, e a mim me parecer seu serviço, e ele haverá juramento em câmara, para que seja metido de posse do dito cargo, sobre os Santos Evangelhos, que bem e verdadeiramente servirá o dito cargo, guardando em tudo o serviço de Deus, e de Sua Alteza, o direito das partes, de que se fará assento nas costas desta, e será registada no livro da dita câmara, onde se fará outro do termo do dito juramento, que o dito Belchior de Azeredo assinará. Pelo que vos mando que obedeçais em tudo e por tudo o que vos por ele for mandado, como capitão que é. Cumpri-o assim. – Dado nesta vila de Nossa Senhora da Vitória, sob meu sinal e selo das suas armas. – Hoje três de agosto de 1560. Antônio Serrão a fez. – Mem de Sá" (OLIVEIRA, 2008, p. 102).

A partir desses relatos citados, concluímos que o desgaste da administração de Coutinho foi ocasionado pelos desentendimentos com o governador-geral Mem de Sá, como também pelo processo de conquista, já que se tratava de um empreendimento com recursos próprios.

Outro episódio decorrido no processo da conquista da capitania do Espírito Santo foi o conflito

10 Segundo os relatos da época, o heroísmo e a bravura de Belchior de Azeredo foram fundamentais para a expulsão dos franceses e dos tamoios da Baía da Guanabara. Ao lado de Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, governador-geral do Brasil, o capitão-mor teria tido atuação brilhante e decisiva para libertar a terra onde seria fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: Funcionário, homem de justiça, e administrador, [Belchior de Azeredo] portou-se à altura dos grandes capitães que a colônia conhece (ALMEIDA, 2019, p. 84). Simonato (2007) relata que o Capitão Belchior de Azeredo era um dos homens bons que compuseram a Câmara da Vila da Victória. E, dessa forma, como registrado por Vasco Fernandes Coutinho, em correspondência datada de 22 de maio de 1558, ao governador-geral, Mem de Sá, o capitão Belchior de Azeredo era um dos camaristas que fez oposição política à administração do primeiro donatário. O governador-geral, em 3 de agosto de 1560, relatou: "aos juízes, vereadores e ao povo dessa capitania", que Vasco Fernandes Coutinho renunciava, não à posse da donatária, como já asseverado pela historiografia, mas ao cargo de capitão. Na correspondência, Mem de Sá o denomina "cavaleiro da casa del rei", referindo-se aos serviços que Belchior de Azeredo iria prestar à monarquia portuguesa. O documento registra um discurso de nobreza, imputando a Belchior de Azeredo a representação de um bom vassalo, "por confiar dele em tudo o que encarregar o serviço de Sua Alteza", reafirmando que "o fará bem e, fielmente, e como deve", por "ser elegido pelo povo, e mais vozes". Assim, subentendia-se que o primeiro donatário, ao contrário, portara-se como mal vassalo (SIMONATO, 2007, p. 145).

entre os colonos e o primeiro donatário, em razão da escravização dos indígenas. Vasco Fernandes Coutinho relatou este problema a Mem de Sá, de acordo com o primeiro donatário, os camaristas da Vila da Victória sublevavam o indígena, ao empreenderem expedições para aprisioná-los como escravos (SIMONATO, 2017, p. 119). Esse evento foi causado, porque os moradores desejavam ter direito à exploração do sertão, especialmente a exploração sobre a mão de obra indígena. No entanto, o donatário impôs o seu direito como capitão da terra, provavelmente não permitindo a escravização. Apesar das tentativas de se constituir um pacto entre os poderes, o dissídio não foi solucionado. Em virtude disso, tanto Vasco Fernandes Coutinho quanto a Câmara recorreram ao governador-geral do Brasil (ALMEIDA, 2019, p. 72); (SANTOS, 2014, p. 48). Esse episódio evidencia que a Câmara Municipal disputou os poderes locais com o donatário. Apesar de ele ser a maior autoridade judicial em sua capitania, os juízes, oficiais e vereadores eleitos que compuseram a Câmara da Vila conseguiram impor seus interesses particulares acima da autoridade do próprio capitão-donatário, em algumas situações.

Havia alguns descontentamentos dos moradores da capitania com o primeiro donatário por causa de suas ações. Vasco Coutinho, segundo informam os relatos, teria convocado os moradores da vila para discursar. De acordo com os mesmos relatos, o donatário empreendeu um discurso que parecia estar imbuído de bons sentimentos. Dessa forma, para comprovar sua atitude de mudança, pedira perdão aos colonos, dizendo-lhes que, se os tivesse prejudicado, comprometia-se em reparar os danos causados, prometendo, dali em diante, encontrar-se bem com todos (SIMONATO, 2017, p. 127).

Não obstante, há indícios que as disputas políticas internas pela administração da capitania foram solucionadas pelas relações matrimoniais entre a família Coutinho e a família Azeredo. Essa aliança foi fundamental para a formação da elite colonial, ou seja, uma nobreza da terra que exerceu o controle administrativo local, especialmente para o êxito do processo de conquistas não apenas política, mas também economicamente, sendo um dos exemplos desse êxito o controle da produção de açúcar sob o comando dos irmãos Marcos e Miguel de Azeredo, proprietários de engenhos na capitania. A união da família Azeredo, de origem judaico-cristã, com a família do primeiro donatário do Espírito Santo possibilitou a essa família a patrimonialização dos cargos públicos e o maior alcance aos benefícios político-econômicos (ALMEIDA, 2019, p. 80). Marcos e Miguel de Azeredo eram sobrinhos de Belchior de Azeredo. O primeiro, casou-se com Dona Maria Coutinho de Melo, irmã de Vasco Fernandes Coutinho (Filho), assumindo, inclusive, cargos administrativos, como de adjunto e provedor-mor, durante o período que sucedeu a morte do segundo donatário (SIMONATO, 2007, p. 128).

Considerações finais

A tarefa do pesquisador que se dedica ao estudo sobre a história regional do Espírito Santo é repensar a concepção e o discurso de inferioridade que fundamentaram a sua constituição. Esta concepção ainda se mantém como paradigma adotado por alguns membros da sociedade política e civil.

É pelo método empírico que o cientista social investiga o modo como o nosso estado ajudou a construir a história nacional. Por isso, concordamos com o estudioso Luís Cláudio M. Ribeiro (2012), quando ele afirma que a nossa história foi construída numa concepção negativa, sem suficiente comprovação (RIBEIRO, 2012, p. 171-172). Dessa maneira, entender o processo de conquista portuguesa na capitania do Espírito Santo é fundamental para desfazer essa visão negativa e trazer luz a novos debates sobre a história regional.

Iniciamos esse artigo com uma pergunta: qual a dinâmica política estabelecida entre o donatário Vasco Fernandes Coutinho e os diversos grupos sociopolíticos presentes na capitania, nos primeiros

anos do processo de conquista? Para sustentar nossa argumentação, partimos dos conceitos de monarquia corporativa e pluricontinental adotados pelos pesquisadores Antônio Manuel Hespanha, João Fragoso e Nuno Gonçalves Monteiro, entre outros. Portanto, nossa investigação buscou em novos trabalhos acerca da historiografia regional, a partir da leitura desses conceitos, elementos capazes de explicar o objeto-problema.

Com base nesses conceitos, concluímos que Vasco Fernandes Coutinho, ao receber as terras na América portuguesa, precisou criar um pactismo político entre os diversos grupos sociopolíticos presentes no início da conquista. Por causa disso, o primeiro donatário procurou atrair fidalgos, com o objetivo de que eles o ajudassem por meio de auxílio econômico e militar no processo de conquista de novas terras. Ademais, a presença dos jesuítas nessas terras propiciou alianças com os grupos nativos, e estes, por sua vez, aliaram-se aos conquistadores. Esse pactismo com os indígenas permitiu ao donatário construir uma defesa militar, impedindo as invasões estrangeiras; por outro lado, os nativos puderam usufruir de certa liberdade, constituindo autogovernos nas aldeias, porém, às vezes, sob orientação dos jesuítas.

Apesar dos problemas enfrentados por Vasco Fernandes Coutinho, principalmente com os moradores da Vila de Vitória e com a nobreza da terra representada pela mesma câmara, o primeiro donatário conseguiu empreender o processo de conquista das novas terras, desmistificando a visão da historiografia tradicional de incompetência administrativa.

Enfatizando a pobreza do primeiro donatário do Espírito Santo, o pesquisador Faoro (2012), citando Frei Vicente Salvador, equivoca-se, porque, quando observamos atentamente o testamento deixado pelo filho de Vasco Fernandes Coutinho, constatamos que a primeira família donatária tinha propriedades e riquezas. Por exemplo, Vasco Fernandes Coutinho (filho) afirmava deter 14 ou 15 peças de escravos da terra, também tinha para receber rendimentos da venda do engenho Taquoary, fazendas e heranças[11]. Além das informações do testamento do segundo donatário, também temos a informação do documento de translado, datado de 1782, em que foram copiados o termo de doação das terras onde seria construído o Convento de Nossa Senhora da Penha, na Vila do Espírito Santo, atualmente Vila Velha. Nesse documento é relatado que o sítio de Nossa Senhora da Penha foi doado com anuência das câmaras municipais de Vitória e Espírito Santo (Vila Velha), bem como da governadora Luiza Grinalda. Supomos que esse sítio estava sob administração da família Coutinho[12].

Diante do exposto, precisamos compreender que a história regional ainda necessita de novas pesquisas, com o propósito de repensarmos o estigma negativo do nosso passado e de desmistificar equívocos construídos pela historiografia tradicional.

Referências

ABREU, Carol. O desejo de conquista. In: VASCONCELOS, J. (org.). **Vitória:** Trajetórias de uma cidade. Vitória: IHGES, 1993, p. 41-60.

ALMEIDA, Wanderson Santos de. **Gente da terra**: relações de poder na capitania do Espírito Santo (séculos XVI e XVII). 152 f. Dissertações (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

BALESTRERO, Heribaldo L. **A obra dos jesuítas no Espírito Santo**. Viana: PMV, 1979.

CARVALHO, José Antônio. **O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CUNHA, Maria José dos Santos. **Os Jesuítas no Espírito Santo (1549-1579)**. Contactos, Confrontos e Encontros. 334f. Tese (Doutorado em Teoria Jurídico Política e Relações Internacionais) - Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Teoria Jurídico Política e Relações Internacionais Especialidade: Cultura, Política e Sociedade, Universidade de Évora, Évora, 2015.

11 Testamento de Vasco Fernandes Coutinho Filho, em Lisboa, 19 de abril de 1573. Códice 44, XIV, 6, folha 68, Arquivo Real de Ajuda, Lisboa, Portugal. Ver Espírito Santo: *Documentos Coloniais. Série Documentos Capixabas, Governo do Estado do Espírito Santo*: Secretaria de Planejamento. Fundação Jones dos Santos Neves. Agosto de 1978, pp. 26-37.

12 BN. Traslado da doação do sítio de Nossa Senhora da Penha, aos religiosos da custódia de Santo Antônio, para edificação de um convento, em dezembro de 1591 Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1482623/mss1482623.pdf . Acesso 01 de agosto de 2021.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. v.1 São Paulo: Editora Globo, 2012.

FRAGOSO, J. "Poderes e mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa", in: FRAGOSO, J e MONTEIRO, Nuno G. (orgs.). **Um reino e suas repúblicas no Atlântico**: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 49-99.

FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII. In FRAGOSO, João [et al.] (Org.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória/Lisboa: Edufes/EECT, 2006. p. 25-72.

FRAGOSO, João, "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)". In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos**: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 29-71.

HESPANHA, António M. "A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes", in: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos**: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 163-188.

HESPANHA, António M., "O poder preeminente", in: HESPANHA, António Manuel. Às vésperas do Leviathan: Instituições e poder político. Portugal: Século XVII. Coimbra: Almedina, 1994. p. 472-522.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. **Textos de história militar do Espírito Santo**. Vitória: Grafitusa, 2008. 3 v. (Coleção João Bonito Moreira).

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: FEES, SD.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. Ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008, 670 p. (Coleção Canaã; 8).

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. "Modos de ver (1534-1643): o governo do Espírito Santo na sua primeira centúria", in: BITTENCOURT, Gabriel & RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **Espírito Santo:** um painel da nossa história II. Vitória: Secult, 2012. p. 171-199.

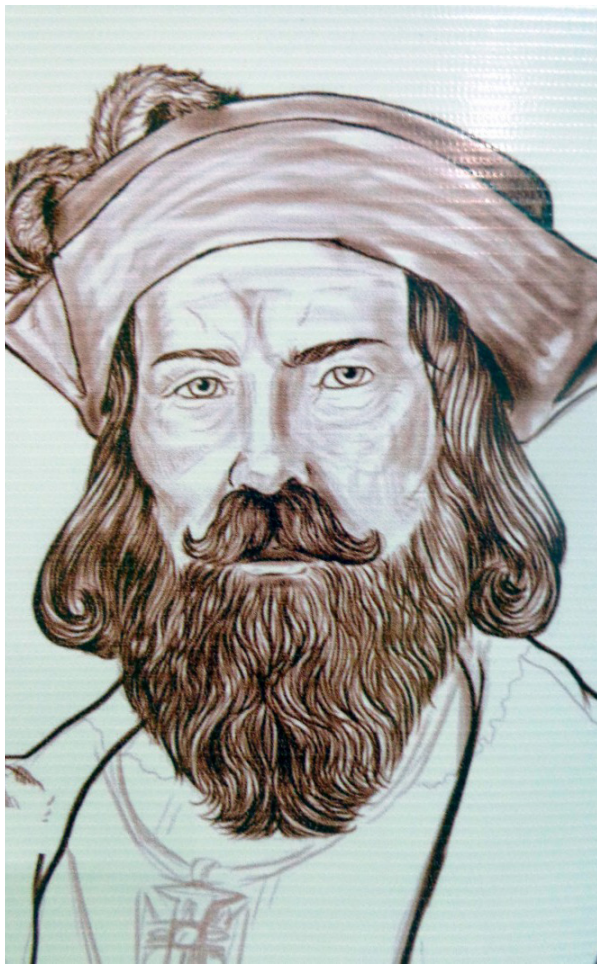
ROCHA, Levy. **De Vasco Coutinho aos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial, 1977.

SALETTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas**: o início da colonização do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998. 102 p. (Canaã; v.4).

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **História da Câmara Municipal de Vitória**: os atos e as atas / Vitória, ES: Câmara Municipal de Vitória, 2014. 540p. (V. 1 - A trajetória de uma das primeiras câmaras do Brasil).

SILVA, Alberto da Costa e. Do Índico ao Atlântico. In FRAGOSO, João [et al.] (Org.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória/Lisboa: Edufes/EECT, 2006. p. 13-24.

SIMONATO, Juliana Sabino. **A capitania do Espírito Santo sob a égide dos Filipes:** escravidão, comércio de escravos e dinâmicas de mestiçagens (1580-1640). 332 f. Teses (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.







ARTIGO

O SILENCIAMENTO ÉTNICO DO INDÍGENA INTEGRADO NA HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO

Henrique Antônio Valadares Costa

Pós-doutorando pela UNESP de Presidente Prudente. Doutor e Mestre em Arqueologia pela USP. Prof. Convidado do Programa de Licenciatura Interétnica Indígena da UFES (PROLIND/UFES). Dirige a Seção de Arqueologia do IHGES e Sócio Fundador do Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica – Adam Orssich (IPAE).

Resumo

Este artigo discute a etnicidade das populações indígenas que estavam integradas à sociedade nacional, tanto na Colônia quanto no Império do Brasil, no Espírito Santo. Utilizando dados da etnografia, da história e da arqueologia buscamos contrastar com a documentação oficial que de maneira artificial tentou apagar através da generalização do termo "índio" as populações etnicamente definidas, em sua maioria como Tupi ou Tupiniquim.

Palavras-chave: História indígena capixaba; Arqueologia tupiniquim; Etnicidade indígena.

Abstract

This article discusses the ethnicity of the indigenous populations that were integrated into the national society, both in the Colony and in the Empire of Brazil, in Espírito Santo. Using data from ethnography, history and archeology, we sought to contrast with the official documentation that artificially tried to erase ethnically defined populations, mostly as Tupi or Tupiniquim, through the generalization of the term "índio".

Keywords: Capixaba indigenous history, Tupiniquim archeology, Indigenous ethnicity.

Introdução

A ausência de discussão sobre quem eram as populações indígenas que estavam integradas ao sistema colonial português e, seguidamente, imperial brasileiro é um problema. A questão aqui colocada trata de quem eram essas populações que entre os séculos XVII e XIX viveram no Espírito Santo, em termos étnicos e não meramente como força de trabalho.

Tanto no sistema colonial português quanto no imperial brasileiro, oficialmente, essas populações foram tratadas como apenas "índios", sem etnônimos, criando uma dicotomia diferente aos que ainda resistiam nas florestas, ou estavam em início de integração, a exemplo dos Guarani, Puri, Pataxó, Maxacali, Krenak, Pojichá, entre outros (PARAÍSO, 1998; TEAO, 2019; URBAN, 1998).

Os binômios indígenas integrados e não integrados, "civilizados" e "selvagens" seguiram até que, entre fins do século XIX e a Primeira República, observamos seu "desaparecimento" nas cartografias oficiais e nos censos. Essa condição foi reforçada pelo Serviço de Proteção dos Índios (SPI), onde apenas os indígenas não integrados ou em processo de integração eram considerados índios (ESTIGARRIBIA, 1937; FREIRE, 2014).

Em suma, os indígenas integrados, tratados documentalmente como sem etnia especifica, observados apenas pelos caracteres físicos, ou como na definição de Darcy Ribeiro (2006) como "índios genéricos"[1], oficialmente constituíam o oposto de uma indeterminação étnica e é sobre esta contradição no Espírito Santo que este artigo trata. Possuíram, apesar da intensa política de uniformização estatal, elementos diversos tais como cultura material, bilinguismo e cosmovisão que nas fontes etnográficas e arqueológicas evidenciaram-se persistentes tanto no período pré-colonial quanto inovações pós-contato colonizatório, como trataremos a seguir.

Indígenas integrados e a construção da indeterminação étnica

1 Na definição de Darcy Ribeiro "Índio Genérico" é uma categoria política que as elites tanto metropolitanas, coloniais até o século XX se negavam a atribuir a etnicidade ou "indianidade" que lhes era específica. E definiu como "índio especifico", aqueles que o colonialismo se encontrava em conflito direto ou em início de integração a sociedade nacional e eram mantidos um etnônimo autodeterminado ou definidos por outros (RIBEIRO, 2006).

De onde veio a indeterminação étnica? Sem dúvida que o processo de apagamento não aconteceu de forma imediata na "primeira missa", com o vislumbre de os primeiros indígenas contatados completamente dispostos ao "plano civilizador". Mas na medida em que o processo de conquista dos territórios tradicionais se efetivara, encabeçado principalmente pela catequese da Igreja e a incorporação dos indígenas ao sistema colonial foi sendo construído o discurso de indeterminação étnica.

Este processo ocorre durante o estabelecimento dos índios como força de trabalho efetiva e, em seguida, pela construção de um discurso oficial, tanto textual quanto cartográfico, em que eram genericamente tratados apenas por índios. Essa estratégia baseava-se na necessidade material de mão-de-obra, adquirida por meio da uniformização das diversas etnias pela tradição cristã Ocidental, capaz de atender as demandas econômicas da Metrópole (HEMMING, 2007; PRADO JR, 1983).

No entanto, o "plano civilizador", apesar de objetivo em suas necessidades e ações, não ocorreu como desejado, devido à capacidade de articulação e negociação dos indígenas. Os ambientes de aldeamentos tornaram-se, apesar de sua capacidade de integração ser eficiente, também um local em que decorreu-se uma rearticulação étnica (ALMEIDA, 2003; CORRÊA, 2021):

> Apesar do rigor empregado pelos missionários, é fundamental considerar que havia uma grande distância entre o que os inacianos pretendiam e a realidade. A completa sujeição indígena é algo que existiu somente no discurso. Quanto a isto, vale a pena sublinhar que embora os aldeamentos tenham, ao menos em parte, contribuído para a realização do projeto colonial, eles também foram palco de diversas formas de subversão em relação ao que havia sido originalmente planejado, de maneira que "evasões, conflitos interétnicos, rebeliões, desinteresse de aldeados, quanto aos rituais católicos, não fornecimento de mão-de-obra aos colonos e moradores, dispersão espacial dos aldeados, esquivando-se da sede dos aldeamentos" foram decisivos para tanto (CORRÊA, 2021, p. 132).

A descrição do historiador Luís Corrêa (2021) sobre os aldeamentos coloniais existentes entre os atuais estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo enfatiza a diferença entre o discurso e a realidade de fato. No período do Império a mesma situação entre discurso e realidade também se fez presente (AMOROSO, 2014; SPOSITO, 2012). No entanto, com a estruturação do Estado brasileiro, as populações indígenas integradas foram gradativamente perdendo o *status* de "índio genérico" para uma massa trabalhadora que não era nem cidadão e nem selvagem (MOREIRA, 2002; SPOSITO, 2012). Ainda assim, de forma contraditória, na documentação oficial a condição de índio oscilava segundo os interesses, principalmente os da Igreja.

> (...) Nos censos registros da Missão e do Estado o índio já não era considerado mais índio, ou não era considerado pela Missão, ainda que os missionários foram levados, por vez a outra, a reintroduzir os indígenas nos censos, de forma a garantir a verba destinada a catequese e manter a condição de administradores de aldeamentos indígenas (AMOROSO, 2014, p. 58)

Com a oscilação na categorização das populações indígenas integradas entre "índios genéricos" e, no fim do século XIX, nem isso, é que propomos uma abordagem crítica sobre o discurso artificial e distante dessa realidade. Quanto mais integrados à dinâmica social e econômica da América portuguesa maior era o interesse na "desintegração étnica", para que se transformassem em trabalhadores (livres pobres, escravos ou no serviço compulsório) em unidades de fazendas, construções governamentais e nos antigos aldeamentos religiosos. No entanto, verificamos muitos indicativos de que apesar do discurso oficial esses indígenas transfiguraram-se em novas etnias.

Para o Estado, assumir a etnicidade dessas populações integradas implicaria em assumir políticas diferenciadas, distantes do programa "civilizador".

Fontes etnográficas

Apesar de não passarem desapercebidos, os indígenas integrados à sociedade colonial, também chamados de "índios mansos" e "índios catequisados" (Figura 1), não foram o interesse principal dos cronistas que passaram pelo Espírito Santo (BAVIERA, 2013; BIARD, 2002; KEYES, 2013; ROCHA, 1960, 1971, 2008; SAINT-HILARIE, 2002; TSCHUDI, 2004; WERNICKE, 2013; WIED, 1942).

Na historiografia, parte da documentação oficial tratava o indígena integrado como um elemento aculturado, completamente cristianizado, sem as especificidades e contraposições culturais das populações que ainda viviam em conflito nos sertões. No Espírito Santo e regiões vizinhas as populações indígenas que despertaram maior interesse foram as sociedades ainda consideradas como "primitivas", os índios não integrados, principalmente os ditos Botocudos (Borum) que ocupavam extensa faixa de floresta entre o atual centro/norte do Espírito Santo, sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais (EMMERICH; MONTSERRAT, 1975; PARAÍSO, 2009; SEKI, 1987). Se de um lado os índios integrados atraíam pouco interesse dos naturalistas, os não integrados eram vistos como "fósseis vivos", exemplares dos primórdios da humanidade, e assim, passíveis de estudo científico (NOELLI; FERREIRA, 2007).

O lugar do indígena na sociedade e seu processo de integração

A documentação sobre os indígenas no início da presença europeia é considerada vasta se comparada aos séculos XVII e XVIII. Todavia, com o avanço das pesquisas sobre o período colonial e imperial no



Figura 1: Pintura de Charles Landseer intitulada "Índio do Espírito Santo" (1825-1826). Lápis e aquarela (20,6 x 18,2 cm). Fonte: LANDSEER (2011).

Espírito Santo, a transcrição de novas fontes e estudos têm mudado significativamente este quadro (CORRÊA, 2018, 2021; COUTINHO, 2002; CUNHA, 2015; RIBEIRO, 2018; SANTOS, 2014). O registro sobre os indígenas volta a crescer com as descrições dos naturalistas e das autoridades públicas, principalmente com a chegada da Família Real em 1808 e subsequente abertura dos portos para as nações aliadas da Coroa Portuguesa (CUNHA *et al.*, 1998; PEROTA, 1995).

As primeiras categorizações de indígenas estabelecidas pela documentação referiam-se aos Tupi e aos Tapuia (MONTEIRO, 2001). Posteriormente, com a consolidação do regime colonial mais duas categorias de indígenas são incorporadas, oriundas do pós-contato europeu. São elas a dos índios não integrados e a dos integrados à sociedade nacional[2]. Os não integrados, definidos como índios de etnias específi-

2 A dicotomia Tupi versus Tapuia não desaparece durante todo o processo colonial e permanece mesmo no pós-independência relegando as populações Tapuia, do tronco linguístico Macro Jê em sua maioria, a uma condição inferior na escala civilizatória. O discurso dos Tapuia como seres "bárbaros" teve muito destaque tanto no século XIX quando na primeira metade do XX.

cas (no contexto da região sudeste eram os Tapuias), apesar de apresentarem impactos do colonialismo, tiveram/buscavam um modo de vida similar à época pré-colonial e eram populações de contatos esporádicos, alvos de aldeamentos forçados e extrema violência e que, no século XIX (COSTA; FACCIO, 2016), foram alvos das Cartas Régias de 1808[3] e 1811[4]. Os povos integrados, definidos como apenas "índios", eram parte da mão-de-obra efetiva da sociedade colonial/nacional, produto da ação da catequese e de políticas de Estado como o Diretório dos Índios, da Carta Régia de 1798[5] e "*posicionavam-se diante das mudanças políticas e do advento das ideias liberais*" (CERQUEIRA; KAINGANG; COSTA, 2022).

O sucesso da catequização dependia do sucesso da colonização e vice-versa, isso por conta da inesgotável carência de mão-de-obra a que este projeto estava sujeito e pela ação da Contrarreforma Católica ao Luteranismo/Calvinismo na Europa. A busca por mão-de-obra levou a diversas contradições e situações de negociações de ambos os lados (ALMEIDA, 2003; CORRÊA, 2021).

Na segunda fase da categorização, com a colônia consolidada, verificamos que a partir do século XVII apresentou-se com a incorporação de mais duas já citadas, os indígenas integrados e os não-integrados. Os integrados como agentes ativos de negociação assumiram o discurso oficial, apesar de estes não corresponderem a meras simplificações generalizantes, como cita o historiador Luiz Rafael Araujo Corrêa (2021, p. 57). Para o autor, no Espírito Santo colonial, os indígenas foram levados a negar sua diversidade:

> De fato, os povos indígenas não compunham um todo monolítico, mas sim variados grupos étnicos que se inter-relacionavam e identificavam-se de forma diferente. Contudo, especificamente quanto ao termo 'índio', é preciso ponderar que, em virtude de contextos específicos, tal forma de identificação chegou a ser assumida pelas populações nativas da América a fim de atender aos seus próprios interesses. Isso fica bastante evidente, por exemplo, em diversos requerimentos e pedidos que faziam ao monarca. Em tais pedidos, não é incomum ver o solicitante identificando-se como índio de uma determinada aldeia, **sem qualquer referência à etnia** (CORRÊA, 2021, p. 57, grifo nosso).

Esta estratégia de generalização do termo empregada pelos indígenas, pela pressão colonial, colaborou para que as fontes apresentassem a ausência de informações, sem, no entanto, condizer com a realidade em que viviam.

Outra modificação notória decorre da consolidação do elemento português nos antigos territórios indígenas e a consequente reformulação da espacialidade. A historiadora Vânia Maria Losada Moreira ao discutir sobre as relações de trabalho e territorialidade dos índios do Espírito Santo, especialmente entre o final do Diretório dos Índios e a primeira metade do século XIX, trouxe reflexões sobre como se distribuíam os indígenas e os quilombolas na nova cartografia cultural (MOREIRA, 2017). Segundo a autora duas fronteiras de consolidavam, e entre elas, uma intermediária:

> (...) o processo de desenvolvimento histórico do Espírito Santo a partir da perspectiva dos sertões, pois tais regiões eram 'zonas de contato' entre a sociedade afro-luso-indígena em expansão e as sociedades autóctones (puris e botocudos). Um lugar, portanto, particularmente adequado para se pensar a situação de fronteiras e as relações interétnicas. Note-se, contudo, que os 'sertões do Espírito Santo' eram, na realidade, um espaço geográfico ainda não plena-

3 Carta Régia de 13 de maio de 1808, que manda fazer guerra aos índios Botocudos https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html <Acessado 22/03/2022>.

4 Carta Régia de 5 de setembro de 1811. Segundo Marivone M. Chaim: "A partir desta carta régia defende-se a extinção do índio, visto ser ele inútil à produção, iguala-o aos irracionais e o qualifica de desconfiado, indolente e traiçoeiro. Pertencendo a uma raça inferior não deveria se misturar à raça branca para não influenciar negativamente no futuro da colônia" (CHAIM, 1983).

5 Carta Régia de 12 de maio 1798. Abolia o Diretório dos Índios.

> mente controlado pelos colonizadores (MOREIRA, 2017, p. 66-67).

Nestes termos, o "Sertão" foi consolidado como zona de oposição aos ambientes das vilas, aldeamentos e fazendas amplamente policiados pela Metrópole/Estado. Com isso, os indígenas integrados se estabeleceram entre as vilas/missões/fazendas e as zonas de contato, faixas estas onde se proporcionavam a integração. Era recorrente que as populações integradas fossem utilizadas para ocupação primária nas faixas de interfase desses territórios para princípio de expansão das áreas policiadas, empurrando cada vez mais o sertão para o interior.

Todavia, ainda que o "lugar" do indígena integrado fosse principalmente nas zonas policiadas do sistema colonial, defendemos que essa integração como um "plano civilizador" não foi suficiente ao longo dos séculos XVI ao XIX para uma "europeização" completa. E que o conceito de índio genérico foi um conceito formulado de forma institucional e não condizente com a realidade dessas sociedades. Mudanças culturais ocorreram, de fato, até para a integração, porém, não como pretendido pelo projeto europeu.

O processo de transfiguração do "índio específico" (étnico) para um "índio genérico" (índio manso/caboclo) veio da demanda conjunta da catequese da Igreja e da formação de mão-de-obra, principalmente camponesa/pescadora, na forma escrava, compulsória e livre/paga. Em suma, no programa político de etnocídio do indígena específico com a transfiguração para o indígena genérico veio da necessidade de mão-de-obra para uma economia mercantil agroexportadora (HEMMING, 2007).

A invisibilização da mão-de-obra do indígena "genérico" no Espírito Santo

A mão-de-obra indígena no Espírito Santo sempre apresentou grande importância ao longo de sua história colonial e provincial. Isto por que o Espírito Santo teve menor presença de escravos africanos, se comparado a outras regiões como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo (ALMADA, 1984; PRADO JR, 1983; SALETTO, 1996).

O processo de catequese dos indígenas brasileiros passou sincronicamente pelo processo de formação de mão-de-obra disponível para atendimento do projeto econômico da Metrópole. A perspectiva europeia objetivada pela questão econômica foi a motivação motriz para a integração dos indígenas. Todavia, não sem resistência. Por exemplo, a mudança/fuga do primeiro núcleo colonial português no Espírito Santo é atribuída ao conflito acirrado contra os Goitacá, que segundo a historiografia deu-se pela tentativa de escravização de indígenas e da resistência bem sucedida (DAEMON, 2010; OLIVEIRA, 2008; PENNA, 1878; SALETTO, 2011; VASCONCELLOS, 1858).

Os índios passaram de uma economia autárquica do período pré-colonial para, cada vez mais, uma economia integrada à sociedade nacional. Neste processo ocorreu (e ainda ocorre) uma história de negociação, conflito e resistência. O modelo de economia autárquica das grandes aldeias e seus respectivos territórios, em essência, compunham uma inadequação ao modelo de economia capitalista mercantil que se instalou com a presença europeia. E, por sua vez, foi fundamental a desintegração dessas sociedades autárquicas para a integração à sociedade nacional (CLASTRES, 1978; ENGELS, 2009; RIBEIRO, 1996).

O sentido da integração do indígena na sociedade nacional decorre mais pela exploração de seus territórios e uso de sua mão-de-obra do que "teológico" e subsequente interesse "civilizatório". A catequese foi dos meios para tal. Segundo Darcy Ribeiro, que tratou sobre os conflitos relacionados à questão da etnicidade e à integração das populações indígenas "tribais" à economia da sociedade nacional, a dificuldade das comunidades indígenas em passar pelo processo de integração:

> Aparentemente, seria um processo a passagem do

> nível de uma economia fechada e autossuficiente para um sistema econômico mais aberto, de caráter mercantil, dotado de meios de produção incomparavelmente mais eficientes. (...) A diferença fundamental entre os dois tipos de economia e de cultura, a tribal e a nacional, quanto às condições de vida que criam não reside na diferença entre capacidade teórica de ação sobre a natureza peculiar a cada uma delas, mas na forma de produção e de distribuição dos produtos do trabalho; ou seja, na participação dos trabalhadores no produto por eles criado. A principal fonte de traumas na vida tribal não vem do desajustamento provocado pelas dificuldades de conciliar novos elementos em velhos contextos, mas nos obstáculos que se opõem ao ajustamento dos índios – com seus ideais, valores e expectativas – ao papel de pequenos produtores de artigos de comércio ou de assalariados (RIBEIRO, 1996, p. 382).

A transição foi violenta. Uma importante estratégia da catequese foi buscar desvincular os antigos hábitos dos indígenas de seus antigos ambientes/paisagens, ou seja, a desintegração dos marcos naturais/culturais como os rios, lagos, litoral e florestas para que fossem substituídos pela perspectiva camponesa agropastoril e forçando um cotidiano de novos simbolismos não-ameríndios. Esta ação retroalimentativa do trabalho explorado tinha dupla função: a produção de excedente e a destruição de todo o resquício simbólico da época pré-colonial. E com isso, ampliando o território e diminuindo os sertões. Sobre a questão, Manoela Carneiro da Cunha afirma que na medida que uma infraestrutura exploratória se estabeleceu no Brasil, a questão indígena cada vez mais deixava de ser uma questão de mão-de-obra para tornar-se uma questão de ocupação de território.

> Porque é fundamentalmente o problema de terras o porquê os índios são cada vez menos essenciais como mão-de-obra, a questão indígena passa a ser discutida em termos que, embora não sejam inéditos, nunca haviam, no entanto, sido colocados como uma política geral a ser adotada (CUNHA, 2008, p. 134).

A afirmação da Manoela Carneiro da Cunha cobre apenas os indígenas que não estavam integrados. Os indígenas não integrados de fato foram um elemento de resistência à expansão da economia agropastoril no "Sertão". Apesar de ser uma questão de anseio mais territorial a absorção de mão-de-obra dos não integrados nunca foi abandonada (OLIVEIRA, 2020; ROCHA, 1979). No entanto, quando tratamos dos indígenas integrados, seja dentro ou fora das missões jesuíticas, a demanda por mão-de-obra não decai com o passar dos anos, muito pelo contrário, ela aumenta. Talvez fosse esta uma das razões de sua invisibilização (CORRÊA, 2021; MOREIRA, 2017; OLIVEIRA, 2020; OLIVEIRA; COSTA, 2019; RIBEIRO, 2018; SAMPAIO, 1994; SANTOS, 2014).

O trabalho dos indígenas integrados estava na forma de uma grande massa camponesa, em diversas povoações de pescadores, além de serem utilizados como forças militares (DAEMON, 2010; MOREIRA, 2017; NEVES, 2000; SPIX, J.; MARTIUS, 1981).

A diversificação das categorias de mão-de-obra indígenas de forma geral ficou mais restrita ao trabalho compulsório ou escravidão. Considerando ainda que em muitos serviços os salários prometidos não eram pagos. O historiador Ciro Cardoso Flamarion discute os resultados reais da abolição da escravidão indígena (CARDOSO, 1990) e argumenta que:

> Note-se que, do ponto de vista jurídico os trabalhadores indígenas passaram doravante a ser livres, do ponto de vista econômico a escravidão cedeu lugar, quase sempre, as formas diversas de trabalho compulsório e não ao trabalho assalariado – o que, aliás, seria de se esperar em uma colônia cuja economia interna era insuficientemente mercantilizada e monetarizada (Ibidem, p.117).

Em suas comunidades, os indígenas, quando não estavam sendo utilizados como mão-de-obra ex-

terna necessitavam ainda produzir seus próprios insumos. Buscavam através de seu próprio trabalho a autonomia alimentar e a produção de excedentes para venda que gerasse renda para compra de ferramentas de pesca e para a agricultura, entre outras coisas. Essa realidade iniciada no período colonial permanecerá até a atualidade (AMORIM, 1975; BENFICA; CARVALHO; WITKOSKI, 2019; DE OLIVEIRA, 1970; OLIVEIRA, 1987).

Um fato relevante da historiografia capixaba do século XX sobre a importância da mão-de-obra analisada pelo historiador Rafael Cerqueira Nascimento (NASCIMENTO, 2018), quando discute a inserção do indígena no discurso de superação de atraso econômico/industrial nas principais obras de história sobre o Estado é que:

> (...) a forma como os jesuítas e os imigrantes emergem nas narrativas, o papel que desempenham, e o valor a eles atribuído na história do Espírito Santo correspondem à secundarização e apagamento dos indígenas, bem como à definição de sua imagem como principal símbolo do atraso do Espírito Santo (NASCIMENTO, 2018, p. 140).

A despeito de constituírem uma extensa força de trabalho, os indígenas se tornam, no século XIX, sinônimo de atraso econômico. Um fato não condizente com a realidade quando verificamos que tanto a produção e as construções atribuídas a estes indígenas são extensas, porém, não abordaremos estes aspectos neste artigo. A maioria dos bens tombados no âmbito federal (IPHAN[6]) e estadual (CEC-ES[7]) dos períodos colonial e imperial foram produto das mãos indígenas. Além do impacto que possuíam na comercialização de bens na forma de pescados, cestarias e produtos cerâmicos.

Estes produtos artesanais, vendidos em feiras nas áreas urbanizadas, traziam consigo muito dos traços étnicos e das características que os diferenciavam de demais índios e reforçavam a ideia de uma etnicidade clara para si e para os grupos índios e não-índios. Até recentemente foram identificadas relações de parentesco e contato entre os marisqueiros e pescadores da baía de Vitória e os indígenas Tupiniquim de Aracruz (ALVES; SAMAIN, 2004).

Qual a identidade dos indígenas "mansos" ou "genéricos"?

A partir dos dados etnográficos discutiremos sobre a fraqueza argumentativa de que os indígenas integrados eram uma "massa generalizada" no Espírito Santo. Trataremos aqui a etnicidade seguindo o conceito de Fredrick Barth (POUTIGNAT; STREIFF-FERNART, 2011) que define etnia a partir de quatro itens mais recorrentes:

> O termo grupo étnico, na bibliografia antropológica, é geralmente entendido (...) para designar uma população que:
> 1 perpetua-se biologicamente de modo amplo,
> 2 compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais,
> 3 constitui um campo de comunicação e de interação,
> 4 possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo grupo (Ibidem, p. 189-191).

Outros autores como Roberto Cardoso de Oliveira, no caso do Brasil (OLIVEIRA, 1976), Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (2011) discutiram que para Fredrick Barth a etnicidade era uma forma de organização social, questão essa que não trataremos neste artigo. Apenas pontuamos o potencial informativo para que esses elementos sejam explorados. Tratamos, assim, de alguns dos elementos que reforçam os atributos de etnia, e que por sua vez, avigoram que havia entre os próprios indígenas uma etnicidade.

6 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

7 Conselho Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo (CEC-ES).

A etnografia apresenta dados que contradizem as informações dos documentos oficiais com a caracterização do termo "índios" genéricos na definição de Darcy Ribeiro. Segundo o naturalista August Saint-Hilarie (1818) quando em Vila Nova de Santa Cruz (antigo aldeamento) e em conversa com um dos anciãos que negou uma associação aos antigos Tupi, identificou-se nele uma ideia pejorativa para a mesma, no entanto houve uma autodeterminação étnica de "Moçu" para as populações tanto da atual Aracruz quanto Nova Almeida.

> O velho índio de Vila Nova, do qual tenho falado e com quem me distraí muito tempo, não queria admitir para a sua tribo o nome Tupi e considerava essa palavra como uma alcunha injuriosa, imaginada pelos Tapinjas ou Tapuios.
> Segundo esse velho, sua tribo tinha o nome de Moçu; era mesmo, acrescentava, o que se davam ainda, entre si, os índios de Reis Magos no tempo dos jesuítas (SAINT-HILARIE, 2002, p. 59-60).

Apesar da "negação" do ancião referido em relação aos falantes da língua Tupi, essa informação é refutada com a apresentação de um pequeno glossário linguístico que reitera a filiação do grupo aos Tupi (Ibidem, p. 60-61). Provavelmente essa rejeição seja manifestação das políticas de invisibilização e de um ambiente discriminatório em andamento (COSTA; FACCIO, 2013, 2016). Mais dois relatos, da metade do século XIX, reforçam a ideia de uma etnicidade Tupi e não genérica dessas populações. Algust-François Biard (1858) relata, na mesma região em que esteve Saint-Hilarie, entre Reis Magos e Santa Cruz, alguns elementos ainda represados por uma "antiga" cosmogonia dos Tupi do início da presença europeia.

> Nessa primeira noite ouvi gritos de todos os lados; vários me pareceram muito desagradáveis...sobretudo o de uma ave de que me tinham falado. Essa ave que os índios chamam **saci** porque parece pronunciar essas duas sílabas, é para eles motivo de superstição; acreditam que sob a forma dela subsiste a alma de algum parente (BIARD, 2002, p. 33).

A descrição de Biard sobre a ave e sua relação com parentes mortos é tratada nos estudos de Alfred Metraux (METRAUX, 1979). O antropólogo em seu levantamento afirma que os "espíritos apareciam aos homens sob a feição de animais estranhos e bizarros" (Ibidem, p. 56). Em relação à mesma ave, a partir da descrição de vários cronistas do século XVI, retrata que:

> Os tupinambás sentiam supersticiosos temor por certa espécie de ave que, a julgar pelas descrições, pode ser identificada como *matim tapirera* (*Cuculus cayanus* L.). Essa ave passava por mensageira dos parentes já falecidos e seus trinados eram interpretados como ordens do além-túmulo. Não resta dúvida que o *matim tapirera* era considerado uma encarnação dos espíritos dos mortos (Ibidem, p. 57)

Tanto o "saci" quanto a "matim tapirera" representam a mesma espécie de ave[8], também denominado "crispim", "matintaperê" (*Tapera naevia*). Com isso, reforçamos além do bilinguismo (Tupi/português) dessa população a persistência de elementos cosmogônicos que a ação da catequese e a pressão do colonialismo não conseguiram eliminar. Pelo contrário, são tão fortes que podem ser encontrados até o presente como "folclore" pela população não-indígena.

Além dos autores citados, observamos também descrições de D. Pedro II em 1860 elaborando um glossário linguístico. Segundo o historiador Levi Rocha "D. Pedro conversou bastante tempo com aqueles descendentes aborígenes e aproveitou para enriquecer o vocabulário da língua geral" (ROCHA, 2008, p. 174). E em 1885, o relato do Pe. Francisco Antunes de Siqueira (SIQUEIRA, 1999) informa em folhetim de jornal uma festa religiosa cantada em "Língua Geral" por indígenas.

8 Disponível em: https://www.wikiaves.com.br/wiki/saci. Acessado em: 25 de março de 2022.

> Ali, bem em Santa Cruz e Linhares, têm os caboclos o costume tradicional de festejarem São Benedito trazendo diferentes imagens em diversos tempos do ano para assistir a missa, como dizem eles. (...)
> Os velhos e velhas que dançam chamavam-se os negros de São Benedito, e eram votados em mesa anualmente. Ao som dos instrumentos cantavam:
> **Cali-terendê, eia!**
> **Erê a Tupã, bigá!**
> **Cuman de Pay babá!**
> Adeus até logo, vou dançar!
> Em honra de Deus brincar!
> Ao padre vigário vou louvar! (Ibidem, p. 86, grifo nosso).

A documentação disponível revela a perseverança do bilinguismo tupi/português até fins do século XIX. O que se buscou previamente apresentar com os textos, é que, mesmo neles é possível identificar um *ethos* que os diferenciava não somente dos demais integrantes da sociedade nacional (afrodescendentes, índios não integrados, brancos e variantes mestiças), mas que haviam permanências e uma identidade étnica Tupi, em sua maior parte. E, ainda que majoritariamente Tupi, acreditamos que com a contínua integração de indígenas do sertão, potencialmente, outras etnias foram integradas, como no caso dos índios Purí (OLIVEIRA; COSTA, 2019). Essas populações indígenas não se autodeterminavam meramente "índios" como cita a historiografia tradicional.

Por fim, verificamos que a etnografia possui, ainda que menos destacado que as demais populações não-integradas, um rico arcabouço a ser explorado para a reconstituição de diversos elementos importantes da história cultural como a espacialidade, a cosmovisão e a organização social.

Uma arqueologia das populações indígenas integradas

Na definição de Eduardo Goes Neves (NEVES, 1995) história indígena é um processo que tem suas origens em períodos anteriores à presença europeia no atual Brasil (PROUS, 2007; TENÓRIO *et al.*, 2000). Nestes termos, a história indígena começa no período pré-colonial, há pelo menos 15 mil anos A.P. Este processo histórico é comprovado pela arqueologia, que apresenta um mosaico cultural de grande diversidade e profundidade temporal. Povoado por diversos grupos de diversos troncos linguísticos sequenciado por uma dinâmica histórica intensa de transformações e persistência longe de serem os indígenas populações ausentes de história como defendeu o historiador do Império Francisco Adolfo Varnhagen (1867) (NOELLI; FERREIRA, 2007; VARNHAGEN, 2005).

A arqueologia no Espírito Santo, a partir da década de 1960, viveu uma revolução teórico-metodológica quando o Estado foi contemplado pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas[9] (PRONAPA), sob a coordenação local do prof. Celso Perota (COSTA, 2014; PEROTA, 1971, 1974). Anteriormente, os sítios arqueológicos possuíam pouca visibilidade, com destaque para os sítios pré-coloniais do tipo Sambaqui (montículos de conchas) e alguns sítios cerâmicos relacionados aos Tupi em sua maioria (COSTA, 2014; COSTA; FACCIO, 2011; CUNHA, 1963; FARIA, 1947; NEVES, 1943; ORSSICH, 1982; ROSA, 2015; RUSCHI, 1953).

Com o PRONAPA novas categorias de sítios arqueológicos foram identificadas e o prof. Celso Perota, com o desenvolvimento de suas pesquisas, trouxe uma diversidade maior de culturas históricas verificáveis através dos vestígios materiais, ampliando o tipo de fonte histórica a ser utilizada sobre as populações indígenas (BROCHADO *et al.*, 1969).

9 O PRONAPA foi um grande projeto de pesquisa arqueológica, atuando entre os anos de 1965 a 1975, contemplando todos os Estados brasileiros. Sendo coordenado pelo casal de arqueólogos norte-americano Betty Meggers e Cliford Evans, com foco nos grupos ceramistas, elaboraram uma das primeiras sínteses da pré-história brasileira.

Com o desenvolvimento da arqueologia no Espírito Santo, em sincronicidade de informações e discussões sobre os resultados com o restante do país, foram atribuídos os conceitos de tradição[10] e fase[11] arqueológica (SIMÕES *et al*., 1966) para definir um conjunto de vestígios, provenientes de artefatos, estruturas de fogueira e residência, além da modificação do local dos sítios.

Os principais objetos de análise do PRONAPA foram os artefatos e fragmentos cerâmicos e as amostras de carvão para datação de ^{14}C (técnica inédita até então para o Espírito Santo). Uma das tradições evidenciadas foi a definida como Neobrasileira:

> Em meados do século XVI, uma tradição ceramista, combinando técnicas indígenas de manufatura e decoração com elementos de forma europeus, desenvolveu-se no litoral brasileiro. A fase Monjolo, no Rio Grande do Sul; a fase Lavrinha, no Paraná; e a fase Calundu, no Rio de Janeiro, pertencem a tradição **Neobrasileira**, além de ter sido também informada na Bahia. O escovado é comum, ocorrendo também o corrugado, embora a pintura seja ausente. As técnicas típicas decorativas incluem digitado sobre frisos aplicados ou lábio, ponteado zonado e incisão profunda nas superfícies alisadas ou através grossos roletes não obliterados. Asas curvadas nos ombros, bases planas e em pedestal são elementos de origem europeia. Quebra-cocos são os principais artefatos líticos. Cachimbos angulados de cerâmica, às vezes elaboradamente esculpidos, são também característicos (BROCHADO *et al*., 1969, p. 23).

No Espírito Santo esta tradição arqueológica foi evidenciada em todo o litoral e foi definida localmente como fase Moenda. O arqueólogo Celso Perota relaciona a esta fase uma origem nos antigos aldeamentos jesuíticos e continuada a sua produção mesmo depois que os jesuítas foram expulsos em 1760. A fase Moenda definiu-se no Espírito Santo tanto na forma da cerâmica localmente produzida quanto nos acompanhamentos (Figura 2) como:

> Cerâmica - O método de manufatura é o acordelado, sendo que algumas bases foram modeladas. O tempero utilizado foi exclusivamente o quartzo. Em geral esta cerâmica está bem alisada. A coloração das paredes como pasta é a preta e a marrom. Os cacos enegrecidos são comuns. As formas dos vasilhames são variadas. Aparecem as arredondadas com bordas inclinadas para dentro, bojo carenado, peças globulares e pequenas tigelas com bordas inclinadas para fora. Várias bases são planas (PEROTA, 1971, p. 154).

A cerâmica acordelada (feita em roletes sobrepostos e alisados) com bases modeladas é o vestígio diagnóstico para essa fase (Figura 2). Todavia, também são acompanhadas de outros artefatos de origem europeia. Perota (1971) afirma que juntamente "com a cerâmica típica da fase encontramos também cacos de porcelana, de cerâmica de tôrno, cerâmica vitrificada e esmaltada, geralmente com pinturas em azul" (Ibidem). O autor evidencia a relação estreita dessas populações com a sociedade luso-brasileira. Consegue, ainda, uma datação em ^{14}C para um sítio denominado ES-VI-09, a mais antiga, localizado no *campus* de Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo. A datação obtida de 240±70 A.P[12]. (laboratório SI-830/ calibrada entre 1509 – 1621 AD – calibrado 95,4%), com maior probabilidade de estar no início do século XVII.

Interessante observar que esse sítio se locali-

10 Tradição Arqueológica construída pelo PRONAPA que na definição de Alfredo Mendonça de Souza (SOUZA, 1997) : "Grupos de elementos ou técnicas, com persistência temporal (...). Uma sequência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo uns dos outros, e formam uma continuidade cronológica".

11 Fase Arqueológica. Compondo-se parte de uma Tradição Arqueológica, na definição de Igor Chmyz: "Qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, relacionado no tempo e no espaço, num ou mais sítios." (CHMYZ, 1966, p. 14).

12 A.P. Antes do Presente.

za fora dos aldeamentos tradicionais dos jesuítas e, provavelmente, corrobora com o dado do historiador Luiz Rafael Araujo Corrêa quando retrata das fugas que os indígenas faziam dos aldeamentos devido a maus tratos, quando inquere sobre os documentos que "Fora da vista dos padres, existia sempre a possibilidade de se escapar do trabalho forçado para um local distante em um momento de descuido" (CORRÊA, 2021, P. 172). Não podemos afirmar a partir dos dados disponíveis, que a razão para que o sítio arqueológico em data tão recuada, teve aquele local como ponto de ocupação para fugir do subjugo dos inacianos, entretanto, não descartamos essa possibilidade.

Os dados apontam para que essa cultura arqueológica estava consolidada enquanto tal, entre fins do século XVI e a primeira metade do século XVII, o que já era resultado de um processo de transfiguração étnica bem-sucedido. Em outras palavras, com uma etnicidade consolidada, com protagonismos atuantes na sociedade capixaba, em constante processo de resistência e negociação.

Posteriormente, a arqueóloga Irmhild Wust, em trabalho de levantamento arqueológico no Parque Estadual de Itaúnas (extremo norte do Espírito Santo) pontuou novas considerações sobre a tradição, reclassificando-a como "cerâmica regional" ou "cabocla". Além disso, a mesma pesquisadora, propõe a existência de pontos de produção diferenciados para a cerâmica produzida (WUST, 2000). Tanto Perota quanto Wust atribuíram atributos utilitários para essa produção cerâmica.

Correlacionando os dados arqueológicos com os dados etnográficos sobre a produção cerâmica entre os séculos XVIII ao XIX procuramos vincular os pontos de produção de cerâmicas e identificamos diversos locais já investigados ou para futuras pesquisas. No documento sobre a Devassa de 1761 feita pelo governo português contra os jesuítas, encontramos, no depoimento de Clemente Furtado de Mendonça, morador da Vila de Vitória, que "Item disse, que também sabe por ser público, que os padres tinham uma fábrica de **olaria**, na qual faziam seus escravos tijolo,

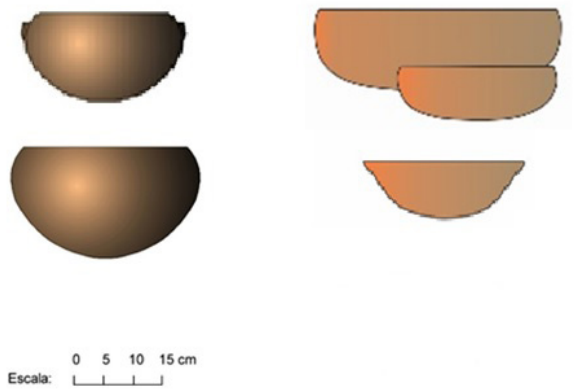


Figura 2: Reconstituições gráficas elaboradas a partir das descrições de Celso Perota. Fonte: COSTA (2019).

telha, **potes** que mandavam vender os ditos padres ao povo desta Vila" (RIBEIRO, 2021, p. 258, grifo nosso). Essa informação trouxe evidência da absorção de parte da tecnologia indígena na indústria jesuítica e potencializa a presença de fragmentos cerâmicos além das aldeias, considerando que o comércio atendia a toda população da Capitania do Espírito Santo.

Posteriormente, o naturalista Maximiliano de Wied-Nied em seu relato de 1815 de Nova Almeida, Reis Magos, informa que os "índios tiram a subsistência das plantações de mandioca e milho; exportam, igualmente, um pouco de lenha e artigos de **cerâmica** (...)" (WIED, 1942, p.147, grifo nosso). Em 1818, outro naturalista, August Saint-Hilarie, sobre fabricação de tachos de cerâmica para produção de farinha relata: "**caldeira de terracota**, de orla muito baixa e fundo muito raso, utilizadas para torrar farinha e fabricadas num lugar chamado Goiabeiras, próximo da capital do Espírito Santo" (SAINT-HILARIE, 2002, p. 48, grifo nosso).

As informações sobre a produção de cerâmica no Espírito Santo continuam no ano de 1828 com o relatório do presidente da Província do Espírito Santo, Ignácio Acciole Vasconcelos, ao imperador (VASCONCELOS, 1978). No relatório ele informa "Do reino mineral há apenas oito **olarias** em algumas fazendas onde se fazem telhas; tijolos, e **itensis de cozinha**, e não passão por melhores, atribuindo-se antes a im-

perícia do fabrico, do que a má natureza do material" (Ibdem, p. 47). Nossa ênfase está na produção de panelas muito difundida e que se perpetua durante todo o século XIX.

Na década de 1990, Celso Perota retoma a discussão e propõe que a cerâmica popular de goiabeiras é um remanescente indígena colonial. Neste sentido, o autor coloca a questão das paneleiras como um problema da arqueologia. Relacionando como remanescente das tradições ceramistas Tupiguarani e Una. E ainda analisou a cerâmica do ponto de vista tecnológico, identificando o antigo local de produção cerâmica (dentro da atual área do aeroporto de Vitória-ES) como um sítio arqueológico e cadastrado no IPHAN (PEROTA, 1997). Apesar de não ter sido o primeiro a discutir sobre a produção da cerâmica popular de Goiabeiras[13] (COIROLO, 1979; PACHECO, 1953), Perota foi o primeiro a relacionar os dados etnográficos e arqueológicos como um remanescente da tradição Neobrasileira.

Em última análise sobre a tradição, o autor deste artigo, em apresentação no II Encontro Capixaba de Arqueologia (II ENCA), em 2019, quando a discussão sobre o tema foi tratado nos Anais do congresso (COSTA, 2019):

> O que proponho nessa apresentação é integrar dados etnográficos locais e refletir a partir dos dados arqueológicos novas considerações sobre a população que produziu essa cerâmica. Foi identificado a associação além do etnomio tupiniquim também a designação maratimba (morador da costa). Apesar de terem sido pouco valorizadas a importância histórica dessas populações na formação histórica do Espírito Santo é muito grande. E sua relevância vai além da produção de utensílios cerâmicos, mas também na culinária, na defesa do território e na força de trabalho entre os séculos XVI e XIX. E com isso, verificamos que a cerâmica denominada neobrasileira, a que proponho a aplicação de outros termos como cerâmica "tupiniquim" e "maratimba", longe de ser uma cerâmica "aculturada" foi e ainda é uma importante manifestação de resistência cultural maratimba no Espírito Santo.

Esta análise segue a orientação proposta por Perota (1997), todavia propomos o seu aprofundamento, com a expansão da relação dos vestígios arqueológicos vinculados à tradição Neobrasileira aos dados da documentação histórica e etnográfica com a arqueologia de maneira mais sistemática. E com isso, aprofundando o debate histórico sobre as populações que produziram essa cerâmica, que não nos importamos em chamar de "maratimba[14]" ou Tupiniquim do Espírito Santo.

Embora não tenha entrado no debate sobre a questão tradicional da cerâmica Neobrasileira/Regional/Cabocla, destacamos o trabalho realizado na região dos atuais municípios de Anchieta e Piúma na pesquisa de Loredana Ribeiro e Camila Jácome quando evidenciam na cerâmica indígena colonial, na atual região do Orobó, a persistência de elementos Tupi como a prática de grafismos e pinturas (Figura 3), além de utensílios líticos (lascas de rocha) típicos do período pré-colonial (RIBEIRO; JÁCOME, 2014).

A pesquisa alinha os achados com a documentação sobre a Revolta dos índios de Reritiba de 1742 (CORRÊA, 2021) e a comunidade de Orobó, um local para onde se deslocaram os indígenas descontes com as negociações que puseram fim à rebelião. Nesse espaço, evidenciou-se que no século XVIII muito da tradição de pinturas nos vasilhames ainda persistiam, contrariando o discurso oficial. Também em

13 Renato Pacheco, historiador e folclorista capixaba, faz a primeira relação da cerâmica de Goiabeiras atribuindo a uma filiação de origem africana. Posteriormente, a pesquisadora Aline Coirollo em 1979 faz uma filiação cultural de matriz indígena observando as técnicas de manufatura.

14 Segundo a tradição oral o termo maratimba se vincula às populações que são moradoras do litoral do Espírito Santo, similar à caiçara de RJ e SP. Antigamente, referia-se às populações pescadoras como um termo pejorativo de como caipira do litoral, pessoa sem traquejo social, vagabundo. Atualmente também é designado aos naturais do município de Marataízes, sul do ES.

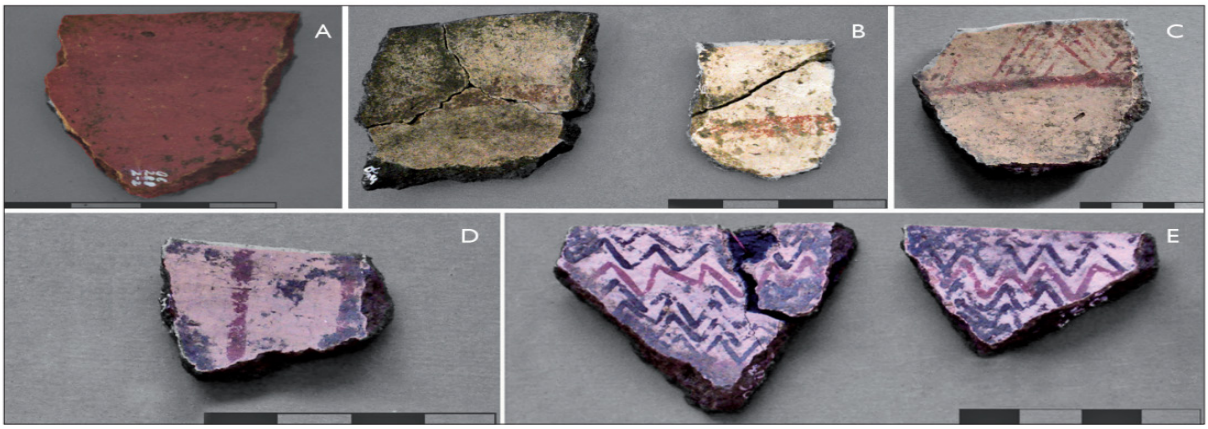


Figura 3: Fragmentos de vasilhas cerâmicas do período Colonial encontrados no sítio Topo do Cafezal atual região de Piúma-ES. Na descrição da imagem: A) Fragmento da face interna com engobo vermelho brilhante; B) fragmentos de tigelas com engobo branco e linha vermelha paralela a borda; C) fragmento de tigela com engobo branco e decoração em vermelho no campo decorativo superior; D) fragmento de tigela com linhas vermelhas verticais sobre engobo branco; E) fragmento de tigela com engobo branco e ziguezague em vermelho e preto. Escala métrica 5 cm. Fonte: RIBEIRO; JÁCOME (2014, p. 476).

pesquisas coordenadas pelo prof. Perota, próximas ao rio Salinas, nas mediações do sítio da Ruina do Salinas pode-se evidenciar traços materiais de persistência que configuram resistência materializada na cerâmica (PEROTA, 2009).

Tais elementos corroboram com a interpretação da Irmhild Wust de que haveria uma indústria diferenciada em diversos núcleos familiares. De acordo com os dados de Loredana Ribeiro e Camila Jácome essa cerâmica não foi exclusivamente utilitária, considerando a persistência das decorações de tipo Tupi, ao menos entre Anchieta e Piúma, entre os séculos XVIII e XIX.

Conclusão

Apesar da ação institucional, a categorização de índio genérico foi falha em diversos pontos do território capixaba, e isso pôde ser contraposto pelos dados arqueológicos e pelos dados etnográficos. Nestes termos, verificamos que ainda havia um auto reconhecimento dos grupos como indígenas específicos e distintos dos demais grupos, mesmo que sob a integração da sociedade nacional.

Do ponto de vista arqueológico, propomos que as características gerais e similaridades regionais à denominada cerâmica arqueológica definida como Neobrasileira, de contato, regional ou cabocla seja acrescida para uma cerâmica denominada por capixaba ou maratimba, produzida entre os séculos XVII e XX, em sua maioria, pelas populações Tupiniquim por toda a costa. Todavia, necessariamente, esta cerâmica pode ter sido reproduzida por outras comunidades de outras etnias integradas e mesmo por populações não indígenas, como nas fazendas e por comunidades quilombolas. A adesão desta cerâmica por outras populações pode ser explicada devido à forte interação interétnica ao longo da história. Com isso, apesar de terem sido produzidas majoritariamente por indígenas Tupi, preferimos cautela em generalizar o tipo de cerâmica com o grupo étnico, necessitando de mais estudos em coleções de acervos e escavações em mais sítios arqueológicos.

Destacamos aqui como referências para desenvolvimento futuro, os resultados e os trabalhos em desenvolvimento pelos pesquisadores Marianne Sallum e Francisco Noelli sobre a produção da cerâmica popular paulista, nos quais relacionam a origem histórica das mulheres indígenas Tupiniquim

das regiões atuais de São Paulo e Paraná (NOELLI; SALLUM, 2020; SALLUM; NOELLI, 2021). Outros estudos que integraram dados da linguística histórica, da arqueologia, da antropologia e da história trouxeram importantes considerações sobre como viveram sociedades indígenas a exemplo dos Tupi que podem ser tomados como referência (BROCHADO, 1984; CORRÊA, 2014; COSTA, 2017; NOELLI, 1993).

O estudo das populações indígenas no Estado do Espírito Santo desde a segunda metade do século XX até o presente, cada vez mais toma parte do interesse da historiografia, da etnografia, da etnologia e da arqueologia. Pode-se, em resumo, definir duas frentes de interesse: a de resgate informativo com traduções de textos etnográficos e a análise da documentação, uma ação interdisciplinar com a arqueologia e a antropologia (CORRÊA, 2021; MOREIRA, 2017; OLIVEIRA; COSTA, 2019; TEAO, 2007).

Com isso, pode-se afirmar que há uma história dos indígenas integrados no Espírito Santo do ponto de vista de seu desenvolvimento cultural, e que tende se aprofundar em diversos temas, com vistas a aumentar sua relevância e a subverter das "margens" da história nacional e capixaba como vem sendo feito localmente por diversos pesquisadores, além dos já citados (BENTIVOGLIO, 2019; BRITO; TERRA, 2019; CICCARONE, 2019; LOUREIRO, 2019; NASCIMENTO, 2019; PEROTA, 1995; REIS, 2019; TEAO, 2007, 2019; TEAO; LOUREIRO, 2009).

A historiografia oficial produzida no período imperial (1822-1889) promoveu um grande vazio narrativo em relação a presença indígena no Espírito Santo. Apesar de constar que o século XIX, como demostrou a historiadora Vânia Lousada Moreira por meio das estatísticas oficiais que a população indígena era majoritária, ao menos até a primeira metade do século XIX (MOREIRA, 2017).

Além de elementos típicos da cultura capixaba como a alimentação e as festividades de celebração de São Benedito pelas Congadas, dentro do conjunto das atividades culturais dessas populações camponesas/pescadoras, bilingues, seu legado pode ser contemplado não somente como força de trabalho, mas também na culinária com a moqueca e a torta capixaba (MERLO, 2011). Assim, neste artigo, além de questionar a ausência de etnicidade, pontuamos a importância na pesquisa dos índios integrados capixabas e ressaltamos seu potencial investigativo em várias disciplinas da história da cultura.

Referências

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira De. **Escravismo e Transição o Espírito Santo 1850 / 1888**. Vitória: Graal, 1984.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino De. **Metamorfoses indígenas:** identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALVES, André; SAMAIN, Etienne. **Os argonautas do mangue. Precedido de Balinese character (re)visitado.** Campinas-SP: Ed. Unicamp & Imprensa Oficial, 2004.

AMORIM, Paulo Marcos De. Acamponesamento e proletarização das populações indígenas do nordeste brasileiro. **Boletim do Museu do Índio: Antropologia, Rio de Janeiro**, *[S. l.]*, n. 2, p. 1–19, 1975.

AMOROSO, Marta Rosa. **Terra de Índio:** imagem dos aldeamentos do Império. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

BAVIERA, Teresa Da. **Viagem ao Espírito Santo (1888): viagem pelos trópicos brasileiros**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.

BENFICA, Talita Pedrosa Vieira de Carvalho; CARVALHO, Martha Benfica do Nascimento De; WITKOSKI, Antônio Carlos. Modo de vida camponês e identidade indígena na Comunidade Dom Pedro II, em Barcelos, AM. **http://journals.openedition.org/confins**, *[S. l.]*, n. 43, 2019. DOI: 10.4000/CONFINS.25298. Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/25298. Acesso em: 20 mar. 2022.

BENTIVOGLIO, Julio. Vista do antigo estado de coisas: apontamentos para a história indígena da província do Espírito Santo. **Revista de História UFG, Goiânia**, *[S. l.]*, v. 24, n. 1, p. 186–205, 2019. DOI: hr.v24i1.46582. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/46582/33404. Acesso em: 28 abr. 2022.

BIARD, August-François. **Viagem à Província do Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: Secretária Municipal de Cultural de Vitória, 2002.

BRITO, Rossana; TERRA, Bruna. Os Krenak: do Espírito Santo à margem esquerda do rio Doce. *In*: BENTIVOGLIO, Julio (org.). **Os povos indígenas no Espírito Santo. Volume 4: Os Krenak**. 1° ed. Vitória: Milfontes, 2019. p. 39–58.

BROCHADO, J. P. **An ecological model to the spread of pottery and agriculture into Eastern South America**. 1984. University of Illinois, *[S. l.]*, 1984.

BROCHADO, José Proenza *et al.* **Arqueologia brasileira em 1968:** um relatório preliminar sôbre o programa nacional de pesqui-

sas arqueológicas. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1969.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A crise do colonialismo luso na América portuguesa 1750/1822. *In*: LINHARES, Maria Yeda; CARDOSO, Ciro Flamarion Sanata; SILVA, Francisco Carlos Teixeira Da; MONTEIRO, Hamilton de Mattos; FRAGOSO, João Luís; MENDONÇA, Sônia Regina De; BASILE, Marcello Otávio N. De (org.). **História Geral do Brasil**. 9° ed. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 1990. p. 445.

CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes De; KAINGANG, Danilo Braga; COSTA, João Paulo Peixoto. **200 da Independência: Os povos indígenas na formação do Brasil Império e o acervo da BN - YouTube**. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MlAjVgmXJQI. Acesso em: 22 mar. 2022.

CHAIM, Marivone Matos. **Vista do Aldeamentos indígenas: Goiás 1749-1811**. 1983. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111201/109485. Acesso em: 22 mar. 2022.

CICCARONE, Celeste. Mulheres Guarani: breves incursões no mundo ordinário e extraordinário. *In*: BENTIVOGLIO, Julio (org.). **História dos povos indígenas no Espírito Santo. Volume 3: Os Guarani**. 1° ed. Vitória: Milfontes, 2019. p. 61–108.

CLASTRES, Helene. **Terra Sem Males**. 1° ed. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense s. a., 1978.

COIROLO, Alícia Durá. Cerâmica Indígena feita por Mãos Capixabas. **Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira - Rio de Janeiro**, *[S. l.]*, n. 8, p. 27–29, 1979.

CORRÊA, Ângelo Alves. **Pindorama de mboîa e îakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi**. 2014. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. DOI: 10.11606/T.71.2014.tde-17102014-154640. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-17102014-154640/.

CORRÊA, Luiz Rafael Araújo. **Feitiço caboclo: um índio mandigueiro condenado pela Inquisição.** Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

CORRÊA, Luiz Rafael Araújo. **Insurgentes brasílicos: uma comunidade indígena rebelde no Espírito Santo colonial**. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

COSTA, Henrique Antônio Valadares. **Arqueologia do Estado do Espírito Santo: subsídios para gestão do patrimônio arqueológico no período de investigação acadêmica de 1966 a 1975**. 2014. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. DOI: 10.11606/D.71.2014.tde-17102014-165433. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-17102014-165433/.

COSTA, Henrique Antônio Valadares. Um pouco da história e da cultura Purí. *In*: BENTIVOGLIO, Julio (org.). **História dos povos indígenas no Espírito Santo: os Purí**. 1. ed. Serra: Milfontes, 2017. p. 41–70.

COSTA, Henrique Antônio Valadares. Cerâmica Neo-brasileira, contato, regional ou cabocla? Como se estrutura esse debate no Espírito Santo. *In*: DEBATES SOBRE CERÂMICA DE CONTATO, NEO-BRASILEIRA E REGIONAL. II ENCONTRO CAPIXABA DE ARQUEOLOGIA (ENCA II) 2019, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica - Adam Orssich, 2019. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/iienca/239438-ceramica-neo-brasileira-contato-regional-ou-cabocla-como-se-estrutura-esse-debate-no-espirito-santo/.

COSTA, Henrique Antônio Valadares; FACCIO, Neide Barrocá. Início da regulamentação da arqueologia no Espírito Santo (1966 a 1968). **Revista Tópos**, *[S. l.]*, v. 5, n. 1, p. 185–202, 2011. Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2277/2098.

COSTA, Henrique Antônio Valadares; FACCIO, Neide Barrocá. A historicidade do indígena na Capitania do Espírito Santo: a construção da desumanização e a invisibilização do outro. **Revista de História (UFES)**, *[S. l.]*, v. 31, p. 3–26, 2013.

COSTA, Henrique Antônio Valadares; FACCIO, Neide Barrocá. A inserção do indígena no Espírito Santo entre os séculos XIX e o início do XX. *In*: NEVES, Getúlio Marcos Pereira (org.). **A presença indígena no Estado do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2016. p. 41–68.

COUTINHO, Dom José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em princípios do século XIX:** apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando em sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. 1° ed. Vitória: Estação Capixaba Cultural, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro Da *et al*. **História dos índios no Brasil**. primeira ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretária Municipal de Cultura: FAPESP, 1998.

CUNHA, Ernesto Salles. História Odontológica do Brasil. *In*: Rio de Janeiro: Ed.Científica, 1963.

CUNHA, Maria José dos Santos. **Os Jesuítas no Espírito Santo 1549-1759:** contactos confrontos e encontros. 2015. Évora-Portugal, *[S. l.]*, 2015. Disponível em: https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/14128.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo:** sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. 2° ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Provincia_do_espirito_santo.pdf.

DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Por uma sociología do campesinado indígena no Brasil. **Revista Mexicana de Sociología**, *[S. l.]*, v. 32, n. 1, p. 27, 1970. DOI: 10.2307/3538908.

EMMERICH, Chalotte; MONTSERRAT, Ruth. Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos: notas linguísticas. **Boletim do Museu do Índio**, Antropologia. Rio de Janeiro, n. 3, Antropologia, 1975.

ENGELS, Friedrirch. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3° ed. São Paulo, SP: Escala, 2009.

ESTIGARRIBIA, Antonio. Índios do rio Doce. **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo, Vitória**, *[S. l.]*, v. 7, n. 1, p. 12–20, 1937. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Revista IHGES/07.pdf.

FARIA, Luiz de Castro. **Relatório de viagem ao Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Museu Nacional - RJ, 1947.

FREIRE, Carlos Augusto Da Rocha. **Memória do SPI: *textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967)***. 1° ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2014.

HEMMING, John. **Ouro Vermelho:** a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: EDUSP, 2007.

KEYES, Julia Louisa. **Nossa Vida no Brasil:** imigração norte-americana no Espírito Santo 1867/1870. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/LIVRO_NossaVidaNoBrasil_Editado.pdf.

LANDSEER, Charles. **Charles Landseer e seu caderno de desenhos:** material educativo. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2011. Disponível em: https://issuu.com/ims_instituto_moreira_salles/docs/landseer_b.

LOUREIRO, Klítia. **Os Tupiniquim:** quem somos nós? 1° ed. Vitória: Milfontes, 2019.

MERLO, Patrícia. Repensando a tradição: a moqueca capixaba e a construção da identidade local. **Interseções [Rio de Janeiro]**, *[S. l.]*, v. 13, n. 1, p. 26–39, 2011. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/4603.

METRAUX, Alfred. **A Religião dos Tupinambá e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis**. 2° ed. São Paulo: EDUSP, 1979.

MONTEIRO, John Manoel. **Tupis, tapuias e historiadores:** estudos de história indígena e do indigenismo **.** 2001. Unicamp - Campinas, *[S. l.]*, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nem selvagens nem cidadãos: os índios da vila de Nova Almeida e a usurpação de suas terras durante o século XIX. **Dimensões. Revista de Histór i a da UFES. Dossiê: territórios, espaços e fronteiras**, *[S. l.]*, n. 14, p. 151–168, 2002.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Espírito Santo indígena: *conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860***. 1. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira Do. **A narrativa histórica da Superação do Atraso:** um desafio historiográfico do Espírito Santo. Serra/ES: Editora Milfontes, 2018.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira Do. O lugar dos índios no passado do Espírito Santo. *In*: BENTIVOGLIO, Julio (org.). **História dos povos indígenas no Espírito Santo. Volume 4: Os Krenak**. 1° ed. Vitória: Milfontes, 2019. p. 11–38.

NEVES, Andemar. Cerâmio de Sapucaia. **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Espírito Santo, Vitória**, *[S. l.]*, v. 15, 1943.

NEVES, Eduardo Goes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. *In*: SILVA, Aracy Lopes Da; GRUPIONI, Donisete Benzi (org.). **A temática indígena na Escola:** Novos subsídios para professores de 1° e 2° graus. Brasília, DF: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 171–196.

NEVES, Guilherme Santos. Informação do capitão-mor Ignácio João Monjardino ao governador da Bahia- 1790. Origem da historiografia capixaba. **Revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo**, *[S. l.]*, v. 53, 2000.

NOELLI, Francisco Silva; **Sem Tekohá não há Teko:** em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia de subsistênicia Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí--RS. 1993. Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Su - Porto Alegrel, *[S. l.]*, 1993.

NOELLI, Francisco Silva;; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos (Rio de Janeiro)**, *[S. l.]*, v. 14, n. 4, p. 1239–1264, 2007. DOI: 10.1590/S0104-59702007000400008.

NOELLI, Francisco Silva; SALLUM, Marianne. Para cozinhar... : as panelas da cerâmica paulista. **Habitus - Goiânia**, *[S. l.]*, v. 18, n. 2, p. 501–538, 2020. Disponível em: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/8436/5064.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso De. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo, SP: Livraria Pioneira Editora, 1976.

OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves De. **Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeamentos indígenas da Província do Espírito Santo (1845-1889).** 2020. UFRRJ, *[S. l.]*, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/48917230/OLIVEIRA_Tatiana_Gonçalves_de_Terra_trabalho_e_relações_interétnicas_nas_vilas_e_aldeamentos_indígenas_da_Província_do_Espírito_Santo_1845_1889_.

OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves De; COSTA, Henrique Antônio Valadares. OS PURI NO SUL DO ESPÍRITO SANTO: OCUPAÇÃO, TERRITORIALIZAÇÃO E TRABALHO COMPULSÓRIO. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, *[S. l.]*, v. 17, n. 2, p. 462–475, 2019. DOI: 10.18224/HAB.V17I2.7325. Disponível em: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7325. Acesso em: 26 mar. 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco. **A fronteira e a viabilidade do campesinato indigena. | Acervo | ISA**. 1987. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/fronteira-e-viabilidade-do-campesinato-indigena. Acesso em: 21 mar. 2022.

OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura do ES, 2008. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Livro_Historia_ES.pdf.

ORSSICH, Adam Slaventish. Relatório arqueologico do Espírito Santo. **Revista de Cultura da UFES-Vitória**, *[S. l.]*, v. 20, n. jun/jul, 1982.

PACHECO, Renato. Cerâmica popular em Vitória. **Folclore, Vitória, set-out**, *[S. l.]*, n. 1, 1953.

PARAÍSO, Maria Hilda B. **O tempo da Dor e do Trabalho:** A conquista dos territórios indígenas nos sertões do Leste. (v.1 a 5). 1998. Universidade de São Paulo, *[S. l.]*, 1998.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Os botocudos e sua trajetória histórica. *In*: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretária Municipal de Cultura: FAPESP, 2009.

PENNA, Misael Ferreira. **História da Provincia do Espirito-San-**

to. Rio de Janeiro: Typographia de Moreira, 1878.

PEROTA, Celso. Contribuições para a arqueologia de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo. **Boletim do Museu de Arte e História: antropologia, Vitória**, *[S. l.]*, 1971.

PEROTA, Celso. Dados parciais sobre a arqueologia Espirito-Santense. *In*: **Programa Nacional de Pesquisas Arqueologicas - P. Avulsas 26**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1974.

PEROTA, Celso. **Os índios de Aracruz**Vitória, 1995.

PEROTA, Celso. **As paneleiras de Goiabeiras**. Vitória: Secretária Municipal de Cultural de Vitória, 1997.

PEROTA, Celso. **Relatório do Programa de Resgate Arqueológico do Gasoduto Ramal Gascav UTG-SUL**. Vitória.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelynes. **Teorias da etnicidade:** seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. 2° ed. São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2011.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. 28. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense s. a., 1983.

PROUS, Andre. O Brasil antes dos brasileiros A pré-história de nosso país. *[S. l.]*, p. 102, 2007.

REIS, Rogério Costa Dos. Os botocudos no vale do rio Doce: estado de violência e a luta pela terra. *In*: BENTIVOGLIO, Julio (org.). **Os povos indígenas no Espírito Santo. Volume 4: Os Krenak**. 1° ed. Vitória: Milfontes, 2019. p. 59–92.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização:** a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 7° ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Loredana; JÁCOME, Camila. Tupi ou não Tupi? Predação material, ação coletiva e colonialismo no Espírito Santo, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi:Ciencias Humanas**, *[S. l.]*, v. 9, n. 2, p. 465–486, 2014. DOI: 10.1590/1981-81222014000200012.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **Devassa da reforma da religião da Companhia de Jesus nesta comarca do Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 2018.

ROCHA, Gilda. Aldeamento Imperial Affonsino. **Revista Cultura UFES, Vitória**, *[S. l.]*, v. 1, n. 2, p. 48–59, 1979.

ROCHA, Levy. **Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo**. Rio de Janeiro.

ROCHA, Levy. **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**. Brasília, DF: Editora de Brasília, 1971.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Viagem_Pedro_II_ES_Levy_Rocha.pdf.

ROSA, Afonso Claudio de Freitas. **Ensaios de sociologia, etnografia e crítica - 1931**. 2. ed. Vitória: Cousa, 2015.

RUSCHI, Augusto. Contribuição à arqueologia de Santa Tersa, no Estado do Espírito Santo: objetos de pedra de origem indígena. **Boletim do Museu de Biologia do Prof. Mello Leitão, Santa Teresa/ES**, *[S. l.]*, n. 1, p. 1–22, 1953.

SAINT-HILARIE, August De. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Vitória: Secretária Municipal de Cultural de Vitória, 2002.

SALETTO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: EDUFES, 1996.

SALETTO, Nara. **Donatários, colonos índios e jesuítas:** início da colonização no Espírito Santo**.** 2°.ed. rev ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Donatarios_colonos_indios_jesuitas2.pdf.

SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. "A pleasurable job"… Communities of women ceramicists and the long path of Paulistaware in São Paulo. **Journal of Anthropological Archaeology**, *[S. l.]*, v. 61, p. 101245, 2021. DOI: 10.1016/J.JAA.2020.101245. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S027841652030218X?casa_token=spUyNNaOgA4AAAAA:IAyvB_-WoAsJcxJ6scvsI4XwzCrrUyzT1hvarMYBDVm2paY8mbREOsqD_blTsc8Nt9p_Hbh8FDS. Acesso em: 18 abr. 2022.

SAMPAIO, Aluysio Mendonça. **Senhores e escravos: a** escravidão do indígena no Brasil. São Paulo: Cartago & Forte, 1994.

SANTOS, Estilaque Ferreira Dos. **Uma devassa contra os jesuítas do Espírito Santo (1761)**. Vila Velha-ES: Edição do Autor, 2014.

SEKI, Lucy. Apontamentos para a Bibliografia da Língua Botocudo / Borum. **Revista de Antropologia**, *[S. l.]*, v. 30/31/32, p. 511–535, 1987.

SIMÕES, Mário F. *et al*. **Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. Seminário de Ensino e Pesquisas em Sítios Cerâmicos. Seminário de Ensino e Pesquisas em Sítios Cerâmicos**. Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - CEPA, UFPR, 1966.

SIQUEIRA, Francisco Antunes. **Memórias do passado:** a Vitória através de meio século: folhetim publicado no jornal A Província do Espírito Santo em 1885. Vitória: Floricultura Editores, 1999.

SOUZA, Alfredo Mendonça De. **Dicionário de arqueologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

SPIX, J.; MARTIUS, Baptist Von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo/Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1981.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros:** indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.

TEAO, Kalna Mareto. Os Guarani Mbya: interfaces entre Antropologia e História. *In*: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH 2007, São Leopoldo. **Anais** […]. São Leopoldo: ANPUH, 2007. p. 9. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210412_95491bac32603e59ba19a952cd3ef831.pdf.

TEAO, Kalna Mareto. Território e identidade dos Guarano Mbya do Espírito Santo (1967-2006). *In*: BENTIVOGLIO, Julio (org.). **Histórias dos povos indígenas do Espírito Santo. Volume 3: Os Guarani**. 1° ed. Vitória: Milfontes, 2019. p. 13–60.

TEAO, Kalna Mareto; LOUREIRO, Klítia. **História dos índios do Espírito Santo**. 1° ed. Vitória: Ed. do Autor, 2009.

TENÓRIO, Maria Cristina *et al*. **Pré-história terra brasilis**. 1. ed.

Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

TSCHUDI, Johann Jakob Von. **Viagem a província do Espírito Santo:** imigração suíça 1860. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Viagem_Provincia_ES_1860-1.pdf.

URBAN, Gregori. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro Da (org.). **História dos índios no Brasil**. primeira ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretária Municipal de Cultura: FAPESP, 1998.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Memorial orgânico. *In*: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo (org.). **Os índios e a ordem imperial**. Brasília, DF: CGDOC/Funai, 2005.

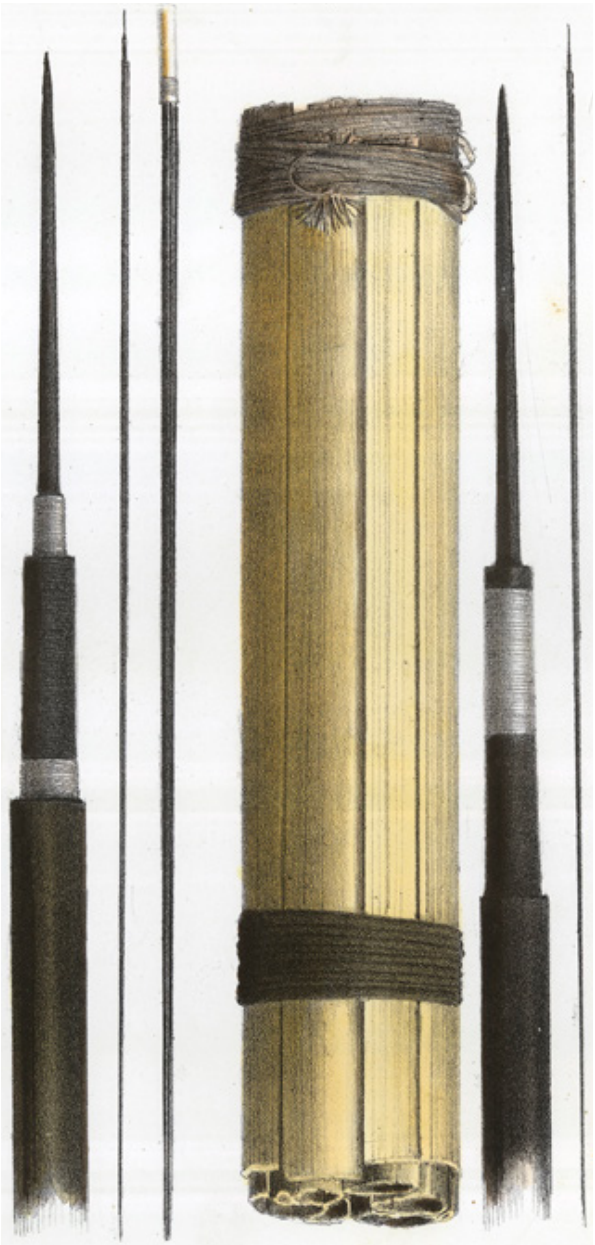
VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira De. **Ensaio sobre a historia e estatistica da Provincia do Espírito Santo**. Vitória: Typographia de P. A D'Azeredo, 1858.

VASCONCELOS, Ignácio Accioli De. **Memoria Statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1978. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/sndt9287-1.pdf.

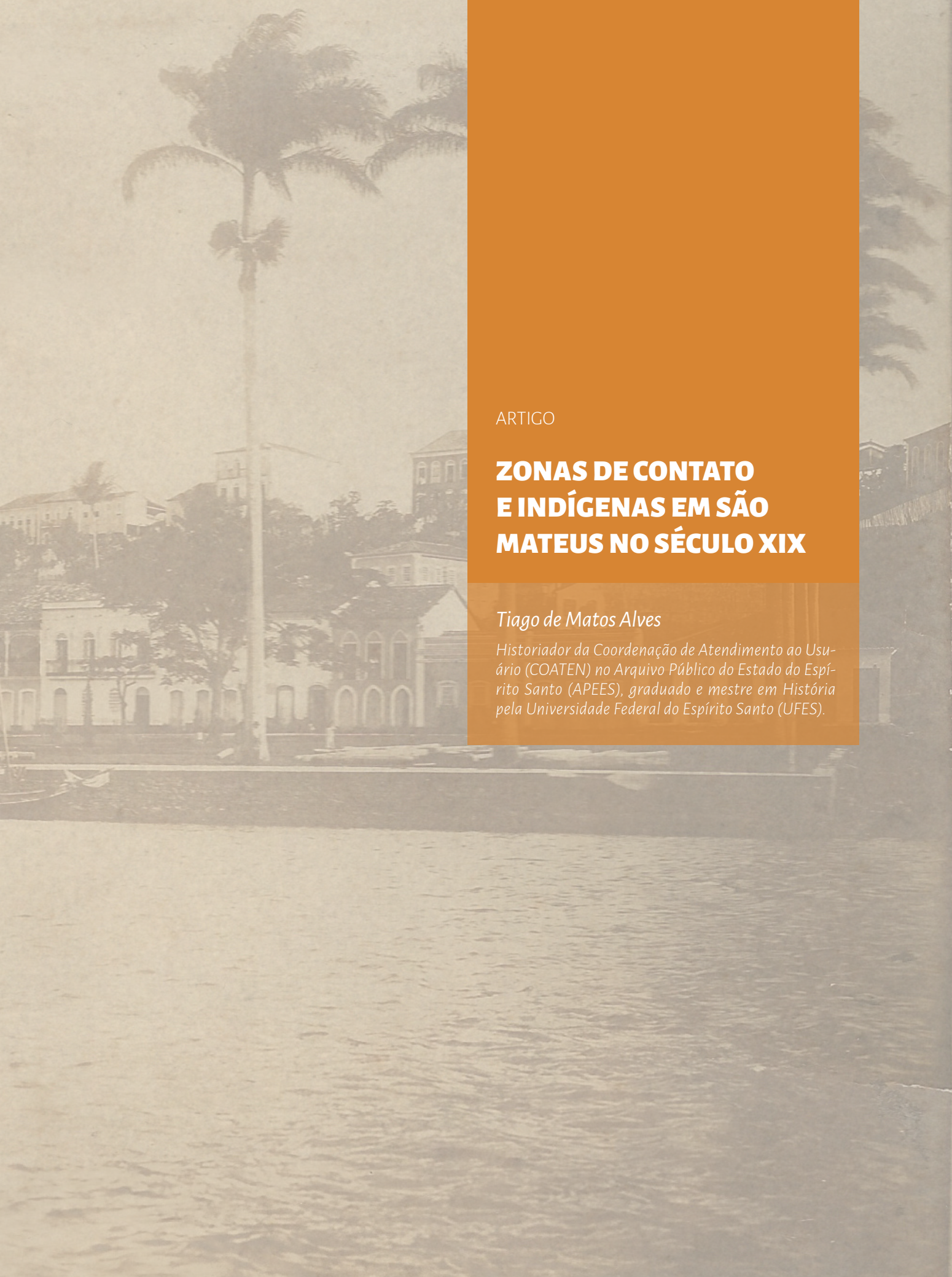
WERNICKE, Hugo. **Viagens pelas colônias Alemãs do Espírito Santo: a população Evangélico-Alema no Espírito Santo:** uma viagem até cafeeicultores alemães em estado tropical do Brasil. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/LIVRO_ViagemAsColoniasEvangelicasAlemas_Editado.pdf.

WIED, Maximiliano Prinz Von. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817**. São Paulo: Editora Nacional, 1942. Disponível em: http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/437.

WUST, W. **Aspectos arqueológicos. Cap. 3. Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas: Encarte 04 - Caracterização dos fatores ambientais - Meio Antrópico. CPM RT 152/02**. Vitória.







ARTIGO

ZONAS DE CONTATO E INDÍGENAS EM SÃO MATEUS NO SÉCULO XIX

Tiago de Matos Alves

Historiador da Coordenação de Atendimento ao Usuário (COATEN) no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), graduado e mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Resumo

O artigo traça um panorama histórico da colonização de São Mateus e da região norte do Espírito Santo nos séculos XVI a XVIII, com as particularidades em relação à ocupação do litoral do centro-sul. No século XIX, com a ocupação do território do interior da bacia do Rio Cricaré, na fronteira agrícola em direção oeste, as Zonas de Contato entre fazendeiros, indígenas e quilombolas resultam em tensões e conflitos, além de medidas de controle, repressão e apaziguamento por parte do governo provincial.

Abstract

The article traces a historical panorama of the colonization of São Mateus and the northern region of Espírito Santo in the 16th to 18th centuries, with the particularities in relation to the occupation of the coast of the center-south. In the 19th century, with the occupation of the territory of the interior of the Cricaré River basin, on the agricultural frontier towards the west, the Contact Zones between farmers, indigenous people and quilombolas resulted in tensions and conflicts, in addition to measures of control, repression and appeasement by part of the provincial government.

Palavras-chave: São Mateus, Indígenas, Sertões, Botocudos.

Região de São Mateus nos séculos XVI a XVIII

A data de fundação de São Mateus é comemorada no dia 21 de setembro de 1544, razão pela qual é considerado o segundo povoado mais antigo do Espírito Santo, atrás apenas de Vila Velha (antiga Vila do Espírito Santo), fundada em 23 de maio de 1535 pelo Donatário da Capitania Vasco Fernandes Coutinho.

A narrativa é de que colonos da Vila do Espírito Santo fugiram para o norte, para escapar de frequentes ataques de índios. Essa versão ainda é propagada oficialmente pela prefeitura de São Mateus, meios de comunicação, historiadores e memorialistas, que continuam considerando o ano de 1544 o marco inicial da colonização mateense.

No entanto, não há fonte, data precisa ou nomes dos primeiros colonizadores, nem indícios de ter havido um povoado ou vila, como as Vilas do Espírito Santo (1535) e de Vitória (1551) ou um aldeamento jesuítico, como ocorreu em Reis Magos (1580), atualmente distrito de Nova Almeida, Município da Serra e Reritiba (1579), atual município de Anchieta. Esses dois tipos de ocupação, no litoral, foram o padrão da colonização da Capitania do Espírito Santo durante todo o século XVI.

Novos trabalhos sobre São Mateus levantam o debate sobre a origem e o início do povoamento. Segundo Sofia Maria Valente Simões dos Santos, na dissertação *São Mateus: Do Lugar à Vila* (2017)[1], não há indícios de haver uma vila ou povoação anterior ao início do século XVIII. Analisando documentos e mapas, também chegou à conclusão de que a posse do local durante os séculos XVI a XVIII era incerta, ora aparecendo como território do Espírito Santo, ora de Porto Seguro. Não havia uma delimitação clara de fronteiras entre as capitanias.

A autora também contesta a existência de fontes primárias que atestem a existência de povoação até o início do século XVIII. Através da análise dos alvarás das sesmarias do século XVIII, pode-se confirmar o início do povoamento. A carta do Vice-rei Marquês de Angeja, pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, de 29 de agosto de 1716, esclarece que Domingos Antunes já havia "principia-

1 SANTOS, Sofia Maria Valente Simões dos. São Mateus: Do Lugar à Vila. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Vitória. 2017.

do a povoação", e que habitava desde março de 1716 as terras de São Mateus, com outros oito homens. Por esta carta o vice-rei nomeia Domingos Antunes capitão da povoação de São Mateus, pertencente à jurisdição da Capitania do Espírito Santo, com a atribuição de organizar o povoamento da região e a concessão de terras[2]. E em 1720 foi registrada a sesmaria em nome de Domingos Antunes.[3] O processo de distribuição de sesmarias ocorreu entre 1716 a 1750 nas duas margens do rio Cricaré (SANTOS, 2017, p. 177-178).

Desta forma, São Mateus e a atual região norte do Espírito Santo tem particularidades fundamentais em relação ao litoral centro-sul, foco principal da colonização portuguesa/jesuítica: Não há implantação de vilas nos primeiros dois séculos (XVI e XVII), nem a criação de aldeamentos jesuíticos entre os séculos XVI e XVIII.

Encravada em um território com relativa distância na época para a costa marítima, acessível apenas pelas águas do rio Cricaré e cercada por uma floresta densa "cheia de animais ferozes e índios bravios", na visão dos administradores, São Mateus incorporava significados estratégicos para a colonização portuguesa na questão referente ao domínio colonial de um território ocupado por inúmeros grupos indígenas não "domesticados", os chamados botocudos. O povoado demarcava uma zona de contato[4] entre o mundo colonial e o universo indígena, tornando-se política e espacialmente como o lugar da ordem, contrapondo-se aos "sertões cobertos de gentios de mal natural", que representavam a "barbárie" e eram considerados entraves à expansão portuguesa (CANCELA, 2012, pp. 177-180).

Desta forma, a consolidação da presença colonial em São Mateus, com a sua elevação à categoria de vila em 1764, representava a possibilidade de conquistar os territórios dominados por diversos grupos indígenas de modo a assegurar a expansão do domínio português.

A Vila de São Mateus reúne as características das primeiras povoações portuguesas no Brasil, localizando-se ao longo do rio, no ponto mais elevado da região estrategicamente protegido, tendo o controle de guarda para a foz e para as nascentes do rio, nos sertões. A Igreja Matriz é o elemento centralizador de agrupamento e união, demarcando o centro urbano inicial da povoação, em torno da qual se consolidará a construção das demais edificações.

No caso específico de São Mateus, tinha-se também o atrativo das madeiras. Outro fator importante era a vigilância dos rios e entradas para as Minas Gerais, feito por controle da navegação no rio Cricaré por conta de possíveis contrabandos das minas. Era o povoado, depois Vila, mais ao interior da Comarca de Porto Seguro, pertencente à Capitania Real da Bahia desde 1761, já que todas as outras vilas, como Prado e Caravelas, eram no litoral. Era interesse controlar os botocudos e demais indígenas hostis e garantir a pacificação ou mão de obra necessária, em alguns casos, especialmente no sul da Capitania Real da Bahia.

Século XIX: Zonas de contato, indígenas e quilombolas

São Mateus já tinha estabelecido a dinâmica produtiva da farinha de mandioca quando houve o movimento de anexação à Província (Novo termo utilizado para a divisão político-administrativa do Brasil a partir de 1821) do Espírito Santo, em 1823, aproveitando a guerra da independência em 1822/23, deixando de ser subordinada à Província da Bahia.

Estas ligações comerciais e políticas foram fundamentais para que São Mateus retornasse em 1823,

2 Documentos Históricos, LXX, p.315-316 - Carta do Marques de Angeja a Domingos Antunes, capitão dos moradores de São Mateus.

3 FREIRE, Felisbelo. História territorial do Brasil: Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Rio de Janeiro:Typ. do Jornal do Comércio, 1906, p.108.

4 Segundo Mary Louise Pratt, zonas de contato seriam "espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações bastante assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo" (PRATT apud MOREIRA 2017, p.108)

desta vez em definitivo, ao território do Espírito Santo. Foi feita uma articulação, com apoio militar, para que a vila declarasse apoio à independência do Brasil e o pertencimento à Província do Espírito Santo, deixando de ser subordinada à Bahia.

O processo econômico da região de São Mateus foi estruturado pela produção da farinha de mandioca, além das condições naturais favoráveis da região, como a navegabilidade do principal rio e a localização do seu porto fluvial situado nas proximidades da costa marítima, propiciando o estabelecimento e crescimento das relações comerciais de São Mateus no século XIX. A região de influência abrangia uma área bastante extensa, contemplando todo o extremo norte da província do Espírito Santo.

As condições adequadas de navegabilidade do rio Cricaré o consolidaram como a via natural de transporte da produção agrícola de São Mateus até o porto da vila da Barra de São Mateus (Conceição da Barra), fixando as relações sociais e mercantis entre essas duas localidades, as quais permaneceram entrelaçadas economicamente durante o século XIX, formando um complexo regional agrícola e portuário de natureza semelhante, com a hegemonia da produção e a exportação da farinha de mandioca.

Vânia Maria Losada Moreira levantou questões fundamentais como a questão dos propagados "vazios demográficos" a serem ocupados pelos fazendeiros e imigrantes do interior do Espírito Santo no século XIX, de forma a tornar o território "civilizado" e "produtivo". Outro debate relevante é em relação à definição das áreas de fronteiras, além das expansões da colonização e das fronteiras agrícolas. Em resumo, desde o início dos seus estudos a autora ressaltou que a história indígena, seja relacionada aos índios das vilas dos antigos aldeamentos jesuíticos, dos aldeamentos imperiais, das tribos aliadas, das inimigas ou os "bravios" só poderia ser entendida se associada aos estudos sociais, econômicos e políticos da ocupação e desbravamento da terra, sendo a chave para a compreensão das complexas relações entre os colonizadores e os povos indígenas.

A ocupação dos denominados "sertões" aparece desde o início da colonização no Brasil. De acordo com Vânia Moreira (2017, p.108), sertão se definia em oposição ao chamado mundo policiado, civilizado. Segundo Carlo Eugênio Nogueira (2018), é o local desconhecido, inóspito, perigoso. Ressalta-se que a noção de sertões e espaços vazios continuou no século XX, funcionando como ideologia geográfica, com o intuito de ser operacionalizada para justificar e legitimar as políticas territoriais oficiais de colonização e povoamento.

O sertão não era apenas o mundo dos índios "bravios", sendo o mundo não policiado, inicialmente dos índios, habitantes originários, mas também de outros grupos sociais, como escravizados em fuga, "ladrões" e "vadios".

No Capítulo 2, intitulado "Entre índios e escravos armados: alianças interétnicas e formação de quilombos na província do Espírito Santo, 1808-1850", do Livro Espírito Santo Indígena (2017), a autora disserta sobre os acordos, tensões interétnicas e conflitos na zona de contato que contribuíram para formação de quilombos no Espírito Santo e na região de São Mateus, tanto as alianças entre índios e fazendeiros para a captura de escravos fugidos, quanto as alianças entre escravos armados e fazendeiros, contra os índios botocudos dos sertões que colocavam em risco a sociedade local (MOREIRA, 2017 p. 63).

Os moradores de São Mateus, em março de 1827, denunciaram que a vila se transformara em uma verdadeira "segunda Ilha de São Domingos", referindo-se à Revolução e Independência do Haiti em 1804. Em outro documento da época foi informado que mais de 90 cativos fugiram nas redondezas da vila, estando armados e com munição de pólvora e chumbo, solicitando providências para a proibição de venda de armas ou munições para os negros escravizados (MOREIRA, 2017, pp. 90-91). No dia 11 de abril de 1829, ofício da Câmara de São Mateus relata que foram pagas em conformidade da ata da câmara as despesas feitas para "destruir o quilombo dos pretos levantados"[5].

5 APEES. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 351. Assuntos Ecle-

As ordenanças militares serviram também para organizar e controlar a população indígena da região, pois os índios deveriam estar reunidos numa companhia de 30 homens para atuar no combate ao mencionado quilombo. Diante da repercussão de que a vila de São Mateus estava se transformando em uma segunda Ilha de São Domingos, o Presidente da Província tomou medidas de repressão. Ao contrário de outras regiões do Espírito Santo, com hegemonia de pequenos e médios ranchos de negros escravizados, os quilombos de São Mateus eram consideravelmente grandes para o tamanho da população local (MOREIRA, 2017, pp. 91-95).

Apesar das tentativas de combate às fugas de escravos e à formação de comunidades de negros nos sertões de São Mateus, na década de 1830 diversos quilombos surgiram na região, relacionados com a política de segurança pública adotada pelos moradores da vila, que se sentiam ameaçados pelos índios botocudos. Desta forma, a relativa condescendência das autoridades provinciais com os quilombos estava relacionada com o uso destas comunidades na formação de uma frente de combate aos grupos indígenas hostis que habitavam o "sertão" (MOREIRA, 2017, p.95). Basílio Carvalho Daemon (2010) relata um grande conflito com índios botocudos na vila de São Mateus em 1832:

> Tendo os índios botocudos atacado os habitantes da vila e hoje cidade de São Mateus, depois de renhido combate entre tropa, povo e os aborígenes, esses são repelidos com grande perda, morrendo 140 índios e alguns dos nossos, havendo muitos feridos de parte a parte (DAEMON, 2010, p. 337).

A presença de índios classificados como hostis e resistentes à expansão territorial da Vila de São Mateus foi um dos problemas das autoridades da província do Espírito Santo durante o século XIX, incluindo também a região do vale do rio Doce. A força militar regular da Província não era capaz de garantir a segurança individual e das propriedades, levando os senhores de escravos a adotar uma estratégia perigosa de combate aos índios.

A tática de armar os escravos para a garantia da defesa contra os índios botocudos colocou os moradores de São Mateus numa "encruzilhada", tendo a possibilidade de enfrentar duas guerras: uma contra o "gentio bárbaro" e outra contra uma insurreição negra, tanto das senzalas das fazendas como dos quilombos nas matas (MOREIRA, 2017, p. 100).

São Mateus foi um local onde a elite de fazendeiros conviveu com uma ação constante de índios, escravizados e quilombolas. Além disso, a presença dos índios botocudos ameaçava a vida e a propriedade, influenciando a construção de redes de sociabilidade entre senhores e escravos armados, concedendo à escravaria condições estratégicas para insurreição, fuga e formação de quilombos, além de negociação das relações de trabalho e de produção e da criação de espaços com relativa autonomia no interior da fazenda escravista (MOREIRA, 2017, p. 101).

A colonização portuguesa utilizou índios de tribos aliadas e aldeados no combate aos quilombos, como no sul da Província do Espírito Santo, com a utilização dos índios Puri contra os quilombolas. Já no Norte, ao contrário, negros escravizados foram armados contra os índios botocudos, numa inversão do costume (MOREIRA, 2017, p. 103).

Um exemplo claro da utilização dos indígenas nas guerrilhas para destruição dos quilombos e prisão dos negros escravizados aparece nesta solicitação do governo provincial de dois indígenas do Aldeamento Imperial Afonsino para esta finalidade, em 04 de maio de 1849, logo após a Insurreição de Queimado:

> Ao mesmo para que faça seguir para a esta capital dois índios para serem empregados na Guerrilha. Convindo muito, que na Guerrilha criada para destruir os quilombos e prender os escravos fugidos...se

siásticos e Outros. Correspondências recebidas pelo Presidente da Província da Câmara Municipal, 1823-1845, p. 69.

> empregue alguns índios, por serem pessoas as mais acostumadas a correr as matas, e aptas para guiarem a mesma guerrilha no seu serviço, enviar-me Vmce. com toda a brevidade dois índios desse aldeamento, fazendo-lhes Vmce. ver que terá cada um 1$000 por dia e que concluída a diligencia em que vão ser empregados, voltarão para o seu Aldeamento.[6]

O crescimento da economia agrária e comercial e das instituições resultou na superação do entrave indígena com a expulsão ou as tentativas de confinamento dos remanescentes de tribos independentes em aldeamentos. A expansão das fronteiras agrícolas também aumentava o número de novos quilombos. No final da primeira metade do século XIX, os quilombos se multiplicavam na Província, sendo um dos maiores entraves para a ordem e segurança pública.

Tatiana Oliveira (2020), em sua tese "Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeamentos indígenas da Província do Espírito Santo (1845-1889)", trabalha diversas temáticas relacionadas aos indígenas no território do Espírito Santo no século XIX, dentre elas a criação dos aldeamentos Imperial Afonso e do Mutum, a trajetória indígena das vilas de Nova Almeida e Santa Cruz e o impacto da Lei de Terras na configuração dos territórios indígenas dessas regiões. Um fator importante é o estudo da utilização em larga escala da mão de obra indígena por particulares e fazendeiros, além das câmaras municipais e o governo da Província do Espírito Santo, especialmente nas vilas dos antigos aldeamentos jesuíticos no litoral, como Nova Almeida, Santa Cruz e Benevente (atual município de Anchieta).

Em São Mateus, Oliveira (2020) ressalta que havia o costume de indígenas venderem sua mão de obra para particulares e trabalharem no corte de madeira nas fazendas. Sobre esse assunto o Presidente da Província, Francisco Ferreira Correa, citou o fazendeiro Capitão José Pedro Rangel, que mantinha relações próximas com os indígenas habitantes dos chamados sertões no oeste de São Mateus, "que entre eles é bem quisto, que lhes conhece os instintos e mais de um dialeto das diversas tribos, com as quais pratica familiarmente" (OLIVEIRA, 2020, p.33).

O Presidente da Província tentava enquadrar o fazendeiro nas normas do Regulamento das Missões de 1845, transformando-o em diretor de aldeia:

> Este homem alguma coisa tem procurado fazer por seus esforços particulares, e a meu ver é um dos mais aptos para chamar aqueles infelizes e convencê-los da necessidade de abandonarem a vida errante que levam. Ensinar-lhes o amor ao trabalho, fazer-lhes tomar interesse pelo fruto do mesmo trabalho, evitando que seja somente aproveitado pelo homem civilizado. O cidadão de quem falo havia conseguido, segundo consta, reunir um número pouco avultado desses indígenas, que com dificuldade procurava afazer ao trabalho. Tendo em consideração o interesse que aquele cidadão manifesta pelo bem-estar dos indígenas, cuja sorte tanto há procurado melhorar, enderecei ao governo em que ele solicita a nomeação de diretor (OLIVEIRA, 2020, p.33).

Além desta permissão para a utilização da mão de obra indígena por particulares, em desacordo com o Regulamento das Missões de 1845, a Diretoria também utilizou os aldeados em diversos serviços públicos, especialmente abertura e consertos de estradas e combate aos quilombos. Existia grande interesse da elite política local, grande proprietária de terra, na administração da política indigenista, com o controle da mão de obra e as terras "devolutas" disponibilizadas para os aldeamentos (OLIVEIRA, 2020, p. 36).

De acordo com Oliveira (2020), as experiências sociais dos índios aldeados na Província do Espírito Santo sob a tutela da Diretoria Geral de Índios foram marcadas pela não efetividade desta instituição em garantir os direitos dos aldeados previstos no Regulamento das Missões de 1845, como o de não serem forçados ao trabalho sem remuneração e a demarcação

6 APEES. Fundo Governadoria, Série 751, Livro 387. Registro da correspondência da colonização e catequese, 1848-1860, p. 16.

de suas terras. Não se consolidou também as garantias da Lei de Terras de 1850 e seu regulamento de 1854, como a não possibilidade de venda das terras doadas aos aldeamentos indígenas (OLIVEIRA, 2020 p. 19).

O termo sertão já era utilizado pelos portugueses em Portugal para se referir às terras distantes de Lisboa e passou também a se referir a "grandes espaços interiores, pouco, ou nada conhecidos" nas possessões ultramarinas, aparecendo na documentação do período como esse lugar desabitado, a ser conquistado, se opondo ao litoral, fronteira entre a "barbárie" e a "civilização". Os povos originários destes "sertões" foram denominados como "inimigos", "bravios", e denominações genéricas, como "botocudos" (OLIVEIRA, 2020, p. 72). A conquista e civilização das fronteiras étnicas do rio Doce (e do território norte do Espírito Santo) fez parte de um projeto nacional de colonização e apropriação dos territórios indígenas. Nas primeiras décadas do século XIX, legitimado pela Carta Régia de D. João VI em 1808, essa expansão foi realizada mediante a guerra aos "botocudos" dos territórios atuais do leste de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. Na segunda metade do Oitocentos, com a implementação do Regulamento das Missões e Aldeamentos de 1845 e da Lei de Terras de 1850, a política indigenista foi pensada em termos exploratórios e expansionistas, mas com o verniz da "brandura" (OLIVEIRA, 2020, p. 79). Ainda segundo a autora, a política indigenista estava diretamente associada com o planejamento para a ocupação do território, com a construção de estradas e dos fazendeiros:

> Fundar colônias e aldeamentos era primeira etapa no processo de avanço sobre os territórios indígenas no rio Doce. Em 1861, o Presidente da Província do Espírito Santo, Antônio Alves de Sousa Carvalho, falou à Assembleia Legislativa Provincial sobre a necessidade de acelerar o processo de venda de terras devolutas na Província, especialmente nas vilas de Linhares e São Mateus. Todavia, ponderou sobre a necessidade de antes "desinfestar" aquelas matas e criar um sistema de comunicação com a Província de Minas Gerais. Desinfestar nesse caso significava expulsar os índios de seus territórios e territorializá-los em aldeamentos. Por meio de um sistema geral de vias de comunicação a Província pretendia se apropriar de inúmeros territórios habitados por indígenas para a colonização (OLIVEIRA, 2020, p. 84).

As estradas que seriam construídas e conservadas da forma já feita no sul da província, por meio do trabalho dos índios dos aldeamentos, possibilitariam, segundo o Presidente Antônio Alves de Sousa Carvalho, "a regeneração da raça indígena que por ali existe, pondo-a em contato com a civilização e oferecendo-lhes meios de trabalho"; Ele enfatizava também ser a melhor solução para a venda de terras devolutas e para as colônias de povoamento de nacionais e estrangeiros (OLIVEIRA, 2020, p. 84).

O paradoxo é que a maior parte da mão de obra para a construção de estradas no século XIX era indígena, recrutados em vilas de antigos aldeamentos jesuíticos, como Nova Almeida, Santa Cruz e Benevente, além dos aldeamentos imperiais do Mutum e do Guandu, sendo que essas estradas acabaram se tornando um dos principais fatores de expulsão ou extermínio dos Puri e botocudos no interior do Espírito Santo.

Aldeamento de Biriricas em São Mateus

Basílio Daemon, no livro Província do Espírito Santo, menciona o Aldeamento de Biriricas em São Mateus por um breve período entre os anos de 1843 a 1847, não tendo conseguido implementar a política de agrupamento dos índios no local, com a catequese e "civilização" dos botocudos:

> Estabelece-se neste mesmo ano no lugar denominado Biriricas um aldeamento para catequese e civilização dos índios despendendo o governo avultadas somas, sendo mais tarde abandonado pelos índios, por ter o mesmo governo extinguido o aldeamento em 1847, entranhando-se os aborígines

> nas matas e estabelecendo-se perto do Mucuri (DAEMON, 2010, p. 364).

O local mais provável deste antigo Aldeamento é na localidade homônima de Biriricas, situada à 36,5 Km do centro de São Mateus, em direção noroeste, caminho para o município de Boa Esperança, nos antigos "sertões" de São Mateus. Há relatos desse aldeamento na década de 1840, em documentos do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)[7], com um relevante documento do governo da Província destinado ao Diretor do Aldeamento de São Mateus, cobrando informações sobre o estado de catequese e civilização dos indígenas "selvagens":

> cumprindo a esta presidência promover os melhoramentos de que é insusceptível a província, regular o andamento e marcha de sua administração e informar a Assembleia Provincial e ao governo geral quais as suas necessidades para que possa ser pronto e convenientemente deleitado para satisfazer aquele agradável dever e fazendo parte do seu melhoramento, a catequese, e civilização dos indígenas que ainda errantes ocupam as vastas florestas do seu litoral.[8]

Continuando o ofício, o Presidente da Província reforça ao Sr. Porfirio dos Santos Lisboa, Diretor do Aldeamento de São Mateus, a importância da informação sobre a catequese dos índios das margens do Rio São Mateus (Cricaré) e a quantidade de famílias que poderiam ser levadas ao Aldeamento:

> que não obstante a disposição do aviso de 5 de janeiro deste ano remeta a esta presidência informação circunstanciada do estado de catequese dos índios que habitam as margens do Rio São Mateus, qual a utilidade, que dela tem a esperar-se, os meios de a levar a efeito e em que numero provável de famílias se podem contar para o projeto do aldeamento com todos os meus esclarecimentos, que seu zelo e reconhecida inteligência lhe sugerir a fim de os submeter de novo a paternal consideração do governo imperial, seguro de que será atendido com preferência a qualquer outro cidadão na direção desses trabalhos. Palácio do governo, 14 de março de 1843. Wenceslau de Oliveira Bello.[9]

Em outro relevante documento de 22 de junho de 1843, o governo da Província se coloca contra a escravização de indígenas nos sertões por parte dos fazendeiros, inclusive recomendando ao Diretor do Aldeamento tomar as medidas judiciais cabíveis contra esses crimes e que orientem os indíos a ficarem escondidos nas matas até que a situação melhore:

> Medidas...com que ocorrendo-se as despesas com os selvagens que Fazendeiros se possa evitar de pronto que as hostilizem e os levem as vinganças que podem ser muito funestas não só aos mesmos fazendeiros que se estendem já pelos sertões como aos que com mesma utilidade agricultam os do resto da província... estejam contratando com os caciques a compra de homens livres para os escravizar responde que é isso expressamente proibido não só pelas leis divinas e humanas, como hum grave crime pela nossa legislação por isso... severo castigo deve o sr. Diretor portanto evitá-lo recorrendo as autoridades judiciarias contra os perpetuadores... obriga os índios a esses procedimentos contra a natureza, busque o sr. Diretor fazer efetiva medida... aconselhar que se retirem para as matas até que a providencia competente habilitada possa prover-lhes de remédios os seus males (Wenceslau 22/06/1843). [10]

Em 22 de agosto de 1843 Wenceslau recomenda para o Diretor Porfirio dos Santos Lisboa escolher o lugar mais apropriado e da preferência dos índios

7 Fundo Governadoria, Série 751, Livros 386 e 387.

8 APEES. Fundo Governadoria, Série 751, Livro 386. Registro da correspondência com os diretores de aldeamentos 1843-1845, p. 1v.

9 Idem, p. 2.

10 Idem, p. 5 e 6.

para construir as cabanas de moradia e plantação para o Aldeamento, utilizando a mão de obra indígena, mais barata, para economizar recursos:

> escolhendo o lugar que mais usado for para fazer-se uma grande derrubada em que se plantem os gêneros de que os índios mais gostam e que mais depressa cheguem para serem desfrutados, e onde eles ao depois possam levantar suas cabanas, informe quanto é absolutamente necessário da referida quantia para princípio da derrubada e plantação e se é possível empregar os índios neste serviço para que fique menos dispendioso.[11]

Em outubro, o governo provincial ordena que o tesouro público repasse a quantia de 388$900 para compra de diferentes gêneros e utensílios que eram precisos para os mesmos aldeamentos.[12] Em 23 de Dezembro de 1843, outro ofício aprovando a despesa com os objetos para alugar uma casa para servir de armazém.[13]

Em 23 de dezembro de 1844 é recomendado ao Diretor do Aldeamento que convença de forma amena os índios das vantagens da "vida social" sobre a "errante" nas matas, incluindo também a sugestão de envio de indígenas para o Rio de Janeiro através da Barra (de São Mateus), atual Conceição da Barra, para aprenderem os princípios da religião e da civilização:

> ...Empregar todos os meios de brandura para convencer os índios das vantagens da vida social sobre a errante, e da utilidade de partirem para a Corte para serem investidos nos princípios da religião... da vila da Barra para o Rio de Janeiro poderá o Sr. Diretor remeter os índios que para ele quiserem seguir... com os donos e mestres dos mesmos barcos... e uma informação circunstanciada do andamento das obras, estado das plantações... Palácio do governo em 23 de dezembro de 1844. Dom Manoel de ... Mascarenhas.[14]

Em ofício de 1845 é autorizado pelo vice-presidente da Província, Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim, a construção da casa de farinha para aproveitamento das mandiocas plantadas:

> O Vice-Presidente da Província, em resposta do oficio do Sr. Diretor dos Índios Selvagens de São Mateus de 12 do corrente mês, significa de que pode mandar fazer a casa de farinha a fim de se aproveitarem as mandiocas, recomendando-lhe, porém a maior economia na despesa da mesma casa. Palácio do Governo em 25 de setembro de 1845. Joaquim Marcelino da Silva Lima.[15]

No relatório do Presidente da Província, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, encaminhado à Assembleia Provincial em 01 de março de 1848, é informado que as aldeias de São Mateus e Rio Doce ainda não estavam organizadas, que os índios se retiraram para a região do Mucuri, entre as Províncias da Bahia e de Minas Gerais e que não estava tendo o devido fornecimento de suprimentos para os botocudos:

> Ainda não estão organizadas as aldeias de São Mateus e do Rio Doce, por falta dos meios necessários... Na vila de S. Mateus já não aparece hoje tamanho número de índios, como outrora, tendo-se retirado para as bandas de Mucuri, talvez por não haverem encontrado na aldeia, que se estava fundando na Biririca os suprimentos que esperavam obter.[16]

Também é relatada por Couto Ferraz a diminuição dos conflitos, a utilização da mão de obra indíge-

11 Idem, p. 7.

12 Idem, p. 8.

13 Idem, p. 11.

14 Idem, pp. 24v-25.

15 Idem, pp. 27v.

16 APEES. RELATÓRIO do Presidente Luiz Pedreira do Couto Ferraz apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 01 de março de 1848, p. 24.

na nas casas e fazendas da vila e um certo comércio, com escambo de produtos:

> Felizmente, depois que se tornarão menos bravios, tem desaparecido essas crueldades, e há hoje muitos Botocudos espalhados por casas e fazendas particulares, onde trabalham. Sei que há um ou outro que não lhes dá bom tratamento, mas vi muitos bem vestidos e parecendo satisfeitos. Há mesmo já algum comercio entre eles e os habitantes da vila, à qual levam poaia, ervas e outros objetos, que tiram das matas, e em troco dos quais recebem mantimentos, ferramenta, e outras coisas.[17]

Um mês depois no dia 13 de abril 1848, é aceita a demissão, depois de várias vezes solicitada por Porfírio dos Santos Lisboa, do cargo de diretor do Aldeamento de Biririca, evidenciando as dificuldades para se implementar a política imperial de controle dos índios da região:

> Ao mesmo comunicando a respeito da demissão de Diretor concedida a Porfirio dos Santos Lisboa. Comunico a V. Excelência para seu conhecimento, que em virtude do aviso do ministério do Império de 15 de março próximo passado, resolvi nesta data conceder a Porfirio dos Santos Lisboa a demissão por ele várias vezes pedida de Diretor do Aldeamento da Biririca. Deus guarde V. em 13 de abril de 1848 – Luiz Pedreira do Couto Ferraz = Senhor Barão de Itapemirim, Diretor Geral dos Índios.[18]

É provável que neste mesmo ano de 1848, tenha sido extinto o Aldeamento, pois não há registro da nomeação de outro diretor. Também não foram encontrados ofícios ou comunicações posteriores do Aldeamento de Biriricas em São Mateus, evidenciando o seu término, após cinco anos de uma malograda tentativa de implementação.

No relatório de governo de 1862, de José Fernandes da Costa Pereira Junior, é mencionado que os Aldeamentos de São Mateus e do Rio Doce não tiveram êxito, tendo sido despendido uma quantia considerável de recursos sem terem sido efetivos na sua finalidade, sendo o único Aldeamento em funcionamento o do Imperial Afonsino:

> Infelizmente o minucioso regulamento de 1845 nada produziu até hoje na província e os aldeamentos ficaram reduzidos a um, o Afonsino, fundado quase na mesma data tendo sido tão infeliz como o do Rio Doce o Aldeamento, fundado em 1843 no lugar denominado Biriricas, em São Mateus, sob a direção do alferes Porfírio dos Santos Lisboa Este estabelecimento desapareceu depois de ter consumido sem proveito 6:279$0241 réis.[19]

Em 1871 o Major Antônio Rodrigues da Cunha, o Barão de Aimorés, determinou a José Gomes Paim a abertura de uma estrada partindo da cidade de São Mateus, adentrando o Oeste e passando pela Serra dos Aimorés com destino à Santo Antônio do Peçanha, em Minas Gerais.[20] A finalidade era a criação de uma rota mercantil para o escoamento para o porto de São Mateus da produção agrícola do leste de Minas Gerais, ampliando a zona de influência da cidade. O intuito também era desbravar e tomar posse das terras denominadas na cartografia da época como "grandes sertões desconhecidos habitados por indígenas botocudos[21]", explorando as riquezas naturais da região, aumentando a área de

17 APEES. RELATÓRIO do Presidente Luiz Pedreira do Couto Ferraz apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 01 de março de 1848, p. 25.

18 APEES. Fundo Governadoria, Série 751, Livro 387. Registro da correspondência da colonização e catequese, 1848-1860, p. 1v e 2.

19 RELATÓRIO do Presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 25 de maio de 1862, pp. 55-56.

20 RELATÓRIO lido no Paço d'Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo pelo Presidente o Exmo. Sr. Doutor Francisco Ferreira Corrêa na sessão ordinária do ano de 1871.

21 Acervo Cartográfico APEES - Mapa da Província do Espírito Santo em 1868, apresentando entre os Rios Doce e São Mateus (Cricaré) os "indígenas botocudos" e o "sertão desconhecido".

plantio e a área de influência desta elite mateense. O resultado dessas expansões da fronteira agrícola e posse territorial na segunda metade do século XIX foi a morte ou expulsão das diversas tribos indígenas Aimoré, Giporok, Krenak, dentre outras denominadas genericamente como Botocudos, neste território que abrangia o leste de Minas Gerais, norte do Espírito Santo e sul da Bahia.

A expansão territorial em São Mateus foi um processo demorado e que durou um extenso período concentrado às margens dos rios, especialmente o Cricaré (São Mateus) e em alguns locais bem próximos da cidade. O avanço da colonização e das áreas cultivadas para o chamado sertão interior acontece de forma mais efetiva a partir da segunda metade do século XIX, especialmente na década de 1860, quando o Barão de Aimorés e seu clã familiar se apresentam como pioneiros nesta empreitada. O avanço da fronteira agrícola de São Mateus em direção oeste será intensificado com a chegada de colonos imigrantes, especialmente italianos e espanhóis e a criação de núcleos coloniais no final do século XIX, sendo políticas executadas após a abolição da escravidão em 1888.

Considerações Finais

São Mateus e a região norte do Espírito Santo tiveram particularidades em relação à ocupação do litoral do centro-sul. Diferentemente do trecho atual entre Santa Cruz e Anchieta, em que houve a fundação de vilas por parte dos portugueses e aldeamentos, colégios e igrejas pelos jesuítas, em São Mateus não teve fundação de vila e nem aldeamentos jesuíticos. Não era uma região prioritária para os governantes e religiosos do período.

A ocupação efetiva da região inicia-se no início do século XVIII, com os primeiros registros de sesmarias em 1716, sendo a fundação da vila em 1764. No século XIX, com a abertura de estradas e a expansão das fronteiras agrícolas em direção aos "sertões" do oeste, ocorrem com frequência os conflitos interétnicos entre os fazendeiros, moradores, índios botocudos e negros escravizados, numa zona de contato que só pode ser compreendida em conjunto com a análise fundiária e econômica da região.

Desta forma, no Oitocentos, o vasto território do interior da bacia do Rio Cricaré (São Mateus) começa a ser explorado com a abertura de estradas e efetivamente ocupado por fazendas, com a derrubada das matas e a expulsão e morte dos botocudos do seu território originário. As tentativas de abrandamento destes contatos nas fronteiras agrícolas, com a "civilização" dos indígenas em aldeamentos fracassaram, resultando em inúmeros conflitos verificados neste processo de apropriação de terras à oeste, no interior dos atuais municípios de São Mateus, Boa Esperança e Nova Venécia.

Fontes primárias

APEES. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 351. Assuntos Eclesiásticos e Outros. Correspondências recebidas pelo Presidente da Província da Câmara Municipal, 1823-1845.

APEES. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 352. Assuntos Eclesiásticos e Outros. Correspondências recebidas pelo Presidente da Província da Câmara Municipal, 1846-1870.

APEES. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 353. Assuntos Eclesiásticos e Outros. Correspondências recebidas pelo Presidente da Província de Autoridades Religiosas, Capitão Mor, Câmara Municipal e Prefeitura Municipal, 1871-1911.

APEES. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 354. Assuntos Eclesiásticos e Outros. Correspondências recebidas pelo Presidente da Província de Autoridades Religiosas, Capitão Mor, Câmara Municipal e Prefeitura Municipal, 1832-1921.

APEES. Fundo Governadoria, Série 751, Livro 386. Registro da correspondência com os diretores de aldeamentos 1843-1845.

APEES. Fundo Governadoria, Série 751, Livro 387. Registro da correspondência da colonização e catequese, 1848-1860.

APEES. RELATÓRIO do Presidente Luiz Pedreira do Couto Ferraz apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 01 de março de 1848.

APEES. RELATÓRIO do Presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 25 de maio de 1862.

APEES. RELATÓRIO lido no Paço d'Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo pelo Presidente o Exmo. Sr. Doutor Francisco Ferreira Corrêa na sessão ordinária do ano de 1871.

Referências bibliográficas

ALVES, Tiago de Matos. **Sociedade e economia portuária de São Mateus (1848- 1889): A exportação da farinha de mandioca pelas águas "dorminhocas" do rio Cricaré**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória,2021.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808). Salvador, Tese UFBA. 2012.

DAEMON, Basílio C. Estatística e História da Província do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Secretaria de Cultura. 2010.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 2017.

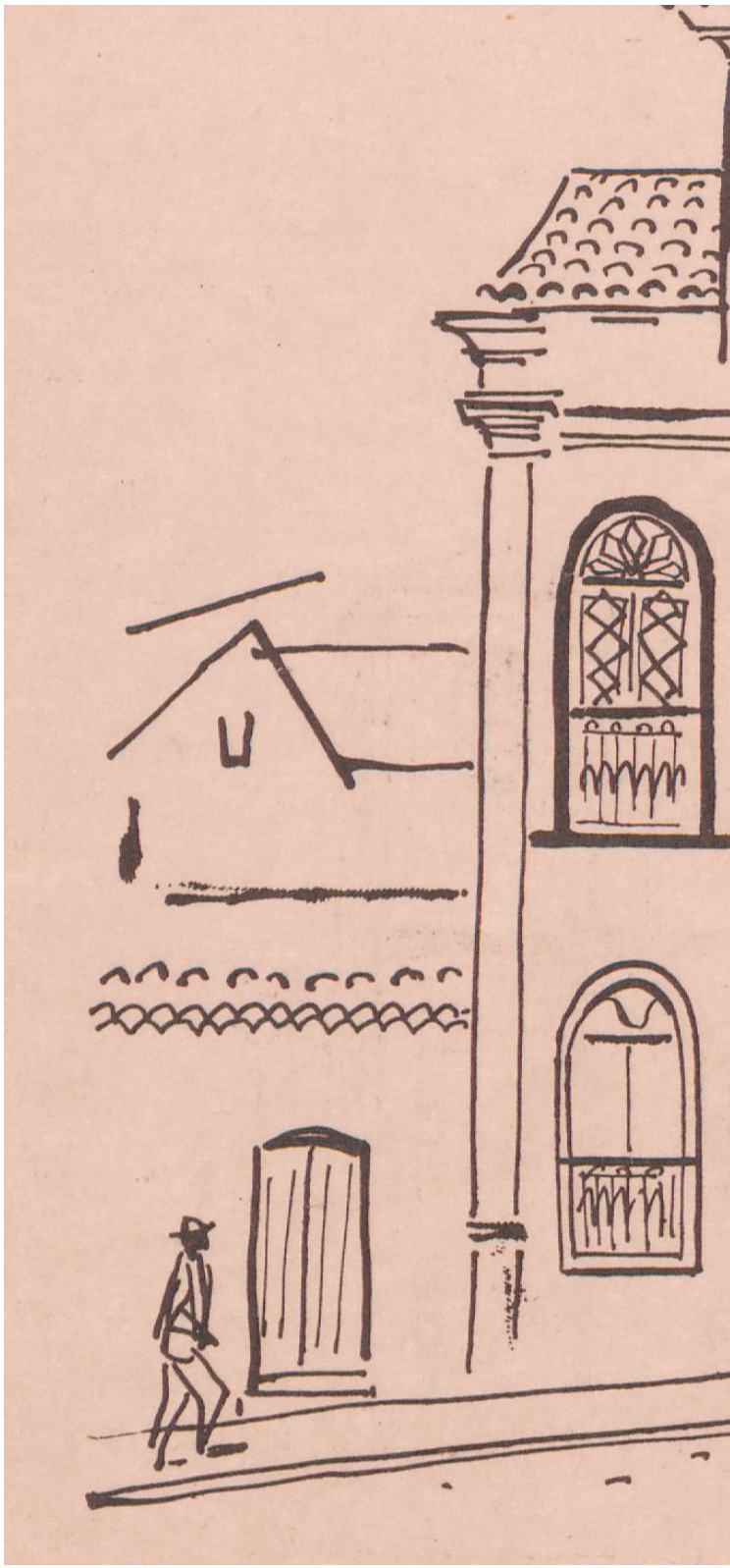
MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). DIMENSÕES – Revista do Departamento de História da UFES. Vitória, n. 9, p.99-123. 1999.

NOGUEIRA, C. E. Território, sertão e ciência: expedições civilizatórias e geografia no Brasil (1900-1930). GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 22, n. 1, p. 043-060. 2018.

OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Secretaria de Cultura. 2008.

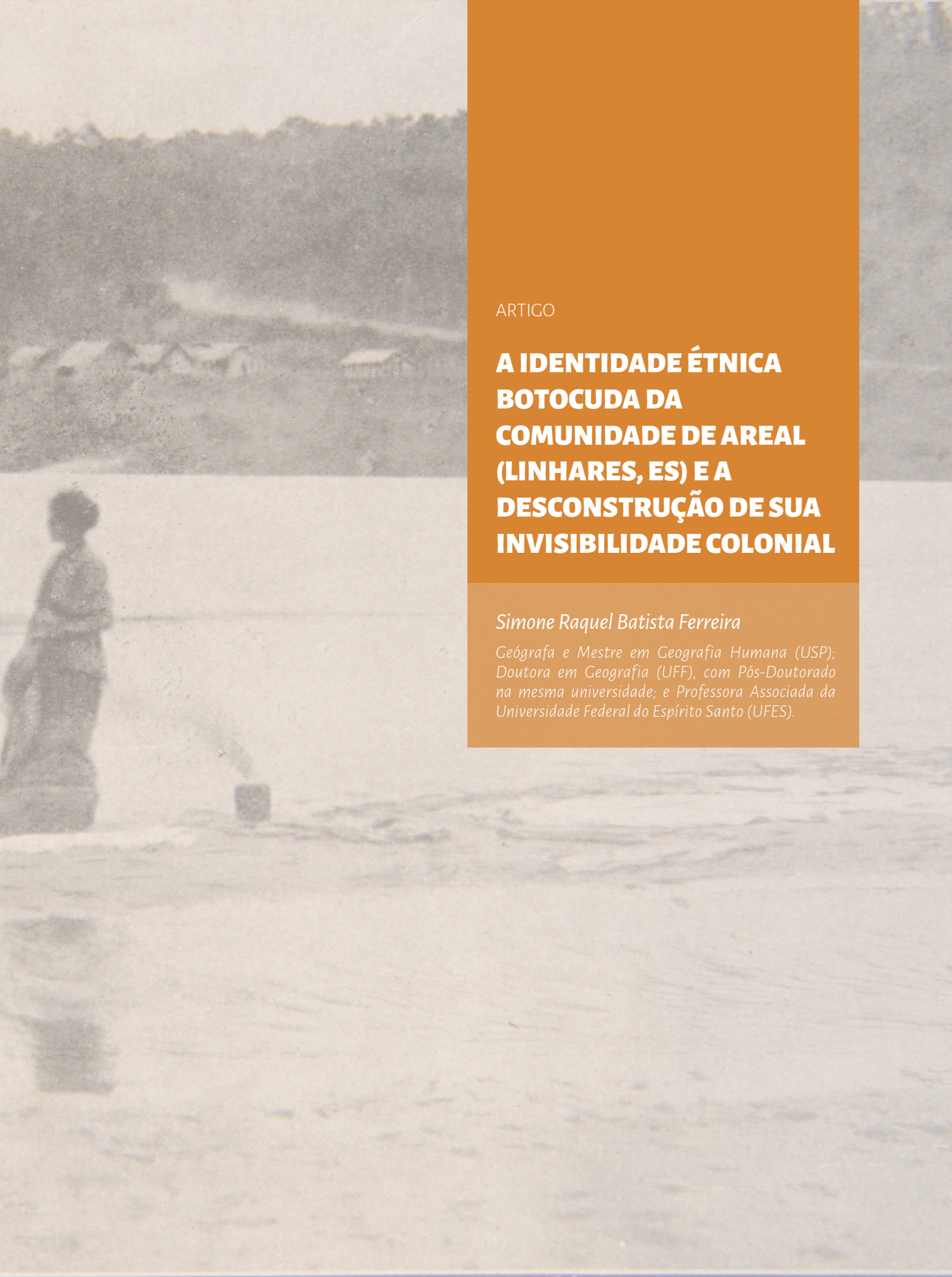
OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de. Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeamentos indígenas da Província do Espírito Santo (1845-1889). 327 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

SANTOS, Sofia Maria Valente Simões dos. São Mateus: Do Lugar à Vila. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Vitória. 2017.









ARTIGO

A IDENTIDADE ÉTNICA BOTOCUDA DA COMUNIDADE DE AREAL (LINHARES, ES) E A DESCONSTRUÇÃO DE SUA INVISIBILIDADE COLONIAL

Simone Raquel Batista Ferreira

Geógrafa e Mestre em Geografia Humana (USP); Doutora em Geografia (UFF), com Pós-Doutorado na mesma universidade; e Professora Associada da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns resultados do projeto de pesquisa e extensão realizado junto à Comunidade de Areal e Santa Maria, situada próximo à foz do rio Doce, que teve como ponto de partida a emergência de sua identidade étnica Botocuda, profundamente vinculada ao território. Para a compreensão e o registro deste processo, utilizou-se o caminho metodológico da História Oral e da Cartografia Social, que possibilitou perceber as articulações da comunidade para desconstruir sua invisibilidade política e redesenhar seu lugar de fala, apresentando-se como contraponto à narrativa hegemônica acerca do extermínio deste povo que apresentou forte resistência à dominação colonial.

Palavras-chave: Comunidade de Areal, Identidade Étnica, Territorialidade, Botocudos, Planície Costeira do rio Doce

Abstract

This article aims to present some results of the research and extension project carried out with the Community of Areal e Santa Maria, located near the mouth of the Doce River, wich had as its starting point the emergence of this Botocuda ethnic identity, deeply linked to the territory. To understand and record this process, the methodological path of Oral History and Social Cartography was used, which made it possible to perceive the articulations of the community and redesign its place of speech, presenting itself as a counterpoint to the hegemonic narrative about the extermination of this people who presented strong resistance to colonial domination.

Keywords: Areal Community. Ethnic Identity, Territoriality, Botocudos, Coastal Plain of the Rio Doce

Introdução

Este artigo se origina do *Estudo Territorial da Comunidade de Areal e Santa Maria, Rio Doce (Linhares/ES)*[1] (2017), como parte dos resultados do Projeto de Pesquisa *Identificação e Mapeamento dos Territórios Tradicionais no Espírito Santo* e do Projeto de Extensão *Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA)* – ambos vinculados à Universidade Federal do Espírito Santo. O estudo foi realizado por solicitação da comunidade, no momento em que se organizava para pleitear seu reconhecimento enquanto comunidade indígena de origem Botocuda junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Para atingirmos nossos objetivos, utilizamos o caminho metodológico da História Oral[2] e da Cartografia Social[3], aliadas aos levantamentos bibliográficos e documentais. Neste sentido, buscou-se elucidar o protagonismo da comunidade na narrativa acerca de sua ancestralidade no território.

A Comunidade de Areal e Santa Maria está situada próximo à Vila de Regência e à foz do rio Doce, no município de Linhares (ES). A comunidade se formou historicamente a partir de núcleos familiares que descendem dos irmãos Talma José Barcelos, Manoel Nobre Pinto Barcelos e Esmeralda Barcelos, filhos de José Lourenço Pinto Barcelos e Claudina Alexandrina. Externamente, a comunidade é reconhecida pelo nome de Areal, em referência à grande extensão de *areia* que cobre a região, resultante dos longos depósitos sedimentares na Planície Costeira do Rio Doce. Nela vivem aproximadamente 200 pessoas, que atualmente ocupam a pequena área herdada dos irmãos Talma e Manoel.

1 Este trabalho de Pesquisa e Extensão foi realizado por uma equipe de estudantes do curso de Geografia e Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo, sob minha coordenação, a saber: André Azoury Vargas; Diego Leandro Monteiro; Isabel Benincá Gonçalves; Miguel Chaves Saldanha; Priscila Krause de Almeida; Thamiris Schneider da Silva; Vinícius Lima Lemes.

2 Por meio da História Oral, a memória da comunidade acerca de sua ancestralidade no território constituiu-se como o fio condutor da pesquisa.

3 Por meio da Cartografia Social, propusemos que a comunidade desenhasse o mapa de seu território tradicionalmente ocupado, a partir de suas próprias referências.

Além de restrita, a área atualmente ocupada pela comunidade se encontra circundada por extensas fazendas de gado, que se tornaram possibilitadas na Planície Costeira do Rio Doce pelos canais de drenagem aí construídos pelo Departamento de Obras de Saneamento (DNOS) a partir dos anos de 1950/60. Ao drenarem as águas das áreas inundáveis, esses canais também possibilitaram as atividades de exploração e escoamento do petróleo e gás na região a partir dos anos de 1970, expressas por diversas estruturas que atravessam a comunidade, como "cavalinhos" mecânicos e gasodutos vinculados à Unidade de Processamento de Gás Natural de Lagoa Parda (UPGN).

Tal contexto expressa um profundo conflito territorial entre formas de apropriação do espaço orientadas por objetivos distintos: de um lado, a comunidade que construiu seu modo de vida e território a partir de uma relação historicamente e ambientalmente intrínseca com a Planície Costeira do rio Doce; e de outro, os grandes latifúndios da pecuária e as atividades de extração e beneficiamento do petróleo e gás, que monopolizam o território, esgotam os recursos naturais e inviabilizam outras formas de vida.

No final de 2015, outro fato impactou profundamente a comunidade de Areal e Santa Maria: o rompimento da barragem de Fundão, localizada em Mariana (MG), que despejou no rio Doce mais de 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos da mineração da empresa Samarco (de propriedade das mineradoras Vale e BHP Billignton). Os rejeitos que desceram pelo rio Doce e chegaram ao oceano Atlântico em Regência (Linhares/ES), contaminaram todo o litoral do Espírito Santo (atingindo outras comunidades); algumas lagoas próximas ao rio, como Areal e Boa Vista, que eram de uso da comunidade; e também as águas de lençol freático, que eram utilizadas para o consumo doméstico, por meio de poços.

A imposição da lógica da *propriedade privada da terra e da natureza* sobre o antigo *território de uso comum* alterou profundamente as formas de territorialidade da comunidade. Nos tempos antigos, os moradores de Areal e Santa Maria tinham moradias fixas e temporárias que se espalhavam pelo território, sobretudo ao redor das lagoas, que lhes forneciam boas condições de sobrevivência, como fontes de água e alimento. A expropriação e a *desterritorialização* desses sujeitos provocaram a perda de sua autonomia: a extinção da fauna; a escassez de terra e a impossibilidade de se cultivar alimentos e criar animais; a privatização das lagoas; a escassez e a contaminação das águas são fatores que foram tornando a realidade de vida mais difícil para a comunidade de Areal e Santa Maria.

Embora a situação atual esteja muito vinculada aos impactos visíveis na paisagem, é fundamental ampliar o intervalo espaço-temporal para compreender que suas origens remontam ao momento da colonização deste território, quando seus povos originários foram perseguidos, violentados e colocados num lugar de invisibilidade que buscava sustentar a ideologia dos "espaços vazios", que deveriam ser ocupados pelos projetos desenvolvimentistas e civilizatórios. Assim também aconteceu na Planície Costeira do rio Doce.

A auto-organização de Areal e Santa Maria em torno de sua *identidade étnica* é um marco na desconstrução de sua invisibilidade política, social, cultural e territorial, fortemente disseminada pelo olhar colonial, desenvolvimentista e capitalista cristalizado nesta região. Para além do contexto local e regional, a afirmação de sua origem indígena *Botocuda* também contribui para desconstruir a narrativa hegemônica acerca do extermínio desses povos do rio Doce.

A presença indígena na planície costeira do rio Doce

A região da Planície Costeira do rio Doce traz a presença de diversas comunidades tradicionais, originárias sobretudo dos povos indígenas que aí se territorializavam desde tempos anteriores ao processo colonial e se encontraram com povos de outras origens, como africanos e também europeus. Desse

encontro étnico nasceriam comunidades que construíram seu modo de vida intimamente entrelaçado com as potencialidades oferecidas pelo ambiente fértil: pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas e camponeses.

A dominação colonial, um dos marcos fundamentais desse novo padrão de poder, colocava os portugueses como uma sociedade superior às dos povos originários e como atores principais na tarefa de "civilizá-los". A redução dos povos originários à categoria de "selvagens" e "não humanos" justificava sua destruição pelo grupo social branco, colonizador e auto definido como o padrão civilizatório. Os europeus consideravam sua própria sociedade muito superior às dos povos originários. Na visão europeia, era necessário civilizar para progredir, e assim fazer com que o indígena aceitasse o modo de vida do colonizador.

O movimento colonizador trouxe consigo pestes epidêmicas que dizimaram povos inteiros e ainda gerou a redução sucessiva de seus territórios, com a expulsão daqueles que conseguiam escapar das guerras, do cativeiro e das epidemias. A imposição cultural foi outro fator que impactou os povos originários, com a inserção de elementos da religiosidade cristã, o ensino massificante do português escrito e falado e a introdução de novas atividades produtivas, sobretudo nas lavouras.

Este também foi o caso do vale do Rio Doce. A história da colonização dessa sub-região do território brasileiro que definitivamente entrou na rota da expansão da sociedade luso-brasileira em 1800, exemplifica os percalços, problemas, contradições e conflitos das relações entre a sociedade dominante em expansão e os povos originários deste território no processo de desenvolvimento brasileiro.

Segundo estimativas de John Hemming, em 1500 existia uma população de 160 mil índios no Espírito Santo e em Ihéus (BA), dentre os quais 12 mil Waitacás, 55 mil Tupiniquins, 10 mil Temiminós, 15 mil Papanás, 30 mil Aimorés ou Botocudos, 8 mil Puris e 30 mil Cariris, Guerens, Camurus e outros, dentre toda a população indígena do país, calculada em 2.431.000 pessoas. Na década de 1880, este número teria sofrido uma forte diminuição provocada pelo processo de colonização regional, resultando por volta de cinco mil índios na região dos rios Mucuri, Doce, Pancas, Guandu e Sassuhi (MOREIRA, 1999).

Os Aimorés ou Botocudos compreendiam diversas etnias do tronco linguístico Macro-Jê, "grupos nômades e de tradições guerreiras, vivendo de caça e coleta em extensas áreas da Mata Atlântica [...] nas regiões circundantes dos rios Jequitinhonha, Mucuri, Doce e Pardo" (DUARTE, 2002). Inicialmente concentrados na Mata Atlântica da região do Baixo Recôncavo Baiano, teriam sido expulsos do litoral pelos Tupis, deslocando-se depois do século XIX para o vale do rio Doce, em Minas Gerais e no Espírito Santo (REIS, 2003, p. 47 *apud* VALIM, H., 2008).

> O território ocupado pelos Botocudos compreendia grandes faixas da Mata Atlântica e da Zona da Mata na direção leste-sudeste, constituídas de florestas latifoliadas tropicais, cujos limites prováveis seriam o vale do Salitre, na Bahia, e do rio Doce no Espírito Santo. [...] a zona tornou-se o refúgio privilegiado dos grupos indígenas que se mantiveram nas matas interiores, afastados do processo de expansão da sociedade nacional. (PARAÍSO, 1992, p.413-15 *apud* MARINATO, 2007)

Os Tupiniquim constituem um subgrupo dos Tupinambá, ou, mais genericamente, dos chamados Tupi da Costa, classificados na família linguística Tupi-Guarani, que habitavam estreita faixa de terra entre Camamu (Bahia) e o rio São Mateus (Espírito Santo). Os Tupiniquim sofreram todo o impacto do processo de conquista, em virtude de se encontrarem na região costeira no início da colonização. A presença dos Tupiniquim no litoral do Espírito Santo foi registrada por diversos viajantes que passaram por esta região entre os séculos XVI e XIX (ANAÍ, 2010).

Assim como a floresta apresentava-se ao colonizador como "impenetrável" e "incompatível" com a

vida humana, estes povos da floresta foram classificados como "bravios" e "selvagens", portanto avessos ao processo de "civilização" trazido pelo colonizador europeu. Neste sentido, por todo o território colonial, a floresta e seus povos passaram a ser construídos como obstáculos que deveriam ser eliminados, abrindo espaço à ocupação agrícola, pecuária e mineradora.

A diminuição expressiva da população indígena foi resultante, portanto, da política colonial de dominação do território, que passou a denominar diversas nações pelas categorias genéricas "índio", "caboclo" ou "mestiço", diluindo-as nas estatísticas demográficas enquanto "população livre"[4] – fator que apagava suas histórias ancestrais nos territórios. Segundo Moreira (1999), dentre estes povos, os Tupiniquim e Temiminó foram os que primeiro sofreram a dominação e aculturação colonial, sendo recrutados desde o século XVI para prestar serviços à administração local em trabalhos forçados, guerras e também no desbravamento das matas do rio Doce, onde ficavam expostos aos ataques dos Botocudos, transformados em inimigos a ser caçados, escravizados e dizimados.

Desde os primórdios da colonização do território brasileiro pelos portugueses, temos relatos das lutas com povos guerreiros denominados *Tapuias*, temidos pelos colonizadores por sua astúcia, força indomável e acusados de canibalismo. *Tapuia* foi o termo utilizado para classificar os índios inimigos, como os Puris (ao sul do Espírito Santo), os Aimorés e os Patachós (ao norte). Para os indígenas Tupi, *Tapuia* significava cativo, escravo, denominação atribuída aos povos por eles vencidos em sua conquista do litoral brasileiro, também equivalente a *bárbaro* ou *estrangeiro* (SAMPAIO, 1987). Tomada pelo colonizador europeu, esta definição Tupi foi aplicada para designar aqueles grupos indígenas que resistiam à colonização e, portanto, deveriam ser amansados ou exterminados. Segundo Marinato (2007), os Aimorés do rio Doce foram considerados pelos padres jesuítas "os mais ferozes de todos os tapuias".

Desde 1560, há relatos de ataques dos Aimorés – ou Botocudos - à Capitania de Porto Seguro. Dentre os povos indígenas, eram considerados pelos portugueses como os mais bravios, falantes de uma língua totalmente desconhecida. Não eram um povo agricultor e sedentário, mas eram gente do sertão e vagueavam em pequenos grupos, à beira dos rios, importante fonte de alimentação e orientação de rota. Utilizavam como ornamentos grandes *botoques* de madeira atravessados nas orelhas e lábios – o que teria originado a denominação de *Botocudos*, atribuída pelo colonizador. Já a denominação *Aimorés* teria derivado do Tupi *Goyai-mura*, ou seja, "inimigos que vagueiam"; enquanto eles próprios se denominariam de *Bürũ* (BENTIVOGLIO, 2014).

Vários esforços foram feitos pela Coroa Portuguesa para exterminar ou sedentarizar em aldeamentos estes povos indígenas na região dos rios Doce e Mucuri, o que provocou muitos conflitos. Enquanto os Botocudos tornavam-se alvo das investidas coloniais de extermínio em decorrência de sua resistência territorial, os Tupiniquim passariam a ser alvo dos aldeamentos indígenas criados pela Coroa Portuguesa. Na região do rio Piraqueaçu, onde se concentravam os Tupiniquim, o padre Afonso Brás fundou, em 1556, a Aldeia Nova, transferida, em 1580, para o aldeamento dos Reis Magos, de maioria Tupiniquim. Em 1610, o jesuíta da Aldeia dos Reis Magos, Padre João Martins, requereu ao governador da Capitania uma sesmaria para abrigar os Tupiniquim. O território tinha 200 mil hectares e se estendia de Santa Cruz (município de Aracruz) até a Aldeia de Comboios. Em 1760, a Coroa Portuguesa demarcou somente as terras habitadas nessa sesmaria, que se constituiu na primeira demarcação de terras Tupiniquim (ANAÍ, 2010).

Até a primeira metade do século XX, os Tupiniquim viveram nestas terras demarcadas pela Coroa Portuguesa em 1760, dispersos em dezenas de aldeias.

4 Em 1828, a população total do Espírito Santo somava 35.000 habitantes, dentre os quais 22.165 "livres" e, dentre estes, 5.601 "mulatos", 2.682 "negros" e 5.788 "índios civilizados", os quais correspondiam a ¼ da população livre e a 16,5% da população total (MOREIRA, 1999).

Suas aldeias foram destruídas na sua quase totalidade pelo processo de expropriação de seus territórios, sobretudo através da exploração da floresta para a produção de carvão (a partir dos anos 1940) e, posteriormente, dos monocultivos de eucalipto destinados à produção de celulose (a partir de meados dos anos 1960).

Em 1967, chega à região um grupo Guarani vindo do sul do país, numa caminhada iniciada nos anos de 1940, que foi acolhido pelos Tupiniquim e passou a viver na aldeia Caieiras Velhas. Frente às expropriações sofridas, os *Tupiniquim* e os *Guarani* iniciaram um processo de lutas pela retomada de seus territórios, que teve início em 1975 e se estendeu até o ano de 2005, através de três momentos de auto demarcação que resultaram na retomada dos cerca de 18.000 hectares, demarcados na Terra Indígena Tupiniquim (14.270 ha.) e na Terra Indígena Comboios (3.800 ha.) – onde se encontram as aldeias Tupiniquim de Caieiras Velhas, Pau Brasil, Irajá, Comboios; as aldeias Guarani Boa Esperança, Três Palmeiras, Piraquê Açu; e outras que vêm sendo reconstruídas, como Areal, Olho D'Água, Córrego do Ouro, Nova Esperança.

A região da foz do rio Doce favoreceria o encontro étnico entre o povo Tupiniquim – que ocupava o litoral - e o povo Aimoré ou Botocudo – que ocupava o Vale do rio Doce. A farta presença de água doce e a diversidade de alimentos das águas e das florestas ao redor do rio atraíam esses grupos humanos e propiciaram o compartilhar dessa porção territorial.

A política de expropriação, extermínio e aldeamentos dos povos indígenas no vale do rio Doce

No século XIX, o povoamento da Província do Espírito Santo concentrava-se ao sul do rio Doce, enquanto o norte permanecia ocupado por raros núcleos urbanos e algumas fazendas escravistas, em meio a grandes florestas ainda habitadas pelos povos indígenas que resistiam à invasão de seus territórios. E a Coroa Portuguesa, ainda que quisesse efetivar sua ocupação sobre o norte do Espírito Santo, por outro lado se preocupava em dificultar o contrabando do ouro saído dos *sertões* das Minas Gerais, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, proibindo a construção de estradas e mantendo enorme atenção sobre a artéria natural representada pelo rio Doce (ESPÍNDOLA, 2008).

No início do século XIX, as "áreas proibidas" eram conhecidas como *Sertão do Rio Doce* e compreendiam o "espaço coberto pela floresta tropical, que se estendia entre as áreas povoadas da região central de Minas Gerais e o litoral do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia" (idem, p.70). Mesmo proibidas pela Coroa, estas áreas já vinham sendo cortadas por caminhos ainda no século XVIII e durante todo o século XIX, e continuavam a ser cobiçadas como fonte de riqueza: riquezas minerais, madeiras nobres e solos férteis propícios à agricultura de exportação. No entanto, as dificuldades de circulação dentro da floresta e a resistência dos Botocudos constituíam concretos obstáculos a esta exploração.

Na Capitania do Espírito Santo, a decisão de explorar a região ao norte do rio Doce se iniciou com Antônio Pires da Silva Pontes Paes Leme e Camargo (governador entre os anos de 1801 a 1804), que chegou com a tarefa de garantir o domínio desta região por meio do processo de "civilização" dos indígenas que ali viviam (NASCIMENTO, 2001). A primeira incumbência de Silva Pontes foi fixar limites entre as capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo, garantir a segurança ao comércio e apoiar a fiscalização em relação aos Botocudos, que se defendiam da política ofensiva do colonizador. Para atingir estes objetivos, em fins de 1800, instalou o *Porto e Quartel de Souza* na divisa com Minas e alguns destacamentos militares ao longo do rio Doce (BENTIVOGLIO, 2014). E em 1801, expôs a conveniência de anexar a população da Vila de São Mateus - então sob a influência da Capitania de Porto Seguro - ao Espírito Santo, em favor do povoamento e da movimentação pela região do rio Doce (MARINATO, 2007).

Em virtude de sua forte resistência à expropriação territorial, os Botocudos tornaram-se alvo das

investidas coloniais de extermínio, cuja justificativa moral foi construída pela imagem dos Botocudos como "ferozes" e "antropófagos", e, portanto, excluídos da condição humana (MARINATO, 2008). Este foi um argumento para justificar as constantes decretações de "Guerra Justa" contra eles. No ano de 1808, imediatamente após sua chegada e estabelecimento no Rio de Janeiro, Dom João VI institucionalizaria o extermínio dos Botocudos como política colonial, por meio das *Cartas Régias*.

A primeira Carta Régia determinava a intensificação da guerra ofensiva aos Botocudos de Minas Gerais, por considerar que os mesmos eram irredutíveis à civilização e que a guerra de caráter defensivo não surtia os efeitos desejados no tocante a garantir a expansão da conquista naquela capitania. A segunda carta autorizava o Governador e Capitão General da mesma capitania a criar uma tropa especializada no combate a índios para viabilizar a guerra ofensiva. Finalmente, a terceira carta estabelecia planos para promover a educação religiosa dos índios e seu efetivo controle, como forma de viabilizar a navegação dos rios e o cultivo dos terrenos ocupados pelos Botocudos.

As terras indígenas confiscadas pelos colonizadores deveriam ser distribuídas como sesmarias, particularmente entre os que se destacassem na guerra ofensiva. Estas Cartas sinalizavam a necessidade de se formarem aldeamentos, privilegiando a distribuição entre fazendeiros e colonos, permitindo, assim, a exploração da mão de obra indígena. Os prisioneiros de guerra tornavam-se, automaticamente, cativos e deveriam ser entregues para prestar serviços aos colonizadores durante, no mínimo, 10 anos ou até provarem que haviam se tornado sujeitos "civilizados" e não oferecessem perigo (MARINATO, 2008).

Através desta *guerra ofensiva*, pretendia-se transformar os bravos Botocudos em "vassalos úteis" à ordem real e colonial, como já vinha acontecendo nos aldeamentos constituídos pelas missões jesuíticas, que tinham como objetivo domesticar os índios bravos e livres dos *sertões*. Desta maneira, consagrava-se a classificação dos diversos grupos indígenas, que se tornavam *mansos* e *domesticados* quando aldeados e inseridos na ordem colonial, ou *tapuias, insurgentes* e *selvagens*, quando conseguiam manter sua resistência à expropriação territorial.

De acordo com as recomendações oficiais, o território habitado pelos Botocudos foi dividido em Divisões Militares, tanto em Minas Gerais como no Espírito Santo. Neste último, o território foi dividido em dois distritos: um ao sul, onde a frente colonial avançava pela bacia do rio Itapemirim, território do povo *Puri;* e outra ao norte, na frente de expansão do rio Doce, território dos Botocudos, denominada de *Divisão Militar do Rio Doce* - DMRD (MARINATO, 2008).

Diversos quarteis foram criados no Distrito do Doce e da DMRD: no limite oeste estava o *Quartel do Porto de Souza* (criado em 1800, na fronteira entre o Espírito Santo e Minas Gerais); na região de Gyparanã da Praia (limite com a Vila de São Mateus), o *Quartel de Monsarás*; da barra do rio Doce em direção ao sul, o *Quartel de Comboios*; no rio Riacho (limite sul do Distrito e divisa com Nova Almeida), o *Quartel Riacho;* na barra do rio Doce, o *Quartel de Regência Augusta*; e no interior do vale, o *Quartel de Coutins*, destruído em 1808 por ataque indígena, mas cuja população originou o povoado de Linhares em 1809 (MARINATO, 2007). Servindo como ponto de apoio, entre o Quartel do Porto de Souza e o povoado de Linhares foram levantados os quarteis de *Anadia*; junto à Lagoa Juparanã, o *Segundo Quartel de Linhares*; o *Quartel de Aviz*; e o *Quartel do Aguiar,* junto à lagoa de mesmo nome, também chamada de "Lagoa dos Índios" (Idem, ibidem). Uma estrutura militarizada era construída, no intuito de efetivar a *guerra ofensiva* aos Botocudos e garantir a expropriação de seus territórios. No entanto, os quarteis muitas vezes acabavam se transformando em grandes pontos de atração aos povos indígenas, devido às suas roças de milho e mandioca, fonte de alimento.

Com a separação entre Brasil e Portugal, em 1822, a política indigenista passaria a sofrer modificações, idealizando a *pacificação* e incorporação dos Botocudos à *sociedade nacional*, e foi levada a cabo si-

multaneamente pelas províncias do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. Esta política foi formalizada pelo *Regulamento Interino para o Aldeamento e a Civilização dos Índios Botocudos do Rio Doce, da província do Espírito Santo*, de 1824, que estabeleceu a *Diretoria do Rio Doce* – DRD e criou três aldeamentos nas margens do rio, encarregados de atrair e "civilizar" os indígenas da região, transformando-lhes em *colonos* das atividades de desenvolvimento, como a agricultura, a navegação e a guarda militar (MOREL, 2002). Apropriando-se do território desocupado a partir da expropriação indígena, os aldeamentos propiciaram, também, a distribuição de sesmarias a particulares e a "colonização dos sertões" (MARINATO, 2008).

Algumas famílias indígenas passariam a conviver com os colonos e a formar pequenas aldeias às margens das lagoas ou próximas aos quartéis; outras seriam incorporadas aos aldeamentos criados pela Diretoria do Rio Doce. Dentre eles, destaca-se para nossa análise o *Aldeamento de São Pedro de Alcântara*, na foz do rio Doce, adjunto ao Quartel de Regência: "O primeiro aldeamento constituído pela Diretoria do Rio Doce em 1824 foi o de **São Pedro de Alcântara, localizado na margem direita do rio, próximo à sua foz, e reunia 47 Botocudos** [grifo nosso]". (Idem, ibidem, p. 53).

No entanto, a maior parte dos Botocudos recusava-se à sedentarização nos aldeamentos e manteve focos de resistência ao processo de expansão colonial em toda a província, espalhando-se pelos sertões, promovendo assaltos, correrias e ataques às fazendas e povoados. Buscando demonstrar sua insatisfação, os Botocudos espalharam-se por todo o território do Espírito Santo e marcharam até a capital da Província em outubro de 1824. Um grupo vindo do rio Doce foi alojado na Ilha do Príncipe e aí permaneceu, sustentado e vigiado pelo governo. Outro grupo, vindo de Itapemirim, foi recebido à bala e um grande número morreu. A partir daí, o grupo vindo do rio Doce tornou-se prisioneiro na Ilha do Príncipe e, por quatro meses, a situação foi bastante tensa, até resultar num acordo estabelecido em janeiro de 1825, quando os Botocudos "receberam consideráveis provisões de milho e mandioca e se retiraram para o rio Doce" (MOREL, 2002, p.103).

O século XIX conheceu, portanto, numerosas chacinas contra os *tapuias* Botocudos, que ora eram dizimados, ora inseridos na sociedade colonial e classificados genericamente como "índios" e "caboclos". Foi uma longa história de contato e conflito nas regiões do rio Doce e adjacências, e somente em 1940, o "problema indígena" foi considerado superado, tendo em vista que os vestígios da presença indígena naquele território haviam supostamente desaparecido.

> Progressivamente, portanto, Puri e Botocudo que sobreviviam ao contato, passaram a engrossar a categoria genérica de 'índios' e 'caboclos' da região [...] e que [...] estavam sendo incorporados ao sistema produtivo local. [...] Quando os índios eram empregados na fazenda, [...] eram tratados como se fossem parte da propriedade dos fazendeiros e recebiam como recompensa aos trabalhos realizados geralmente a cachaça, alguma comida e objetos de menor valor. [...] Certo número de Botocudos começou a fazer parte da sociedade em expansão. [...] Outra parte, contudo, permaneceu nos aldeamentos e outros tantos morriam de fome, doenças, chacinas e guerras intertribais nas matas (MOREIRA, 1999, p. 105-110).

Diante deste processo, há dificuldade de localizar a presença Botocuda nesta região, uma vez que o conflito fez com que esta população ficasse dispersa pelo território, e não localizada em áreas específicas. Atualmente, se reconhece somente uma terra indígena cujo povo se identifica como de origem Botocuda: Terra Indígena Krenak, situada em Resplendor (MG). Entretanto, a presença indígena ao longo do Vale do rio Doce se encontra também em outras comunidades que remetem sua ancestralidade a povos indígenas, como Areal e Santa Maria, e também a Vila de Regência, onde se acredita que boa parte da população seja descendente dos Botocudos sobreviventes (BICALHO, 2011).

A construção da identidade indígena em Areal e Santa Maria

A Comunidade de Areal e Santa Maria vem se organizando em torno da *identidade indígena* Botocuda, particularmente vinculada a sua ancestralidade no território, por meio da memória acerca de seus antepassados e sua relação com os antigos povos do Rio Doce. Aproximando-nos da conceituação elaborada por Fredrik Barth (1969), a *identidade étnica* de um grupo social é compreendida enquanto estratégia de organização política frente a situações específicas. A identidade é construída em relação direta com a alteridade, de maneira contrastiva com o diverso, o diferente. A auto atribuição, portanto, passa a ser considerada como o principal conceito para se pensar a *identidade dos grupos étnicos*, não se limitando a perfis genéticos, biológicos ou culturais. Em Areal e Santa Maria, a auto atribuição se apresenta na fala de alguns moradores antigos:

> – [...] seu marido se identificava como?
> - Índio, como índio também, né, ele morava aqui, nasceu e foi criado aqui.
> – E a senhora se identifica como o que?
> – Como índia também, Botocuda ainda. (10/05/2015)

O entendimento e as formas de interpretação a respeito dos *grupos étnicos* sofreram variações ao longo da história. Segundo Barth (1969), algumas leituras levam a categorizar esses grupos em situações fechadas, levando a entender que os grupos se realizariam e se reproduziriam em confinamentos espaciais, não estabelecendo contatos e trocas culturais com outros grupos. No entanto, os grupos étnicos não se desenvolvem em isolamento e separados em relação a outros grupos; sua identidade está para além da ideia de exclusividade, ela está sim pautada na alteridade e na diferença em relação a outros grupos. Carneiro da Cunha (2012), por sua vez, alerta que embora a *identidade étnica* de um grupo indígena seja fruto de sua auto atribuição, a sociedade envolvente pode adotar estratégias para deslegitimar e negar esta identidade, para que seus interesses prevaleçam sobre este.

Historicamente, os índios são classificados como: os *outros*, os "diferentes", os "não integrados" (RATTS, 2003). Massacrados pelo processo colonizador, os indígenas passaram a não mais querer ser identificados enquanto *indígenas*, para não serem submetidos às práticas de preconceito racial, subalternidade e hierarquia social da civilização moderno colonial. No entanto, à medida que os direitos indígenas foram reconhecidos e incorporados pela *Constituição Brasileira* de 1988 e por outros instrumentos jurídicos como a *Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais*[5] foram tornando-se mais claros e presentes nas comunidades. Desta forma, a auto identificação indígena passa a ser valorizada pelos sujeitos, que se transformam em *sujeitos de direitos*, conforme expressado por Areal e Santa Maria:

> –Eu tenho um pouquinho de raça dele também né, um pouquinho de índio também né, porque meu pai era índio, né, minha mãe é daqui mesmo, cabocla daqui mesmo.
> - E o que é o caboclo?
> - Caboclo eles falam que é, porque a gente tem a *nação de caboclo*, né, não sei que raça é esta, mas é a nação da gente.
> - É parente do índio, será, o caboclo?
> - Diz às vezes que o caboclo é parente do índio, é, caboclo. É raça do índio também. Parentesco. É a nação da gente. (14/11/2015)
> - Sou nascida, criada, casada e vivida aqui. [...] Eu espero que a gente consiga aquilo que a gente merece, porque, como diz, eu acho que nós como descendentes de índios, temos direito do que é nosso,

5 A Convenção 169 da OIT Sobre Povos Indígenas e Tribais versa a respeito dos direitos desses povos, com destaque aos direitos territoriais, que devem ser fundamentados em sua auto identificação. Foi ratificada pelo Brasil em 2002 e homologada em 2004 pelo Decreto n.º 5.051, de 15 de abril de 2004.

né? Então a gente trabalha e tá buscando para ver se a gente consegue, né? Aquilo que a gente já perdeu. (09 de maio de 2015)

A auto identificação indígena da Comunidade de Areal e Santa Maria também dialoga com vestígios arqueológicos que remetem à cultura material de antigos povos daquele lugar, como pedaços de potes cerâmicos enterrados numa área nas margens do rio Preto, que outrora constituía parte de seu território[6]. Após o registro dos vestígios cerâmicos, perguntamos a uma das filhas de Talma Barcelos, de 80 anos, sobre o seu conhecimento acerca dos potes cerâmicos:

- Era panela de barro, aquelas panelas de barro assim, ó... Minha mãe mesmo foi roçar uma vez e que quando ela meteu a enxada, foi em cima de uma panela, tava boazinha a panela, aí era duas, a outra tava enterrada, também era panela de barro, aí depois ela meteu a enxada de novo e foi soltando a outra. Tem até hoje né, tem uns cacos aí enterrados, ainda tem, de panela, de pote. (10/11/2013)

O vínculo das histórias de vida a uma ancestralidade indígena conjugada à presença destes artefatos cerâmicos insiste em afirmar o tempo longo da existência humana neste espaço da Planície Costeira do rio Doce. Segundo Walsh e Garcia (2002), o contato com o território ancestral é peça fundamental para a manutenção e reprodução da identidade de determinado grupo étnico. Nesse sentido, a consciência acerca do pertencimento a determinado grupo social e a um território alimenta a construção da *identidade étnica*.

A Comunidade de Areal e Santa Maria reconhece como seu *território tradicionalmente ocupado* uma vasta extensão de terras que se espalha pela Planície Costeira do rio Doce, com 11 lagoas, onde antigamente se estabeleciam com suas moradas, farinheiras, roçados, e as práticas de pesca, caça e coleta. No entanto, atualmente estas terras encontram-se ocupadas por extensas fazendas de gado (estabelecidas a partir de 1960) e estruturas de extração e circulação de petróleo e gás (a partir de 1970) - resultado visível do longo processo de expropriação territorial sofrido.

A expropriação territorial caminhou conjuntamente com a construção da invisibilidade social e política da comunidade enquanto *sujeito de direitos*. À medida que atores dos projetos desenvolvimentistas chegaram à região para iniciar sua exploração e se depararam com povos originários e tradicionais, descategorizaram suas *identidades étnicas*, num processo de continuidade das relações de poder estabelecidas a partir do período colonial. Dessa maneira, a Comunidade de Areal e Santa Maria permaneceu, por muito tempo, esquecida pela sociedade envolvente e sobretudo, pelas instituições do poder público.

Hoje, a área efetivamente ocupada pela comunidade é bastante restrita, limitada a uma porção de terras requeridas ao governo do estado do Espírito Santo pelos irmãos Talma e Manoel nos anos de 1970, e denominadas: *Sítio Santa Maria* (pertencente a Talma, com 16 hectares) e *Sítio Areal* (pertencente a Manoel, com 25 hectares). No entanto, a construção de sua *identidade étnica*, fortemente vinculada à ancestralidade Botocuda e ao território, vem desenhando outros lugares de fala e presença da comunidade, no tecer de seu processo de resistência.

Ancestralidade e territorialidade

Areal e Santa Maria se organizam a partir de núcleos familiares que remetem a três irmãos: a descendência de **Manoel Nobre Pinto Barcelos** e **Esmeralda Barcelos** encontra-se mais territorializada na propriedade denominada Areal, enquanto a descendência de **Talma José Barcelos** está mais territorializada na propriedade Santa Maria. Os três irmãos são filhos de **José Lourenço Pinto Barcelos** e **Claudina Alexandrina**.

6 Atualmente, esta área é uma fazenda de pecuária extensiva e o proprietário não permite e entrada e o trânsito das pessoas da comunidade.





Figuras 1 e 2: Vestígios arqueológicos de potes cerâmicos encontrados enterrados em área à margem do rio Preto, próximo à Comunidade de Areal e Santa Maria. Fotos: Simone Raquel Batista Ferreira, novembro de 2013.

Para a leitura acerca da genealogia familiar da comunidade, temos como referência principal o casal **José Lourenço Pinto Barcelos** e **Claudina Alexandrina**, que são os sujeitos mais antigos na memória dos moradores de Areal e Santa Maria. Segundo os netos do casal, José Lourenço Barcelos nasceu em Ouro Preto (MG) e Claudina Alexandrina "é filha daqui mesmo", tendo nascido na segunda metade do século XIX, na região da margem direita da foz do rio Doce, e falecido há cerca de 65 anos, com mais de cem anos de idade. A partir dessas informações, sua data de nascimento estaria próxima ao ano de 1860. Dois netos de Claudina Alexandrina e filhos de Talma, com 80 e 60 anos, conheceram a avó e relataram um pouco suas características:

> - Ela era baixinha, era morena, caboclada. [...] Eu conheci ela, era uma índia talvez. [...] Magrinha, cabelinho curtinho, era meio amorenada. [...] Usava um vestidão comprido. [...] O paletó dela era só de manga cumprida, podia tá sol, podia tá chovendo, era só manga cumprida, dia e noite, a roupa dela era uma só. (10/05/2015)

Claudina e José Lourenço tiveram como filhos: Talma Lourenço Barcelos, Esmeralda Barcelos, Manoel Nobre Pinto Barcelos, Teófilo Barcelos e Luís Eufrásio Barcelos. Alguns relatos apontam que Talma Lourenço Barcelos nasceu na região, mais precisamente na Vila de Povoação, localizada na margem esquerda da foz do rio Doce (município de Linhares), entre os anos de 1912 e 1914. Manoel Nobre Pinto Barcelos nasceu também na região, no ano de 1916. Esmeralda também nasceu na região, porém não se sabe a data; enquanto as informações sobre as datas de nascimento e origem de Teófilo e Eufrásio são desconhecidas.

Os primeiros a se estabelecerem no território de Areal e Santa Maria teriam sido os irmãos Talma José Barcelos e Manoel Nobre Pinto Barcelos, e todos os seus filhos nasceram ali. As figuras de Talma e Manoel Nobre são mais centrais na história da comunidade e talvez isso se deva ao fato de terem requerido a titulação de duas porções de terra junto ao Instituto de Terras e Cartografia (ITC) nos anos de 1970, possibilitando à comunidade a garantia desta pequena área até os dias atuais.

Talma foi casado com **Maria Souza Barcelos**, filha de **Dalmácia de Souza** e **Matheus de Souza,** originários de São Mateus (ES). O filho mais velho do casal nasceu em 1932, então subentende-se que sua chegada na localidade precede esta data. Uma de suas fi-

lhas, de 78 anos, conta que seus pais fizeram morada em Santa Maria após se casarem: "Quando meu pai casou, eles vieram pr'aqui, porque aqui não existia morador, isso aqui era *tapera*[7], era mata" (10/11/2013). Enquanto outra filha, de 75 anos, pondera:

> - Os primeiros que chegaram aqui foram os índios, primeirinho, primeirinho, que meu pai quando abriu aqui, que quando ele cavou, achou as panelas de barro. Entendeu? Então eles foram os primeiros e depois foi meu pai. [...] Aqui é terra de índio mesmo e aqui os índios somos nós, nós somos os índios, nós temos sangue de índio. (09/05/2015)

Manoel Nobre foi casado com Tiotônia Ferreira Serafim, nascida em Comboios, no distrito de Riacho (município de Aracruz) - que em 1983, tornou-se Terra Indígena da etnia Tupiniquim[8]. Esmeralda casou-se com Pedro Clemente Monteiro, nascido na Vila de Povoação, localizada na margem esquerda da foz do rio Doce (município de Linhares). A Comunidade de Areal e Santa Maria relata que também possui parentes em outras comunidades da região, como a Aldeia Tupiniquim de Caieiras Velhas, Vila do Riacho, Povoação, Degredo, Bebedouro e Vila de Regência, evidenciando assim formas de apropriação do espaço e portanto, de *territorialidade*. A partir desta configuração de parentesco, conseguimos pensar nas circulações e trânsitos dos sujeitos entre suas *territorialidades* e refletir sobre como os povos tradicionais estão em constante contato, trocando seus saberes e dialogando suas ancestralidades.

> Durante muito tempo, pensou-se que a definição de um grupo étnico pertencesse à biologia. Um grupo étnico seria um grupo racial, identificável somática ou biologicamente. Grupo indígena seria, nessa visão, uma comunidade de descendentes "puros" de uma população pré-colombiana. Esse critério ainda é comum no senso comum popular. Ora, é evidente que, a não ser em casos de completo isolamento geográfico, não existe população alguma que se reproduza biologicamente sem miscigenação com os grupos com os quais está em contato (CARNEIRO DA CUNHA, 2012).

Desmistifica-se assim a ideia de que grupos étnicos e povos tradicionais estejam isolados em suas fronteiras culturais, não se relacionando com outros grupos. A identidade desses grupos não é genética e nem biológica; ela é contextualizada pela alteridade e por experiências histórico-culturais.

Território tradicionalmente ocupado por areal e santa maria

Povos Originários e Comunidades Tradicionais são grupos sociais organizados em torno de *identidades étnicas* e matrizes de racionalidade que mantêm uma relação intrínseca de diálogo com a natureza, a partir do qual produzem a própria existência material, simbólica e afetiva. A experiência territorial é produzida no cotidiano e constitui a morada dos valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos que permeiam as histórias de vida, selam afetos, identidades e o sentimento de pertença. Neste sentido, organizam a reprodução da própria existência a partir de referenciais econômicos, culturais e cognitivos que se contrapõem ao projeto moderno colonial hegemônico, do qual são objetos de expropriação territorial e cognitiva (FERREIRA, 2009).

Na esfera da produção material da existência, Diegues (1998) afirma que as comunidades tradicionais se organizam em sistemas de acesso *comum* a espaços e recursos da natureza, "por meio do extrativismo vegetal (cipós, fibras, ervas medicinais da floresta), do extrativismo animal (caça e pesca), e da pequena agricultura itinerante" (p.66). Além desses

7 De acordo com a informante, "*Tapera*" é matagal, onde ninguém mora.

8 A Terra Indígena Tupiniquim de Comboios, demarcada inicialmente com 2.546 hectares, vem pleiteando sua ampliação territorial e o reconhecimento e incorporação da identidade étnica Botocuda.

espaços usados em comum, "podem existir os que são apropriados pelas famílias ou pelo indivíduo, como o espaço doméstico" (idem, ibidem), lugar da moradia, quintal, hortas, casas de farinha, dentre outros elementos. No entanto, para além destes fatores que caracterizam o *modo de vida* tradicional, Diegues destaca o "*reconhecer-se* como pertencente" ao grupo como "um dos critérios mais importantes para a definição de culturas e populações tradicionais [...] que remete à questão fundamental da identidade" (p.88).

Matriz de racionalidade, *identidade étnica* e *modo de vida* são elementos que constituem a territorialidade dos povos e comunidades tradicionais. O *território* é compreendido como um processo relacional no espaço e no tempo, em constante construção, carregado de reelaborações no que tange às relações histórico-sociais com o espaço material (HAESBAERT, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2006). A combinação dessas relações irá configurar as características do *território*; relações existenciais e/ou produtivistas que caracterizam as marcas da apropriação do espaço, ou seja, formas de *territorialidade* (RAFESTIN, 1993 [1980]).

A comunidade de Areal e Santa Maria possui um conhecimento profundo de seu território, oriundo das práticas que efetivam na reprodução de seu modo de vida: um saber-fazer, "saber com" a natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006). As áreas cobertas por vegetação nativa proporcionavam à comunidade acessar parte dos alimentos que consumia por meio da caça, cultivos, coleta de frutos, bem como plantas medicinais e lenha. As lagoas e suas proximidades proporcionavam o acesso à água para o consumo - "que era uma beleza, clarinha" - e eram muito utilizadas para o estabelecimento das moradias, a pesca e a caça: "o contato com as lagoas era maior, pois o rio Doce era muito grande e cheio" (14/11/2015).

Onze lagoas são identificadas pela comunidade como aquelas utilizadas diariamente na reprodução da vida: Areal, Boa Vista, São João, Redonda, do Meio, Encantada, Piabanha, Parda, Cacimba, Dourada e Sete Lagoas. São João e Encantada são citadas como referências da pesca, enquanto Piabanha, Areal, Boa Vista, Redonda, Cacimbas e Dourada são relembradas, também, pelo uso da água para beber:

> - A gente pescava, até hoje a gente pesca, mas mudou bastante, diminuiu. Era Morobá, Tucunaré, Traira, Corró que eles fala, Acará grande... Cada chulapa que a gente pegava, tudo peixe grande que a gente pescava! Pegava muito, não precisava botar rede, não, a gente pescava de anzol mesmo, [...] hoje a gente pesca, mas é muito mais difícil, tá muito difícil pegar peixe de anzol [...] a gente pescava na beira do rio todinho, qualquer ponto que parava, pegava; aqui na lagoa também, Lagoa do Areal [...]. (14/11/2015)

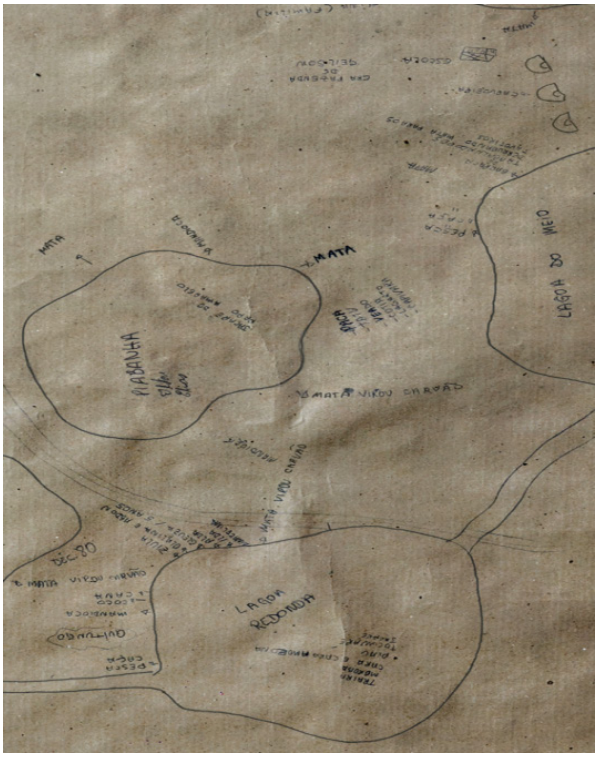
A pesca e a caça supriam grande parte da alimentação e eram práticas comuns dos moradores de Areal e Santa Maria. Os animais eram capturados com técnicas específicas como o *espinhel* e o *mundéu*, conforme conta uma moradora de 75 anos:

> - Meu pai pescava no rio Doce com *espinhel* para poder pegar peixe, cação. E fazia *mundéu* para pegar tatu, paca, gambá, capivara, veado. [...] O mundéu, tem que fazer uma cerca assim e outra cerca assim e botar o travessão no meio assim, em cima da trilha da caça. Aí botava o mourãozinho embaixo pra poder descer e pegar a caça. (09/05/2015)

Dentre as espécies de peixes encontradas nas lagoas e no rio nos tempos da fartura, são citadas: Acará, Agulha, Cação, Camarão Pitu, Cambute, Corró, Corvina, Curimatã, Dourado, Jundiá, Traíra (ou Lobó), Morobá, Piaba, Piau, Robalo, Sarapó. Além deles, outros animais também eram encontrados neste ambiente e capturados como alimento, tais como: Cágado, Capivara, Gambá, Jaboti, e também o Jacaré do Papo Amarelo, Paca, Preá, Tatu.

Ao redor das lagoas, próximos às moradias, eram estabelecidos os roçados de mandioca - muito importantes para a comunidade - e a produção de farinha e beiju nos *quitungos* - casas de farinha de uso





familiar e comunitário. A farinha produzida era consumida ou trocada com os pescadores pelo Robalo do rio Doce e também vendida na Vila de Regência e outras localidades. Um filho de Talma, de 60 anos, detalha como era esta produção:

> - Tinha farinheira, meu pai tinha, minha mãe tinha farinheira, era de roda, era puxando na mão. Tinha a roda que você puxava na mão e lá tinha um molinete com um serra; aí serrava a mandioca e dava aquela massa, né; aí você botava no *tipiti* ou numa prensa pra secar. Quando secava, aí você peneirava que ficava só aquela farinha mesmo. Aí já tinha aqueles forno que eles fala, né; aí você jogava ali, com uma hora ou uma hora e meia, ela já tava torrada, já tava como farinha. (09/05/2015)

Por meio do plantio e processamento da mandioca, os moradores conseguiam estabelecer relações de troca com outras comunidades e integrar-se internamente com os seus vizinhos. Além da farinha, uma variedade de tipos de beiju também era produzida nos quitungos, como lembra outra moradora de 82 anos:

> - Fazia muito beiju para tomar café, muito beiju de goma, beiju de massa, beiju de goma na palha de banana. Relava o coco, depois fazia o beiju de goma na palha de banana, botava a palha de banana no fogo para ela murchar, aí espalhava aquele beiju em cima e espalhava o leite de coco por cima assim, enrolava ele na palha de banana para depois você cortar os pedacinhos. Que delícia eihn! Beiju com leite de coco, beiju com coco, era muito bom, o pão da gente era esse aí, o beiju. (14/11/2015)

Além do alimento, o ambiente também fornecia os materiais para a construção das casas, que eram feitas com a técnica do *estuque* e cobertas com sapê. A estrutura era feita com madeira, sapê, alguma palmeira lascada e cipó para amarrar o envarinhamento, que seria preenchido com o barro retirado das margens dos rios Doce e rio Preto:

> - Tinha que tirar o cipó, cortar vara no mato, cortar "entulho" pra poder envarar aquela parede, pra poder jogar o barro [...] Tirava cipó na mata, era por aqui mesmo, por aqui era tudo mata. [...] Tanto o cipó, quanto a vara e o "entulho", tudo na mata. Aí a gente tirava o entulho e fincava assim, né; ia fincando e depois pegava a vara, pegava o cipó, aí ia amarrando e passava os varão pra poder segurar o barro, né[...] A gente pegava o barro do lado do rio Doce e do rio Preto (10/05/2015)

Para dormir, fazia-se esteiras de Taboa, fibra encontrada na Lagoa Boa Vista:

> - As casas todas eram de estuque e eram assim, ó, de chão. A cama, você ia lá e cortava dois pau, botava cá e botava umas vara em cima assim, e forrava com esteira de taboa e dormia em cima ali, era um colchão, era rapaz! [...] A taboa nós pegava aqui na lagoa, aqui em cima. (09/05/2015)

A fartura ofertada pelo ambiente se estendia a uma gama de plantas medicinais utilizadas como tratamento de enfermidades. Uma senhora de 75 anos conta que antigamente, quando alguém adoecia, corria-se "pro mato pegar remédio, pra fazer o remédio pra aquela pessoa poder tomar; Deus ajudava e ela levantava" (09/05/2015). Este saber dialoga com a dimensão simbólica do território, presente nas benzedeiras e parteiras, que conjugavam saberes de cura com elementos da religiosidade: Claudina Alexandrina, sua nora Maria de Souza Barcelos e filhas Ziula, Gleuza e Ilda, além de Tiotônia e Inacelina.

Assim como os nascimentos e as práticas de cura, a morte adentrava a esfera simbólica do território por meio dos rituais feitos pela comunidade, desde os preparativos do caixão até a reza de ladainhas no cemitério. Os moradores construíam o caixão de tábua, o forravam de pano e posteriormente o carregavam até o cemitério: nas costas, por uma trilha na mata, se fosse na Vila de Regência, ou de canoa, se fosse em Povoação. A dimensão simbólica e afetiva do território encontra-se, ainda, nos seres encantados presentes comunidade, como os Caboclinhos D'Água que apareciam na Lagoa do Areal, trazidos pela memória de uma moradora de 82 anos:

> - Tinha o tal do Caboclo D'água aqui também, ele era pretinho, esse aí eu cansei de ver. A gente ficava na beira da lagoa e ele boiava lá fora. [...] Então eles boiava ali no porto e saía nadando por cima d'água, dois, tinha vez que aparecia três. Aí ficavam olhando para gente assim e batendo a mão na boca assim [...] aqueles bichinho pretinho assim, pulando assim [...] pulando em cima d'água e brincando um com o outro na água, a gente cansou de ver ali. [...] Agora, depois que a Petrobrás começou a entrar aí soltando bomba, eu acho que eles ficaram com medo, ou matou os bichinho ou eles saíram pra algum canto, né? Porque nunca mais ninguém viu, nunca mais apareceu. (14/11/2015)

Esses relatos trazem alguns elementos da relação entre o *modo de vida* e o *território tradicionalmente ocupado* pela comunidade de Areal e Santa Maria, onde as moradias fixas e temporárias eram estabelecidas ao longo do território, próximas das fontes de água e alimento; e onde se convivia com os seres encantados. Entretanto, a imposição da lógica da apropriação privada e espoliação da terra e demais elementos da natureza a partir dos anos 1960 provocou profundas alterações nas dinâmicas naturais e culturais deste território, desagregando diretamente o modo de vida desta e de outras comunidades locais, em sua dimensão material, simbólica e afetiva. O reviver dessas memórias vai além de um mero saudosismo da comunidade de Areal e Santa Maria acerca de um espaço tempo idealizado; é alimento de sua *identidade étnica* em construção e de outra narrativa a respeito da própria história.



Mapa 1: Territorialidade e Modo de Vida Tradicional de Areal e Santa Maria. Organização: André Azoury Vargas, 2020, *apud* VARGAS, A.A. (2020).

Considerações finais

Este artigo buscou apresentar algumas reflexões resultantes da pesquisa realizada junto à Comunidade de Areal e Santa Maria, a partir da emergência de sua *identidade étnica* Botocuda, profundamente vinculada ao *território tradicionalmente ocupado*. A emergência desta *identidade étnica* vem sendo tecida como alteridade e estratégia organizativa da comunidade frente aos impactos historicamente provocados por projetos desenvolvimentistas em seu território. Pode-se considerar que tais projetos remontam ao momento da expansão colonial sobre os territórios dos povos originários e ainda se estendem até a contemporaneidade, por meio dos latifúndios pecuaristas, da exploração mineral e seus rejeitos.

Dentre os impactos sofridos no território, cabe destacar os provocados pelo derramamento de rejeitos da mineradora Samarco ao longo do Vale do rio Doce e toda a zona costeira do estado do Espírito Santo, em novembro de 2015, que atingiu profundamente a Comunidade de Areal e Santa Maria, suas águas e suas terras. No compartilhar do sofrimento, o conhecimento e a articulação da comunidade com outros atingidos pelo desastre - dentre esses, outros povos originários indígenas - acabou por fortalecer sua *identidade étnica* enquanto alteridade em relação à destruição da vida e do território.

É importante frisar que a estratégia organizativa da comunidade em torno de sua *identidade étnica* se tece como enfrentamento a estes impactos, mas também como forma de acesso a direitos institucionalmente reconhecidos pelo Estado Brasileiro aos povos indígenas. Assim, a emergência da *identidade étnica* realoca a Comunidade de Areal e Santa Maria numa esfera de *sujeitos de direitos* diferenciados e abre espaço para sua visibilidade política. Numa perspectiva mais ampla, a trajetória da comunidade

contribui, também, para desconstruir as narrativas coloniais acerca do extermínio dos Botocudos, evidenciando sua descendência presente.

Por fim, cabe-nos perceber que as reflexões ora apresentadas são possibilitadas pelo uso de caminhos metodológicos que, de fato, abrem espaço para a fala e o olhar dos sujeitos cuja realidade é pesquisada. Desta maneira, as atividades de pesquisa e extensão podem contribuir para o fortalecimento das narrativas destes sujeitos e comunidades, em seus processos de resistência.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO NACIONAL INDIGENISTA – ANAÍ. **Estudo Etnoambiental Tupinikim e Guarani**. Salvador: ANAÍ, 2010.

BARTH, Fredrich. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000[1969].

BENTIVOGLIO, J. (org.). Índios botocudos no Espírito Santo no século XIX. Coleção Canaã v. 21. Vitória: APEES, 2014.

BICALHO, C.S. **Além da superfície:** impactos do desenvolvimento na pesca artesanal de Regência Augusta**.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, 2012.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Índios no Brasil:** história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

DUARTE, R.H. Olhares Estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2002, v. 22, nº 44, pp. 267-288.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

DUARTE, R.H. Olhares Estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2002, v. 22, nº 44, pp. 267-288.

ESPÍNDOLA, H. S. *Sertão*, território e fronteira: expansão territorial de Minas Gerais na direção do litoral. **Fronteiras:** Revista de História, Dourados, 2008, v. 10, n.7, p.69-96.

FERREIRA, S.R.B. **"Donos do lugar":** a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES. Tese (Doutorado) em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/RJ, 2009.

_____(Coord.) **Estudo Territorial da Comunidade de Areal e Santa Maria, Rio Doce (Linhares, ES)**. Vitória: OCCA/UFES, 2017. (*mimeo*)

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARINATO, F. A. **Índios imperiais:** os Botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845). Dissertação (Mestrado) em História. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFES. Vitória, 2007.

_____Nação e civilização no Brasil: os índios Botocudos e o discurso da pacificação no Primeiro Reinado. **Dimensões** – Revista de História da UFES, Vitória, 2008, n. 21, p.41-62.

MOREIRA, V.L. A produção histórica dos vazios demográficos: guerras e chacinas no vale do rio Doce (1880-1830). **Dimensões** – Revista de História da UFES, Vitória, 1999, n.9, p.99-123.

MOREL, M. Independência, vida e morte: os contatos com os Botocudos durante o Primeiro Reinado. **Dimensões** – Revista de História da UFES, Vitória, 2002, n.º 14, p. 91-113.

NASCIMENTO, S.C. Fontes para a história indígena no Espírito Santo no século XIX: Puris e Botocudos. **Dimensões** – Revista de História da UFES, Vitória, 2001, v.13, p.229-242.

PORTO-GONÇALVES, C.W. De saberes e territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: **GEOgrafia** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2006, v.8, n. 16, p.41-55.

RAFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Árica, 1993[1980].

RATTS, A.J.P. A Geografia entre as aldeias e os quilombos: territories etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria G. de; RATTS, A.J.P. (orgs.) **Geografia:** leituras culturais. Goiânia: Alternative, 2003, p. 29-48.

SAMPAIO, T. **O Tupi na Geografia Nacional**. Brasiliana vol.380. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

VALIM, H. **Religião e Etnicidade:** o herói Caboclo Bernardo e a construção da identidade étnica na Vila de Regência Augusta – ES. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), 2008.

VARGAS, A.A. **Alimentação, Território e Geografia:** estudo a partir da Comunidade de Areal e Santa Maria – rio Doce (Linhares-ES). Dissertação (Mestrado) em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFES. Vitória, 2020.

WALSH, C. e GARCIA, J. El pensar del emergente pensamiento afroecuatoriano: Reflexiones (des)de un proceso. In: Daniel Mato (coord.) **Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder**. Caracas: CLACSO/ Universidad Central de Venezuela, 2002, p.317-326.

Fontes orais

Entrevistas realizadas com moradores antigos da Comunidade de Areal e Santa Maria, nos anos de 2013 e 2015.

ARTIGO LIVRE

A USIA NO ESPÍRITO SANTO: A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO NA PROPAGANDA ANTICOMUNISTA EM A GAZETA (1955-1956)

Douglas Edward Furness Grandson

Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); pesquisador vinculado ao Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES/ UFES); participante do grupo de estudos Dimensões do Regime Vargas da UERJ e professor da rede de ensino básico do Estado do Espírito Santo.

Resumo

Este artigo versa sobre as relações políticas entre Brasil e EUA em um período amplo, de 1940 até 1965, com destaque para a ação estrangeira no Brasil nos anos na década de 1950. A partir de imagens encontradas no suplemento "Singra", publicado junto ao jornal capixaba A Gazeta, foi possível identificar a ação da United States Information Agency (USIA), agência secreta de acompanhamento da opinião pública brasileira e de produção de conteúdo em imagens, textos, matérias e materiais audiovisuais. Com amparo nos estudos de Fernando Santomauro (2015) sobre a USIA e de posse de imagens encontradas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) foi empreendida uma análise da imagem com auxílio da abordagem de Peter Burke (2004), o que permitiu encontrar uma propaganda estadunidense anticomunista e identificar a forma como ela foi elaborada para construir uma imagem do inimigo sobre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e sobre os comunistas brasileiros. De posse de tais informações e análises foi possível diferenciar as conjunturas que se configuraram desde 1940 até 1965 no que diz respeito à intervenção dos EUA na política brasileira e destacar a presença e as características da propaganda anticomunista no Brasil, com foco para a sua presença no Espírito Santo, o que permitiu mensurar as ações secretas estadunidenses no Brasil antes e depois do governo de Dwight Eisenhower (1953-1961).

Palavras-chave: APEES; A Gazeta; Singra; USIA; anticomunismo.

Abstract

This article deals with the political relations between Brazil and USA in a long period, from 1940 to 1965, however, with emphasis on the Brazilian action in Brazil in the years in the 1950s. From images found in the supplement "Singra", published with the capixaba newspaper A Gazeta, it was possible to identify the action of United States Information Agency (USIA), a secret agency of monitoring the Brazilian public opinion and production of content in images, texts, audivisual materials and materials in the state of Espírito Santo. Based on studies by Fernando Santomauro (2015) on USIA and possession of images found in the State Public Archive of Espírito Santo (APEES), an analysis of the image was undertaken with the help of Peter Burke's approach (2004), which allowed us to find anti-communist propaganda and to identify the way in which it was designed to build an image of the enemy on the Union of Soviet Socialist Republics (USSR) and on Brazilian communists. In possession of such information and analysis it was possible to differentiate the junctures that were configured since 1940 to 1965 with regard to the USA intervention in Brazilian politics and contrast the presence and the characteristics of anti-communism advertisement in Brazil, with emphasis on its presence in Espírito Santo, which made it possible to measure US secret actions in Brazil before and after the government of Dwight Eisenhower (1953-1961).

Keywords: APEES; A Gazeta; Singra; USIA; anti-communism.

Introdução

Esse artigo é dedicado ao período em que os EUA criaram uma agência secreta, sob o governo de Eisenhower, para captar informações sobre a opinião política dos brasileiros, além de produzir conteúdo e influenciar a esfera pública do Brasil. Essa produção foi feita por meio da construção de imagens daqueles que seriam considerados amigos e daqueles que seriam identificados como inimigos dos estadunidenses. No contexto da Guerra Fria e do surto da retórica anticomunista nos EUA, o Brasil recebeu materiais produzidos pela agência de informações do seu vizinho para reforçar a influência estadunidense no país (SANTOMAURO, 2015).

A Gazeta, jornal capixaba fundado em 1928, se tornou propriedade de Carlos Lindenberg, em 1948, momento em que ele era governador do Espírito Santo. A partir de então, o diário passou a fazer a defesa dos interesses do grupo do político. Um suplemento especial ao jornal foi publicado em A Gazeta, em 1955 e 1956, intitulado Singra, atualmente disponibilizado no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo juntamente à coleção do jornal. A partir desses documentos foi possível analisar a presença da propaganda anticomunista estadunidense no Brasil e indicar a construção do inimigo realizado pela *United States Information Agency* (USIA). A partir da análise dos dados foi possível indicar que A Gazeta e seu dono, Carlos Lindenberg, eram simpatizantes e foram colaboradores espontâneos da propaganda anticomunista no Brasil e no Espírito Santo. Desse modo, é possível indicar a aderência de setores civis ao anticomunismo.

Os estudos sobre as relações entre Brasil e EUA tem uma grande bibliografia produzida, unindo ou separando áreas como a economia, a cultura, a sociedade e a política. Os estudos históricos sobre a relações entre os dois países se dedicam ao período em que a aproximação político-econômico-cultural cresceu, especialmente nos períodos conhecidos como Entre Guerras; 2ª Guerra Mundial e Guerra Fria.

Desse modo, o artigo está estruturado da seguinte maneira. Na primeira seção foi feito um levantamento bibliográfico acerca das relações entre Brasil e EUA no período de 1936 até 1964. A segunda seção foi dedicada à USIA e a sua estruturação nos EUA, assim como escopo e estrutura no Brasil. Na terceira seção foi abordada a presença da USIA no Espírito Santo, em A Gazeta, acompanhada pela conclusão.

As relações entre Brasil e EUA em revista: Literatura bibliográfica

Antônio Pedro Tota (2000) indicou que as relações diplomáticas entre o Brasil e os EUA se desenvolveram desde 1936. O Governo Roosevelt (1933-1945) e o governo Vargas (1930-1945) efetuaram contatos, e o governo estadunidense procurou se aproximar e conquistar influência junto ao governo brasileiro. A política da "boa vizinhança" substituiu aquela do "*big stick*", e a narrativa da "solidariedade continental" *versus* influências externas nas Américas foi entoada pelos estadunidenses. Pouco tempo depois, no Brasil, foi instalado o *Office of Inter-American Affairs*, no Rio de Janeiro, posteriormente chamado de *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*. Roosevelt acionou um representante do capital privado, Nelson Rockfeller, para cumprir a missão de promover a aproximação cultural entre o Brasil e os EUA.

Nesse esforço, a liderança empresarial fez movimentações para que artistas brasileiros visitassem os EUA e para que artistas estadunidenses visitassem o Brasil, de modo a reforçar a narrativa de entrelaçamento cultural entre os dois países. Com a anuência de Lourival Fontes, chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Vargas, Walt Disney veio ao Brasil e produziu a figura do malandro, Zé Carioca, uma versão caricata do brasileiro produzida pelo artista. Orson Welles, importante cineasta, também veio ao país para apresentar e produzir películas. Nesse contexto, a figura de Carmem Miranda se fez presente no *The Museum of Modern*

Art (MOMA), nos EUA, de modo a apresentar o que se elencou como cultura da "brasilidade" (TOTA, 2000).

Desse modo, Tota (2000) defendeu que houve um processo de sedução do Brasil pelos EUA pela via cultural, ou seja, por meio da disseminação da cultura e do modo de viver estadunidense no Brasil. O autor chamou esse processo de *imperialismo sedutor*, processo aceito "sob condição" pelo Brasil. Essa configuração se deu pelo fato de o Brasil ter interesses mais profundos com o estabelecimento dessas relações, como a obtenção de empréstimos e armas estadunidenses para edificar a indústria nacional e fortalecer as forças armadas. O *Office* ou "Birô" de Rockfeller organizou os recursos dos EUA no Brasil para a mobilização de guerra, como, por exemplo, na orquestração das companhias presentes no Brasil na produção da propaganda de guerra por meio de publicidade. Em 1945 as atividades do *Office of the Coordinator* foram encerradas no Brasil (TOTA, 2000).

Neil Lochery (2015) produziu um importante estudo sobre as relações entre os dois países, indicando a estratégia política adotada pelo governo Vargas para obter recursos de empréstimos para a construção de indústrias e para a obtenção de armas para o exército brasileiro. A posição geográfica do país, que tem no Rio Grande do Norte o ponto da América do Sul mais próximo do norte da África gerou preocupações dos EUA, haja vista que o território africano estava sob controle dos fascistas italianos. Desse modo, uma tentativa de inserção alemã na América do Sul poderia se dar por esse caminho. Além disso, existiam simpatizantes do nazifascismo no Brasil, descendentes de imigrantes italianos e alemães (LOCHERY, 2015).

Getúlio Vargas, então, utilizou a estratégia da neutralidade na guerra e procurou barganhar o seu apoio, tanto com a Alemanha quanto com os EUA. Nesse momento, a aposta mais alta veio da América do Norte e o governo Roosevelt viabilizou os empréstimos desejados pelo governo brasileiro, que, a partir disso, construiu a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ), no ano de 1941; a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em Vitória (ES), no ano de 1942, e a Fábrica Nacional de Motores (FNM), em Xerém (RJ), em 1943. Essas indústrias foram os "frutos da guerra" para o Brasil, que tentou se alinhar às potências ocidentais para conquistar recursos no após guerra (LOCHERY, 2015).

Fazendo uso do conceito de *Soft Power* de Joseph Nye (2004), os EUA exerceram um poder brando, da atração sem ameaça ou intervenção armada no Brasil até 1945. A disseminação da cultura e a aproximação político-econômica se deu em negociações realizadas "por cima" entre os dois países. Entretanto, antes mesmo do fim da guerra, houve uma movimentação da oposição de Vargas para a retomada do poder, o que culminou com o golpe de outubro de 1945, articulado entre o brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN) e o ministro da Guerra de Vargas, Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD). Essa movimentação teria tido o apoio dos EUA, presidido por Henry Truman desde 12 de abril de 1945 (BENEVIDES, 1984; HIPPÓLITO, 1985; SKIDMORE, 1982).

No período de redemocratização, os interesses dos EUA e do Brasil foram debatidos intensamente, com destaque especial à Constituinte, ocorrida em 1946. A possibilidade de liberar a exploração do petróleo para a iniciativa privada internacional gerou uma campanha de teor nacionalista, intitulada "O Petróleo é Nosso", que colocou uma empresa estadunidense no centro do debate, a *Standard Oil of New Jersey*. Essa campanha ocorreu entre 1947 e 1948 e contrapôs as teses do general Horta Barbosa e Juarez Távora. Os debates ocorridos no Clube Militar abriram o embate mais amplo sobre qual deveria ser o tipo de exploração do petróleo, nacional ou com participação estrangeira (FURNESS, 2017, p. 166).

Por um lado, o general Juarez Távora e o presidente Eurico Gaspar Dutra defendiam a solidariedade continental, tese que favorecia a possibilidade de participação estadunidense na pesquisa e na exploração do petróleo nacional. O general Horta Barbosa, por sua vez, defendeu a tese de que o Brasil deveria ter uma *estratégia do petróleo*, que seria a continuação

da política do Estado Novo com a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) em 1937, reforçando o controle estatal sobre a pesquisa, lavra, refino e distribuição do petróleo nacional, evitando a dependência das grandes multinacionais petrolíferas (FURNESS, 2017, 163).

Os momentos de debate em torno do tipo de exploração do petróleo foram: 1) a permissão para que os empresários brasileiros refinassem o petróleo nacional, em 1945, o que preocupava os nacionalistas pela possibilidade dos empresários estarem envolvidos com empresas multinacionais; 2) a tentativa de inserir na Constituição de 1946 a permissão para que empresas "organizadas no Brasil" explorassem o petróleo, o que abriria uma brecha para que capitais estrangeiros organizados no Brasil atuassem na indústria; 3) a criação de uma comissão pelo presidente Dutra em 1947, para produzir o anteprojeto do petróleo, intencionado a abrir o mercado da pesquisa e da exploração do petróleo por empresas estrangeiras (FURNESS, 2017, p. 203).

A tensão foi tão grande nessa campanha nacional que Dutra, vendo a sua pretensão liberal frustrada, criou a Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, ano do arquivamento do anteprojeto do petróleo. O escopo da criação era formar militares alinhados aos EUA. Mais do que isso, o incômodo que a mobilização nacionalista gerou para as pretensões de abertura da indústria do petróleo foi formalizado na nova escola de formação de militares. Esta, por sua vez, contou com uma inovação do conceito de Doutrina de Segurança Nacional, que passou a identificar o inimigo da nação no interior do país, em agentes considerados perigosos para a nação. Os militares, desse modo, deixariam de ter um papel esporádico para a contenção de crises, passando a se colocar como dirigentes (BORGES, 2010).

Essa mudança deixou disponíveis os elementos que geraram o golpe civil-militar em 1964, que entrelaçou as forças armadas, grupos da sociedade civil e os EUA.

Um estudo sobre as relações entre Brasil e EUA deixam explícitos os motivos das intervenções supracitadas. Alberto Moniz Bandeira (2011) trabalhou o conceito de *rivalidade emergente* entre os dois países. A partir desse constructo, o autor indicou a impossibilidade de existir uma convivência harmônica de interesses entre os dois países por questões de modelos de acumulação interna. Por mais que a diplomacia tenha sido utilizada em todos os governos brasileiros e estadunidenses, os dilemas de acumulação dos dois países entraram em conflito, colocando em cena as questões: do câmbio; das moedas depreciadas; dos interesses de substituição de importações; da necessidade de maquinário para a indústria brasileira; do controle sobre matérias primas essenciais ao desenvolvimento industrial, como o petróleo e o aço; das remessas de lucros; dos salários dos trabalhadores e da reforma agrária (BANDEIRA, 2011).

Enquanto para os EUA era vantajoso obter medidas legislativas liberais para o movimento de capital no Brasil, este, por sua vez, via a sua economia ser triturada ao atender as vontades estrangeiras.

Ricardo Bielschowsky (2004) indicou que o debate econômico promovido a partir final da década de 1940, desde os setores liberais até os comunistas, teve como substrato o entendimento de que a economia do Brasil era subdesenvolvida e de que seria necessária a ação do Estado para a promoção do desenvolvimento econômico no país. Desse modo, se tornaram o centro do debate temas como a participação de capitais estrangeiros em empreendimentos como o petróleo; a eletricidade e a siderurgia; o controle sobre as remessas de lucros; o controle cambial; a intervenção do Estado em indústrias de base e serviços a Reforma Agrária, etc. (BIELSCHOWSKY, 2004).

Desse modo, os interesses dos dois países estiveram em constante tensão, haja vista que a contemplação dos anseios econômicos de um imediatamente prejudicaria o outro.

Foi no bojo desse processo que houve uma tentativa de golpe do governo de Getúlio Vargas, em 1954, depois dele sancionar a criação da estatal petrolífera Petróleo Brasileiro S.A. Após o suicídio do presidente, a política ficou estremecida e com várias

intervenções das forças armadas para a manutenção do regime democrático. Ou seja, as contradições imanentes entre dois países com estágios diferentes de acumulação geraram configurações políticas diversas no Brasil, como foi a articulação entre o capital internacional ao capital nacional em associação com as forças armadas, especialmente aquelas formadas pela ESG (BANDEIRA, 2004; DREIFFUS, 1981).

O governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1961) tentou responder aos anseios do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do governo estadunidense ao projetar um governo preocupado com a questão fiscal. Nos dois primeiros anos de seu governo, JK tentou manter o equilíbrio fiscal, mas, a partir de 1958 ele deu andamento ao projeto desenvolvimentista, que desequilibrava as contas públicas (SKIDMORE, 1982).

A partir de então, o governo dos EUA passou a efetivar o *Hard Power*, com ameaças de sanções ao Brasil em caso de discordâncias de âmbito econômico. Alexandre Saes e Felipe Loureiro (2012) analisaram o processo em que os EUA chantagearam o Brasil por meio de constrangimentos na balança de pagamentos e da imposição de condições para a tomada de empréstimos para obter resultados favoráveis para uma de suas multinacionais, a American & Foreign Power (AMFORP). Após a encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG) por Leonel Brizola, em 1959, a diplomacia estadunidense entrou em ação para pressionar o governo de Goulart (1961-1964) a dar uma solução favorável ao empreendimento empresarial (SAES; LOUREIRO, 2012).

Os interesses do Brasil no setor de energia elétrica estavam debilitados desde o início da 2ª Guerra mundial e a redemocratização gerou a possibilidade de debates públicos sobre a atuação das multinacionais do setor nos estados. A falta de investimentos da AMFORP em suas zonas de concessão e a escolha do direcionamento de recursos para áreas mais rentáveis fez com que boa parte das cidades atendidas pelo empreendimento chegassem à um nível degradante de falta de energia elétrica, racionamentos e *blackouts* (FURNESS, 2022).

A demanda do governo dos EUA era evitar que os estados brasileiros encampassem as subsidiárias da AMFORP sem indenização, e, para isso, ele lançou mão da chantagem. De posse dos documentos do acordo diplomático que definiu os moldes da saída da empresa do país, Saes & Loureiro (2012) indicaram as medidas tomadas pelo governo dos EUA para pressionar o governo brasileiro: 1) a emenda *Hickenlooper*, que previa a proibição de assistência financeira a países que permitissem expropriações sem indenizações e 2) a *Sugar Act*, que previa a redução da importação de açúcar de países que expropriassem empresas estadunidenses sem uma "justa compensação" (SAES; LOUREIRO, 2012).

Conforme os governos estaduais se aparelharam, desde a década de 1950, para suprir as demandas de eletricidade com a criação de autarquias estaduais de produção e distribuição de energia elétrica, foi criado um lastro técnico para confrontar os interesses privados internacionais e as comissões de tombamento haviam encontrado irregularidades e ilegalidades nas contas da AMFORP, justificando encampações sem indenização. Nesse sentido, foram fechadas unanimidades no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, que iam desde o campo político até o campo jurídico, com o fito de sobrepor os interesses públicos nacionais àqueles privados internacionais. O esforço dos EUA era inverter o jogo e garantir o investimento da AMFORP por meio do pagamento de indenizações pelos estados, à revelia das conclusões dos tombamentos contábeis realizados pelos poderes públicos brasileiros (FURNESS, 2022).

Durante esse processo, as organizações subterrâneas já previam controlar a política brasileira. Armand Dreiffus (1981) identificou que foi a partir de 1958 que ações secretas foram tomadas pelo governo dos EUA, a partir da criação de instituições de influência pública, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), que mobilizaram a esfera pública contra aqueles que foram elencados como inimigos internos, os comunistas. Todos os políticos

que previam um desenvolvimento econômico nacional independente foram enquadrados nesse grupo, mesmo que não fossem. Esse processo de *conquista do estado* por membros das elites econômicas brasileiras em consonância com os EUA e com as forças armadas do Brasil teve o seu desfecho em abril de 1964, e o principal argumento utilizado por esse grupo foi o de evitar um golpe comunista no país, supostamente tramado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), por João Goulart e o PTB (DREIFFUS, 1981).

A USIA no Brasil: coletando e produzindo informações

Após esse breve levantamento de abordagens dedicadas ao período de 1936 até 1965, marcadas por diversos enfoques e alicerçadas por variadas fontes de informação, é necessário afunilar o estudo para a década de 1950, especialmente de 1953 até 1956. O estudo de Fernando Santomauro (2015) é uma importante contribuição para a compreensão das relações estabelecidas entre o Brasil e os EUA, pois ele indica a construção da imagem de "inimigos nacionais" por meio de publicações produzidas em Nova Iorque e enviadas ao Brasil, para as diversas *United States Information Service (USIS)*, em ações governamentais dos EUA escondidas sob a fachada de associações brasileiras anticomunistas (SANTOMAURO, 2015).

É essencial notar a presença da propaganda estadunidense e as preocupações daquele país com o andamento da opinião brasileira sobre o seu país, sobre a URSS e o direcionamento de pesquisas para grupos considerados críticos, como estudantes; camponeses e trabalhadores, de modo a influenciar a opinião desses grupos por meio de imagens e textos produzidos a partir da coleta de informações. Interessante é o nome desses tipos de pesquisa, chamadas de *Latin Barometers*, ou seja, em sentido figurado, medidores da atmosfera da latina (SANTOMAURO, 2015).

O governo Eisenhower (1953-1961) reorganizou serviços de informação estatais a partir da criação da *United States Information Agency (USIA)*, órgão vinculado ao Departamento de Estado dos EUA. O Departamento de Pesquisa, o escritório de avaliação e os serviços de mídia atuantes fora dos EUA (*Voice of America* e *o Coordinator of psychological Intelligence*) foram fundidos, dando corpo ao *Office of Research and Evaluation*, renomeado em 1954 para *Office of Research and Intelligence* e para *Office of Research and Analysis*, em 1959. A ação orquestrada dessas instituições pela USIA visou a utilização de pesquisa de mercado e metodologias das Ciências Sociais para conhecer melhor o público alvo e intervir de maneira mais eficiente na formação da opinião (SANTOMAURO, 2015, p.186-187).

Nos primeiros anos de atuação da USIA no Brasil, o escopo era acompanhar os grupos comunistas e os seus possíveis grupos de influência, os chamados "focos comunistas", entre "militares, intelectuais, estudantes e trabalhadores das indústrias, nas grandes cidades e nos trabalhadores rurais no campo" (SANTOMAURO, 2015, p. 189).

O ano de 1955 foi marcado por uma "sofisticação de instrumentos de pesquisa nas áreas de informação e estudos psicológicos de outros países", sendo o papel do posto de pesquisa no Brasil "desenvolver atividades periódicas de pesquisa sobre as bibliotecas, estudos de mídia, produzir publicações sobre a opinião pública, a imprensa e estudos sociais sobre o Brasil, encomendados ou não pela USIA". Além da pesquisa e da produção de materiais, foram citados em documentos secretos da USIA o uso de "táticas não convencionais" de inserção em movimentos políticos e os "barômetros", "iniciativa mundial da USIA para medir as opiniões políticas das diversas regiões em relação aos EUA e temas correlatos" (SANTOMAURO, 2015, p. 190).

Foram contratados institutos nacionais para efetuar pesquisas, como o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística e o Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado, ambos do Rio de Janeiro, assim como a Escola Livre de Sociologia, de São Paulo. Nessas pesquisas foram avaliadas as participações comunistas em movimentos políticos, como foi a

campanha "O Petróleo é Nosso". Patrocinadores secretos, como a *Standard Oil*, enviaram recursos para a USIA para pesquisar a opinião da população sobre a exploração privada do petróleo, além de medir a expectativa das audiências de rádio por meio de programas produzidos pela agência, como foram: "Você se lembra"; "Hit Parade"; "Clube do Disco"; "Vencedores da Vida" e "Comentários de Al Neto" (SANTOMAURO, 2015, p. 191-192).

Gradativamente a USIA foi criando instrumentos "aparentemente privados para distanciar suas atividades de inteligência que alimentavam as decisões estratégicas da política externa americana", o que foi percebido por revistas tidas como "comunistas", a exemplo da revista "Novos Rumos", que indicou a existência de empresas que seriam "fantasmas da embaixada americana", como a *Promotion; a Market Planning* (Marplan); o IPOM (ligada ao International Researches Associates e ao Instituto de Estudos Sociais e Econômicos). Entretanto, o agente estadunidense citado na revista foi a embaixada, e não a USIA. A ligação dessas empresas com a agência foi confirmada pelo autor, que teve acesso aos documentos secretos localizados no *National Archieves and Records Administration* (NARA) (SANTOMAURO, 2015, p. 193; 201-202).

Os grupos que mais preocupavam a USIA eram os estudantes, os camponeses e os trabalhadores. Esses estudos formavam o substrato para a definição de estratégias para a intervenção no debate público. Os estudantes brasileiros teriam, segundo um estudo encomendado pelo pesquisador Bryant Wedge, em 1961, uma visão "idealista e descolada da realidade". Santomauro (2015) citou comentários informais de Wedge, localizados nos arquivos da USIA, em que o pesquisador considerou serem os estudantes brasileiros: "Marx puro! Mas não por causa da propaganda: Eu acho que essa visão seria inventada aqui mesmo se Marx nunca tivesse existido, se encaixa na mentalidade local e na sociedade mais precisamente". Desse modo, as relações entre os estudantes brasileiros com os EUA seriam problemáticas (SANTOMAURO, 2015, p. 209).



Figura 1: Comunismo é assim! Fonte: SANTOMAURO, 2015, p. 251.

Além de "mapear" os "humores e opiniões políticas" periodicamente no Brasil, a USIA também pretendia "moldar" a opinião pública do país, trabalhando para dialogar e influenciar, de toda maneira, os principais meios de comunicação do país. Para tanto, utilizou de maneira prioritária os jornais e revistas de maior circulação. A USIA "mapeava e mobilizava editores e jornalistas, produzia notícias locais em seus centros, transmitia notícia e fotos e as disponibilizava por meio de sua agência de notícias" (SANTOMAURO, 2015, p. 224-225).

> A agência ainda escrevia artigos apócrifos ou com nomes fictícios, pois sem mostrar a sua origem tinha maior credibilidade junto ao público nacional. Além disso, ganhava adesão gratuita e voluntária de jornais importantes tidos como "pró-americanos" (SANTOMAURO, 2015, p. 225).

Antes mesmo da criação da USIA por Eisenhower, no Governo Truman existiu um esforço de



Figura 2: Comunismo. Fonte: SANTOMAURO, 2015, p. 254.

publicar informações estadunidenses em jornais brasileiros, com fotos, artigos e quadrinhos pró-EUA, como os suplementos *Death comes from the Kremilin* e *One who survived* e os quadrinhos *Free World Speaks*. A inserção dessas séries foi feita em jornais como *O Globo, Jornal do Brasil e Última Hora*, além da revista "Em Marcha", inspirada na antecessora, "Em Guarda", do "birô" de Rockfeller (SANTOMAURO, 2015, p. 225).

Os jornais de Assis Chauteaubriand eram considerados "naturalmente" favoráveis aos EUA e era o próprio grupo que buscava diálogo para a publicação dos produtos da agência. Os jornais *O Estado, O Globo e O Jornal* eram tidos como "responsáveis" pela publicação da opinião da USIA no Brasil. No jornal *Folha de São Paulo* foi publicada, em 1956, uma série intitulada *Atoms for Peace*, elogiosa ao uso pacífico da energia atômica, enquanto em *O Globo* foi publicada a série *A morte vem de Moscou*, alertando para os riscos do comunismo (SANTOMAURO, 2015, p. 231-232).

O autor descobriu nos arquivos da USIA que a agência produzia materiais e enviava para os jornais e revistas brasileiros sem assinar ou se identificar. Segundo Santomauro (2015), "o anonimato era uma das condições para o uso das notícias e materiais distribuídos pela USIA", o que foi explicitado pelo diretor da agência em 1954, quando, em documento interno, reconheceu que se os "leitores dos jornais que publicam esses quadrinhos soubessem que eles foram produzidos para nossos propósitos, os jornais talvez não os utilizassem mais" (SANTOMAURO, 2015, p. 240-241).

Apesar das dificuldades logísticas para a disseminação das mensagens da USIA no Brasil, a sua distribuição se mostrou eficiente, o que contou com o auxílio dos "aliados de peso para difundir notícias", como foi o caso de Assis Chauteaubriand e de "jornalistas declaradamente pró-americanos, como Carlos Lacerda, Pereira Carneiro e Paulo Bittencourt". Além desses, também auxiliou esse esforço a Agência Nacional, que usava pseudônimos para plantar matérias em jornais de grande circulação (SANTOMAURO, 2015, p. 241).

Por fim, os grupos "prioritários", aqueles considerados como "grupos emergentes e potenciais transformadores da ordem vigente" receberam atenção da USIA nas décadas de 1950 e 1960. Os estudantes eram os "alvos por excelência das políticas da agência", seguidos pelos trabalhadores da cidade e trabalhadores do campo (SANTOMAURO, 2015, p. 250).

Para o escopo desse artigo, é importante destacar o tipo de material que foi produzido pela USIA para os trabalhadores do campo e da cidade, o que envolveu o uso de imagens. Na compreensão da USIA, os trabalhadores seriam um grupo alvo pra o "esforço comunista soviético, auxiliado e incitado pelos agentes do peronismo, ambos com o apoio substancial do Partido Trabalhista Brasileiro" (SANTOMAURO, 2015, p. 250).

Por meio de organizações da Igreja Católica, de organizações sindicais americanas internacionais, etc., foram divulgados os materiais, difundidos da

USIA para as USIS e dali para os jornais, revistas e panfletos. Com a aparência de grupos eminentemente nacionais, a agência produziu imagens que foram assinadas pelos seguintes grupos: Lei e polícia: serviço de contrapropaganda; Cruzada Brasileira Anticomunista e Associação Democrática Cristã. Também foram publicadas matérias sem assinatura, como a série "Zé Curioso" e "Comunistas contra o proletariado" (SANTOMAURO, 2015, p. 251-266).

Nessas imagens, com pouco ancoramento textual, os comunistas são apresentados como impiedosos, como na figura 1, em que uma mão armada aponta para um rosto rendido. O estresse muscular do agressor e a firmeza da mão dão a ideia de um inimigo impiedoso e impetuoso.

Na figura 2, aparece a imagem de um homem preparado para esfaquear alguém, em posição ameaçadora e com uma feição facial agressiva. A barba mal feita e uma garrafa no bolso dão a impressão de desleixo e indisciplina.

A intenção das imagens é gerar temor no leitor e o uso de imagens caricatas de armas e bandidos se sobressai ao texto enxuto, com poucas palavras: "O Comunismo é isso!" (violento) ou "traição, ódio e sangue". Esses elementos exprimem uma agressão naturalizada, pronta a agir contra qualquer pessoa que quisesse exprimir uma opinião ou que se colocasse em contato com um desses indivíduos. A imagem cria temor e aponta para a solução: "Lei e polícia" (SANTOMAURO, 2015, p. 254).

As imagens encontradas por Santomauro (2015) nos documentos da USIA foram direcionadas para as USIS no Brasil e distribuídas em jornais, revistas e suplementos de jornais. A USIS presente no estado do Espírito Santo era municiada pela USIS do Rio de Janeiro e, na próxima seção, vamos identificar a sua ação em um jornal de grande circulação à época em terras capixabas: A Gazeta.

Construindo a imagem do inimigo em A Gazeta

Em Vitória, capital do Espírito Santo, os principais jornais circulantes eram A Tribuna, propriedade de Elosippo Cunha (PR) e Fernando Duarte Rabelo (PDC), chefiada pelo colunista Eurico Rezende (UDN); A Gazeta, propriedade de Carlos Lindenberg e comandada por José Olympio; o Folha do Povo, propriedade da Empresa Gráfica e Publicitária "Folha do Povo", dirigido por José Rodrigues Sette e com Alvino Gatti como redator, e o Folha Capixaba, jornal comunista dirigido por Hermógenes Lima Fonseca (FURNESS, 2017; CARDOSO, 2018).

Em 1953, desse modo, a política dominante capixaba estava representada nos jornais Folha do Povo e A Gazeta, em apoio ao governo Jones dos Santos Neves (PSD) e, por outro, por A Tribuna, representante da oposição.

O jornal de Carlos Lindenberg publicou o suplemento Singra em 1955 e 1956, onde foram encontradas imagens da USIA assinadas pela Cruzada Brasileira Anticomunista. Interessante é notar que a liderança regional era preocupada em manter o controle e a "ordem" em sua região, com posição marcadamente anticomunista. Alguns relatos e documentos dão conta de indicar essa postura, bem diferente do livro biográfico produzido por Amylton de Almeida, intitulado *Carlos Lindenberg: um estadista e seu tempo.* Nesse livro, o autor apresentou o político como um sujeito "boa praça" (ALMEIDA, 2010). Entretanto, em diversos momentos ele adotou uma postura persecutória com relação aos seus adversários e inimigos.

Na campanha o "Petróleo é Nosso", em 1948, Lindenberg escreveu em A Gazeta, em discussão com o então senador da República, Mathias Coutinho, que teria acusado o governador de perseguir um dos palestrantes do Centro de Defesa do Petróleo e Economia Nacional, Antônio Rodrigues Coutinho, enviando ordem para que este prestasse esclarecimentos na polícia e boicotando o acontecimento da palestra nacionalista (FURNESS, 2017, p. 196-198).



Figura 3: Um policial que dorme. Fonte: SINGRA, 1954, p. 4.

Em entrevista realizada com a liderança comunista, Antônio Ribeiro Granja, foi descrito um acontecimento envolvendo Carlos Lindenberg. Este teria comparecido em Cariacica para a comemoração do dia do município junto com uma comitiva de carros e de pessoas bem vestidas. Este teria subido no palanque e defendido que o seu governo havia realizado o feito de construção da represa das Duas Bocas, o que teria beneficiado Cariacica. Granja, por sua vez, subiu ao palco após o ex-governador e desmentiu o fato, jogando para a multidão a pergunta: "Chegou alguma perna d'água para algum de vocês", recebendo gritos de "Não! Aqui não!". Então, Lindenberg subiu ao palco e convidou os presentes a se retirarem, como segue na descrição de Granja: "Ele meteu o peito no meu ombro assim e disse: 'Senhoras e senhores, peço que todo mundo vá embora para as suas casas, porque nós viemos aqui festejar o dia de Cariacica e não ouvir desaforo de comunista'". "Aí rapaz, um corre, corre [...]. Aquelas mulheres de sapato alto correndo para pegar o carro. Aí o palanque, [antes] todo mundo querendo ir para o palanque, e depois [risos], todo mundo querendo descer" (GRANJA, 2017).

Hermógenes Lima Fonseca, ao falar na Câmara de Vereadores de Vitória, confrontou o governador. O edil comunista, ao criticar o poderio da empresa multinacional AMFORP, indicou que ela contava com privilégios do Estado capixaba, não sendo fiscalizada e, por isso, mantinha os serviços de eletricidade da cidade em condições precárias, não cumprindo o contrato. Emendou a fala dizendo que Carlos Lindenberg poderia mandar chamar a polícia para prendê-lo novamente, pois ele continuaria lançando boletins acusando o roubo efetuado pela Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (C.C.B.F.E.), o que seria feito com a "complacência do Sr. Governador" (FURNESS, 2022, p. 260).

Desse modo, o político capixaba tinha uma postura de controle sobre os temas que circulavam no Espírito Santo, perseguindo aqueles que tentavam debater assuntos com amplitude ideológica, com um apego especial aos comunistas ou a movimentos nacionalistas, como foi o caso da campanha "O Petróleo é Nosso" (FURNESS, 2017).

Ainda sobre o assunto da energia elétrica, foi possível notar o grande apego que Lindenberg tinha ao que ele chamava de "manutenção da ordem" e a preocupação que tinha com "agitações" políticas. Em

1960, data em que ele governava o Espírito Santo, em seu segundo mandato, ocorreu uma campanha de protesto contra a C.C.B.F.E., iniciada em Cachoeiro de Itapemirim, cidade que também era atendida pela concessionária estrangeira. Foi a campanha *Não pague a sua conta*. Em carta enviada ao líder do movimento, Roberto Vivácqua, Lindenberg sugeriu cuidado com o momento pelo qual o país passava, que era de "agitações", pedindo que o amigo pesasse bem as "responsabilidades" que ele estava assumindo (FURNESS, 2022, p. 411-412).

Essas breves considerações indicam que A Gazeta, meio de comunicação vinculado às opiniões de seu proprietário, Carlos Lindenberg, publicou no suplemento Singra a propaganda anticomunista produzida pela USIA. O seu apoio explícito à uma empresa multinacional estadunidense somada ao seu combate ao nacionalismo em torno do petróleo e a sua perseguição aos comunistas presentes no Espírito Santo indicam que A Gazeta "naturalmente" se tornou um "colaborador espontâneo" da USIA no Espírito Santo (FURNESS, 2017; 2022).

Foram encontradas 24 imagens de 24 de julho de 1955 até 17 de maio de 1956, o que não exclui a possibilidade de mais imagens terem sido publicadas e simplesmente não estarem presentes nas coleções de A Gazeta, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e na Biblioteca Pública Estadual. No jornal do Povo, de São Luís do Maranhão, o suplemento Singra também foi publicado. Todos os números de 1954 e o primeiro de 1955 indicam que as imagens da USIA já estavam sendo publicadas desde 31 de dezembro de 1954 (Figura 3), meses antes do primeiro registro em A Gazeta, em Vitória, ES (SINGRA, 1954, p. 5).

Assinada pela Cruzada Brasileira Anticomunista, uma das imagens produzidas pela USIA divulgou uma propaganda anunciando um "Congresso Contra a Intervenção soviética na América Latina". Na figura 4 foram representadas as Américas do Sul e Central, com limite no México, excluindo a América do Norte e os EUA. Cruzando o Atlântico, a imagem de uma

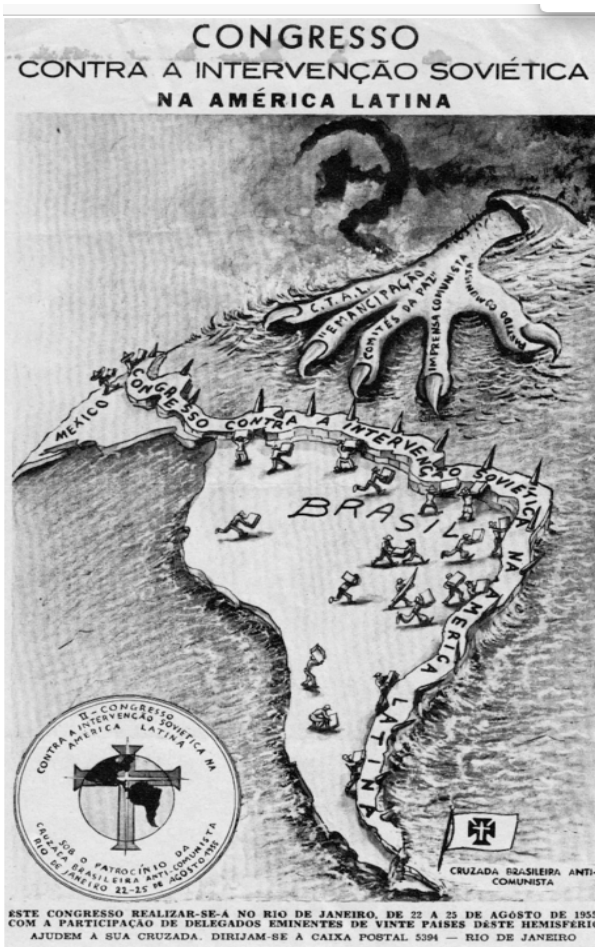


Figura 4: Congresso contra a intervenção. Fonte: Singra, 1955, p. 3.

mão aterrorizante, com garras afiadas, avança sobre o Brasil e o México. Acima da imagem, uma fumaça negra paira sobre a mão, com o desenho da foice e do martelo, o símbolo do comunismo. Nos dedos da mão, frases indicam o que seria o inimigo comunista, como: "partido comunista"; "emancipação"; "comitês de paz"; "imprensa comunista". Contra a mão de feições demoníacas, uma barreira seria feita de dentro do continente, no quais pessoas ajudariam a erguê-la e a fortificá-la (SINGRA, 1955, p. 13).

Nesse sentido, o comunismo foi apresentado com feições demoníacas, próprias da cosmogonia cristã, combatido por nativos brasileiros, ativos na luta anticomunista. Vale destacar que as imagens produzidas pela USIA atacavam assuntos pontuais,

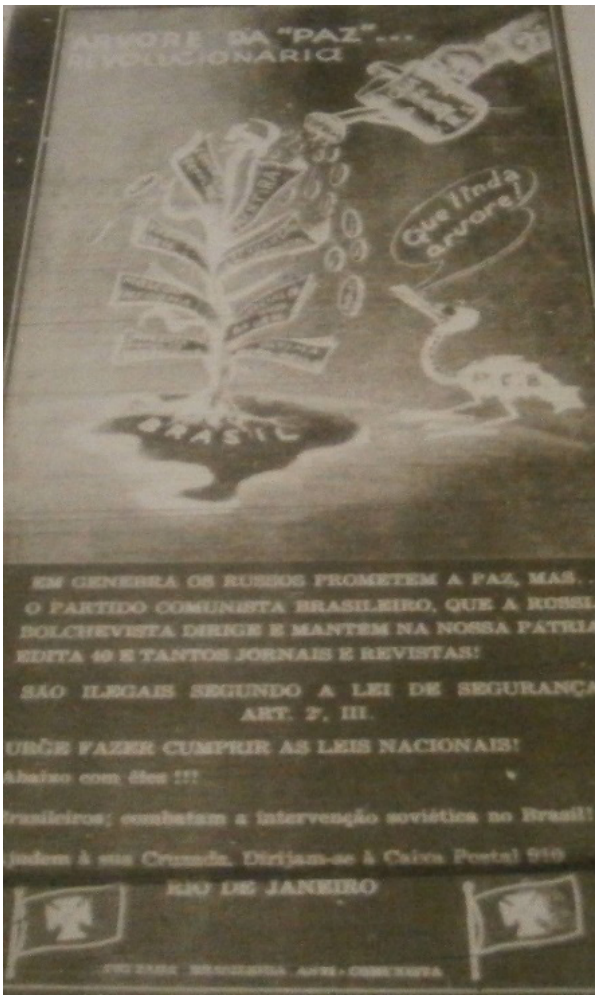


Figura 5: Árvore da paz revolucionária. Fonte: SINGRA, 1954, p. 4.

como: a Campanha da Paz, de origem soviética, que defendia, por sua vez, o desestímulo à produção de armas nucleares; o judiciário brasileiro, que estaria sendo destruído por comunistas; a imprensa, que seria povoada por comunistas; artistas declaradamente comunistas, como Jorge Amado; líderes comunistas do Brasil, como Luiz Carlos Prestes, assim como a narrativa comunista sobre a paz ou eventos imediatos.

Em uma convenção de imagem própria dos *Cartoons Políticos*, a USIA produziu imagens de fácil assimilação visual, com traços ligados ao cristianismo, os quais eram usados para contrapor o bem e o mal, no caso, o comunismo contra o Brasil, em uma simplificação da realidade. Os *cartoons* tinham o objetivo didático de narrar situações e eventos com imagens acompanhadas por palavras ou pequenas frases, que teriam o papel de ancorar o sentido das imagens, já bem caricaturadas. A intenção era facilitar a leitura da imagem, assim como a tomada de posição frente a um tema político por parte dos espectadores (FURNESS, 2022, p. 87-88).

A análise da imagem proposta por Peter Burke (2004) destaca a importância da imagem como uma "evidência histórica", passível de crítica. Desse modo, a imagem não deve ser vista apenas como um exemplo visual, mas como um "testemunho ocular a História", ou seja, um registro passível de crítica para o leitor que olha do presente para o passado, por meio do registro das experiências de outrem. A atenção aos traços iconográficos, presentes na imagem e comunicadoras de noções, valores e crenças permite analisar como a estratégia utilizada pelo produtor da imagem para efetuar a sua propaganda, alcançando o esforço ativo da produção da imagem em captar elementos culturais de uma sociedade ou de um grupo para gerar neles amor, ódio, terror, simpatia.

A imagem, cristalizada, se apresenta como imparcial, excluindo de cena o seu produtor, e, nesse caso, a ação da USIA representa esse fator da maneira mais explícita: o produtor da mensagem se escondeu para ter credibilidade, afinal, a sua narrativa é totalmente parcial e pretendeu elencar "inimigos" e "amigos", respectivamente, "comunistas" e "patriotas". Os inimigos, então, ganharam traços demoníacos, agressivos, envolventes e impetuosos. O próprio nome "Cruzadas" pode ter sido uma forma de invocar a luta dos cristãos contra os islâmicos, chamados de "infiéis" pelos cristãos do medievo. No caso, os brasileiros estariam lutando contra os infiéis do Oriente?

Em menção ao termo emancipação utilizado na URSS, uma das publicações da USIA, assinada pela C.B.A.C., indicava o que seria a democracia popular da URSS, chamada de "Penocracia". Do alto de uma torre, personagens da burocracia soviética foram



Figura 6: Paz comunista? Fonte: SINGRA, 1955, p. 12.

Na figura 6, os comunistas são retratados na Cortina de Ferro, e a referência à Conferência de Genebra indica a total descrença de que o regime soviético estaria pronto a colaborar para a paz na Guerra Fria. Nikita Khruschov, Primeiro secretário do Partido Comunista, foi retratado acima da Cortina de Ferro, se apresentando ao Ocidente com a pretensão de paz. Com outra bandeira, do seu lado, um aviso à uma legião extremamente armada para estarem prontos para atacarem os "estúpidos" ocidentais. Os soviéticos eram apresentados sempre com intenções não declaradas, escondidas por promessas falsas. Curioso notar que do lado Ocidental foram apresentadas ocas de indígenas dos EUA e um canhão em contraposição ao poderio militar soviético, como se houvesse um desequilíbrio negativo para o Ocidente em termos militares.

retratados empurrando, em um "efeito dominó", de cima para baixo seus adversários internos, e, na base da torre, uma pilha de ossos e caveiras compõe o que seria a sedimentação da hierarquia da URSS. A propaganda estava direcionada para a autocrítica que o regime fez após a morte de Stalin, com Kruschev no poder, que foi apresentada como falsa, ou seja, a URSS continuaria sendo uma ameaça (SINGRA, 1955, p. 16).

O P.C.B. quase sempre era retratado como uma ave com o pescoço longo e olhos esbugalhados, apresentada como um ser tosco, ingênuo e sempre adorando os gestos soviéticos. Aparentemente, essa imagem era uma distorção proposital da pomba da paz, feita pela USIA para mostrar os comunistas brasileiros como uma ave aberrante (Figura 5).

Na figura 5 foi apresentada a "Árvore da 'paz revolucionária', alimentada pela 'água da paz da URSS'". Na árvore estavam crescendo folhas, em forma de jornais, cujos escritos de cada "folha" indicavam as qualidades atribuídas ao regime soviético, dentre as quais a "mentira". A Ave assombrosa que representava o P.C.B. exclamava na imagem: "Que linda árvore"! (SINGRA, 1955, p. 14).

Na figura 7, os trabalhadores do Brasil foram interpelados a tomar cuidado com a sabotagem e a representação dessa afirmação foi a de engrenagens comuns, redondas, sendo atrapalhadas por uma quadrada, com o símbolo da URSS. O trabalhador militante do P.C.B. estaria, segundo a propaganda, parando o mecanismo econômico do Brasil, sabotando a "paz", a "honestidade" e a "decência", assim como a ordem e o patriotismo dos trabalhadores (SINGRA, 1955, p. 14).

Para conter essa rede de comando da URSS para os comunistas brasileiros, apresentados como inimigos da pátria, os anúncios da USIA apresentavam a solução: a perseguição dos comunistas, que, colocados na ilegalidade em 1948, estariam publicando jornais

de maneira ilegal. A propaganda estadunidense exclamava nas imagens assinadas pela C.B.A.C. para que a mídia comunista fosse fechada (SINGRA, 1956, p. 14.

Essa simplificação do inimigo, elencado pelos EUA, foi efetuada de modo semelhante àquele indicado por Jean Marie Domenach (2001), no qual a propaganda funcionaria para desfazer as diferenças entre os adversários, criando caricaturas para facilitar a identificação do alvo a ser considerado "inimigo". Isso é perceptível nos indivíduos elencados enquanto comunistas, como membros da imprensa, do Supremo Tribunal Federal, artistas, políticos e, finalmente, membros do Partido Comunista Brasileiro. Qualquer um que colocasse empecilho aos EUA ou que fosse considerado pusilânime contra os comunistas seriam, desse modo, comunistas ou colaboradores.

Conclusão

Jean Delumeau (2009) fez um importante estudo sobre as características do medo no Ocidente, especificando a angústia e o medo em um plano amplo, que é o da estrutura mental. A falta de uma definição sobre as causas de uma angústia, assim como em um organismo individual, causaria danos gravíssimos à *psique coletiva*, que, constantemente colocada em confronto com o desconhecido, caminharia para um estado de anomia. O medo, por sua vez, daria aspectos físicos à angústia, gerando um alvo para o ódio e para a revolta, e, desse modo, ativaria os mecanismos de sobrevivência, portanto, de combate. Assim, elencar um inimigo foi uma estratégia dos EUA para direcionar um alvo, se desviando da crítica. Os EUA criaram uma narrativa, ativada em vários lugares do mundo, para direcionar os países de suas zonas de influência contra o "inimigo", o comunismo, sendo os estadunidenses, automaticamente, elencados como os amigos.

Para viabilizar essa narrativa, a estratégia da USIA captou aspectos amplos da cultura brasileira, como o apego religioso católico para criar imagens



Figura 7: Sabotagem!!! Fonte: SINGRA, 1955, p. 14.

do "inimigo", que foi assemelhado às imagens do demônio presente no cristianismo ou como monstros impetuosos e assassinos. No Espírito Santo, um estado da região sudeste do Brasil, A Gazeta publicou a propaganda produzida nos EUA. Essa foi enviada para a USIS do Rio de Janeiro e repassada à USIS do Espírito Santo, fazendo coro ao surto anticomunista que deu novos contornos à mentalidade obsidional estadunidense, que, gradativamente, gerou uma maior intervenção política estadunidense no Brasil, com atividades secretas e articulações com setores conservadores da sociedade brasileira.

O medo em sociedades humanas, segundo Delumeau, gera anomalias não encontradas no reino animal, pois, alimentado por medos "irrefletidos" e

amparados na imaginação, ele é construído historicamente, mudando no decorrer do tempo e com as intervenções do homem. Desse modo, a intervenção dos EUA para manter a sua hegemonia político-econômico-militar na Guerra Fria contou com a propaganda produzida pela USIA, e a produção intencional dessas mensagens para o Brasil alimentou o medo dos brasileiros entre si, com alegados inimigos internos, gerando um estado em que a imaginação foi alimentada e deu corpo à perseguição interna, algo iniciado desde a redemocratização do Brasil.

Em 1964, o golpe civil-militar foi apoiado contra os "inimigos", no caso, o presidente João Goulart, então chamado de comunista. A ameaça do país se tornar uma ditadura comunista por meio de um golpe foi o argumento utilizado para a implantação de um regime político autoritário, e os EUA apoiaram essa trama com armas, mas, mais do que isso, com a intervenção na construção da imagem de um inimigo para o Brasil, o que gerou a ideia de que os inimigos dos interesses dos EUA seriam os inimigos do Brasil, algo produzido secretamente no passado e naturalizado no tempo presente.

Referências Bibliográficas

Entrevistas

GRANJA, Antônio Ribeiro [104 anos]. [jul. 2017] Entrevistador: Douglas Edward Furness Grandson. 2017. Serra, 19 jul. 2017.

Livros

ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg**: um estadista e seu tempo. Ed. Organizada, apresentada e anotada por Estilaque Ferreira dos Santos, Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil-Estados Unidos**: A Rivalidade Emergente. (1950-1988). 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BENEVIDES, Maria Victória Mesquita Benevides. **A UDN e o udenismo**: Ambiguidades do liberalismo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

BERRYMAN, Clifford. Representing Congress: Clifford K. Berryman's Political Cartoons. **National Archieves**, Wahington, s/d. Disponível em: Acesso em: 28 dez. 2021.

America and the World Foreign Affairs in political cartoons, 1898- 1940. **National Archieves**, Wahington, s/d. Disponível em: Acesso em: 28 dez. 2021.

BERRYMAN, Clifford; BERRYMAN, Jim. A Visual History. 1940-1963: Political Cartoons by Clifford Berryman and Jim Berryman. **National Archieves**, Wahington, s/d. Disponível em: Acesso em: 28 dez. 2021.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **História do Pensamento econômico brasileiro**. 1930 – 1964. São Paulo: Ática, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: História e imagem. Bauru: Edusc, 2004.

COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. Tradução de Ridendo Castigat Moraes. E-books Brasil, 2001.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente.** 1300-1800. Uma cidade sitiada. Tradução: Maria Lúcia Machado; tradução de notas Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DREIFUSS, René Armand. **1964 – A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

HIPPÓLITO, Lúcia. **PSD de raposas e reformistas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LOCHERY, Neil. **Brasil:** Os frutos da guerra. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

NYE, Joseph S. Jr. Soft Power. **The means to sucess in world politcs.** Nova Iorque: Public Affairs, 2004.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Teoria e Metodologia em História:** o tratamento das fontes. Espírito Santo: Ufes, 2015.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. Combatentes da paz. **Os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas dos anos 1950**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

SANTOMAURO. Fernando. **A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964)** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: **De Getúlio a Castelo.** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOTA, Antônio Pedro. **Imperialismo sedutor.** Americanização do Brasil da época da 2ª Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Teses e dissertações

CARDOSO, Lucian Rodrigues. **O paradoxo de uma existência:** A trajetória do Partido Trabalhista Brasileira no Espírito Santo (1945-1964). 2018. 381 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

FURNESS, Douglas Edward Grandson. **A História nas pegadas do "Seu" Kilowatt:** as relações entre Brasil e EUA por meio da AMFORP (1936-1965). 2022. 554 f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

___. **Os trustes no "curral" dos coronéis**. Indústrias de bases e serviços no debate capixaba de 1940. 2017. 221 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

Artigos

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano.** O tempo da ditadura: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XIX.

SAES, Alexandre Macchione; LOUREIRO, Felipe Pereira. From Foreign to state investiment in the brazilian electric Power sector: the expropriation os the American Foreign and Power (1959-1965). **Working papers**, departament of economics, São Paulo, ago. 2012.

Fontes históricas

SINGRA. Congresso contra a intervenção soviética. A Gazeta, Vitória, 22 ago. 1955, p. 15. Propaganda assinada pela Cruzada Brasileira Anti-Comunista.

SINGRA. Emancipação do governo da URSS. A Gazeta, Vitória, 24 jul. 1955, p. 16. Propaganda assinada pela Cruzada Brasileira Anti-Comunista.

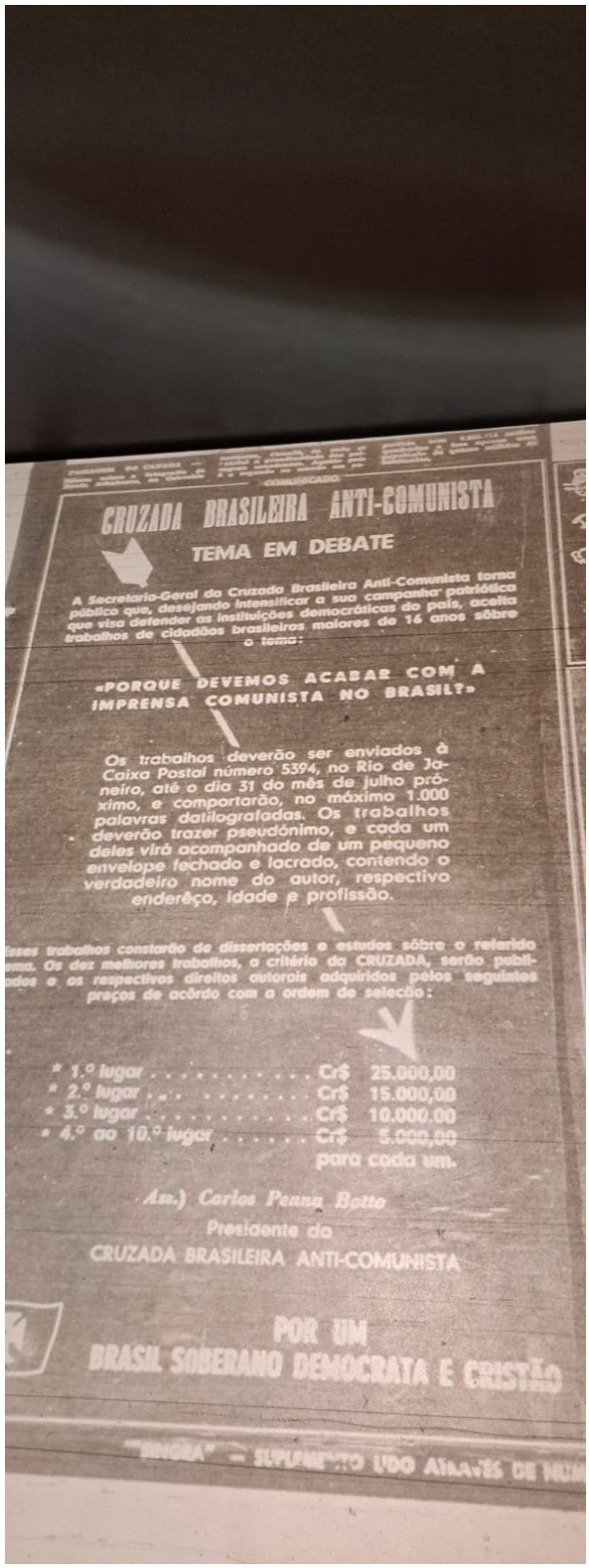
SINGRA. Cortina de ferro. A Gazeta, Vitória, 04 set. 1955, p. 12. Propaganda assinada pela Cruzada Brasileira Anti-Comunista.

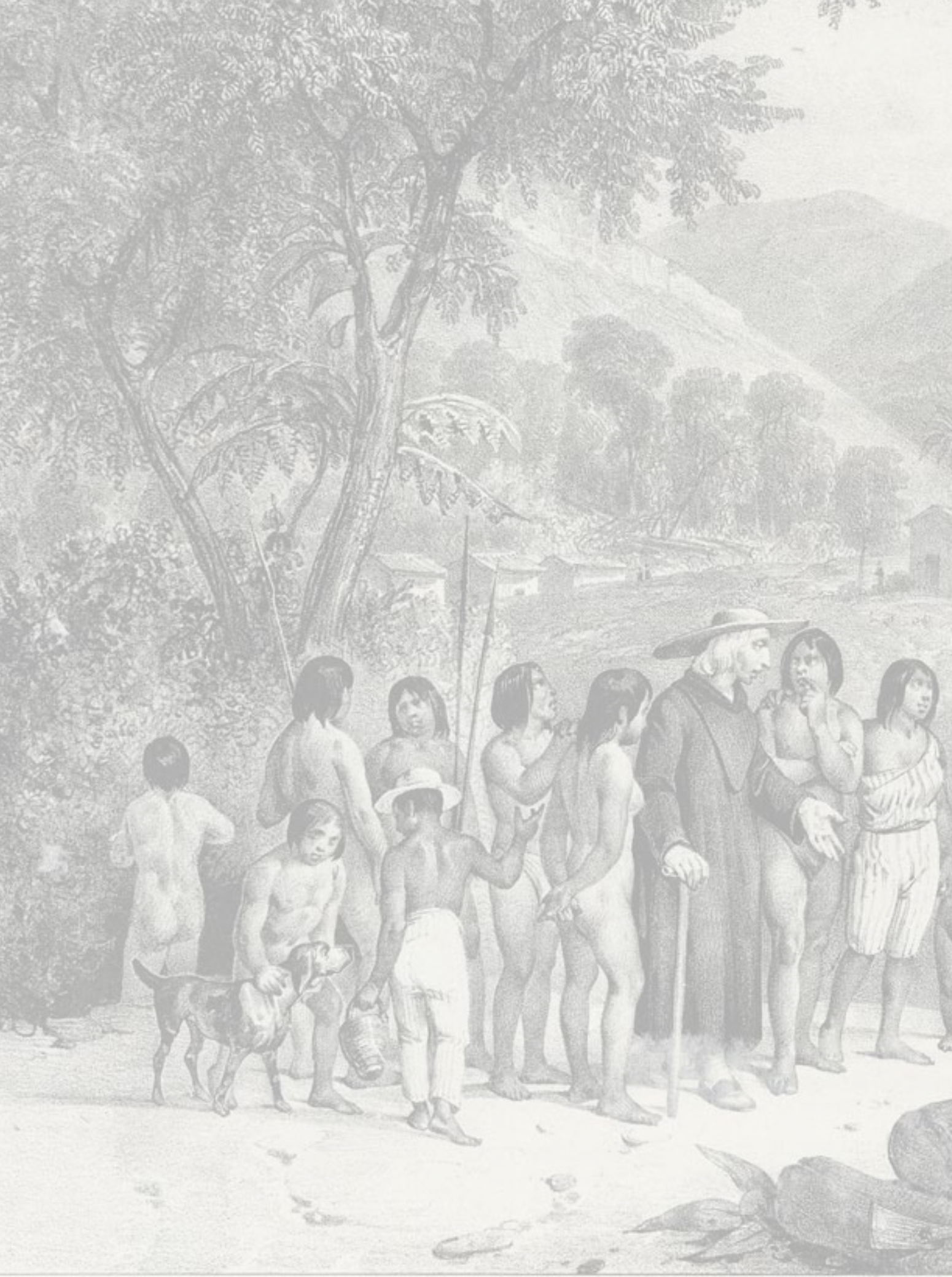
SINGRA. Árvore da paz revolucionária. A Gazeta, Vitória, 30 out. 1955, p. 14. Propaganda assinada pela Cruzada Brasileira Anti-Comunista.

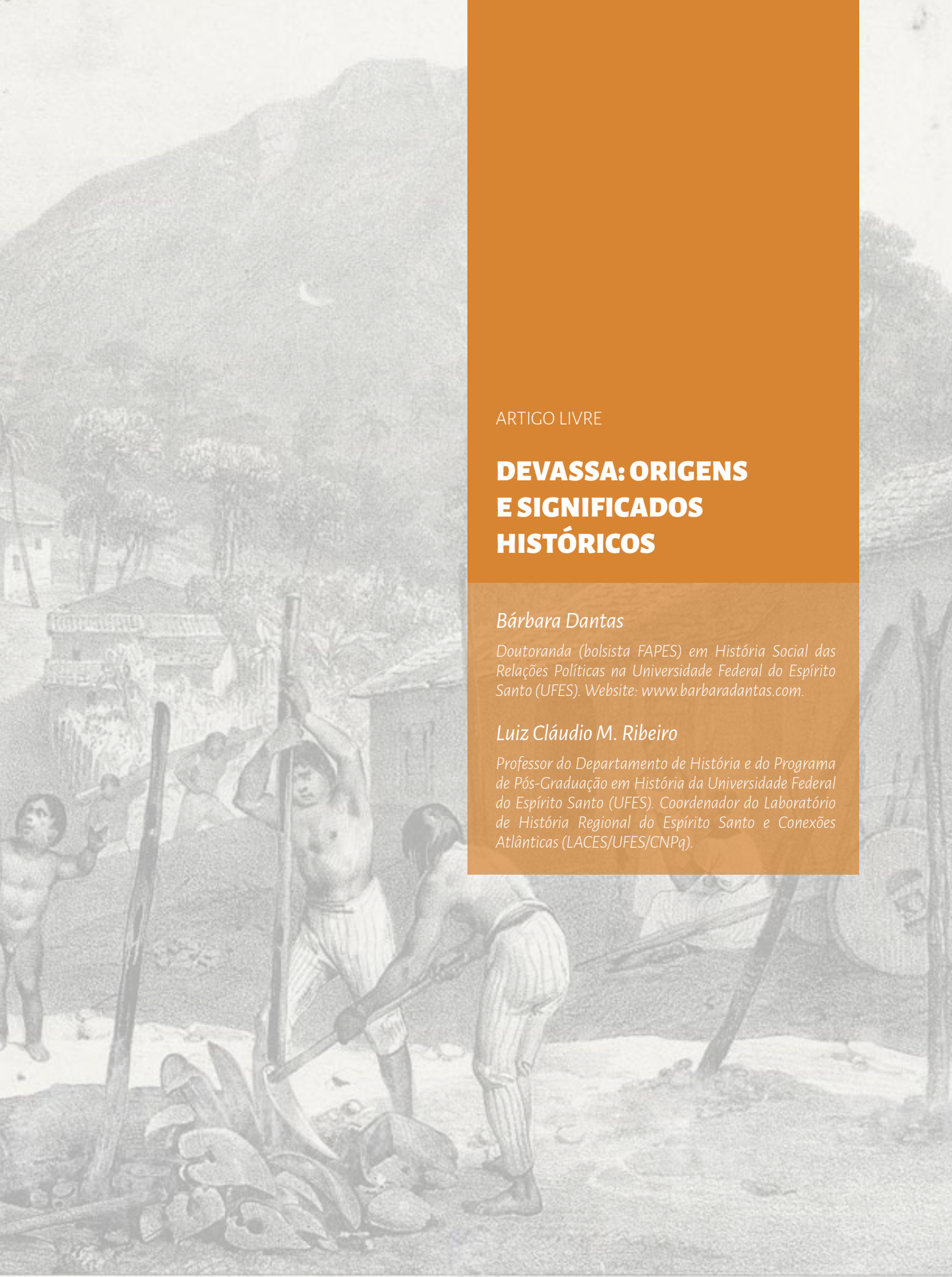
SINGRA. Trabalhadores do Brasil! Atenção! Sabotagem!!! A Gazeta, Vitória, 06 nov. 1955, p. 14. Propaganda assinada pela Cruzada Brasileira Anti-Comunista.

SINGRA. Segundo a propaganda bolchevista. A Gazeta, Vitória, 19 fev. 1956, p. 14. Propaganda assinada pela Cruzada Brasileira Anti-Comunista.

SINGRA. Um policial que dorme. Folha do Povo, São Luís do Maranhão, 31 dez. 1954, p. 5. Propaganda assinada pela Cruzada Brasileira Anti-Comunista.







ARTIGO LIVRE

DEVASSA: ORIGENS E SIGNIFICADOS HISTÓRICOS

Bárbara Dantas

Doutoranda (bolsista FAPES) em História Social das Relações Políticas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Website: www.barbaradantas.com.

Luiz Cláudio M. Ribeiro

Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenador do Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES/UFES/CNPq).

Resumo

Veremos neste estudo a palavra devassa na Bíblia, mais especificamente nos Livros dos Macabeus do Antigo Testamento, bem como em três outras ocasiões, já no passado colonial brasileiro: Na cidade de Salvador-Bahia, no século XVII; durante os julgamentos dos Inconfidentes mineiros e na Devassa contra os Jesuítas na comarca do Espírito Santo, ambos no século XVIII. Nosso caminhar pelos usos da palavra devassa começará na Antiguidade, nas desérticas paragens da Cisjordânia e chegará à modernidade, às tropicais terras do Brasil Colonial. Algumas paradas estratégicas serão feitas para melhor contextualizar e dirimir dúvidas a respeito desta palavra que, desde os tempos das primitivas tribos judaicas, era sinônimo de ato judicial para ouvir testemunhas, fosse de cunho religioso, militar ou civil.

PALAVRAS-CHAVE: Devassa, Jesuítas, Livros dos Macabeus, Brasil Colônia, comarca do Espírito Santo.

Abstract

We will see in this study the word devassa in the Bible, more specifically in the Books of the Maccabees of the Old Testament, as well as on three other occasions, already in the Brazilian colonial past: In the city of Salvador-Bahia, in the seventeenth century; during the judgments of the Minas Inconfidentes and the Devassa against the Jesuits in the county of Espírito Santo, both in the eighteenth century. Our journey through the uses of the devassa word will begin in antiquity, in the deserted parts of the West Bank, and reach modernity, to the tropical lands of colonial Brazil. Some strategic stops will be made to better contextualize and clarify doubts about this word that, since the time of the primitive Jewish tribes, was already synonymous of judicial act to hear witnesses, of religious, military or civil nature.

KEYWORDS: Devassa, Jesuítas, Books of the Maccabees, Brazil Colony, county of Espírito Santo.

1. A longa duração

Este trabalho[1] pretende fazer um percurso histórico sobre a palavra devassa sem se restringir ao seu sentido etimológico, mais importante para os gramáticos que para os historiadores. Quando um pesquisador se vê frente a frente com uma palavra que possui longa duração, vê-se, por vezes, impelido a encontrar outros usos que ela teve no decorrer de tempos pregressos, em diferentes culturas e locais (VOVELLE, 2005, p. 95).

A "longa duração", conceito defendido por Jacques Le Goff (1924-2014), prima por uma compreensão histórica em dois prismas que, apesar de diferentes, relacionam-se: a estrutura e o contexto. A estrutura se forma a partir dos costumes (as consuetudines), das ideias formativas de um determinado núcleo social, costumes estes que se transformam em normas socioculturais, religiosas ou políticas. Essas ideias, em seu percurso milenar ou secular no interior da sociedade, vão influenciar a construção de diferentes pensamentos e práticas que, na verdade, são mais efêmeras que as estruturas, ou seja, ligam-se ao contexto - recorte temporal de "curta duração" - transitório - que sofre a influência de uma estrutura mental de "longa duração" - secular ou milenar.

A defesa de Jacques Le Goff se coaduna com o método de Fernand Braudel (1902-1985). Apesar de seu caráter um tanto materialista e economicista, em sua obra As estruturas do cotidiano, notamos que a abordagem nos esclarece como as práticas influenciaram a cultura. Afinal, as práticas determinam o pensamento? Ou o pensamento determina a prática? Em Braudel, vemos que não há uma hierarquia, o que existe são desdobramentos mentais que influencia-

1 Cf. versão em inglês em DANTAS, Bárbara. Devassa: historical origins and meanings. In: DANTAS, Bárbara; NETO, Reny Baptista. Brazil and International Legal Systems: Theoretical Studies and Legal Practices. Vila Velha-ES: Balsamum Editora, 2020, p. 123-146.

ram técnicas, ou técnicas que influenciaram mentalidades (BRAUDEL, 1997, p. 16).

Nessa interpenetração de usos e ideias, alguns elementos podem ter vida curta, enquanto outros terão longa passagem. Assim são as línguas, as escritas, enfim, os meios simbólicos que o homem encontrou para se comunicar, para deixar como tributo para os pósteros ou para, simplesmente, sobreviver. Nesse sentido, Gladis Massini-Cagliari chamou a paixão de alguns estudiosos pelas letras do passado como o "fascínio arqueológico pelo texto manuscrito antigo e o gosto pela sua decifração" (MASSINI-CAGLIARI, 2007, p. XX). E óbvio está que, apenas o amor pelas letras (seja a antiga, seja a atual), pode transformar um patrimônio textual em História propriamente dita. Só a paixão pelos códices, pelos manuscritos, pode explicar os frutos culturais sem preço da Paleografia e da Diplomática quando proporcionam a nós, pesquisadores do século XXI, acesso a textos dos séculos XVII, XVIII, ou até mesmo, de milênios atrás, como os escritos da Sagrada Escritura.

Nestas reflexões que envolvem a palavra devassa, além do texto bíblico, temos o resultado das análises paleográficas e históricas de dois pesquisadores. O Capítulo XI do livro Na Trama das Redes (2010), escrito pelo professor da Universidade Federal de Viçosa-MG, Francisco Carlos Consentino, o qual nos apresenta as querelas epistolares entre as governanças brasileiras e os representantes da coroa portuguesa nos anos finais do século XVII.

Já o professor da Universidade Federal do Espírito Santo, Luiz Cláudio M. Ribeiro, trouxe a lume a completude do corpus documental da devassa empreendida contra os jesuítas na comarca do Espírito Santo (1761) após a expulsão de todos esses religiosos dos territórios do Império português a mando do Marquês de Pombal (1699-1782). Ademais do extenuante trabalho de tradução da fonte, o pesquisador vai além de apenas tornar pública a fonte, pois nos ajuda a refletir sobre sua importância histórica: "[...] na linha do debate ideológico antijesuíta estabelecido em torno da modernidade, a discussão entre jesuitismo e antijesuitismo torna-se evidente no documento" (RIBEIRO, 2018, p. 11).

Em ambos, notamos o respeito às estruturas linguísticas originais de acordo com as regras da paleografia, o que denota mais uma escolha que uma necessidade, pois toda edição de um texto antigo pede que se escolha uma normativa dentre as que a Filologia nos oferece: edição crítica, fac-similada, diplomática, semidiplomática ou genética (RIBEIRO, 2018, p. 29-35).

2. Devassa: da Bíblia ao "Estado do Brasil"

Esse é o objetivo deste estudo, um passeio por um tempo bíblico - mas também histórico -, aquele dos personagens judeus que viveram na Judeia - região montanhosa ao sul de Israel, entre o Mar Morto e o Mediterrâneo e que, hoje, podemos localizar como a região sul da Cisjordânia. Formadores tanto de uma nação quanto de uma cultura, os judeus foram os progenitores de uma fé monoteísta em meio a religiões animistas ou politeístas. Nas aventuras e desventuras do povo judeu - registradas nos Livros dos Macabeus, Antigo Testamento Bíblico - está o que pode ser um dos primeiros registros conhecidos da palavra devassa.

Na modernidade, veremos mais registros da palavra devassa. O Brasil era a mais rica colônia do Império português, onde os poderes de mando e de governança se alternavam em relações nem sempre amistosas e honestas (CUNHA, 2005, p. 2). A partir do século XVI, a coroa portuguesa decidiu mudar a forma de reger esse vasto território e instituiu a nomeação do governador-geral do Estado do Brasil sediado na cidade de Salvador, Bahia (HOLANDA, 1960). Mas os conflitos de jurisdição e acusações de abuso de poder não cessaram, apenas se alternavam. Foi nesse interim que o governador-geral entre 1678 e 1682, Roque da Costa Barreto, foi orientado por representantes do rei a fazer uma devassa junto aos oficiais do

Tribunal da Relação da Bahia devido à denúncia feita pela Câmara Municipal de Salvador.

Para concluir este passeio pelos usos da palavra devassa, analisaremos alguns trechos da Devassa da reforma da religião da Companhia de Jesus nesta comarca do Espírito Santo, transcrição paleográfica do manuscrito de 1761, realizada pelo pesquisador Luiz Cláudio M. Ribeiro e publicada em 2018. Os jesuítas acumularam um grande e "invejável" patrimônio na comarca do Espírito Santo desde o começo da colonização portuguesa. No século XVIII, segundo o pesquisador, os jesuítas já possuíam quatro fazendas e o "Espírito Santo era um verdadeiro potentado jesuíta" (RIBEIRO, 2018, p. 27).

3. Etimologia e terminologia: devassa e seus significados

O termo devassa continua com o mesmo significado após milênios de uso, as variações são pequenas e se relacionam mais aos seus usos que ao seu significado. O dicionário Priberam classifica devassa como "sindicância para averiguação de ato criminoso"; o verbo devassar tem como sinônimos, entre outros, "informar-se, indagar"; já o substantivo devasso é associado ao indivíduo "depravado, desregrado, dissoluto, libertino" (DEVASSA, 2019a). Consultei outros dicionários, como o Aurélio, e as similaridades imperam.

Em pesquisas anteriores, observamos que o pai linguístico de nossa língua é o galego-português, língua que, até os dias atuais, é falada nos círculos mais tradicionais da região da Galícia, norte de Portugal. O que não nos impede de notarmos as influências, sincretismo e evoluções seculares que, desde então, transformaram a língua dos brasileiros e dos portugueses como as que conhecemos hoje. Nesse sentido, a pesquisadora Ângela Vaz Leão ressaltou a importância de "[...] conhecer a língua portuguesa no seu nascedouro" (LEÃO, 2007, p. 173), pois Russel Wood advertiu que: "O português tornou-se a língua europeia mais falada na região atlântica" (RUSSEL-WOOD, 2014, p. 89). Isso denota mais uma permanência de significado nesta longa duração histórica pela qual as línguas se formam e se fixam, em especial a nossa, a Língua Portuguesa.

4. A devassa na Terra Brasilis

A palavra devassa é utilizada desde o período colonial e nos remete ao verbo devassar, que significa pesquisar, inquirir. É possível encontrar referências a ela em grande parte da documentação burocrática produzida pelos oficiais de justiça daquele período: juiz de fora, ouvidor, juiz ordinário, juiz de paz, entre outros. As obrigações deles se assemelhavam às dos oficiais de justiça hodiernos: fiscalizar a população local e julgar crimes. Em caso de denúncia, cabia ao juiz e ao seu escrivão recolher os depoimentos das partes envolvidas, essa ação era chamada de devassa. Após ela, cabia ao juiz decidir qual seria a penalidade que o acusado sofreria (DANTAS; RIBEIRO, 2019). Ou seja - anacronismos à parte - a devassa se parecia com o que hoje é uma investigação policial acerca de um crime.

A devassa mais famosa em terras brasileiras foi instituída contra os responsáveis pela Conjuração Mineira de 1789, evento que estabeleceu a maxima culpa e pena de morte para Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1746-1792). A obra da década de 1970 do historiador inglês e brasilianista Kenneth Maxwell, A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil/Portugal (1750-1808) se tornou um clássico da historiografia do período (ALMEIDA, 2019). O autor não se fez de rogado, associou Tiradentes a mais um daqueles que, apesar de "branco", não tinha propriedades e buscava qualquer meio para se destacar socioeconomicamente (MAXWELL, 1978, p. 215). Maria de Fátima Gouvêa teceu elogios à obra em texto no qual faz um apanhado dos mais influentes autores da historiografia entre os anos de 1960 e 1990 que abordou a criação dos Estados Modernos europeus e a simultânea emergência de colônias na África, Ásia e Américas associadas a estes Estados (GOUVÊA, 2010, p. 160).

O Glossário de palavras e expressões (séculos XVIII e inícios do XIX) disponibilizado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP nos relembra, entre outras, a função máxima da devassa: inquirir testemunhas (DEVASSA, 2019c). Notamos sua associação com o âmbito jurídico, pois assevera um tipo de inquérito, "uma apuração minuciosa de ato criminoso mediante pesquisa e inquirição de testemunhas". Por exemplo, os termos "fechar a devassa" e "tirar a devassa" são usados, respectivamente, para prosseguir ou não com uma ordem judicial ou a instauração ou não de um processo criminal (DEVASSA, 2019b). Ou seja, pesquisar, juntar provas, observar e interrogar são sinônimos jurídicos ou a reunião de procedimentos legais de uma inquirição de testemunhas. A devassa se assemelha a uma apuração de ato delituoso e o ato jurídico é aquele que faz uso de testemunhas para se tomar informação a respeito de delito, infração ou crime.

5. A devassa "contra os amigos de Judas" Macabeu

"Estes instauravam perquirições e devassas contra os amigos de Judas" (Mc 9, 26) [grifo nosso] (BÍBLIA 2013, p. 742). O texto do Antigo Testamento mostra quão antiga é a prática de interrogatórios de cunho religioso e militar, pois remontam aos tempos anteriores ao nascimento de Jesus Cristo.

Macabeus são dois livros nos quais as façanhas - vitórias e derrotas militares - dos judeus são relatadas na forma que podemos associar com relatos de batalhas e de grandes feitos militares. Esse versículo em questão é posterior ao que relata a fatídica derrota militar e morte de Judas Macabeu, no ano de 166 a.C. - líder religioso e militar dos judeus, o qual proporcionou um período de relativa paz e prosperidade aos que habitavam a "terra de Judá", a Judeia.

Na Introdução aos Livros dos Macabeus, e em seguidas notas de rodapé, os comentadores da Bíblia de Jerusalém certificam de que estes eventos ocorreram na segunda metade do século II a.C. e foram registrados pelo historiador judeu Flávio Josefo (37-100 d.C.) em seu livro Antiguidades Judaicas (BÍBLIA 2013, p. 718). Uma das notas ressalta que:

> Os judeus rebeldes deviam ser exterminados ou vendidos como escravos (2Mc 8,9-11) e suas terras seriam confiscadas, depois redistribuídas, em parte, a estrangeiros (cf. Dn 11, 39). A Judeia tornar-se-ia, assim, 'terra do rei', dividida em lotes e alugada a colonos, segundo o costume selêucida (BÍBLIA 2013, p. 727).

Em 161 a. C., Báquides, general selêucida e "governador da Transeufratênia", foi encarregado de pacificar a Judéia, metade ocidental do Império Selêucida, porque seus habitantes se sublevaram contra o rei Demétrio I (187-150 a. C.). Outra nota da Bíblia de Jerusalém assevera que:

> A perseguição provoca o despertar da consciência religiosa. A oposição ao helenismo toma a forma de intervenções violentas (2, 15-28), ou de resistência passiva (2, 29-38), finalmente de guerra santa: já sob Matatias (2, 39-48), mas sobretudo sob Judas Macabeu (3-5). Este compreendera que a preservação da religião estava ligada à independência nacional, motivo por que a luta prosseguiu mesmo depois de a liberdade religiosa ter sido reconhecida (6, 57-62). Mas essa transferência do conflito para o campo político abria a porta aos compromissos e às lutas partidárias [...] (BÍBLIA 2013, p. 722).

Báquides chegou ao termo de sua missão. Ele conseguiu três feitos: acabar com a vida de Judas Macabeu, desbaratar o exército dos judeus e minar as forças conspiratórias do povo judeu. Vejamos o que o texto completo nos mostra:

> Depois da morte de Judas, reapareceram sobre todo o território de Israel os iníquos, e reergueram-

> -se todos os que praticavam a injustiça. Por aqueles dias também se alastrou uma fome terrível, de modo que o país se passou para o lado deles. Báquides, por seu turno, escolheu dentre os homens ímpios aqueles a quem constituiu senhores do país. Estes, instauravam perquirições e devassas contra os amigos de Judas, fazendo-os comparecer diante de Báquides, o qual deles se vingava e os cobria de insultos (BÍBLIA 2013, p. 722) [grifo nosso].

Logo após a morte de Judas, o general selêucida acolheu judeus poderosos que instituíram uma "devassa", na qual todos os amigos do líder judeu morto foram ostensivamente obrigados a se submeter. Naquela inquirição, os acusados tiveram que se colocar à frente de Báquides e, sem direito à defesa, sofreram sua ira vingativa e punitiva.

Notemos uma devassa como "sindicância para averiguação de ato criminoso", qual seja, a aliança com Judas Macabeu. Mas, para o autor do Livro dos Macabeus, os inquiridores eram os "ímpios". Afinal, foram eles que se associaram a Báquides - o "depravado, desregrado, dissoluto, libertino" - que tomou as terras dos judeus, escravizou suas mulheres e filhos, além de matar seus mais honrados e valentes homens. Devassos, neste caso, foram os que se deixaram vender ao general grego e permitiram que ele inquirisse, ofendesse e se vingasse de irmãos judeus.

6. Governanças e poderes: o império português e sua colônia brasileira

O Império português, entre os séculos XVI e XVIII, teve que ser, simultaneamente, centralizador e descentralizado para dar conta da enorme e crescente demanda de distintas relações comerciais, sociopolíticas e culturais a que estava sujeito (GIL PUJOL, 1991, p. 121). O imenso império sob o qual o cetro e a coroa portuguesa tinham mando se estendia, poder-se-ia dizer, de um canto a outro do planeta: Macau, na China; toda extensão do litoral brasileiro; além de vários entrepostos comerciais no litoral do continente africano. Foi nesse ambiente mundial e com muitas facetas que as governanças instaladas em Lisboa tentaram, continuamente, instituir as melhores formas de governar ou de controlar suas feitorias e colônias no ultramar (HESPANHA, 1994, p. 496).

Naquele contexto, o Brasil foi um caso singular, pois desde 1530 a monarquia portuguesa viu neste território uma frutífera região para estabelecer um domínio mais vasto tanto política quanto economicamente. Para tanto, foram necessárias várias iniciativas para governar uma colônia que, além de vasta, era dominada por índios e por uma natureza, na maior parte das vezes, selvagem e cruel com o europeu que aqui se aventurava. A distribuição de Capitanias Hereditárias foi a primeira iniciativa, ainda em 1530, e em 1549, instituiu-se o Governo-geral (RUSSEL-WOOD, 2014, p. 101-102).

As forças centralizadoras vindas da capital do Império português usaram poderes políticos e econômicos estabelecidos nas colônias. No "Estado do Brasil", a Câmara municipal e o Tribunal da Relação foram as vozes coloniais que os documentos da época trouxeram aos pósteros pesquisadores (CORRÊA, 2012, p. 23).

Em nosso caso, notemos a importância das epístolas do período. Naqueles tempos, era comum o envio de cartas endereçadas diretamente ao rei de Portugal. Prática que impressiona alguns pesquisadores, ao mesmo tempo em que indica uma cultura e economia de mercês na qual o rei, como "cabeça" do governo, tinha como prerrogativa "recompensar" aqueles súditos que, mesmo na distante colônia, viviam em prol do bem comum e da coroa (FRAGOSO, 2017, p. 49).

7. Conflitos jurisdicionais no "Estado do Brasil", a devassa de Roque da Costa Barreto

Foi naquela cultura de "troca de favores" que a Câmara de Salvador se sentiu na liberdade de enviar carta

ao rei solicitando providências urgentes em relação a atitudes inadequadas de alguns desembargadores portugueses que, associados a oficiais da Justiça - "a gente de toga" - do Tribunal da Relação de Salvador estavam agindo de forma contrária ao bem comum da sociedade soteropolitana. Ademais, poderiam causar prejuízos à coroa portuguesa (CONSENTINO, 2010, p. 403-430).

Em uma estrutura histórica na qual o já centenário poder centralizador vindo da metrópole lisboeta na pessoa do governador-geral se ligava a conjunturas constantemente alteradas, adaptadas e ligadas a múltiplas governanças e elites locais, Consentino nos apresentou a criação do Tribunal da Relação, em 1609, o qual foi reestabelecido em 1652 (SCHWARTS, 1979, p. 24). Naquele contexto, o Governo-geral se encontrava na Bahia, na cidade de Salvador. Portanto, "a Relação da Bahia" se tornou o órgão máximo da justiça no Estado do Brasil.

A todos os governadores-gerais coube a tarefa de se manter informado a respeito das atividades das instâncias governativas e judiciais mais próximas a ele e tomar as devidas providências em caso de omissão ou ato ilícito de algum súdito do rei. Seguidos regimentos, afirmaram e reafirmaram a delegação de poderes diretamente do rei ao governador-geral do Brasil (CONSENTINO, 2010, p. 414). Vejamos o que nos mostra o regimento de Diogo de Mendonça Furtado, governador-geral entre 1621 e 1624:

> Assim como convém a meo serviço não deixardes de tomardes Donatários mais jurisdição da que lhe pertencer por suas doaçoens e terdes nella muita vigilância e advertencia assim mesmo hei por bem que vos não tomeis a sua nem consintaes que os meos Officiaes de Justiça lhe tomem nem quebrem seos privilegios e doaçoens antes em tudo o que lhe pertencer lhe fareis cumprir e guardar (CONSENTINO, 2010, p. 414).

Essas prerrogativas trouxeram a centralização de poderes sobre o governador-geral e a representatividade simbólica ligada à figura real, pois advindas de uma cerimônia político-religiosa chamada "menagem" na qual o poder real era delegado ao governador-geral do Estado do Brasil (CONSENTINO, 2005, p. 137-155). Mesmo os governadores de capitanias deveriam obedecer aos governadores-gerais segundo um instituto real, como veremos no extrato a seguir:

> Vossa Senhoria não pode negar que é súbdito deste Governo, e que aos súbditos ainda que tenham muita justiça, não toca defender a sua opinião senão obedecer às ordens de seus Generaes: e se ellas são violentas, ou injustas, o príncipe é que as decide, e os castiga: mas emquanto a sua Real determinação, não existe sempre hão de subsistir, e ser obedecidas dos súbditos as ordens de seus Generaes (CONSENTINO, 2005, p. 137-155).

Contudo, os governadores-gerais que se alternaram no mais alto posto governativo do Estado do Brasil não conseguiram impedir os abusos ou a falta de decoro entre outros representantes menores da coroa portuguesa enviados ao Brasil (como os desembargadores), bem como entre as lideranças judiciais e governativas locais, os agentes de justiça e os camarários, respectivamente.

Um bom exemplo daqueles desacordos e controvérsias, está nas Instruções do rei Pedro II (que reinou entre 1683 e 1706) ao governador-geral Roque da Costa Barreto, na qual o monarca pediu ao governante do Brasil para que iniciasse uma investigação sobre a Relação da Bahia, pois a Câmara de Salvador tinha enviado uma denúncia ao rei. O documento pedia "certa notícia destes procedimentos tirareis hua' informação secreta, para q. com toda a verdade seja inteirado, e possa remediar os dannos, q. padecem meos Vassalos no excesso destes ministros" (CONSENTINO, 2010, p. 418).

Vemos que, ao governador-geral, também era obrigação averiguar as atividades dos oficiais de Justiça e da Fazenda que atuavam na Relação e "nomear um desembargador para tirar devassa" (CONSENTINO,

2010, p. 418) [grifo nosso] ao indagar e inquirir aqueles que fossem acusados de improbidade em seus ofícios judiciais ou na governança.

Outra tarefa do governador-geral era notificar o rei a respeito de qualquer fuga da ordem, omissão ou crise, porque cabia ao rei - e somente a ele - orientar seu vassalo sobre qual a melhor atitude a tomar (CARDIM, 1998, p. 14). Enquanto isso, Roque da Costa Barreto liderou um inquérito, no qual quatro âmbitos de poder se envolveram: coroa portuguesa, governador-geral, Tribunal da Relação e a Câmara municipal. O governador-geral nomeou um desembargador para liderar os trabalhos de inquérito judicial: ouvir testemunhas e outras determinações. Temerosa com tal demonstração de poder e receosa de sofrer represálias após ter seus integrantes ouvidos, a Câmara de Salvador enviou ao rei outra carta, datada de 16 de agosto de 1678, na qual "reclamava da devassa instaurada pelo governador, pois a investigação era presidida por um dos desembargadores e acabou gerando pânico entre as testemunhas" (CARDIM, 1998, p. 14) [grifo nosso].

A resposta chegou em dezembro daquele mesmo ano. O procurador do rei teve o cuidado de orientar e tranquilizar seus súditos no que toca à "justiça real" frente às denúncias que receberam dos camaristas, mas não se esqueceu das Instruções que deram a Roque da Costa Barreto. O extrato abaixo é esclarecedor:

> [...] sendo Vossa Alteza Principe tão igual para o premio doz ministros, que são bons, como para o castigo dos que são mãos, e tendo elles não menos que das portas a dentro a experiencia, pois accudindo Vossa Alteza as primeiras vozes dos seus clamores confessão que Vossa Alteza mandará tirar uma exata devassa do procedimento d'aquelles ministros, de que se podia seguir não so a castigo para os que merecem de presente mas a exemplo para os que servirem de futuro (CARDIM, 1998, p. 14).

O procurador não parou por aí, aproveitou o ensejo para lembrar aos camaristas soteropolitanos que um conflito de jurisdição estava ocorrendo entre os membros da instituição governativa municipal, qual seja, pensar que pode "tirar ou pôr Magistrados", sendo que esta função cabe apenas aos vassalos nomeados por determinação real:

> Lhe parecia que a Câmara da Bahia se devia logo responder severamente, de sorte que entendão aquelles vereadores que Vossa Alteza não tinha repartida com elles o cuidado de como ha de governar a sua Monarchia, que não podem ter voz mais que para a sua queixa, a que a Vossa Alteza acodira como Principe, como Pae, e como Senhor, quando seja justificada (CARDIM, 1998, p. 14).

Logo, mais uma disputa de jurisdição no Brasil terminou em devassa. Ao fim e ao cabo, o retorno de quatro desembargadores a Portugal e um singelo "puxão de orelha" do procurador da coroa ao lembrar à Câmara legislativa baiana o seu devido lugar nos assuntos referentes à governança da monarquia. Observa-se que o poder de instituir uma devassa cabia ao governante que ocupava a posição máxima na governança daquela localidade, poder instituído pelo próprio rei e, por isso, com poderes de mando que não se submeteria a nenhum outro.

Assim como Báquides pôde solicitar uma devassa aos líderes locais da Judeia para inquirir "os amigos" de Judas Macabeu, cá estamos nós vendo que o governador-geral do Brasil, Roque da Costa Barreto, também tinha a prerrogativa de nomear um desembargador para inquirir pessoas e indagar acerca das denúncias recebidas. Vemos que o poder de instituir uma devassa vai além de um poder político, ultrapassa este campo e se insere no âmbito judicial e social. No Brasil, a devassa era o meio pelo qual o governador-geral podia reafirmar seu poder, atitude similar a que o procurador do rei registrou na carta de 1678, com a qual também reafirmava o poder real por meio da devassa entre os camaristas que ousaram questionar as nomeações do governador-geral.

8. Governo, guerra e religião, uma só língua

O Reino de Portugal, desde sua criação, ainda em 1179, até fins da modernidade, não pode ser entendido alheio às normas da Igreja Católica (COSTA, 2019). Inerente à cultura Ibérica em geral, esta ligação entre governo, militarismo e religião nos países ibéricos (Portugal e Espanha) remonta aos anos subsequentes à invasão, saque e estabelecimento de muçulmanos berberes na Península Ibérica nos idos do ano 722.

Os berberes atravessaram o Mar Mediterrâneo vindos do Magreb, no norte da África e, no decorrer de poucos anos, no sentido sul-norte, dominaram todas as cidades e regiões circunvizinhas a elas até subjugar todos os reinos visigodos que ali existiam para restringir seu poder aos pés da longa faixa no norte coberta pela mais antiga cordilheira da Europa, os Pirineus (BRAUDEL, 1983, p. 261). Ou seja, os reinos dos cristãos-visigóticos ibéricos tiveram que se amontoar aos pés do conjunto de montanhas que separa a Península Ibérica da Europa.

Aquelas ofensas não foram esquecidas. Na verdade, serviram de alimento tanto para um sentimento de "guerra santa" entre os reinos cristãos encurralados quanto para as sucessivas ofensivas militares conjuntas para tentar expulsar os "mouros" (muçulmanos da Península Ibérica) da Ibéria. O que a historiografia nomeou como Batalhas da Reconquista da Península Ibérica, foram sete séculos de lutas entre cristãos e mouros até que, em 1492, o último reino muçulmano, Granada, capitulou e toda a Península Ibérica se tornou "cristã" (BRAUDEL, 1983, p. 98)

Portanto, a união entre governo e militarismo sob a bandeira de Cristo não era novidade na modernidade, foi o resultado de uma estrutura histórica há muito enraizada. Podemos ir mais longe e lembrar que os Livros de Macabeus nos apresentam esta relação ainda na Antiguidade: governo, guerra e religião falando uma só língua.

9. Religião e estado, um só corpo: a inquisição

A "Igreja de Roma" obteve um espaço de atuação privilegiado na Península Ibérica, em geral, e em Portugal, particularmente. Seus tentáculos institucionais e jurídicos se faziam notar pelo instituto não apenas do clero secular e regular formado em Roma e atuante no reino português, mas principalmente, pelo braço pesado da Inquisição. O Santo Ofício, ou Tribunal da Inquisição foi uma instituição judicial mais moderna e menos medieval, sua criação na Espanha foi decretada pelo papa Sisto IV (1414-1484) no ano de 1478, a pedido dos "reis católicos", Fernando de Aragão (1452-1516) e Isabel de Castela (1451-1504) (HUGUES, 2007, p. 74). Em Portugal, o ano de 1536 assinalou o seu início (PINTO, 2014, p. 5).

Desde o alvorecer da modernidade até o século XVIII, os livros de História nos fazem lembrar e relembrar o poder e o terror que os circunspectos inquisidores - principalmente espanhóis - disseminaram por toda Europa e domínios ultramarinos europeus, inclusive no Brasil (RUSSEL-WOOD, 2014, p. 102/105). Se os governos europeus ainda estavam se centralizando entre os séculos XVI e XVII, o mesmo aconteceu com as atividades judiciais da Inquisição em terras portuguesas e brasileiras. No século XVIII, Portugal e Brasil, simultaneamente, viram o aumento do poder da Inquisição (PINTO, 2014, p. 10).

10. A expulsão dos jesuítas: o terremoto e o marquês

1º de novembro, dia em que os cristãos se reúnem para celebrar o Dia de Todos os Santos, teve um fim trágico no ano de 1755. Lisboa, uma das mais pitorescas capitais da Europa, foi assolada por seguidas catástrofes que, no decorrer de algumas horas, destruiu quase toda a cidade, além de ceifar a vida de milhares de pessoas. Dir-se-ia que os números dos cataclismos, das revoluções geológicas que altera-

ram a superfície da terra e do mar, causando tamanha devastação, nunca serão totalmente conhecidos. Primeiro, a terra tremeu, paredes se levantaram e ruíram; em seguida, incêndios consumiram o que não tinha desmoronado; por fim, o Tejo se retraiu e depois retornou como uma montanha movediça e gigantesca que submergiu em água e destroços toda a cidade (SCHWARCZ, 2002, p. 15-36).

Os ânimos se exaltaram. Houve aqueles que gritaram contra os santos e à religião católica porque criam que foram abandonados. Mas outros levantaram suas vozes a favor do aumento da fé e da piedade, pois aqueles trágicos eventos só mostravam o quanto a cidade de Lisboa estava entregue aos vícios. Naquele ambiente, só um homem com um histórico de sucesso como ex-diplomata para colocar as coisas em seus devidos lugares... e lá estava Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o futuro Marquês de Pombal, oferecendo sua "nova aritmética política" (SCHWARCZ, 2002, p. 90) ao então desesperado rei de Portugal, d. José I (1714-1777).

"Mal por mal, melhor com Pombal" (VARNHAGEN, 1962, p. 15). Foram 27 anos de governo pombalino, nos quais a estabilidade política imperou e a religiosidade vigente, há séculos soberana, foi questionada. A racionalidade das Luzes, do Iluminismo, encontrou as portas de Portugal abertas pelo próprio Pombal (SCHWARCZ, 2002, p. 82).

Ademais da perseguição política, o Marquês de Pombal remanejou a Inquisição portuguesa e deu a ela nova importância. E, assim, a Igreja Católica viu o esfacelamento de um de seus pilares pelo trabalho de seus próprios filhos, os inquisidores. Subitamente, uma nova catástrofe se abateu sobre os homens. Desta vez, sobre uma ordem religiosa, os Jesuítas (SCHWARCZ, 2002, p. 51).

Após anos de intensas buscas por um meio eficaz para extinguir a ordem religiosa, em setembro de 1759, os Jesuítas, "notórios rebeldes, traidores, adversários e agressores" (SARAIVA, 1993, p. 261) foram expulsos de todos os territórios do Império português. E a aniquilação final veio em 1773, quando o papa Clemente XIV, autorizou a publicação da bula papal na qual se extinguiu, definitiva e totalmente, a Companhia de Jesus.

Transcorria o século XVIII, a Contrarreforma Católica já tinha seus duzentos anos, perdera sua força arrebatadora contra os protestantes e se entregava a questões mais práticas ligadas ao poder político da igreja católica e do Estado frente a um mundo cada vez maior, aquele mundo decorrente das viagens de circum-navegação dos europeus e de suas colônias estabelecidas em todos os continentes: Ásia, América, África e Oceania (SILVA, 2014).

Então, o que fazer com os jesuítas? Naqueles tempos, mais atrapalhavam que ajudavam. As queixas vinham de todas as partes, em especial, no que concernia à educação: questionava-se o fato das escolas jesuíticas se deterem por demasiado tempo no estudo do latim, o que diminuía o vigor dos alunos para se dedicarem aos estudos associados às ciências abstratas (matemática e afins) e às ciências práticas - a do comércio, por exemplo (DURANT, 1965, p. 696).

Nos séculos anteriores, no XVI principalmente, a Ordem dos Jesuítas foi fundamental para o advento de uma Igreja Católica forte e ortodoxa o bastante para se contrapor aos protestantes, cada vez mais numerosos e poderosos. A sapiência dos jesuítas (tanto em questões teológicas quanto políticas) era tamanha que, segundo Quentin Skinner, a série de Controvérsias escritas pelos padres inacianos da Itália, Antonio Possevino (1534-1611) e Roberto Bellarmino (1542-1611), publicada entre 1581 e 1592, foi a crítica mais erudita daquele período contra as teses políticas e ideológicas dos luteranos (SKINNER, 1996, p. 415).

Contudo, a preponderância dos jesuítas em assuntos mundanos ou religiosos causou muita insatisfação nas outras ordens religiosas, principalmente, entre os dominicanos. Afinal, foram esses os idealizadores das práticas inquisitoriais. Ainda no século XIII, o fundador da Ordem dos Pregadores (Ordo Prædicatorum), Domingos de Gusmão (1170-1221), pediu permissão ao papa para "inquirir" e condenar os hereges cátaros do sul da França, pois estavam

causando muitas querelas, distúrbios e desunião entre os fiéis (COSTA; DANTAS, 2015, p. 14).

As desavenças entre dominicanos e jesuítas aumentaram quando esses tomaram a frente dos mais importantes empreendimentos tanto da igreja quanto dos reinos ligados a ela. Mas os frades dominicanos continuaram liderando as práticas inquisitoriais ao redor do mundo católico e estavam sempre à espreita dos jesuítas.

Esse desacordo com os dominicanos foi um ponto fundamental para a queda da Ordem dos Jesuítas, não apenas nos territórios sob o mando do Império português, mas em todo o universo católico de então. "O poder que detinham quase os arruinou" (DURANT, 1965, p. 696). Will Durant (1885-1981) destacou o calvário dos jesuítas em território francês no mesmo período que os inacianos instalados nas terras do Império português sofriam os ataques do Marquês de Pombal, de outras ordens religiosas e da opinião pública.

Na França, o fim das atividades dos jesuítas se viu próximo, a partir de 1757, após uma grave derrota do exército francês na Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Subitamente, os jesuítas se tornaram inimigos públicos e "alvo" preferido das mais baixas chacotas e acusações. Não existiu vício ou maldade alheia aos padres jesuítas, foram denunciados por toda espécie de atitude vil e falha de caráter: heresia, esconder riquezas, pederastia ou traição por supostamente repassarem informações privilegiadas e estratégicas aos inimigos do soberano francês (DURANT, 1965, p. 697). Coincidência nem um pouco rara, pois, na História, sabe-se que nada é melhor para começar o desterro ou a destruição de integrantes de uma instituição do que a difamação pública.

Assim ocorreu na França, com as inquirições abertas pelo Parlamento de Paris (1761), bem como em Portugal, com as devassas em diversas localidades do Império português, todas contra os jesuítas (DURANT, 1965, p. 699). Ademais, veremos como esses macroeventos europeus reverberaram para fora do continente, atravessaram o Atlântico e chegaram ao litoral do Espírito Santo, povoação que também teve sua Devassa contra os Jesuítas.

11. A devassa contra os jesuítas na comarca do Espírito Santo (1761)

Com as inquirições - ou devassas - contra os jesuítas, os dominicanos se uniram a outros religiosos e, enfim, puderam agir da forma que melhor sabiam, por meio da Inquisição. E não foi apenas a ordem dos dominicanos que atuou diretamente para a ruína dos jesuítas, religiosos de outras ordens também participaram das inquirições como testemunhas ou assistentes. Essa nuance das disputas no interior da estrutura administrativa/religiosa da igreja católica a partir da segunda metade do século XVIII está presente em alguns trechos da obra Devassa da reforma da religião da Companhia de Jesus nesta comarca do Espírito Santo.

Até este momento passamos por algumas devassas, uma registrada na Bíblia e outras em território brasileiro no período colonial. Dentre estas, a mais conhecida foi a instituída contra os inconfidentes mineiros, no século XVIII; a outra ocorreu cerca de cem anos antes, na Bahia, a mando do governador-geral do Estado do Brasil; por fim, apresentar-lhes-emos agora nossa última e mais importante fonte com a palavra devassa. Para isso, observemos o primeiro extrato selecionado:

> [...] pello mesmo Muito Reverendo Commissario Sobdelegado foi dito, que em vertude da sua commissão queria proceder á devassa pelos interrogatorios juntos, e por elle assignados, inquirindo testemunhas, para por ellas se descobrirem todas as culpas, que os Religiozos da mesma Companhia tiverem com mettido, tanto dentro, como fora dos seus Conventos, Collegios, Aldéas, Fazendas, e mais cazas de suas Rezidencias nesta Comarca, e todos os defeitos, em que tiverem incorrido, tanto sobre observância regular dos seus estatutos, e regra, e inteira satisfação dos substanciais votos da sua Reli-

> gião, como tãobem em tudo o mais pertencente áo estado eccleziastico, para verdadeiro conhecimento de seus delictos, e se-lhe-dar a pena correspondente á elles [...] (RIBEIRO, 2018, fl. 4v) [grifo nosso].

Tratando-se de uma das mais antigas vilas do Atlântico português, com situação entre capitanias e cidades de grande relevância no século XVIII (ao Norte, Salvador, cidade-sede do governo geral; ao sul, a cidade do Rio de Janeiro; a oeste, adentrando o continente, Vila Rica e a zona de exploração do ouro), cá estamos na Comarca do Espírito Santo (RIBEIRO, 2018, p. 11). Os jesuítas ali se fixaram em 1551 para fundar o Colégio de São Tiago, e logo toda a região do entorno da vila de Victória, sede da capitania, onde a colonização se estabeleceu, estava pontilhada de aldeias indígenas. Uma delas, a de Reritiba, foi escolhida por José de Anchieta para sua missão evangelizadora por meio do teatro e do domínio das línguas e das culturas autóctones (CUNHA, 2018, p. 40).

Nesse sentido, Russel-Wood enfatizou que, junto às casas de engenho, às Câmaras, às habitações coloniais, lá estavam as construções religiosas. Fossem igrejas ou conventos, escolas ou asilos, os religiosos participavam ativamente da vida social dos moradores da mais rica colônia do Império português. Dentre as ordens religiosas, a dos Jesuítas se destacou (RUSSEL-WOOD, 2014, p. 105).

Sobre os jesuítas que viveram nesta comarca, pesavam acusações de comportamentos não condizentes com os de religiosos. Observemos que as acusações de que os jesuítas eram "notórios rebeldes, traidores, adversários e agressores" se desvencilhou da macroestrutura do extenso Império português e se apresentou na microestrutura da pequena comarca espírito-santense.

Não há como negar o peso de uma estrutura mental na qual, no século XVIII, já era centenária no que dizia respeito aos diversos procedimentos necessários para levar a termo um processo jurídico. E, claro, sua relação com uma difamação coletiva dos acusados para dar maior ênfase e embasamento às decisões que seriam tomadas após o fim dos trabalhos da justiça. Vimos que, na França, no mesmo período, os jesuítas também estavam sendo "devassados" pública e juridicamente.

Dessa forma, os interrogatórios na comarca do Espírito Santo foram conduzidos por meio de um prévio conjunto de perguntas e de acusações, dentre as quais as testemunhas deveriam responder afirmativa ou negativamente. Para os casos afirmativos, deveriam detalhar o ocorrido. Observemos como as perguntas têm um conteúdo subliminar no qual as testemunhas foram conduzidas a relatar "se Sabem, ou ouvirão dizer [...]" (RIBEIRO, 2018, fl. 2v). Isso mostra que o inquirido podia afirmar saber efetivamente de algo ou, simplesmente, ouviu dizer pela boca miúda do povo que estas coisas contra as quais os religiosos foram acusados, realmente ocorreram.

Voltemos aos extratos da fonte, estes nos mostram a sequência de perguntas previamente formuladas pelos inquisidores:

> Primeiro: se Sabem ou ouvirão dizer que os religiozos da Companhia de Jezus neste Bispado tem faltado á observancia regular dos seus estatutos, e inteiro cumprimento dos Seus votos, tanto nos seus Conventos, Collegios e Cazas de rezidencia, como fora delles.
>
> Segundo: emquanto ao voto de pobreza, se são comerciantes, fazendo negociaçoens, ou particulares: se compravão por menos para venderem por mais [...] por interesses, lucros, ou cambios, [...] por intuito meramente de negocio.
>
> Terceiro: Se vexavão aos povos [...] conseguindo com falsidades o que lhes-não era devido por justiça;
>
> Quarto: Emquanto ao voto de obediencia, se ensinavão ou praticavão ritos, doutrinas falsas ou opinioes erroneas contra os Decretos Canonicos, Concilios Geraes, Bullas Pontificias e contra as Leys de Sua Magestade Fidelisssima [...]

> Quinto: Se erão arrogantes, querendo que todos lhes fossem subordinados [...] pertendendo os taes Padres com seu poder, e malevolência ser de todos temidos, e obedecidos, compellindo-os por estes meyos injustos á falta da observancia das Leys Divinas, e humanas [...]
>
> Sexto: Sobre o voto de castidade: Se vivem ou se viverão castamente nas cidades, Villas, Fazendas e Aldéas, que administravão. [...] se fallavão, e aconsellavão alguã couza, que cauzasse escandalo nesta matéria de castidade.
>
> Setimo: [...] cumprião inteiramente as suas obrigaçoens, só vivendo com observancia regular dos votos [...] pello officio de Pastores, ensinando os rudimentos da Nossa Santa Fé Catholica [...]
>
> Oitavo: Se tratavão aos Indios com charidade, sem lhes-perturbar, ou impedir o uzo das suas liberdades [...] e se com effeito, os castigavão com crueldade, prendendo-os, flagelando-os, e degradando-os de huã para outra parte, excedendo nisto os limites de huã paternal correção (RIBEIRO, 2018, fl. 2v-4).

Dentre as perguntas, grande parte tem relação com os sinônimos do substantivo devasso: depravado, desregrado, dissoluto, libertino. Não creiamos em coincidências linguísticas, aqui há um jogo de palavras minuciosamente moldado para dar fundamento às acusações, prática comum no âmbito inquisitorial (RIBEIRO, 2018, p. 9).

No Espírito Santo, o "Muito Reverendo Doutor Antonio Estevez Ribeira, Comissario Sobdelegado Apostolico" (RIBEIRO, 2018, fl. 1v) procedeu a uma sindicância para - junto a testemunhas previamente selecionadas nos âmbitos religiosos, civis e de governança - informar-se a respeito de denúncias contra jesuítas que viveram nesta comarca até 1760, mas que foram expulsos segundo lei instituída pelo Marquês de Pombal. Nesta época, 474 jesuítas estavam no Brasil.

Os trabalhos da Devassa da reforma da religião da Companhia de Jesus nesta comarca do Espírito Santo começaram em 28 de maio de 1761 e terminaram no ano seguinte, em 30 de abril de 1762. Os registros da sindicância são detalhados quanto aos títulos e funções de cada integrante da devassa, o que denota o viés jurídico/religioso da inquirição, além de afirmar a veracidade das conclusões desta porque foram averiguadas e testemunhadas por pessoas notáveis da região e de outras vindas de Portugal, como bem convinha às práticas de uma "cultura de corte" (ELIAS, 2001) na qual os títulos - principalmente os de cunho religioso - eram importantes posses para dignificar indivíduos, além de proporcionar a chance de conseguir mercês, privilégios e ofícios diretamente do rei (KRAUSE, 2012, p. 87).

Veremos, por exemplo, como os títulos se sobrepõem entre "sobelegado Apostolico", "Comissario do Santo Offício" e "Vigario". Todos nomeiam apenas um indivíduo, Antonio Estevez Ribeira, responsável pelos trâmites e andamentos do processo. Abaixo, o extrato original nos esclarece melhor:

> [...] nesta Villa de Nossa Senhora da Victoria, Cabeça da Comarca do Espírito Santo, e Cazas de Apozentadoria do Muito Reverendo Doutor Antonio Esteves Ribeira, Comissario do Santo Offício e Vigario Collado da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Villa de Guaraparim, Bispado do Rio de Janeyro (RIBEIRO, 2018, fl. 1).

Nos autos da devassa, nota-se a presença de quatro religiosos que responderam às perguntas do inquisidor, Antonio Estevez Ribeira. Vejamos quem são e do que acusaram os jesuítas:

> "O Reverendo Padre Frey Jozê de Jezus Maria, Prior do Convento de Nossa Senhora do Carmo desta Villa, e da Província do Rio de Janeiro" (quer seja, abade de um mosteiro) relatou as seguintes acusações contra os jesuítas: comprar mais barato para vender mais caro; pegar para si as esmolas de várias

capelas; incomodar e ameaçar de expulsão moradores de terras vizinhas; suborno de oficiais da justiça; indução de testemunhas: "e induzindo testemunhas para jurarem nella à favor dos dito Preto, sahio a devassa comprova mais favoravel de sorte, que ficou o dito Preto livre da pena de morte" (RIBEIRO, 2018, fl. 25v-27);

"O Reverendo Padre Prezentado Frey Manoel da Conceição, Religiozo Carmelitano (monge), e conventual do Convento de Nossa Senhora do Carmo desta Villa de Nossa Senhora da Victoria Cabeça da Comarca do Espírito Santo" declarou que: um jesuíta vendia pólvora e chumbo a um preço maior que o normal: "não chegava ao pezo justo, porque se costumava vender"; o mesmo jesuíta mandava tecer "pano de algodão com listas vermelhas" e os mandava vender; outros padres jesuítas mandavam os índios venderem madeira; os jesuítas mantinham uma "venda publica, e nella seus escravos vendendo áo povo assucar, e meis, e agua ardente de cana"; "o dito padre Miguel Lopes induzia testemunhas falsas na mesma Villa para todas as cauzas das suas terras, e quaesquer outras, que punha em juizo, e despoticamente governava as justiças da dita Villa"; certo religioso da Companhia de Jesus, em uma pregação, afirmou que "só os Jezuitas se salvavão"; "era publico, e notorio serem os Padres da Companhia de Jezus soberbos e arrogantes"; um padre do "Collegio desta Villa" manteve relações ilícitas com uma escrava mulata e com ela teve duas filhas gêmeas, o mesmo fez o "Reitor deste Collegio desta Villa", relacionou-se com uma mulata e, na sua fazenda, teve um filho com uma de suas escravas; também conta que uma escrava e uma meretriz entravam, tarde da noite, nas dependências do "Collegio" (RIBEIRO, 2018, fl. 38-41v).

"O Reverendo Padre Manoel da Rocha Machado Clerigo Presbitero do habito de São Pedro" (ou seja, padre secular) disse ao inquisidor que: "sabe por ser publico, e notorio que os Padres da Companhia do Collegio desta Villa" usavam seus escravos para vender produtos diversos; "não gostavão a todos aquelles, que se opunhão ás suas determinaçoens"; "prohibião a liberdade aos Indios"; não permitiam que justiça eclesiástica ou secular adentrasse as aldeias de indígenas administradas por jesuítas "a devassar, e punir delicto algum dos Indios" (RIBEIRO, 2018, fl. 50-51v);

"O Muito Reverendo Antonio de Syqueira Quental, Arcediago da Sê Cattedral do Rio de Janeiro, natural da cidade de Lisboa" contou que: "os Padres da Companhia para alcançarem a posse de alguãs terras dazião vexaçoens aos pobres"; usavam de violência para serem temidos e obedecidos por todos; mandaram queimar a casa de um homem pobre; arrancaram as culturas das roças do "Capitão Mor desta Villa"; cortaram e despedaçaram canoas; um religioso da Companhia, com um pau, espancou um índio por ciúmes de uma índia (RIBEIRO, 2018, fl. 91-95v).

Ao cabo das inquirições, no "Termo de Encerramento", as testemunhas da Devassa se fazem presentes e assinam o documento. Todos são religiosos, dentre eles, três frades carmelitas: "Frey Jozê de Jezus Maria", testemunha já conhecida; e "Frey Jorge de Vasconcellos e Frey Manoel da Conceição" que atuavam como assistentes do mesmo convento; além de um padre secular, ou seja, clérigo à frente de uma igreja: "Manoel da Rocha Machado Clerigo Presbitero Secular, e assistente na dita Villa de Nossa Senhora da Victoria" (RIBEIRO, 2018, fl. 185-185v).

Em meio às acusações de viés econômico e político, esta Devassa registrou um amplo rol de práticas ilegais e crimes ligados à "conduta moral e abstinência sexual", segundo as análises de Ribeiro, pesquisador desta fonte (RIBEIRO, 2018, p. 26). Para ele, impressiona o fato de que quase todas as testemunhas relataram atitudes neste âmbito, o que agravou sobremaneira os crimes pelos quais os jesuítas foram acusados, da mesma forma que o documento português de 1759 os acusou: rebeldes, traidores, adversários e agressores.

Conclusão

Esta análise teve como objetivo mostrar o longo percurso histórico da palavra devassa ao relacionar um importante documento do século XVIII - recém-disponibilizado para o grande público - a Devassa da reforma da religião da Companhia de Jesus nesta comarca do Espírito Santo, com a devassa contra os "amigos de Judas Macabeu" no século II a.C.; e as duas devassas que ocorreram a partir de 1652 em Salvador: uma a pedido do governador-geral do Estado do Brasil, Roque da Costa Barreto, contra o Tribunal da Relação da Bahia; e outra a pedido do procurador da coroa, pois considerou inapropriada a reclamação da Câmara Municipal soteropolitana.

Nota-se que a palavra - tanto seu substantivo quanto seu verbo - após milênios de uso, continuou a ter um significado ligado às questões judiciais. Devassa quer dizer, basicamente, inquirição com o uso de testemunhas, como vimos na Devassa ocorrida na comarca do Espírito Santo. Devassar sustenta a ideia de averiguar uma denúncia por meio de busca de provas e relatos, como vimos na devassa empreendida contra o Tribunal da Relação da Bahia e a Câmara Municipal de Salvador. O exemplo bíblico nos mostrou, além da longevidade do termo, um âmbito no qual a devassa foi empreendida tanto militar quanto religiosamente. Nisso, por fim, notamos que devassa e devassar têm um mesmo sentido etimológico, fruto de sua longeva história e práticas.

Em meio à longa-duração histórica da palavra devassa, passamos por algumas particularidades contextuais que denotaram o vigor do termo, não importando o recorte espaço-temporal no qual se encontrava. No tempo bíblico, a devassa militar empreendida pelo representante dos Seljúcidas na Judéia contra o povo judeu tornou-se um marco religioso de uma derrota humilhante e, por isso, sempre relembrada como exemplo pelo povo judeu.

Na província da Bahia, as quebras de hierarquia, as buscas por mercês e privilégios, as disputas pelo poder ficaram um pouco mais evidentes ao termos contato com o epistolário trocado entre as governanças brasileiras e a metrópole lisboeta. Por meio das cartas notamos a importância da devassa como instrumento judicial intercontinental utilizado pelos governos filiados ao Império português para dirimir querelas e impor alguma ordem. Sobretudo quando as quebras de hierarquia se faziam presentes, nesses momentos, nada como devassar os acusados para mostra-lhes sua real posição.

Já na Devassa na Comarca do Espírito Santo, o assunto se aprofunda e ganha ares mais que intercontinentais. Uma certa atemporalidade se impõe quando nos deparamos com uma estrutura mental e histórica longínqua e disseminada por toda a Europa. Para entender as causas e os efeitos desejados no interior dessa Devassa, foi necessário retomar alguns fatos e personagens históricos da Itália e da França para entendermos um pouco mais a respeito da importância pregressa dos jesuítas, bem como os fatores que desencadearam sua queda. A riqueza, bem como o domínio do saber, gerou desavenças e facciosismo. Os jesuítas, ao logo de quase três séculos, obtiveram tanto a riqueza quanto o domínio do saber. As desavenças com outros domínios políticos e econômicos se instalaram, outras ordens religiosas lutaram contra eles por séculos e o fim veio a cavalo, com interdições reais e papais.

Devassa é um termo jurídico com o fim que abrange diversos âmbitos. Instituir uma devassa é símbolo de um poder adquirido.

Fontes

ALEXANDRE III. Bula Manifestis Probatum, apud, COSTA, Ricardo. Cronologia da Península Ibérica (379-1500). Website Idade Média. Acesso em: 05 mar. 2019.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2013.

RIBEIRO, L. C. M. Devassa da reforma da religião da Companhia de Jesus nesta comarca do Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 2018.

Referências

ALMEIDA, R. A inconfidência mineira de 1789. Website da Fafich-UFMG. 2019. Acesso em: 08 mar. 2019.

BRAUDEL, F. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico. V. 1. São

Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. Coleção Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. V. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CARDIM, P. Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime. Nação e Defesa, n. 87, Lisboa, 1998, p. 129-158.

CONSENTINO, F. C. O ofício e as cerimônias de nomeação e posse para o governador-geral do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005, p. 137-155.

_____. Governo-Geral do Estado do Brasil: governação, jurisdições e conflitos (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 402-430.

CORRÊA, H. M. M. 'Para aumento da conquista e bom governo dos moradores': a Câmara de São Luís e a política da monarquia pluricontinental no Maranhão. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico. Rio de Janeiro: Mauad, 2012, p. 23-86.

COSTA, R; DANTAS, B. 'No sermon mui gran gente que y era': os frades pregadores nas Cantigas de Santa María (séc. XIII). In: ALVES, Aléssio Alonso (org.). Ordens religiosas na Idade Média (sécs. XII-XV): concepções de poder e modelos de sociedade. Belo Horizonte: LEME/UFMG, 2015, p. 21-43. Acesso em: 03 mai. 2019.

CUNHA, M. S. Governo e governantes do império português do Atlântico (século XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Modos de governar. Ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda Editorial, 2005, p. 69-92.

CUNHA, M. J. S.; RIBEIRO, L. C. M. A Devassa contra a Companhia de Jesus e a história regional capixaba: perspectivas historiográficas para o legado jesuítico no Espírito Santo. In: RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Devassa da reforma da religião da Companhia de Jesus nesta comarca do Espírito Santo. Vitória-ES: EDUFES, 2018, p. 35-62.

DANTAS, B.; RIBEIRO, L. C. M. O sistema misto na Constituição de 1824: a estruturação de uma justiça popular no sistema judiciário brasileiro. In: DANTAS, Bárbara; ZANINI, Jefferson (org.). Globalização, Democracia e Sustentabilidade na Ciência Jurídica atual. Vila Velha-ES: Balsamum, 2019, p. 22-33. Acesso em: 03 mai. 2019.

DEVASSA. Dicionário Priberam. 2019a. Acesso em: 08 mai. 2019.

_____. Dicionário de Sinônimos. 2019b. Acesso em: 08 mai. 2019.

_____. Glossário de palavras e expressões (séculos XVIII e inícios do XIX) da UNICAMP. 2019c. Acesso em: 04 mai. 2019.

DURANT, W & A. A Era de Voltaire. Rio de Janeiro: Record, 1965.

ELIAS, N. A sociedade de Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GIL PUJOL, X. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. Revista Penélope, fazer e desfazer a história, n. 6, set. 1991, p. 119-144.

GOUVÊA, M. F. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 156-202.

HESPANHA, A. M. As vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal - séc. XVII. Coimbra-Portugal: Livraria Almedina, 1994.

HOLANDA, S. B. História geral da civilização brasileira. A época colonial. Do descobrimento à expansão territorial. Tomo 1. V. 1. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

HUGUES, R. Goya. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KRAUSE, T. Ordens Militares e Poder Local: elites coloniais, Câmaras municipais e fiscalidade no Brasil seiscentista. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico. Rio de Janeiro: Mauad, 2012, p. 87-111.

LEÃO, Â. V. Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o Sábio: aspectos culturais e literários. Belo horizonte: Veredas & Cenários, 2007.

PINTO, E. G. F. A atuação da Inquisição em Portugal: o caso da rainha Dona Marianna D' Austria, encolvendo o rei Dom João V (século XVIII). In: Anais do XVI Encontro Regional da ANPUH-Rio: saberes e práticas científicas. Rio de janeiro, 2014, p. 1-18. Acesso em: 20 mai. 2019.

MASSINI-CAGLIARI, G. Cancioneiros medievais galego-portugueses: fontes, edições e estrutura. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAXWELL, K. A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal (1750-1808). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Acesso em: 10 mar. 2019.

RIBEIRO, L. C. M. Devassa da reforma da religião da Companhia de Jesus nesta comarca do Espírito Santo. Vitória-ES: EDUFES, 2018.

RUSSEL-WOOD, J. Histórias do Atlântico português. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

SARAIVA, J. H. História de Portugal. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993.

SCHWARTS, S. B. Burocracia e sociedade no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SCHWARCZ, L. M. A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SILVA, A. C. Do índico ao Atlântico. In: FRAGOSO, João [et al.]. Nas rotas do Império. Vitória: EDUFES, 2014.

SKINNER, Q. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

VARNHAGEN, F. A. História geral do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

VOVELLE, M. A História e a longa duração. In: LE GOFF, Jacques (org.). A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 86-129.


Ronaldo Moreira 96





ARTIGO LIVRE

A GESTÃO DE DOCUMENTOS NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES: EM FOCO UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO GESTOR DE RECURSOS HUMANOS DE UMA EMPRESA EM LONDRINA

Afonso Henrique de Morais

Graduado em Arquivologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Diana Vilas Boas Souto Aleixo

Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente no Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Resumo

Diante da possibilidade de contribuir à gestão de documentos nos arquivos empresariais e de demonstrar a importância de uma gestão eficiente, esta pesquisa teve como foco analisar a compreensão do gestor de Recursos Humanos no setor de telecomunicações a respeito da gestão de documentos. A pesquisa se caracteriza como descritiva e exploratória e dispõe de uma abordagem qualitativa, na qual serão analisadas as respostas obtidas com o apoio da literatura, alcançadas por meio do levantamento bibliográfico. Como resultado apresenta-se a percepção do gestor a respeito da gestão de documentos, identificando as falhas e dificuldades enfrentadas pelo setor de Recursos Humanos no desenvolvimento de suas ações direcionadas à gestão dos documentos arquivísticos.

Palavras-chave: Gestão de Documentos; Arquivo Privado; Arquivologia; Recursos Humanos.

Abstract

Faced with the possibility of contributing to document management in corporate archives and demonstrating the importance of efficient management, this research focused on analyzing the understanding of Human Resources managers in the telecommunications sector regarding document management. The research is characterized as descriptive and exploratory and has a qualitative approach, in which the answers obtained with the support of the literature reached through the bibliographic survey will be analyzed. As a result, the manager's perception of document management is presented, identifying the failures and difficulties faced by the Human Resources sector in the development of its actions aimed at the management of archival documents.

Keywords: Document Management. Private File. Archival science. Human Resources.

1 - Introdução

Considera-se que o arquivo é o espelho da instituição, por abranger informações que refletem as ações e as atividades desempenhadas, as quais são consideradas valiosas e importantes, pois auxiliam em diversos aspectos, inclusive na tomada de decisão. Nesse sentido, a gestão de documentos gera sustentabilidade e funcionalidade de um modo geral para as empresas, tanto no que se refere aos aspectos históricos quanto no que se refere à fiscalização ou ao gerenciamento das operações internas. De modo a viabilizar "[...] o controle da qualidade e quantidade da documentação que produzem e recebem, garantindo o acesso a essa informação de forma rápida e de acordo com as necessidades de cada usuário" (FLORES, 2005, p. 14).

Comumente nas empresas, as atividades ligadas à gestão dos documentos são realizadas por profissionais de outras áreas, e em algumas situações tais responsáveis não possuem conhecimentos acerca da área de arquivos. Então, como resultado, verifica-se que as atividades são feitas com desmazelo ou negligência, sem nenhum tipo de padronização, o que pode levar ao extravio ou a perda de documentos.

Para Bellotto (2006, p. 306), "[...] o arquivista atua como gestor da informação, seja esta considerada instrumento da administração e do direito, ou testemunho da história e do exercício da cidadania."

Diante do exposto, o presente artigo apresenta uma análise sobre como o gestor de uma instituição privada compreende a gestão de documentos. Assim, procurou-se relacionar e investigar os conteúdos fundamentais na área da Arquivologia e discuti-los com a realidade que se efetua na prática.

Dessa forma, tem-se como objetivo analisar a percepção do gestor de Recursos Humanos (RH) de uma empresa privada, do ramo de telecomunicações, a qual trabalha com serviços de telecomunicações na cidade de Londrina (PR), a fim de verificar como

ocorre a gestão dos documentos no respectivo setor e como o gestor a compreende. Para que tal objetivo fosse executado buscou-se: I) Identificar como a gestão de documentos é descrita na literatura da área; II) Caracterizar o processo de gestão de documentos implementado no departamento de RH na empresa de telecomunicação; III) Identificar quais as atividades que o gestor de RH associa à Gestão de Documentos; e por fim IV) Comparar a visão do gestor de RH com o saber arquivístico identificado na literatura.

Portanto, o trabalho se justifica pela possibilidade de contribuir com a gestão de documentos nos arquivos empresariais e para o melhor entendimento dos gestores sobre a gestão de documentos.

2 - Arquivos

Não se tem, ao certo, uma data para conciliar o surgimento dos arquivos. A literatura sugere que os arquivos existem desde períodos mais remotos, quando a humanidade passou, por meio de desenhos, a registrar fatos relacionados às suas atividades. Tais registros mais tarde foram encontrados em diversos suportes, como nas paredes das cavernas, em pedras, em blocos de argila, em peles de animais, em papiros e em papel (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Segundo Paes (1997, p. 19), "[...] antigamente o arquivo era designado como local de armazenamento de documentos, e a origem da palavra, alguns afirmam ter surgido na antiga Grécia, com a denominação de Arché [...]".

Com o passar dos anos, a configuração e o debate a respeito dos arquivos culminaram em diferentes interpretações referentes ao objeto. A exemplo, Rodrigues (2006, p. 106) descreve que [...] o arquivo é um conjunto de documentos produzidos e recebidos no decurso das ações necessárias para o cumprimento da missão predefinida de uma determinada entidade coletiva, pessoa ou família".

[...] o conceito de arquivo não está voltado para o passado, contrariamente ao que temos tendência a pensar. A memória é questão do futuro e, quanto ao arquivo, é sempre o futuro anterior que, em alguma medida, decide seu sentido e sua existência. É sempre nessa temporalidade que os arquivos se constituem (GOULART, 2002 apud DERRIDA, 2001, p. 5).

De fato, conforme mencionado, a evolução do conceito de arquivo altera-se à medida que as atividades e os debates no campo são realizados, todavia, sabe-se que ele sempre buscou refletir a atuação da sociedade.

Corroborando, Thomassem (2006, p. 7) explica que

> [...] Os arquivos funcionam como a memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral. Tanto os produtores de documentos públicos quanto os de documentos privados mantêm registros para lembrar ou para serem lembrados. Eles precisam de suas memórias individuais e organizacionais para que possam manter sua capacidade de ser entendidos e de documentar a sua própria história. Então, é importante para a sociedade que as organizações funcionem bem, que indivíduos e associações sejam responsáveis por seus atos e que registros de valores culturais duradouros sejam preservados através do tempo.

Nos dias atuais, o arquivo é considerado uma garantia dos direitos dos cidadãos e sua função principal é conservar os registros de ações e dos fatos, caso seja necessário no futuro, e comprovar algo e tornar disponíveis, de modo seguro, as informações incluídas nos documentos do acervo.

Além disso, Schellenberg (2004, p. 32-33) postula que os arquivos são extremamente importantes às administrações públicas, na medida em que:

> [...] mesmo os mais antigos, são necessários nas atividades do governo. Refletem sua origem e crescimento. São a principal fonte de informações de to-

> das as suas atividades. Constituem os instrumentos administrativos básicos por meio dos quais é executado o trabalho governamental. Contém as provas de obrigações financeiras e legais que devem ser preservadas para protegê-lo.

À vista disso, tem-se que o arquivo público compreende "[...] uma entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país"(BRASIL, 2005, p. 35); o arquivo privado refere-se a uma "[...] entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa, [sendo] também chamado de arquivo particular" (BRASIL, 2005, p. 35); e o arquivo pessoal é o arquivo "[...] de pessoa física"(BRASIL, 2005, p. 34).

Para o Dicionário de Terminologia Arquivística, organizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, o conceito de Arquivo Público é apresentado como: x

> Conjunto de documentos acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciárias do poder público no âmbito federal, estadual e municipal, bem como o conjunto de documentos de entidades de direito privado encarregadas de serviços públicos (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 8).

O arquivo foi muitas vezes visto apenas como pilhas de documentos ou até mesmo considerado um "arquivo morto" pelas empresas. Com o passar dos anos, os empresários foram percebendo a importância e o valor do arquivo para a sua organização.

Especificamente sobre os arquivos empresariais, objeto de estudo da pesquisa, Bellotto (2008, p. 168) o conceitua como

> [...] os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não governamentais, famílias ou pessoas físicas em decorrência de suas atividades específicas e que possam uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação.

Tais arquivos são formados por meio das informações vinculadas às atividades da organização, servindo como apoio aos gestores e como importante instrumento à administração; sua função principal é preservar e disponibilizar, de maneira fácil e ágil, informações ou documentos desejados no momento da busca de algum usuário.

Nesse sentido, segundo Valentim et al. (2003), os arquivos empresariais geralmente são constituídos por documentos arquivísticos e orgânicos, gerados por meio das operações institucionais em seus diversos departamentos, tendo como função,

> [...] em uma primeira instância, para apoiar o gerenciamento operacional. Inserir a informação nos processos de trabalho assegura a continuidade necessária para comunicação destes processos. Sem arquivos, nem as ações e transações que formam os processos e nem os processos de trabalho, eles mesmos, poderiam ser vinculadas uns aos outros (THOMASSEM, 2006, p. 6).

É preciso que os gestores se atentem aos documentos geridos, pois inúmeros documentos são produzidos, e ter as informações organizadas facilita a recuperação e torna os procedimentos eficientes.

Para complementar o debate, a seguir apresenta-se brevemente algumas falas que possibilitam compreender o universo dos documentos arquivísticos.

2.1 - Documentos arquivísticos

Deve-se entender o que é um documento para então discutir sobre os documentos arquivísticos. Sendo assim, Rondinelli (2002) cita a definição proposta pelo Comitê de Documentos Eletrônicos do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), o qual define documento arquivístico como:

> [...] informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer

> da atividade de uma instituição ou pessoa e que possui conteúdo, contexto e estrutura suficientes para servir de evidência dessa atividade (COMMITEE ON ELETRONIC RECORDS, 1997, p. 22 apud RONDINELLI, 2002, p. 47).

Ademais, a informação garante uma permanência no tempo, isto é, garante a memória, futuras provas e base para outros tipos de informações a serem produzidas.

Indolfo (2007, p. 29) define os documentos como "[...] o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes."

Por outro lado, configura-se um arquivo a partir do momento em que um "[...] conjunto de documentos naturalmente acumulados por pessoas ou instituições, em razão das atividades que desenvolvem ao longo de sua existência ou funcionamento" (MACHADO, 2000, p. 13). Dessa maneira, o surgimento dos arquivos também alude à necessidade da sociedade de preservar suas informações a título de prova e de testemunho.

Schellenberg (2006) afirma que, desde que se originaram os registros documentais, há a necessidade de organizar informações valorosas por meio das técnicas arquivísticas. Uma vez que o acervo de uma instituição é instituído de acordo com a produção e o recebimento dos documentos, que são acumulados formando pilhas de documentos, torna-se necessário guardá-los de maneira correta e organizada.

Isso posto, o documento arquivístico surge a partir da necessidade das organizações, perante suas funções, e o documento deve dispor dos seguintes aspectos: unicidade, organicidade, indivisibilidade, autenticidade, e integridade, características que tornarão um documento verdadeiro.

Para então compreender como acontece a gestão dos documentos arquivísticos, a seguir apresenta-se a gestão de documentos.

2.2 - Gestão de documentos

Nos anos 1930, a preocupação com a excessiva produção dos documentos era resultado da realidade que muitas instituições presenciavam. Os documentos após a Segunda Guerra Mundial passam a assumir um papel muito importante às administrações, o que motivou o início de uma metodologia voltada a gerir os documentos incluindo "[...] a criação, a conservação, a eliminação e a transferência dos documentos de arquivos" (MORENO, 2008, p. 75).

Conforme Rondinelli (2002), as organizações viram na demanda a necessidade do estabelecimento de métodos de controle sobre a produção de documentos. "Os volumes documentais crescem numa progressão geométrica, e é necessário que se estabeleçam parâmetros para sua administração" (FONSECA,1998, p. 38).

No Dicionário de Terminologia Arquivística (BRASIL, 2005, p. 100) e no artigo 3° da Lei Federal n° 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991, online), a gestão de documentos é conceituada como um "[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento."

Indolfo (2007, p. 40) completa acrescentando questões relacionadas ao estabelecimento de políticas para instrumentalizar tais ações:

> Gestão de documentos é o controle sistemático e administrativo dos documentos durante o ciclo de vida de forma que assegure eficiência e economia na sua criação, uso, manuseio, controle, manutenção e destinação. Sendo um programa de gestão de documentos constituído por atividades, políticas e procedimentos com os quais a organização instrumentaliza (implementa/operacionaliza) a gestão de documentos.

O êxito no processo da gestão de documen-

tos requer a adoção de procedimentos apropriados. Conforme Indolfo (2012), é importante identificar os valores dos documentos para definir os prazos de guarda, começando pelo arquivo corrente, passando pelo intermediário e chegando à guarda permanente ou ao descarte. Para tanto, a tabela de temporalidade e o plano de classificação são instrumentos arquivísticos fundamentais na gestão de documentos, pois são eles que darão o suporte para os funcionários responsáveis no momento da seleção dos documentos a serem descartados.

Gonçalves (1998) menciona que a classificação é uma atividade essencial para a instituição, posto que serve para agilizar, potencializar e facilitar o momento da busca e do uso da informação. Os documentos são ordenados de maneira lógica, seguindo sempre uma ordem criteriosa e utilizando um raciocínio de fácil compreensão para todos. Em outras palavras, os documentos são arquivados geralmente em ordem cronológica, por assunto ou por temas, o que simplifica as atividades de arquivo e torna-os visualmente mais apresentáveis e organizados.

Segundo Machado e Camargo (2000), a descrição, por sua vez, auxilia os profissionais de arquivo a elaborar instrumentos de pesquisa, como guias e inventários, que podem ser considerados um mapa do acervo, auxiliando os usuários no momento da busca de informações, possibilitando-lhes identificar e localizar, de maneira fácil e rápida, as informações desejadas

De modo geral, pode-se afirmar que o principal objetivo da gestão de documentos é garantir a eficiência da informação, assegurando um acesso rápido e seguro a ela quando necessário.

3 - Procedimentos metodológicos

O trabalho caracteriza-se como pesquisa descritiva e exploratória, conduzida pela aplicação de um questionário, permitindo analisar a percepção do gestor sobre a gestão de documentos e identificar as atividades desenvolvidas pelo setor. A pesquisa dispõe de uma abordagem qualitativa, na qual foram analisadas as respostas obtidas por meio de conceitos, e não dados exatos ou quantitativos.

A escolha dos recursos de coletas de coleta de dados auxiliou para obter resultados sobre a temática em estudo de modo a favorecer informações mais especificas. O questionário foi aplicado à funcionária responsável pelo setor de Recursos Humanos, onde foram realizados questionamentos sobre o tema abordado.

O universo é "[...] conjunto de elementos (organizações, produtos, pessoas...) que possui as características que serão objeto de estudo." (VERGARA, 1997; GIL, 1999 apud TEIXEIRA, 2003, p. 188). Dessa maneira, delimita-se como universo da pesquisa uma Empresa do ramo de telecomunicações, situada na cidade de Londrina-PR.

Como amostra, foi determinado o setor de Recursos Humanos.

Para realização da coleta de dados foram realizadas algumas ações de maneira a auxiliar o cumprimento dos objetivos propostos.

O levantamento bibliográfico foi feito junto à Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). A Brapci é uma base que se originou do projeto de Pesquisa "Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior", o qual tem como objetivo "[...] subsidiar estudos e propostas na área de Ciência da Informação, fundamentando-se em atividades planejadas institucionalmente" (BRAPCI, 2022, n.p.).

O levantamento ocorreu por meio da busca com o termo "Gestão de documentos", usando o refinamento "Título" e delimitando o período de busca de "2009" a "2019".

Para facilitar a coleta de dados elaborou-se uma planilha que possibilitou estruturar a coleta dos dados obtidos no levantamento bibliográfico (Quadro 1).

ANO	PERIÓDICO/ EVENTO	NOME DO ARTIGO	AUTOR(ES)	DEFINIÇÃO

Quadro 1 – Coleta bibliográfica. Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados coletados junto à Brapci foram coletados e inseridos junto à planilha. Somente o campo definição foi preenchido posteriormente, pois necessitou de uma leitura junto aos materiais coletados.

Para alcançar os objetivos específicos que correspondem à instituição onde foi realizado o trabalho elaborou-se e aplicou-se um questionário desenvolvido por meio da ferramenta Formulários Google. com as seguintes questões:

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Ensino Médio
( ) Superior incompleto
( ) Superior Completo
( ) Pós-Graduação incompleto
( ) Pós-Graduação
A empresa possui o setor de arquivo em estrutura organizacional?
( ) sim
( ) não
Quem é o responsável direto pela gestão dos documentos produzidos pelo departamento de RH?
Qual o grau de importância dado aos documentos mantidos pelo Departamento?
( ) extrema importância
( ) razoável importância
( ) sem importância
As atividades referentes ao tratamento dos documentos produzidos e recebidos pelo departamento de RH são desempenhadas por profissionais que têm conhecimento na área de arquivos?
( ) sim
( ) não
Os documentos produzidos e/ou recebidos no setor são conservados em:
( ) Pastas suspensas
( ) Caixas arquivo de papel
( ) Caixas arquivo de poliondas
( ) estantes de aço
( ) estantes de madeira
( ) arquivos deslizantes
( ) gaveteiros
( ) Intranet
( ) Outros: _____
Como se dá o processo de trâmite dos documentos no setor:
( ) intranet
( ) lista de remessa
( ) protocolo online
( ) protocolo manual
( ) Outros: _____
Como ocorre o descarte dos documentos? Há algum instrumento que auxilie?
( ) sim
( ) não
Se sim, qual instrumento?
Já foi constatado algum extravio ou perda de documentos no Departamento?
( ) sim
( ) não
Como ocorre a busca pelos documentos? Há algum instrumento que auxilie?
( ) sim
( ) não
Se sim, qual instrumento?
Você considera que os documentos produzidos e acumulados na empresa são peças importantes para o bom desempenho da mesma?
( ) sim
( ) não
A empresa já considerou a implementação de um programa de gestão de documentos:
( ) sim
( ) não

A aplicação se deu por meio do envio do Termo de consentimento livre esclarecido, juntamente com o questionário.

A partir dos dados coletados foram realizados os seguintes procedimentos:

Tabulação em conjunto os dados obtidos no levantamento bibliográfico;

Leitura rigorosa dos artigos obtidos no levantamento bibliográfico e descarte dos materiais que não apresentavam as definições a respeito da gestão de documentos;

Estruturação dos dados para análise;

Análise dos dados obtidos no levantamento bibliográfico;

Elaboração de gráficos e quadros para demonstrar e debater os dados obtidos;

Análise das respostas obtidas por meio do questionário;

Confronto dos dados, de maneira que a literatura possibilite identificar as aproximações e as melhorias que a gestão de documento pode propiciar ao ambiente.

4 - Análise dos dados e resultados

Para discorrer sobre os dados obtidos e as análises que chegaram aos resultados obtidos no trabalho, optou-se por dividir o item conforme os objetivos específicos delimitados.

Desta maneira, a seguir apresentam-se os resultados a partir dos objetivos específicos, sendo ao final inserido um item que comentará todos os resultados obtidos de forma conjunta.

4.1 - A gestão de documentos na ciência da informação

O levantamento bibliográfico junto à BRAPCI, e posteriormente a análise dos materiais obtidos que condiziam ao objetivo do trabalho de "Identificar como a gestão de documentos é descrita na literatura da área", auxiliou a estruturação dos resultados obtidos na coleta.

Desta maneira chegou-se ao Quadro 2, onde estão dispostos os trabalhos obtidos, bem como os anos de publicação, autores e as definições usadas para descrever a Gestão de Documentos:

Quadro 2 – Definição de gestão de documentos	
AUTOR(ES)/ANO	DEFINIÇÃO
Medeiros e Amaral (2010, p. 298)	"A gestão de documentos é um processo arquivístico que, com menor custo e maior eficiência e eficácia, busca intervir no ciclo de vida dos documentos, visando reduzir, seletiva e racionalmente, a massa documental a proporções manipuláveis até que a ela tenha destinação final (expurgo ou recolhimento aos arquivos permanentes)."
Ciscato et al. (2011, p. 6)	Conforme Jardim (1987, p. 2), "a gestão de documentos veio contribuir para as funções arquivísticas sob diversos aspectos: ao garantir que as políticas e atividades dos governos fossem documentadas adequadamente; ao garantir que menor número de documentos inúteis e transitórios fossem reunidos a documentos de valor permanente [...]."
Rosario (2012, p. 70, grifo nosso)	De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (brasil, 2005, p. 100), "Gestão de Documentos é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso avaliação arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento".
Fidelis, Ferreira e Lima (2013, p. 106, grifo nosso)	Segundo Indolfo et al. (1993, p.14), "Gestão de documentos é o conjunto de procedimentos operações técnicas referentes às atividades de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente."
Rodrigues (2013, p. 2, grifo nosso)	"A gestão de documentos é um processo arquivístico que se caracteriza como um conjunto de procedimentos aplicados no controle dos documentos durante todo o seu ciclo de vida, incidindo sobre o momento da produção e acumulação na primeira e na segunda idade, ou seja, nos arquivos correntes e no intermediário."
Romeiro, Nascimento e Andrade (2014, p. 5, grifo nosso)	"Visto que a gestão de documentos e arquivos é definida como um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de um documento."
Anna e Silva (2015, p. 123, grifo nosso)	Para Silva (2013), a gestão documental constitui uma ferramenta eficaz ao fluxo da informação social, favorecendo a tramitação da informação em várias instâncias sociais, podendo ser acessada em múltiplos lugares e em tempo real.
Pinheiro (2016, p. 5, grifo nosso)	Segundo a Lei federal 8.159, de 8 de janeiro de 1991, considera-se gestão de documentos "o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente."

Quadro 2 – Definição de gestão de documentos	
AUTOR(ES)/ANO	DEFINIÇÃO
Silva, Silva e Andrade (2017, p. 14, grifo nosso)	"[...] definido pela lei 8.159/1991, representado pelas fases de gestão de documentos (produção, utilização e destinação de documentos)."
Silva, Silva e Andrade (2017, p. 15)	Para Cianconi (2008), "a gestão de documentos se constitui como uma das áreas funcionais da gestão da informação, a partir de uma matriz de informação governamental". A referida autora afirma ainda que a gestão da informação implica em "Selecionar, organizar, coordenar, controlar, processar, comunicar, disseminar informações relativas às atividades-fim ou atividades-meio de uma organização, em qualquer mídia ou suporte de armazenamento."
Brasil (1991 apud BARROS; REIS (2017, p. 374)	"A gestão documental, sendo um conjunto de procedimentos referentes a atividades executadas numa entidade produtora" (BRASIL, 1991).
Barros e Reis (2017, p. 375, grifo nosso)	"Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente" (BRASIL, 1991).
Barros e Reis (2017, p. 11)	"Sendo a gestão de documentos um conjunto de procedimentos que visam à eficiência no fluxo documental nos órgãos produtores, e partindo da ideia que normalmente órgãos produtores não adotam uma gestão documental adequada, seja por falta de profissionais qualificados ou por questões culturais e comportamentais, faz-se necessário a identificação da massa documental acumulada" (RODRIGUES, 2008).
Barros e Reis (2017, p. 23)	"Jardim (1987) afirma que é um programa referente a todas as atividades próprias às idades corrente e intermediária, ou seja, para se obter uma gestão efetiva, se faz necessário a existência do arquivo semiativo, pois de outra forma apenas existirá um amontoado de documentos que já não são mais de uso corrente, entretanto, estão ocupando espaço físico, na maioria das vezes insuficiente."
Carli e Fachin (2017, p. 6, grifo nosso)	"[...] a gestão de documentos é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente" (BRASIL, 1991, p. 1;)
Feitoza, Almeida e Lima (2017, p, 71, grifo nosso)	segundo Cianconi (2013, p. 108), "[...] a gestão de documentos "é voltada aos documentos produzidos no âmbito de um organismo produtor [...] envolvendo a criação, classificação, difusão e acesso aos documentos, sendo as prioridades, o uso para fins administrativos e a tomada de decisão."

Quadro 2 – Definição de gestão de documentos	
AUTOR(ES)/ANO	DEFINIÇÃO
Bandeira, Gonçalves e Azevedo (2018, p. 295, grifo nosso)	Gestão de Documentos é definida como: "o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua **produção**, **tramitação**, **uso**, **avaliação** e **arquivamento** em fase corrente e intermediária, visando a sua **eliminação** ou **recolhimento** para guarda permanente" (BRASIL, 1991).
Bandeira, Gonçalves e Azevedo (2018, p. 296, grifo nosso)	Para Medeiros e Amaral (2010, p. 301), "[...] a gestão de documentos é: Um processo arquivístico que busca intervir nas fases que compõem o ciclo vital dos documentos determinando o tempo necessário de permanência nas fases de arquivamento (corrente e intermediária) até que seja dada a destinação final (**eliminação** ou **guarda** permanente), para que se possa alcançar a eficiência, eficácia a menor custo na gestão de documentos."
Santos (2018, p. 3, grifo nosso)	"Da gestão de documentos pode-se dizer que é o conjunto de atividades que envolvem a **produção** documental, sua classificação, **tramitação**, acesso para **uso**, **avaliação** e destinação e o **arquivamento** de documentos."
Santos Neto e Santos (2013, p. 88, grifo nosso)	Para Bernardes (1998, p. 11), "a gestão de documentos refere-se a um: Conjunto de medidas e rotinas que garante o efetivo controle de todos os documentos de qualquer idade desde sua **produção** até sua destinação final (**eliminação** ou **guarda** permanente), com vistas à racionalização e eficiência administrativas, bem como à preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural.
Santos Neto e Santos (2013, p. 88)	A gestão de documentos é considerada como um conjunto de procedimentos de registro e controle dos trâmites dos documentos, em que se organiza a informação, torna o acesso mais rápido e proporciona o gerenciamento dos prazos de guarda e descarte.
Schäfer e Lima (2012, p. 140, grifo nosso)	A gestão documental significa a sobrevivência, competitividade de uma instituição. Conduz à transparência das atividades, possibilitando a governança e o controle das informações; documenta as atividades de pesquisa, desenvolvimento, assegura, de forma eficiente, a **produção**, administração, manutenção e destinação; **eliminação** dos documentos que não tenham valor administrativo fiscal, legal ou para pesquisa científica e histórica; assegura o uso adequado de processamento automatizado de dados; contribui para o acesso e preservação dos documentos que fazem jus à guarda permanente; faz com que a instituição reformule o seu fazer arquivístico (RIBEIRO, 2010, p. 4)."
Sena e Mello Filho (2014, p. 88, grifo nosso)	A Lei 8.159/1991 define a gestão de documentos como: "[...] o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua **produção**, **tramitação**, **uso**, **avaliação** e **arquivamento** em fase corrente e intermediária, visando a sua **eliminação** ou **recolhimento** para guarda permanente" (BRASIL, 1991).

Quadro 2 – Definição de gestão de documentos	
AUTOR(ES)/ANO	DEFINIÇÃO
Sena e Mello Filho (2014, p. 88)	A gestão de documentos também pode ser compreendida como: um processo administrativo que permite analisar e controlar sistematicamente, ao longo de seu ciclo de vida, a informação registrada que se produz, recebe, mantém ou utiliza uma organização, em consonância com sua missão, objetivos e operações" (DANTE *apud* MORENO, 2008).
Silva e Coutinho (2018, p. 3740, grifo nosso)	A gestão de documentos é definida no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) como: "[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 100).
Silva, Silva e Andrade (2017, p. 2)	"Já a gestão de documentos que, segundo Valentim (2012), pode ser considerada parte integrante da gestão da informação, deve ser pensada como um macroprocesso, objeto de melhorias constantes."
Silva, Silva e Andrade (2017, p. 4)	"A gestão de documentos era considerada por alguns estudiosos como uma operação arquivística capaz de reduzir seletivamente massas documentais, de forma a conservar permanentemente documentos de valor cultural futuro, para efeitos de pesquisa."
Teixeira, Aganette e Almeida (2016, p. 50, grifo nosso)	A Gestão Documental pode ser entendida como o "conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a eliminação ou o recolhimento para guarda permanente" (BRASIL, 2004).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com a definição "gestão de documentos" atingiu 28 resultados. O presente número foi obtido após uma leitura rigorosa dos artigos obtidos no levantamento da pesquisa.

O gráfico abaixo (Gráfico 1) demonstra que na maior parte dos trabalhos recuperados consta a definição indicada na Lei 8.159/1991, seguida por outras definições propostas por autores da área da Ciência da Informação.

Diante das definições dos autores recuperadas, observou-se que há ligação entre os trechos analisados, visto que as propostas dos autores possuem um direcionamento semelhante. Desse modo, a maior parte das definições tem proximidade com a definição presente na Lei 8.159/1991, que é a definição predominante entre todas recuperadas, a qual já foi mencionada e tida como referência e embasamento no referencial teórico desta pesquisa.

> Art. 3º Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (BRASIL, 1991, n.p., grifo nosso).

Infere-se que nas falas dos autores que se aproximam da Lei 8.159 (BRASIL, 1991), algumas etapas são

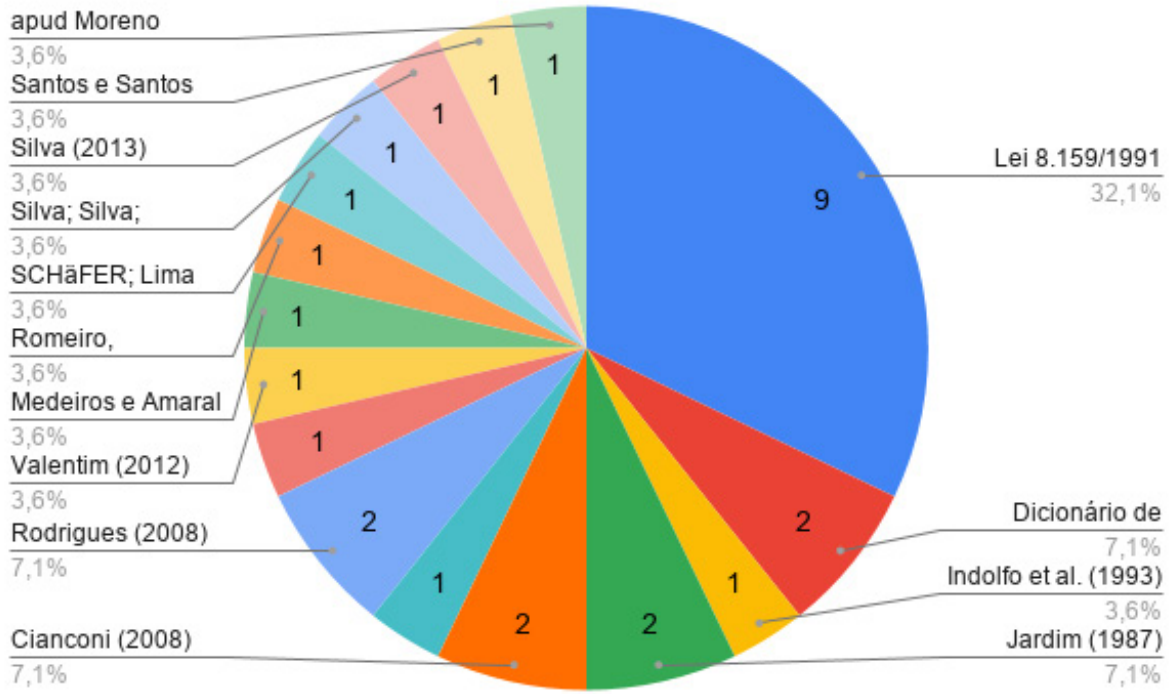


Gráfico 1 – Autores indicados nas definições.Fonte: Elaborado pelos autores.

evidenciadas, sendo elas: produção, tramitação, uso (utilização), eliminação; recolhimento, avaliação e arquivamento.

A etapa que mais enfatizada foi a produção, a qual

> [...] refere-se ao ato de elaborar documentos em razão das atividades específicas de um órgão ou setor. Nesta fase deve-se otimizar a criação de documentos, evitando-se a produção daqueles não essenciais, diminuindo o volume a ser manuseado, controlado, armazenado e eliminado, garantindo assim o uso adequado dos recursos de reprografia e de automação (BRASIL, 1995, p. 15).

A tramitação, conforme ao Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística é o "curso do documento desde a sua produção ou recepção até o cumprimento de sua função administrativa" (BRASIL, 2005, p. 164).

O uso (utilização), tal qual definição proposta pelo Arquivo Nacional (BRASIL, 1995), se aproxima da definição de tramitação, no entanto reitera a questão da função administrativa que o documento cumpre "[...] refere-se ao fluxo percorrido pelos documentos, necessário ao cumprimento de sua função administrativa, assim como sua guarda após cessar seu trâmite" (BRASIL, 1995, p. 15).

A avaliação, conforme Bernardes (1998, p. 14), visa identificar valores e definir prazos de guarda para os documentos de arquivo, seria também

> Trabalho interdisciplinar que consiste em identificar valores para os documentos (imediato e mediato) e analisar seu ciclo de vida, com vistas a estabelecer

> prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos e eficiência administrativa, bem como para a preservação do patrimônio documental (BERNARDES, 1998, p. 14).

Conforme o Arquivo Nacional (BRASIL, 1995), a avaliação se constitui como um elemento importante pois irá propiciar a racionalização do fluxo documental, propiciando o acesso à informação e a elaboração da Tabela de Temporalidade.

A eliminação se refere à "destruição de documentos que, na avaliação, foram considerados sem valor permanente" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 81).

O recolhimento é tratado de duas formas no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: 1 Entrada de documentos públicos em arquivos permanentes, com competência formalmente estabelecida. 2 Operação pela qual um conjunto de documentos passa do arquivo intermediário para o arquivo permanente" (BRASIL, 2005, p. 143).

E por fim, o arquivamento, etapa menos citada nas falas dos autores, seria a "Sequência de operações intelectuais e físicas que visa à guarda ordenada de documentos [...]. Ação pela qual uma autoridade determina a guarda de um documento, cessada a sua tramitação" (BRASIL, 2005, p. 26).

Outro ponto observado, foi que os autores, nos trechos recuperados, frisaram a questão da redução da massa documental e o recolhimento dos documentos como questões inerentes à gestão de documentos, logo atrás a eficiência e a eficácia, e a redução no custo, como resultados do processo de gestão de documentos foram pontos destacados nas falas.

7.2 - O processo de gestão de documentos no departamento de RH

A responsável direta pela gestão de documentos é a coordenadora do setor RH, tem formação superior completa, no entanto sua formação não está ligada à área de arquivos.

O setor possui um arquivo corrente bastante ativo e necessita de uma adequada gestão de documentos para acondicionar a documentação produzida. Para a empresa, no âmbito da coordenação, os documentos acondicionados são de extrema importância. Porém, não há nenhum arquivista que desempenhe as funções ligadas à gestão de documentos e conforme Schäfer e Lima (2012, p. 141), "A gestão de documentos arquivísticos (atividade primordial do arquivista) pauta-se na aplicação de funções que promovem o controle das informações, desde sua criação, até a destinação final."

Ora, sem o desempenho de um profissional que tenha conhecimento acerca da área de arquivo tem-se como resultado a falta de tratamento adequado no arquivamento de documentos, o que dificulta o acesso aos documentos e a ausência de instrumentos da gestão de documentos.

Segundo Bellotto (2008, p. 306), "o papel do arquivista na sociedade é colaborar estreitamente para que os fluxos informacionais na sua área de ação arquivística se possam dar de forma plena e mais satisfatória possível"

A entrevista também evidenciou a existência de extravios e perdas de documentos, que reforça a necessidade da implementação de um Programa de Gestão de Documentos, elaborado em consonância com as necessidades da empresa a partir da atuação de um arquivista, que leve em consideração as atividades cotidianas desempenhadas pelos diversos setores que a compõem. Valentim (2011, p. 251) afirma que,

> Identificar os tipos de informações produzidas internamente permite aos gestores da organização detectar possíveis desvios e/ou gargalos nos fluxos informacionais que possam vir a prejudicar a dinâmica organizacional. Sendo assim, esse tipo de informação contribui com a tomada de decisão, pois se trata de um recurso disponível na própria organização [...].

Outro ponto observado e que tem relação com a questão evidenciada no parágrafo anterior é que a

ausência de um instrumento de busca no setor pode propiciar a perda ou extravio dos documentos. Ao ser questionada a respeito da existência de um instrumento de busca, a entrevistada indicou que não existe um instrumento, apenas a identificação nos armários de arquivos. É lamentável a realidade relatada, em nenhum momento, é mencionada a necessidade de um arquivista, bem como uma possível atuação no arquivo. Dessa forma, o arquivo requer seguir critérios na organização dos documentos, respeitando os princípios arquivísticos.

Os Instrumentos de gestão de documentos são aplicados para auxiliar os procedimentos e métodos da gestão arquivística, os autores Seffrin et al. (2001, p. 09) consideram que "[...] com a utilização dos instrumentos específicos será possível obter uma boa organização dos arquivos, proporcionando a transparência do funcionamento da instituição e a agilização do processo decisório."

7.3 - Identificar quais as atividades que o gestor de recursos humanos associa à gestão de documentos

É perceptível que a empresa em análise, não possui conhecimento a respeito das atividades da gestão de documentos como é discutido na literatura, de acordo com as respostas obtidas através do questionário, constatou-se que a pessoa é leiga na área.

Em relação ao trâmite dos documentos e o descarte, foi observado que o setor não possui controle da documentação, não existe protocolo de entrada e saída de documentos, causando muitas vezes a perda da documentação que deveria permanecer no setor, pois segundo a resposta que obtivemos, ficou evidente que o setor não realiza nenhuma das atividades da gestão de documentos. Dessa forma é necessário que haja o controle de entrada e saída dos documentos, desde a produção até o destino final. Bernardes (1998, p. 12) comenta que:

> A gestão pressupõe, portanto, uma intervenção no ciclo de vida dos documentos desde sua produção até serem eliminados ou recolhidos para guarda definitiva. Nesse sentido, um programa geral de gestão compreende todas as atividades inerentes às idades corrente e intermediária de arquivamento, o que garante um efetivo controle da produção documenta nos arquivos correntes (valor administrativo/vigência), das transferências aos arquivos centrais/intermediários (local onde os documentos geralmente aguardam longos prazos precaucionais), do processamento das eliminações e recolhimentos ao arquivo permanente (valor histórico cultural).

Diante as perguntas realizadas e das respostas obtidas, verificamos que instituição apresenta uma falta de conhecimento a respeito da gestão de documentos, da mesma forma pelas ações e itens simples como o controle interno dos documentos.

7.4 - Comparar a visão do gestor de RH com o saber arquivístico identificado na literatura

A empresa considera que os documentos produzidos e acumulados são importantes para seu bom desempenho, porém o que ocorre é o oposto, os administradores não dão a devida importância para os seus arquivos, realidade que acaba lesando no desenvolvimento da empresa

Segundo Borszcz (2005, p. 3 apud CAVAGLIERI; LOPES; ROSÁRIO, 2009, p. 221), "[...] as atividades relacionadas à gestão de documentos devem ser vistas como um dos processos mais importantes para garantia da sobrevivência e crescimento das empresas [...]".

A gestão de documentos é um meio fundamental nas empresas e mesmo assim não possui importância para os empresários. A respeito dessa questão, Valentim (2012, p.11) evidencia que

> [...] o arquivista pode e deve atuar, dentre eles pode-

-se citar: gestão documental (GD) (atuando desde a produção até a guarda ou eliminação), inteligência competitiva, gestão do conhecimento (GC), memória organizacional, governança corporativa e, também, como empreendedor (consultoria e assessoria).

Acredita-se que a gestão de documentos é importante para a instituição, visto que favorece na melhoria da produção, tramitação e destinação dos documentos.

8 - Conclusão

Considera-se que a gestão de documentos é um meio essencial para a empresa, visto que, ela possibilita de forma eficiente que a produção e uso dos documentos sejam bem gerenciados, favorece na economia, auxilia e agiliza no processo das atividades da empresa. Mas, infelizmente, os gestores não dão a merecida importância para a organização de seus documentos, realidade que prejudica o desenvolvimento da empresa.

Manter os documentos organizados possibilita uma melhor recuperação da informação desejada e preserva os documentos de maneira correta. Concretizar a gestão de documentos depende de algumas condições, que se inicia pela conscientização do gestor a respeito da importância de um olhar mais cuidadoso e necessidade da gestão de documentos na empresa.

Outro ponto importante é a contratação de um profissional arquivista com capacidades e conhecimentos para manusear de maneira correta os documentos, o que facilita o acesso aos documentos.

Verificou-se que a empresa em análise, não introduz métodos para a organização de seus documentos, nem ao menos itens básicos, como o controle de entrada e saída dos documentos, por consequência causa a perda de documentos.

Em relação à busca pelo documento, não há instrumentos de busca, a entrevistada relatou que não utiliza instrumentos de busca, ''apenas identificação nos armários de arquivos'', da mesma forma quanto ao descarte de documentos, não há instrumento que auxilie, ao ser questionada sobre o descarte, a entrevistada informou que, quando necessário o descarte dos documentos, ''eles são picados com tesoura'', através dessa resposta nota-se que a empresa é leiga em relação aos procedimentos da gestão de documentos.

Através de algumas respostas que obtivemos, a empresa declara que reconhece a importância dos documentos, do mesmo modo da implementação de um programa de gestão de documentos, mas apenas reconhecer que a gestão de documentos é importante e não colocar em prática, não irá mudar a situação do controle dos documentos da empresa, sem mudanças e atitudes, não haverá melhorias. Para implementar um programa de gestão de documentos, tem que haver a sensibilização do gestor a respeito da necessidade da gestão de documentos e do profissional arquivista.

Referências

ANNA, Jorge Santa; SILVA, Luiz Carlos da. Novos rumos aos fazeres arquivísticos: práticas de gestão de documentos em um arquivo privado. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 119-143, jan./jun. 2015.

BANDEIRA, Raquel Diniz; GONÇALVES, Eliane Silveira; AZEVEDO, Rodolfo Almeida. A importância da gestão de documentos para o acesso à informação no arquivo da Pró-Reitoria de administração do Instituto Federal do Amazonas- IFAM. Ágora, v. 28, n. 57, p. 293-313, 2018.

BARROS, Thiago Henrique Bragato; REIS, Lorena Santos. Arquivos semiativos: um estudo dos marcos teórico-conceituais na gestão de documentos por meio de um estudo metateórico. Ágora, v. 27, n. 55, p. 368-400, 2017.

BRAPCI. Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação. Sobre. 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/about. Acesso em: 3 out. 2022.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. Gestão documental aplicada. São Paulo: Arquivo Público, 2008.

BRASIL. Arquivo Nacional. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. 2005. Disponível em:www.arquivonacional.gov.br. Acesso em: 28 set. 2019.

BRASIL. Arquivo Nacional. Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 455, 9 jan. 1991.

CAMARGO, Ana Maria; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CARLI, Deneide Teresinha de; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. A Lei de Acesso à Informação e a gestão de documentos. Biblios, Peru, n. 66, p. 47-59, 2017.

CAVAGLIERI, Marcelo; LOPES, Uberdan dos Santos; ROSÁRIO, Osias do. Gestão de arquivos e a importância de um profissional da informação: análise do cartório do 2° ofício de registro e imóveis. RevistaACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 216-237, jan./jun. 2009.

CISCATO, Maria Flores; et al. Arquivo universitário: implantação de políticas de gestão de documentos no gabinete do vice-reitor UFSM. BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 25, n. 2, p. 9-30, 2011.

DERRIDA, Jacques. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

FEITOZA, Rayan Aramís de Brito; ALMEIDA, Sonia Scoralick de; LIMA, Ediene Souza de. Diagnóstico arquivístico como instrumento à proposta de uma política de gestão de documentos: um relato de experiência no SEBRAE/PB. Archeion Online, v. 5, p. 66-83, 2017.

FIDELIS, Marli Batista; FERREIRA, Josivaldo Soares; LIMA, Maria José Cordeiro de. O fluxo de informação nas instituições hospitalares e a gestão de documentos. Ágora, v. 23, n. 47, p. 99-117, 2013.

FLORES, Antonio Carlos. A importância dos sistemas de arquivo na qualidade das informações empresariais. Revista Eletrônica de Contabilidade, v. 2, n. 1, jan. 2005.

FONSECA, Maria Odila. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-45, jan./jun.1998.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. v. 2.

INDOLFO, Ana Celeste. Avaliação de documentos de arquivo: atividade estratégica para a gestão de documentos. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 6, p. 13-37, 2012.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. Arquivística. net, Rio de janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, 2007.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. O. Arquivos. In: CAMPELLO, B.; CALDEIRA, P. T. (orgs.). Introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Autêntica, p. 124, 2005.

MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Como implantar arquivos públicos municipais. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.

MEDEIROS, Nilcéia Lage; AMARAL, Cléia Márcia Gomes do. A Representação do ciclo vital dos documentos: uma discussão sob a ótica da gestão de documentos. Em Questão, v. 16, n. 2, p. 297-310, 2010.

MORENO, Nádina Aparecida. Gestão documental ou Gestão de Documentos: trajetória histórica. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida. Gestão em arquivologia: múltiplas abordagens. Londrina: UEDUEL, 2008. p. 71-88.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.

PINHEIRO, Alejandro Campos. A gestão de documentos arquivísticos do colégio Promove do município de Belo Horizonte: estudo de caso. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 21, n. 2, p. 323-337, 2016.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso à informações na administração pública brasileira. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 42, n. 1, p. 64-80, jan./abr. 2013.

RODRIGUES, Ana Marcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. Perspectivas em ciência da informação, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 102-117, 2006.

ROMEIRO, Janete de Souza; NASCIMENTO, Rejane Prevot; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. Tópicos para avaliação da implantação de sistemas de gestão de documentos e arquivos: estudo de caso da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Ágora, v. 24, n. 49, p. 101-114, 2014.

RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ROSARIO, Duala Pessoa do. A relação entre a gestão de documentos e os sistemas de gestão da qualidade. Arquivo & Administração, v. 11, n. 2, 2012.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998. (Nova Enciclopédia, 56).

SANTOS NETO, João Arlindo; SANTOS, Rosana Pereira dos. A gestão de documentos nos arquivos acadêmicos e a portaria MEC n°. 1.224/2013. Informação@Profissões, v. 4, n. 1, p. 82-103, 2015.

SCHÄFER, Murilo Billig; LIMA, Eliseu dos Santos. A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, jul./set. 2012.

SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SCHELLENBERG, Theodore. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SENA, Joelma Magalhães de; MELLO FILHO, Luiz Lourenço de. A informação arquivística e a gestão de documentos: uma abordagem estratégica. Informação Arquivística, v. 3, n. 1, 2014.

SEFFRIN, Cássia et al. Gestão de documentos em arquivos universitários: estudo de caso no arquivo central da FAED-UDESC. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1., 2004, Brasília, DF. Anais [...]. Brasília, DF: ParlaMundi, 2004.

SILVA, Adriana Sousa; COUTINHO, Ricardo. A gestão de documentos no poder executivo do estado da Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. Anais [...]. Londrina: UEL, 2018.

SILVA, Armando Malheiro da et al. Arquivística teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SILVA, Fábio Barros; SILVA, Eliezer Pires; ANDRADE, Antonio Rodrigues de. A gestão por processos aplicada na gestão de documentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. Anais [...]. Marília: UNESP, 2017.

TEIXEIRA, Enise Barth. A análise de dados na pesquisa científica-importância e desafios em estudos organizacionais. Desenvolvimento em Questão, ano 1, n. 2, jul./dez. 2003.

TEIXEIRA, Livia Marangon Duffles; AGANETTE, Elisângela Cristina; ALMEIDA, Maurício Barcellos. Gestão da qualidade e gestão de documentos: um relato de experiência do alinhamento entre sistemas de gestão no ambiente corporativo Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 9, n. 1, p. 45-64, 2016.

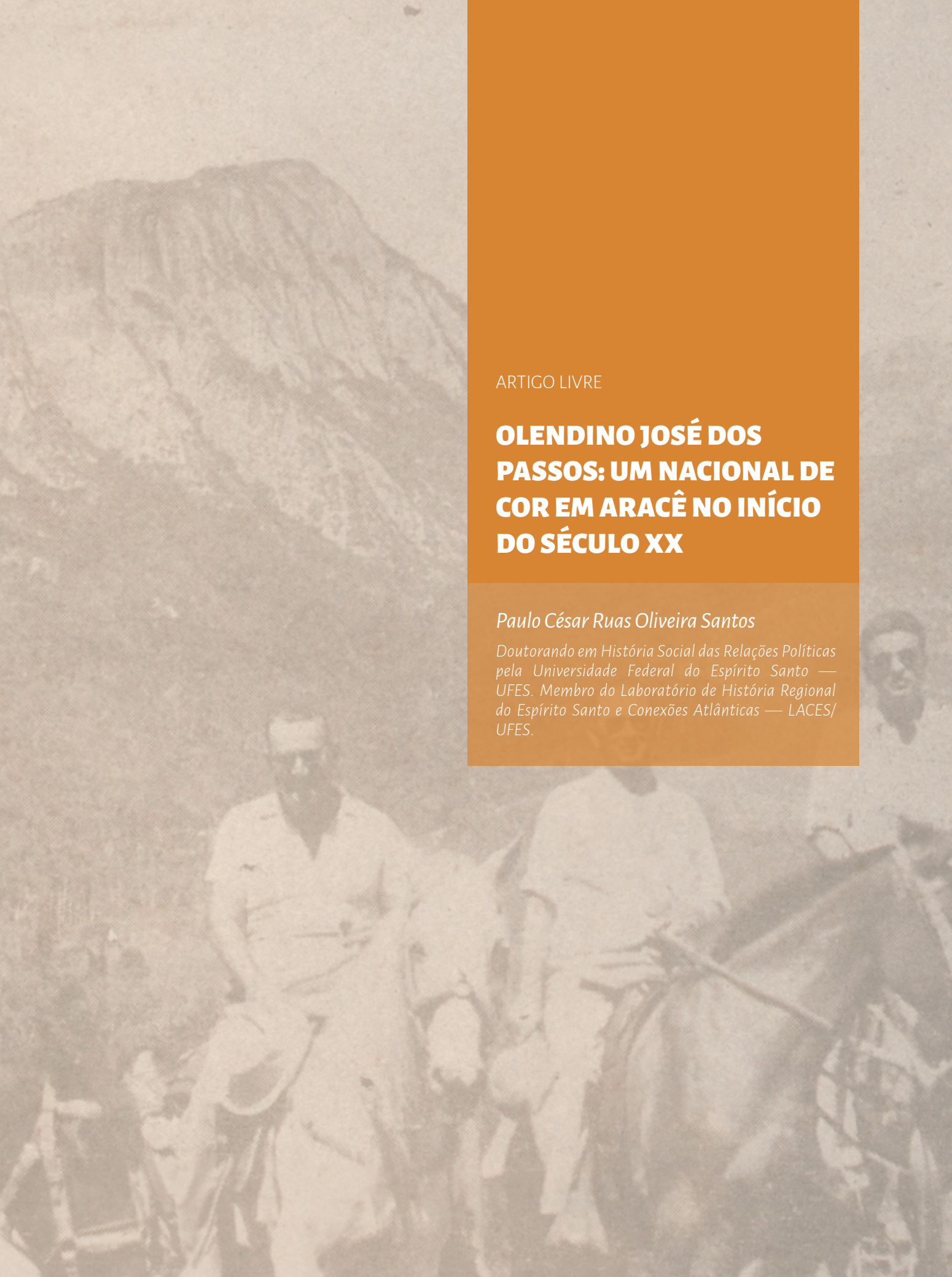
THOMASSEM, Theo. Uma primeira Introdução à arquivologia. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim et al. O processo de inteligência competitiva em organizações. Data Grama Zero Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, jun. 2003.









ARTIGO LIVRE

OLENDINO JOSÉ DOS PASSOS: UM NACIONAL DE COR EM ARACÊ NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Paulo César Ruas Oliveira Santos

Doutorando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo — UFES. Membro do Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas — LACES/ UFES.

Resumo

Contribuindo com a historiografia que busca estudar o negro no pós-abolição, pesquisamos a figura de Olendino José dos Passos, negro, letrado, coletor de impostos e dono de cartório na "mais italiana região do Espírito Santo", Aracê – Domingos Martins. O recorte temporal é o início do século XX. Dado a falta de documentação sobre o pesquisado, fizemos uso da História Oral, realizada com alguns de seus descendentes e com moradores antigos. As informações obtidas contribuem para que sua memória não se perca no tempo como a de tantos outros homens e mulheres de cor que ajudaram a construir o estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Nacional de cor, participação social, cartório.

Abstract

To contribute to the historiography that seeks to look into black people condition after the abolition of slavery, it has been studied the person of Olendino José dos Passos, a black man, lettered, tax collector, register office owner and local resident in "the most Italian of the Espírito Santo regions", Aracê – Domingos Martins. The temporal cut is the beginning of the 20th century. Given the lack of documents on the subject, it was employed Oral History, which took place through some of his descendants and ancient residents. The information obtained contributes so that his memory is not lost in time like that of so many other men and women of color who helped to build the state of Espírito Santo.

Keywords: Citizen of Collor, social participation, registry office.

Introdução

Saído da senzala e da história, o negro[1] foi retratado por grande parte da historiografia brasileira das primeiras décadas do século XIX como sinônimo de escravo. Restringindo suas experiências e vivências ao período do cativeiro, poucos se dedicaram ao pós-abolição. As primeiras experiências de retratar o negro após a abolição geralmente estiveram presas a aspectos econômicos e políticos, tendo como seu principal representante Florestan Fernandes.

Sob forte influência da corrente paulista, as análises sobre a transição para o trabalho livre foram vistas como algo naturalizado, evolutivo e preso às transformações econômicas que vinham ocorrendo no Brasil. Segundo Rios e Mattos (2004), essa historiografia tratava o negro com acentuada ênfase na sua marginalização no mercado de trabalho, com os escritos sobre seus planos e destinos obliterados pela história dos imigrantes chegados principalmente do continente europeu e voltados especialmente para as experiências nas fazendas paulistas.

Uma das teses de Florestan Fernandes é de que o negro libertado não estava nem estrutural nem funcionalmente ajustado às condições dinâmicas de integração e de expansão da nova ordem econômica capitalista. O negro, apático e despreparado ideologicamente para o trabalho livre foi contraposto ao imigrante afeito ao trabalho, disciplinado e responsável. Além da falta de autodisciplina e do espírito de responsabilidade inerente ao trabalhador livre, o negro não possuía os laços familiares tão necessários à reprodução e a estabilidade de sua força de trabalho. Essa precariedade familiar foi ressaltada por Emília Viotti da Costa, o que lhes impedia de estabelecer vínculos de solidariedade e de companheirismo (RIBEIRO, 2012).

Os primeiros estudos a apresentarem uma visão diferente do ex-cativo datam das décadas de 1970 e

1 No último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2010 a denominação que aparece para se referir ao nacional de cor é "preto", entretanto, optamos por manter a grafia "negro" com base nos conceitos de algumas correntes de pensamento que defende sua utilização como uma forma "positivada" pelo influxo do Movimento Negro, no sentido de promover a superação do racismo e reforçar uma identidade secularmente menosprezada. Disponível em: http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtem-medodapalavranegro_cuti.pdf Acesso: 7 de jul de 2020 (BRASIL, 2013).

1980 com os estudos de Rebecca Scott, Thomas Holt e Eric Foner, que discutiram a questão do negro em países como Cuba, Jamaica e Sul dos Estados Unidos.

A partir desse período, 1970 e 1980, a historiografia se voltou para questões da vida e o cotidiano dos libertos. Passou-se então a analisar o negro enquanto agente ativo de sua história, estudado a partir das redes de sociabilidade, arranjos parentais, de compadrio e busca pela diversificação das fontes de renda e de trabalho. Essa nova corrente teve forte influência sobre a recente historiografia espírito-santense, que está centrada principalmente nas relações familiares e seus arranjos.

Nas produções capixabas contemporâneas podemos notar, que contrário ao afirmado por Florestan Fernandes, a família sempre foi importante para o escravo. Em seus estudos, Merlo (2008) rompeu com a concepção de escravidão enquanto destruidora da família, conceitos que geralmente eram centrados na ideia de uma promiscuidade generalizada entre os escravos e de um elevado índice de indivíduos do sexo masculino enquanto fator que dificultaria a formação de laços familiares entre os cativos.

Quanto à questão levantada sobre a inaptidão do negro para o trabalho, Pesavento (1988) ressaltou que após a abolição foi criada uma nova concepção sobre o trabalho braçal, este, antes visto como atividade menor, exercida por negros, passou a ser visto como enobrecedor e construtor de riqueza. Essa valorização do trabalho veio acompanhada de uma popularização de novos valores, como a ideia de progresso e mobilidade social, e foi associada ao imigrante branco de origem europeia. Curiosamente houve uma inversão, o negro que até então havia sido a força de trabalho por excelência, passou a ser considerado incompetente para a atividade regular e ordeira, "[...] confundido com o não-trabalho, a vagabundagem, o vício e a predileção pelo ócio [...], ou seja, "[...] o estigma da escravidão acompanhava o liberto na sua difícil trajetória como cidadão na sociedade brasileira [...]" (PESAVENTO, 1988, p. 99).

Nesse sentido, nosso trabalho contribui para desmistificar esse entendimento, do negro avesso ao trabalho e às relações familiares, mostrando que nas primeiras décadas do século XX um homem de cor já ocupava lugar de destaque dentro de uma comunidade formada por imigrantes - de origem nacional e estrangeira -, o que mostra que os ex-escravos e seus descendentes não deviam ser tão alheios às novas relações de trabalho e aos laços familiares como afirmaram alguns autores, tendo constituído família, efetuado a construção de patrimônios e permanecido na comunidade, e ainda estando lá na figura de seus descendentes.

Nosso estudo mostra um pouco da história do senhor Olendino José dos Passos, um nacional de cor, letrado, coletor de impostos que teve como importante realização a fundação de um cartório no distrito de Aracê, no município de Domingos Martins, uma comunidade comumente tida por alguns escritos (artigos do Instituto Jones dos Santos Neves, o livro de Júlio Pinho etc.) e pelos canais oficiais da Prefeitura Municipal de Domingos Martins como de formação predominantemente italiana.

A pouca documentação sobre Olendino José dos Passos, mesmo sendo uma figura de destaque local, mostra a dificuldade de se construir sua história a partir de uma base documental, e demonstra ainda como os atores das pequenas comunidades vão perdendo espaço na historiografia.

Neste aspecto, tomamos por base as orientações de Thompson (2003-2004, p. 22) ao tratar de vozes ocultas, onde segundo o autor, embora cada homem e cada mulher tenha uma vida histórica e socialmente interessante de ser contada, a regra geral é termos acesso a pessoas pertencentes a setores poderosos, mas a História Oral tem o "[...] singular poder de nos permitir ascender [...]" as experiências de vida dessas pessoas que estão à margem do poder e cuja vozes permanecem ocultas porque suas vivências não estão documentadas nos registros".[2]

2 Dentro das intermináveis contribuições ofertadas pelo estudo através das entrevistas de História Oral, vamos encontrar auxílio "[...] na investigação das genealogias de determinadas famílias [...]" e na trajetória "[...] de vida de pessoas cuja biografia não se pode estudar" (ALBERT, 2004, p. 25).

Como nosso Artigo se empenha em tratar de um elemento de cor em uma comunidade ostentada como de formação italiana, também buscamos apoiamos nos conceitos de Meihy (2017), justamente por entendermos que os relatos orais que obtivemos junto às pessoas próximas de Olendino, se justificam por trazerem versões diferentes das oficiais e nas construções de identidades e de consciência coletiva. Sobre esse confronto, que nos deparamos entre os testemunhos históricos oficiais e os relatos das nossas entrevistas, Ricoeur (2007) destacou que nem tudo tem início nos arquivos, mas com o testemunho, e que apesar de sua confiabilidade, não temos nada melhor que o testemunho "[...] para assegurarmos que algo aconteceu, e que o principal, se não às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos" (RICOEUR, 2007, p. 156).

Dessa forma, a metodologia da História Oral se justifica na produção de nosso Artigo por buscar reconstruir a história desse homem de cor e contribuir com a historiografia capixaba para que sua memória não se perca no tempo.[3]

Formação do distrito de Aracê

Durante nossas entrevistas descobrimos que a trajetória de Olendino José dos Passos se iniciou no município de Cariacica, Espírito Santo. Já na idade adulta, o mesmo se mudou para o distrito de Aracê, no município de Domingos Martins. Nessa localidade foi coletor de impostos, membro da igreja católica, fundador de um cartório, e viveu até a data de seu falecimento, no ano de 1975. Foi também em Aracê que Olendino constituiu a sua segunda família, cujos descendentes do segundo matrimônio ainda vivem, sendo que o cartório por ele fundado ainda está sob a posse desses seus herdeiros.

O distrito de Aracê[4] é fortemente marcado pelo turismo rural de montanha, e está localizado no município de Domingos Martins, região serrana do Espírito Santo.

Ao narrar sobre a ocupação de Aracê, Batista (2019) constatou - através de relatos orais com descendentes dos primeiros moradores - a existência de indígenas da tribo dos puris na região. No relato de uma de suas entrevistadas, da comunidade de Barcelos, foi informada que ela mesma era descendente de indígenas.

> Minha bisavó, avó de meu pai, foi pega no laço, ela era índia (COSTA, 2018 *apud* BATISTA, 2019, p. 52).

Cronologicamente, Batista (2019) selecionou cinco rotas de mobilidade humana no processo de ocupação do distrito de Aracê. No decurso dessa ocupação, a Estrada Imperial São Pedro de Alcântara[5] teve um papel significativo, pois foi utilizada tanto em seu sentido interior-litoral, por mineiros e fluminenses, quanto no sentido litoral-interior, por alemães e cearenses saídos da Colônia de Santa Leopoldina.

Na primeira rota, os fluminenses saíram de Campos dos Goytacazes, cidade do Rio de Janei-

3 Como complemento da documentação encontrada sobre a história de Olendino, fizemos uso de entrevistas diretas (pessoa/pessoa) gravadas em meios eletrônico. Marcada as datas dos encontros, informamos a nossos entrevistados que a publicação de seus relatos se daria somente após a sua autorização, e que esta seria efetivada apenas após a leitura da transcrição da entrevista. Nossos entrevistados foram informados dos objetivos da pesquisa, da possível publicação de seus conteúdos e dos usos futuros que poderão ser feitos por demais pesquisadores, desse modo, informamos da possibilidade de os mesmos poderem vetar parte do conteúdo transcrito ou mesmo a sua totalidade, coisa que não se fez necessária ao final da pesquisa.

4 Existe a comunidade de Aracê e o distrito, sendo que em 1924 São Rafael era o distrito. Em 1938, São Rafael teve seu nome alterado para Pedreiras. Em 1943 o distrito passaria a ser denominado Aracê, tendo São Rafael e Pedreiras virado comunidades de Aracê. Prefeitura Municipal de Domingos Martins. Disponível em: http://www.domingosmartins.es.gov.br/conheca-domingos-martins/o-municipio/distritos.html. Acesso em: 6 de mar. de 2020.

5 A Estrada Imperial São Pedro de Alcântara ligava o litoral do Espírito Santo a Minas Gerais e foi concluída em 1816. Essa estrada era guarnecida de quartéis de proteção em toda a sua extensão. Um desses quartéis, o de Barcelos, estava localizado no trecho em que a estrada passava no distrito de Aracê (LEAL, 2009 *apud* BATISTA, 2019).

ro, tendo seguido para uma região conhecida por Conduru, Cachoeiro de Itapemirim.[6] Em seguida, tomando um ramal da Estrada Imperial, seguiram para Conceição do Castelo e posteriormente, também pela Estrada Imperial, mas em seu traçado principal, chegaram a Aracê. Os fluminenses que ocuparam a região de Aracê era um grupo composto de negros libertos e livres, que se instalaram próximo ao Quartel de Barcelos, onde se estabeleceram e onde filhos e netos ocupam as terras até hoje (BATISTA, 2019).

Ainda dentro da primeira rota levantada por Batista (2019), vamos encontrar os mineiros. Segundo a autora, esse grupo já vinha ocupando terras ao longo da Estrada Imperial desde o século XIX, e provavelmente tenha ocupado Aracê na esteira desse mesmo processo, tendo utilizado a Estrada Imperial em seu sentido interior-litoral. Entretanto, divergindo de Batista (2019), acreditamos que podemos colocar os mineiros como segunda rota, totalizando seis rotas no processo de ocupação de Aracê, pois os mineiros que chegaram à região - diferentemente dos fluminenses - o fizeram seguindo a Estrada Imperial somente em seu trajeto principal.

Mantendo o roteiro proposto por Batista (2019), na segunda rota, em seu sentido litoral-interior, tivemos a ocupação feita por alemães e cearenses. Foram grupos de famílias que subiram da Colônia de Santa Leopoldina em direção a São Rafael.

A terceira e quarta rota foram feitas por famílias italianas e seus descendentes, em sua maioria, saídos de Alfredo Chaves. Esse movimento migratório não teve por base a Estrada Imperial, pois chegou à região de Aracê por rotas alternativas como Pedra Azul, Vargem Alta, São Floriano, São Paulinho do Aracê e Santa Luzia (BATISTA, 2019).

A quinta rota levantada por Batista (2019) foi efetuada por um grupo composto de descendentes de escravos do próprio estado capixaba, que teriam vindo da região de Castelo. Esses nacionais de cor foram trabalhar no entorno da Pedra Azul, "[...] na fazenda da família Girarde [...]" (BATISTA, 2019, p. 19).

Embora sejam poucas as fontes sobre o período pós-abolição que mencionem a trajetória dos ex-escravos e seus descendentes, alguns estudos apontam que migrar foi uma das alternativas encontradas por vários desses indivíduos. A migração foi vista por muitos indivíduos como um significado de liberdade e uma alternativa de acesso à terra. Em Aracê, negros e brancos seguiram o mesmo curso, "[...] tomaram posse das terras devolutas e nelas construíram suas vidas [...]", tendo seus descendentes permanecido nessas terras como proprietários (BATISTA, 2019, p.111). A autora se refere vigorosamente ao fato de que os nacionais de cor migraram para essa região, ocuparam as terras devolutas e que essas possessões ainda permanecem com as famílias e seus descendentes, mostrando a fixação na terra e a inserção na comunidade.

No primeiro quartel do século XX nas comunidades de São Rafael, Aracê e adjacências a maior parte das propriedades estavam registradas em nome de estrangeiros. Tendo analisado o Censo de 1920, Batista (2019) encontrou 280 propriedades registradas, sendo 184 em nome de imigrantes estrangeiros e 96 registradas em nome de nacionais. E embora o número de nacionais não sendo irrelevante, a preponderância de um nacional de cor no distrito na figura de Olendino - pois nem todos os nacionais eram negros – reforça a sua influência na comunidade local.

Olendino José Dos Passos

Na busca pela trajetória de Olendino, descobrimos que primeiramente havia morado em Cariacica e que havia sido casado com uma mulher negra e tido duas filhas. Essas informações foram obtidas em entrevistas junto ao senhor João Bleidorn (78 anos) e sua

6 Em São Rafael também foram encontrados vários descendentes de africanos que, em sua maioria, já nasceram livres e deixaram a região de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, provavelmente pouco depois da abolição (BATISTA, 2019).

esposa Maria Bassani (72 anos), moradores de Aracê.[7] A entrevista foi realizada na residência do casal, sendo de grande importância na hora da nossa escolha o fato do senhor João Bleidorn ser sobrinho da segunda esposa do senhor Olendino José dos Passos. O entrevistado também é descendente de cearenses pelo lado materno e de alemães por parte de pai. O senhor Bleidorn reforçou que mesmo não tendo conhecido a primeira esposa de Olendino, relatos do período davam conta de que era negra e que tinha duas filhas.

> — O nome da primeira mulher era como? (BASSANI, 2020).
> — Ah, aquela eu não sei porque nunca conheci (BLEIDORN, 2020).

Descobrimos que antes mesmo da abertura do cartório, Olendino dos Passos já frequentava a região de Aracê, sendo também um representante da comunidade. Essa informação é comprovada na lista de sócios fundadores da Igreja Católica São Sebastião do Aracê, escrita à mão pelo próprio Olendino, ele mesmo um dos associados, no ano de 1921.

A análise desse documento[8] reforça a sua importância local, pois permite avaliar - na qualidade de sócio da igreja e responsável pela elaboração da listagem - a sua importância em uma comunidade onde já estavam instaladas famílias de imigrantes alemães e italianos.

Olendino: cobrador de impostos

O cartório fundado pelo senhor Olendino ainda está funcionando e pertence a mesma família desde 1925, dessa forma foi possível entrevistar um de seus descendentes, seu neto Arione Stanislau dos Passos[9], atual notário e registrador responsável pelo Serviço de Notas de Aracê. Fomos informados que seu avô havia sido cobrador de imposto antes de abrir o cartório na localidade. Essa informação deu indícios de que mesmo negro, Olendino era articulado com algumas esferas do poder, e que mantinha alguma ligação com o Poder Judiciário, já que cabia - segundo o nosso entrevistado - a esse corpo jurídico ver a necessidade e a indicação para a instalação de um cartório.

Sobre a cobrança de impostos

Sobre a história da cobrança desses impostos, Eustáquio Gomes de Souza (2004) afirmou que a Lei nº601, de 18 de setembro de 1850[10] foi o primeiro instrumento legal do governo brasileiro com vistas à regularização fundiária. Através desse dispositivo se concedia o direito de propriedade a particulares. Entretanto, a instituição de um imposto sobre a terra veio existir no Brasil somente no governo republicano, com a Constituição de 1891 que previa a cobrança de impostos - sem distinções entre o meio rural e o meio urbano - e delegava aos estados tal competência.[11]

7 Devido à insuficiência auditiva do senhor João Bleidorn, nossa entrevista foi auxiliada por sua esposa Maria Bassani (72 anos), também membro de uma das famílias mais antigas da região.

8 O documento faz parte do acervo particular do senhor Valdir Antônio Uliana, membro de uma das primeiras famílias de imigrantes que chegaram à região.

9 A entrevista com o senhor Arione Stanislau dos Passos foi efetuada e registrada em meio digital. Foi realizada uma prévia da entrevista pessoalmente, entretanto, nos dias que se seguiram o país foi acometido pelo isolamento social devido à Pandemia do Covid -19 e por medida de segurança tanto pesquisador quanto entrevistado optaram pela troca de informações por correio eletrônico.

10 A Lei de Terras tratava sobre as terras devolutas e buscava estipular os mecanismos de aquisição e punição das terras rurais. Embora tendo buscado a regularização das propriedades rurais, a lei não determinava qualquer tributo sobre a terra, e ainda que houvesse a previsão de penalidades financeiras para quem infringisse as normas, nenhum tributo rural era previsto (SOUZA, 2004).

11 Quanto à cobrança de impostos, a falta de uma definição clara entre rural e urbano, levou à possibilidade de arrecadações que variaram entre 2,2 % e 4,2 % da receita fiscal entre os anos de 1914 e 1939. Essa cobrança variada perdurou até o ano de 1934, ano em que foi criado de fato um imposto exclusivamente rural. As Constituições de 1937 e 1946 mantiveram sob a responsabilidade dos estados a cobrança e administração dos impostos sobre a terra. Disponibilidades que foram alteradas pela Emenda Constitucional nº5, de 21 de novembro de 1961, quando foram transferidas aos municípios tais tarefas. Entretanto, a partir

O segundo casamento

Entre a data do primeiro documento encontrado (1821) e a fundação do cartório (1825), a vida de Olendino foi marcada por um segundo casamento. Segundo Bleidorn (2020), vindo a residir na comunidade, Olendino conheceu a sua tia, formando uma nova família. Mas não se sabe a data do ocorrido já que existiam descendentes da Mathilda mais velhos do que ele (o entrevistado), o que mostra que o casamento teria ocorrido antes de seu nascimento.

> — Primeiro ele casou com uma mulher, tinha duas filhas. Casou não, apanhou. E depois apanhou a irmã do meu pai (BLEIDORN, 2020).
> — O nome da primeira mulher era como? (BASSANI, 2020).
> — Ah, aquela eu não sei porque nunca conheci. A segunda era Mathilde Bleidorn (BLEIDORN, 2020).

Com base nas informações fornecidas por nosso entrevistado, tivemos conhecimento que a senhora Mathilde era descendente de cearense pela parte materna, filha de Maria Barros. Sobre os filhos da senhora Mathilde,

> — Nelson, Ilton, Floriano, Lola, Anna...cinco (BLEIDORN, 2020).
> Tinha um que era delegado?
> — Delegado, Hermíndio (BASSANI, 2020).
> — Delegado, Nelson[12] (BLEIDORN, 2020).

O senhor Bleidorn nos informou que não havia delegacia, e que o Nelson tinha um pequeno escritório em sua casa.

Essa informação de que um dos filhos era delegado foi também encontrada na fala da senhora Darci, neta do Olendino. Ao tratar sobre a herança do cartório, ela nos informou que seu avô teria oferecido o estabelecimento para seu filho Nelson, mas o mesmo declinou da oferta por entender que já tinha ocupação demais como subdelegado para assumir o cartório. Dessa forma, o cartório ficou a cargo do senhor Floriano Placedino Passos, o filho mais novo de Olendino, o que reforça a informação fornecida pelo senhor João Bleidorn.

A fundação do cartório

No ano de 1925, Olendino fundou o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Distrito de São Raphael, localidade pertencente ao atual distrito de Aracê.[13]

A história dos cartórios no Brasil remonta ao ano de 1874 e está ligada à criação e regulamentação do registro civil[14], criado pela Lei 1.144 de 1861 para solucionar os casos referentes aos enlaces dos não católicos[15] (CAMPOS; MERLO, 2005). Compreendendo

de 1964 a União passou a ser a responsável pela arrecadação do Imposto Territorial Rural – ITR (SOUZA, 2004).

12 Neste ponto houve uma contradição na memória dos dois entrevistados, pois cada um informou um nome diferente do delegado.

13 Os serviços notariais são regulamentados pela Constituição Federal de 1988, que lhes designou como atividade pública delegada a terceiros. Segundo o notário Arione Stanislau dos Passos (2020), neto de Olendino José dos Passos, "Os serviços prestados pelos cartórios são de natureza pública, mas exercidos por delegação a um particular (pessoa física), ou seja, os serviços que o Estado é obrigado por Lei a prestar, em algumas áreas são terceirizados. É o caso dos cartórios, transporte urbano/rodoviário de passageiros (ônibus), transporte particular de passageiros (Taxi), administração de rodovias". Dentro das atribuições do tabelião está a responsabilidade pela guarda e conservação dos documentos, o recebimento e registro em livro especial à vontade declarada das partes, averiguar a identidade da declaração e anotar os elementos essenciais, entretanto não lhe cabe a competência de verificar a veracidade ou não da declaração.

14 No período imperial cabia à Igreja, aliada do Estado, o Registro de Pessoas Naturais, como nascimento, casamento, legitimação de filhos e outros.

15 O Decreto nº 1.144/1861 exigia regulamentação para a implantação dos registros civis para os não católicos, porém apenas dois anos depois é que foi publicado um decreto regulando essas inscrições, o Decreto 3.069, de 17 de abril de 1863. Essa normativa procurava regulamentar os atos realizados perante autoridades não católicas, não tendo chegado a implementar de fato um regime estatal de registros civis. Portanto, o Brasil passou a contar dois regimes de registro do estado civil, um paroquial voltado para os católicos e disciplinado pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1852 e o estatal destinado àqueles que professassem credo diferente da religião oficial (TIZIANI, 2016).

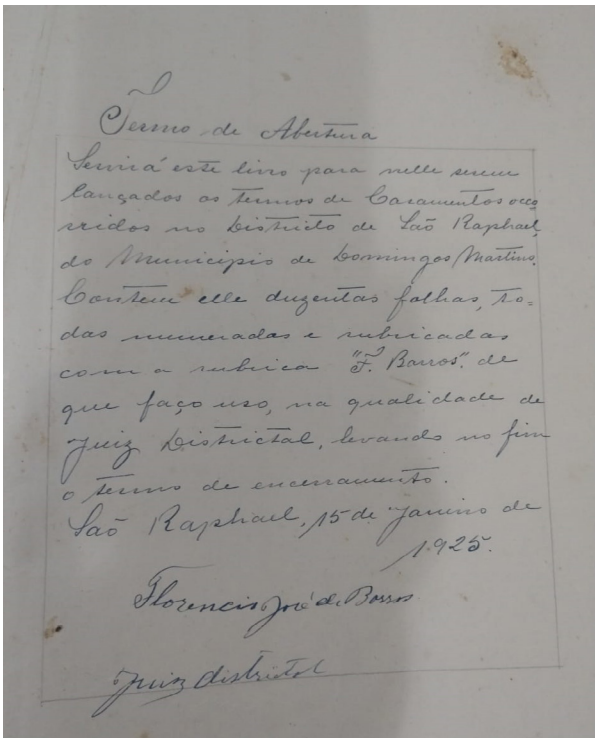
a importância adquirida pelos cartórios a partir desses eventos, temos indícios da influência do senhor Olendino no distrito de Aracê, uma comunidade popularmente marcada pela colonização italiana.

O cartório do senhor Olendino está funcionando até a presente data em novo endereço, mais ainda nas mãos de seus descendentes. Tivemos a sorte de encontrar o Termo de Abertura da instituição, assinado pelo então juiz distrital Florencio José de Barros, o que nos permitiu confirmar a data da abertura e a posse do Olendino enquanto seu fundador.

Na entrevista realizada com a senhora Darci Áurea da Penha Passos Grecco[16], nascida em 31 de março de 1951 e neta do senhor Olendino José dos Passos, por parte de pai, o senhor Nelson José dos Passos, ela alegou não ter muito conhecimento sobre a formação do cartório. Mas a sua lembrança do pai exercendo a função de subdelegado na comunidade, reforça o exercício de cargos importantes por parte de seus familiares na região.

Sem precisar datas, a senhora Darci Grecco lembrou das instalações do cartório próximo as terras hoje pertencentes ao Condomínio Cerro Azul, e de sua transferência para as terras da família Bassani logo após o casamento do seu tio Floriano Passos com a senhora Margarida Uliana Kiifer. Passados alguns anos, o senhor Floriano veio a óbito, tendo a sua tia Margarida assumido o cartório e permanecido ainda por alguns anos no local, e posteriormente o transferido para a vila de Pedra Azul, pertencente ao distrito em voga.

As informações fornecidas pela senhora Darci Passos Grecco foram corroboradas pela nossa segunda entrevistada que aqui trataremos por fonte B[17]. De acordo com a fonte B.,


Termo de Abertura

Servirá este livro para nelle serem lançados os Termos de Casamentos occorridos no Districto de São Raphael do Municipio de Domingos Martins. Contem elle duzentas folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica "F. Barros" de que faço uso, na qualidade de Juiz Districtal, levando no fim o Termo de encerramento.

São Raphael, 15 de Janeiro de 1925.

Florencio José de Barros

Juiz Districtal

Figura 1: Termo de Abertura do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Distrito de São Raphael, município de Domingos Martins. Fonte: Autor (2020)

> O primeiro cartório começou lá em São Rafael, Olendino José dos Passos começou lá. Ele era brasileiro, moreno, brasileiro mesmo, moreno bem fechado mesmo.
> [...] O Cartório começou em 1925. A família de Olendino Passos era do Rio de Janeiro.

Sobre a trajetória do cartório nossa fonte informou que conheceu seu proprietário muitos anos depois da abertura do estabelecimento, e lembrou que o cartório, quando foi transferido de São Rafael para a comunidade de Aracê, se instalou na Fazenda Santa Maria de propriedade do senhor Dido Fontes (Cerro Azul). Depois de alguns anos, foi transferido para a fazenda do senhor Gentil Módulo (Fazenda Bassani) e ali permaneceu entre os anos de 1963 e 1977, ano em que a entrevistada transferiu o cartório para a vila de Pedra Azul, inicialmente na parte alta.

16 A título de curiosidade e no reforço da influência do senhor Olendino, nossa entrevistada informou que foi o seu avô paterno que registrou a sua mãe, a senhora Olendina Zanon Passos, nome inclusive sugerido pelo próprio dono do cartório, já que naquela época, era um hábito comum alguns pais escolherem os nomes de seus filhos na hora do registro.

17 A entrevistada não teve o seu nome citado porque veio a falecer antes de assinar a autorização do uso de seu nome.

> [...] em 1975 seu Olendino faleceu. Em 1977 eu construí no alto, aqui em cima onde hoje é o Ângelo Cosmo, o Cartório. O dono desse loteamento doou o lote então construí ali com muita dificuldade, sozinha já, construí lá. Eu já estava viúva, com ajuda dos meus irmãos, meus pais. Além de eles me ajudarem, também me ajudou financeiramente para construir, porque eu não tinha condições. Então foi construindo o cartório lá no morro, ficou ali até 1986, aí eu vim para cá (FONTE B, 2017).

Quando questionada sobre a transferência do cartório para a vila de Pedra Azul, a entrevistada informou ter ganhado um terreno na localidade e alegou que

> [...] as pessoas estavam achando dificuldade de ir à fazenda Bassani, eles achavam que aqui seria melhor. O dono do loteamento tinha apenas fundado isso aqui, ele fazia questão que fosse aqui, porque ficaria mais centralizado, em 1977 ele já tinha lotes para vender. O loteamento pertencia a Laurindo Módulo. A terceira casa foi a nossa (FONTE B, 2017).

Questões sobre a cor do Olendino

Com total cuidado para não corremos os riscos de extrairmos conclusões forçadas de nossos entrevistados (THOMPSON, 2003-2004), procuramos dar especial atenção às amostras colhidas. Observamos, por exemplo, que embora o senhor Olendino fosse um nacional de cor, quando questionado se havia negros na localidade, o senhor João Bleidorn foi categórico em afirmar que não existiam.

> — Tinha preto por aqui? (BASSANI, 2020).
> — Ah! Tinha não (BLEIDORN, 2020).
> — É claro que tinha João (BASSANI, 2020).
> — Você sabe que não tinha? O velho Espício falou com seu pai que se aparecesse ele botava arsênico no feijão e matava eles lá em cima. E seu pai aqui em baixo... (BLEIDORN, 2020).

Quando questionado sobre a cor do Olendino, notamos um certo hesito em sua fala, nosso entrevistado teve dificuldades em assumir a existência de negros na comunidade. Mesmo ele não sendo um homem de pele clara, corrobora com o discurso de italianidade local, o que mostra a força das representações coletivas que faz o indivíduo tomar como suas as lembranças da coletividade (DADALTO, 2008).

> — Ele era branco, moreno, assim, não era negro não, ele era...uma cor assim... (BLEIDORN, 2020).
> — Meio mulato (BASSANI, 2020).
> — Mais claro (BLEIDORN, 2020).

Já na entrevista realizada com a neta do Olendino, quando questionada sobre a cor do senhor Olendino José dos Passos, a senhora Darci foi enfática em afirmar que ele era de cor. A mesma cor de seu pai o senhor Nelson José dos Passos, fato que pode ser comprovado pela foto abaixo.

> Ele era bem escuro, da sua cor assim, até um pouquinho mais escuro. Cabelinho ruim, mulato mesmo, ele era bem mulato (GRECCO, 2020).

Sepultamento de Olendino

Através dos relatos de nossa Fonte B sabemos que Olendino faleceu no ano de 1975, e embora não sabendo a localidade onde foi sepultado, o relato de Bleidorn deixou pistas de não ter sido na localidade de Aracê,

> — Pedreiras (BASSANI, 2020).
> — Não! Vitória (BLEIDORN, 2020).
> — O velho Olendino (BASSANI, 2020)
> — Ele morreu pra lá, foi enterrado lá. (BLEIDORN, 2020).

Relato de um descendente

Sobre a possibilidade encontrada por um nacional de cor para a fundação de um cartório no início do século XX em uma comunidade rural separada da região central de Vitória, o senhor Arione nos expôs que seu avô já era coletor de impostos[18], e observou que por ser uma rota de ligação entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais[19], a região de São Rafael se tornou uma importante vila, motivo pela qual foi escolhida para a instalação de um cartório. Lembrou também do precário conhecimento da língua portuguesa entre imigrantes europeus, bem como da escrita e da educação em geral.

Quanto à escolha do senhor Olendino para a prestação de serviços cartoriais na região, o senhor Arione nos relatou que

> Até o ano de 1988 a nomeação dos delegatórios para o serviço extrajudicial prestado pelos cartórios era feita por indicação política e nomeação pelo Governador do Estado. Por conta das limitações citadas acima, encontrar uma pessoa para exercer a atividade por aqui era uma tarefa difícil. A primeira pessoa designada para o cargo foi Olendino José dos Passos, em janeiro de 1925, que já exercia o múnus público de cobrador de Impostos. Sua nomeação foi feita pelo Juiz Distrital, já que o acesso de Juiz de Direito ou do Governo Estadual a região era inexistente (PASSOS, 2020).



Figura 2: senhor Olendino José dos Passos (à direita, de traje civil e bigode). Fonte: Autor (2020)

Em seus relatos o senhor Arione Passos falou sobre os nascimentos registrados no estabelecimento, nos informou que o primeiro registro lavrado data do dia 16 de janeiro de 1925, cuja registrada recebeu o nome de "Maria", filha de Procollo Grek. Este registro ilustra bem as confusões de idiomas vivenciados pelos primeiros imigrantes, tendo Arione Passos observado que

> [...] até os anos de 1970, a grande maioria dos registros eram feitos sob declaração verbal, o que produzia uma série de imprecisões com datas e nomes, notadamente os nomes de origem estrangeira, onde o registrador não conhecia a grafia alienígena (*sic*), nem tampouco os imigrantes conheciam a língua portuguesa, sem contar que nem sempre eram os familiares que faziam os registros de nascimen-

18 Em relação à função de cobrador de impostos no período não foi possível obter maiores informações, nesse sentido, a História Oral foi o único meio responsável pela preservação dos acontecimentos.

19 Estrada Imperial São Pedro de Alcântara (LEAL, 2009).

> to/óbito; grande parte das declarações eram feitas por vizinhos, amigos, parentes. O primeiro registro citado ilustra bem esta exposição: O nome correto do pai da registrada é Procolo Greco - esta informação está em registros mais recentes que foram retificados mediante a apresentação do registro originário da pessoa (PASSOS, 2020).

Em relação à história do cartório[20], Arione Passos (2020) relata que a instituição exerceu – dada, sobretudo, pela precariedade e isolamento da região no período de sua fundação - e ainda exerce um papel importante,

> [...] sendo como um centro de cidadania, pois, além de fazer os registros que servem de base para uma sociedade civil existir (registros de nascimentos, casamento/divórcio, óbitos, interdições, transações imobiliárias, autenticação de documentos, etc), acaba exercendo o papel que o Estado Brasileiro não consegue patrocinar a todos os seus Cidadãos, como orientação jurídica, solução de conflitos, encaminhamento de demandas, verificação de necessidades, indicação de irregularidades, aconselhamento psicológico, e mediação/conciliação, estes últimos que são feitos pelo Juiz Distrital ou Juiz de Paz, com o apoio do delegatário. Na verdade, essa realidade não é restrita à região, mas sim a todas as áreas distantes da nação, pois os serviços delegados aos cartórios são os que apresentam a maior capilaridade ante aos demais que deveriam atingir a toda a população.

Essas informações, somadas aos levantamentos feitos, dão indícios da importância que o antigo cartório pode ter exercido na comunidade, tendo ultrapassado o papel de simples guarda de documentos. Quanto à figura do senhor Olendino José dos Passos, ficou o legado de representatividade e importância de um nacional de cor, que poucas décadas após o fim do regime servil, foi membro e participante ativo na igreja católica de Aracê, letrado, cobrador de impostos e minimamente com influência nos meios jurídicos administrativos do Espírito Santo.

Considerações finais

Por décadas o negro foi visto e tratado pela historiografia nacional sob a ótica da escravidão, tendo a sua trajetória restrita ao período do cativeiro, desconsiderada suas estratégias de resistência e sobrevivência.

Os caminhos e descaminhos dos ex-escravos e seus descendentes após a abolição da escravatura, por muito tempo ficou relegada a estudos sociológicos e antropológicos, que por vezes davam ênfase aos aspectos econômicos e políticos, realidade alterada a partir das décadas de 1970 e 1980, quando o negro passou a ser agente ativo de sua própria história, estudados a partir das redes de sociabilidade, arranjos parentais, de compadrio e busca pela diversificação das fontes de renda e de trabalho.

Encontramos um Termo de Abertura do cartório fundado por Olendino José dos Passos em 1925 e uma foto onde é possível comprovar a sua origem negra, documentos que reunidos aos levantamentos orais, mostram não apenas a fundação de um cartório por um negro no início do século XX, mas também a sua atuação na comunidade. Esse estudo pode contribuir com a historiografia capixaba para que sua memória não se perca no tempo como a de tantos outros nacionais de cor.

Nos relatos colhidos descobrimos o quanto Olendino se mostrou politicamente articulado ao conseguir se tornar cobrador de impostos. Vimos que antes mesmo da fundação do cartório ele já estava integrado na comunidade, ao contribuir com suas

20 Entre 1925 e 1960 Olindino José dos Passos respondeu pela serventia, sendo sucedido por Floriano Placidino dos Passos entre 1960 e 1975. Entre 1975 e 1995 Margarida Uliana Kiifer titulou a serventia, e a partir daí os serviços está sob a responsabilidade de Arione Stanislau dos Passos, nomeado nos termos da Lei Federal 8.935/94, e que subscreve o presente relato (PASSOS, 2020).

habilidades de escrita para a organização dos sócios que fundaram a primeira igreja católica na região. Constatamos que mesmo após a fundação do cartório, ele se tornou figura presente e importante na comunidade, seu legado, assim como a instituição, permanece na família até hoje. Dessa forma, acreditamos que esse Artigo contribui para elucidar um pouco do caminho tomado pelos descendentes de escravos nos primeiros anos do século XX.

Referências bibliográficas

ALBERTI, V. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2004.

BATISTA, M. R. **Ocupação do distrito de Aracê:** Domingos Martins (1888-1920). Dissertação (História) Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, Vitória, 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. PETRUCCELLI, J. L; SABOIA, A. L. (Org.). **Características étnico-raciais da população:** classificações e identidades. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf . Acesso em: 7 de jul de 2020.

CAMPOS, A.; MERLO, P. M. S. **Sob as bênçãos da Igreja:** o casamento de escravos na legislação brasileira. Topoi: Revista de História, v.6, n.11, jul-dez. 2005, pp. 327-361. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/topoi/v6n11/2237-101X-topoi-6-11-00327.pdf . Acesso em: 4 de mar. de 2020.

DADALTO, M. C. **O discurso da italianidade no ES:** realidade ou mito construído? Revista Pensamento Plural. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas [03]: 147 – 166, julho/dezembro 2008. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3746/3034 Acesso em: 5 de jul. de 2020.

LEAL, J. E. F. **A Rota Imperial da Estrada Real:** a Estrada São Pedro de Alcântara. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009.

MEIHY, J. C. S. B. **História Oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2017.

MERLO, P. M. S. **O nó e o ninho:** estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. Tese (História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

PESAVENTO, S. J. **De escravo a liberto:** um difícil caminho. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro - IEL, 1988.

RIBEIRO, G. L. **Enlaces e desenlaces:** família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo 1790-1871. Dissertação (História) Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, Vitória, 2012.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, A. M.; MATTOS, H. M. **O pós-abolição como problema histórico:** balanços e perspectivas. TOPOI, v.5, n.8, jan-jun 2004, p.170-198. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2004000100170. Acesso em: 3 de abr. de 2020.

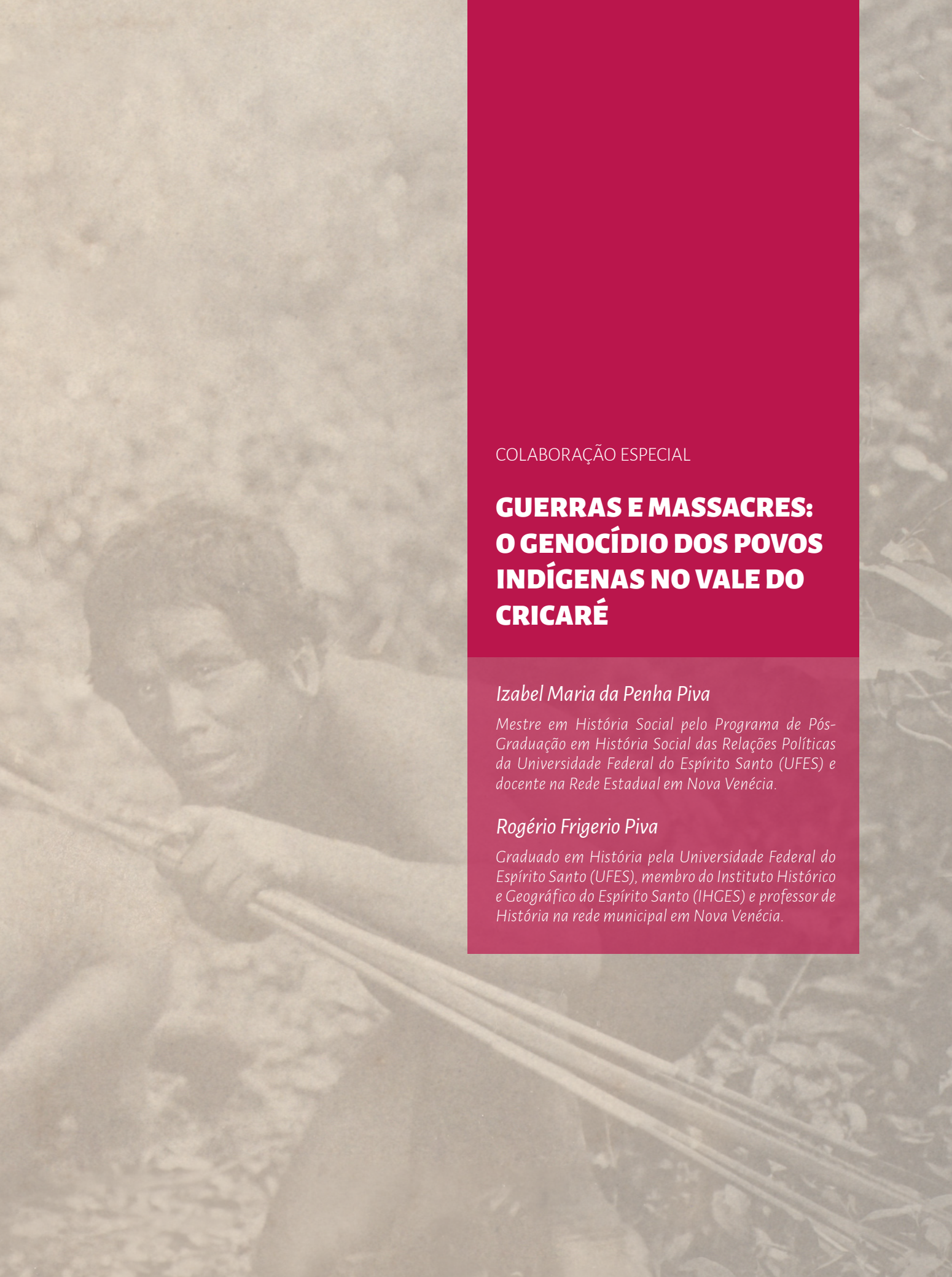
SOUZA, E. G. **ITR:** uma Legislação Eficiente e uma Arrecadação Incongruente. Secretaria da Receita Federal – 30 Prêmio Schöntag – 2004. Disponível em:http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/premios/schontag/2004/terceirolugar.pdf. Acesso em: 15 de mar. de 2020.

TIZIANI, M. G. **Uma breve história do Registro Civil contemporâneo.** Portal do Registro de Imóveis, 2016. Disponível em: https://www.portaldori.com.br/2016/10/11/artigo-uma-breve-historia-do-registro-civil-contemporaneo-por-marcelo-goncalves-tiziani/. Acesso em: 7 de mar. de 2020.

THOMPSON, P. R. **Historia, pasado y memoria reciente:** historia oral y contemporaneidad. Facultad de Humanidades y Artes. Universidad Nacional de Rosario. Anuario n.20, ano 2003/2004. Disponível em: http://www.fhuc.unl.edu.ar/olimphistoria/paginas/manual_2009/docentes/modulo3/e-Historia,%20memoria%20y%20pasado%20reciente.pdf. Acesso em: 31 de jun. de 2020.







COLABORAÇÃO ESPECIAL

GUERRAS E MASSACRES: O GENOCÍDIO DOS POVOS INDÍGENAS NO VALE DO CRICARÉ

Izabel Maria da Penha Piva

Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e docente na Rede Estadual em Nova Venécia.

Rogério Frigerio Piva

Graduado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) e professor de História na rede municipal em Nova Venécia.



Índios Botocudos do Rio Doce. Indígena segurando um arco acompanhado de outros dois que observam. Foto: Walter Garbe, 1909. Acervo: APEES

Povos originários: os primeiros habitantes do norte do Espírito Santo

O território do atual estado do Espírito Santo possui vestígios de ocupação humana que foram datados de pelo menos sete milênios atrás. Sendo a Arqueologia responsável por desvendar os mistérios que envolvem a vida dos povos originários nestas terras, é um consenso de que aqui viveram grupos humanos que pertenciam a dois troncos linguísticos: o Tupi-Guarani e o Macro-Gê.

Dentro da população destes troncos linguísticos é possível reconhecer quatro grupos que circularam no estado; os Tupi-Guarani, os Puri-Coroado, os Maxacali, Pataxó e Malali e os Gê ou Borum (denominados primitivamente de Aimorés e depois de botocudos em referência aos adornos que usavam nas orelhas e nos lábios).

Aqui no norte do Espírito Santo, há aproximadamente 6.500 anos antes do tempo presente, a faixa litorânea e algumas das bacias hidrográficas já eram povoadas. Entre 2.500 e 1.500 anos atrás se registram os primeiros indícios de agricultura e cerâmica nos povos primitivos que viviam em nosso litoral. A tradição ceramista encontrada próxima à foz do Rio Cricaré faz referência aos povos Tupi-Guarani, que com o advento do colonizador europeu há mais de 500 anos, sofreu um intenso processo de aculturação e se miscigenou. Hoje, alguns de seus descendentes ainda resistem mantendo suas origens no município de Aracruz.

Outro grupo indígena com presença marcante em nossa região, a partir do século XVIII, e que resistiu até as primeiras do século passado, à colonização deste território, foi o dos Gê ou Borum, que eram denominados de botocudos ou aimorés.

Ainda podemos citar os Maxacali, os Pataxó e os Malali, que viviam nas regiões próximas ao Cricaré. Já no sul do estado estavam presentes os Puri-Coroado. Mas, e nas terras que originaram o atual município de Nova Venécia, que povos indígenas viviam?

Os indígenas no "sertão" do Cricaré

Registros arqueológicos indicam que o território do município de Nova Venécia, localizado ao centro da região norte do Espírito Santo, já era habitado há mais de 500 anos antes do presente. Recentes (e ainda inéditas) descobertas de sítios arqueológicos nessa região futuramente poderão levantar o véu sobre esse período de nossa História.

Contudo, sabemos que em 1911, o Inspetor do recém-criado Serviço de Proteção dos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) no Espírito Santo, Antônio Martins Viana Estigarríbia, esteve na região do atual município de Nova Venécia para implantar um posto de atração com o objetivo de "pacificar" os indígenas que, naquele momento, estavam em conflito com fazendeiros e colonos, nada diferente do que vemos hoje nos noticiários, com relação à região amazônica, mais de 100 anos depois.

Ele identificou grupos de caçadores-coletores nômades que ainda habitavam a região, destacando três: os **Giporok** que circulavam na região entre o braço sul (rio Cricaré) e o braço norte (rio do Norte ou Cotaxé) do rio São Mateus; os **Angrêtes** ou **Coroados** que habitavam a região ao sul do braço sul (rio Cricaré), o que abrangia a região da atual APA da Pedra do Elefante, e o terceiro (infelizmente, naquele momento já dado como extinto), os **Pip-Nuk** que, segundo informava, foram aldeados na região que hoje leva seu nome e posteriormente dizimados pelo grupo rival dos Giporok.

O Inspetor Estigarríbia ainda acrescentou que Pip-Nuk[1] era o nome de seu chefe e que todos esses grupos pertenciam à nação dos **Aimorés**.

Aproximadamente 45 anos antes de Estigarríbia fazer estes apontamentos, o geólogo Charles Frederick Hartt visitou a região do Rio São Mateus e nos deixou importante documento etnográfico onde descreveu os aimorés ou botocudos como de cor morena clara, que se pintavam com tintas feitas com urucum e jenipapo e não praticavam a agricultura como outros povos. Além dos botoques, usavam em seus corpos colares feitos de sementes e dentes de animais.

As armas mais utilizadas por esse grupo indígena eram o arco e a flecha, e seus chefes eram guerreiros escolhidos por sua força e valentia, sendo que o nome desse indivíduo era dado ao grupo, caso dos Pip-Nuk.

Faziam seus ranchos na floresta com folhas de palmeiras, instalavam fogueiras ao centro e utilizavam cuias e cabaças para preparar alimentos. Sua alimentação era constituída de sementes, frutos e raízes. Com a chegada dos colonizadores também se alimentavam de milho, bananas e mandiocas, que pegavam nas fazendas. Em relação à carne, preferiam macacos, como também onças, tamanduás, jacarés, lagartos e até jiboias, além de aves como mutuns e jacupembas e seus ovos. Ainda por meio de flechas ou raízes, atordoavam os peixes, facilitando a pesca.

Os botocudos adotavam a monogamia como constituição familiar, no entanto as mulheres eram subjugadas aos seus companheiros e responsáveis pelas crianças. Quanto à religiosidade, acreditavam em espíritos bons e um maligno, que Hartt traduz da língua borum como "Janchon", que era muito temido por todos, a ponto de enterrarem seus mortos sob uma fogueira para que esse espírito não os levassem.

A riquíssima cultura desses povos se perdeu

1 Segundo uma tradição oral da região, "Pip-Nuk" também fazia referência ao último "capitão" = líder guerreiro, chefe do grupo. Um "Vocabulário" publicado na Revista do IHGES nº 07 do ano de 1934, entre as páginas 43 e 47, apresenta o significado de Pip-Nuk (também grafado como Pipnuc, Pip-nuck ou Pipenuque) que não seria uma palavra, mas uma expressão na língua borum significando "eu não vi" ou simplesmente "não ver". A mesma tradição oral afirmava que esse guerreiro seria tão ágil em suas investidas que dificilmente era visto por seus adversários antes do combate. A oeste de Nova Venécia abrangendo também o atual município de Vila Pavão, um conjunto de formações graníticas (montanhas ilhas) foi denominado na cartografia do início do século XX como "Serra do Pipinuque". Pelo que nos foi possível avaliar, o uso toponímico da expressão borum "Pip-Nuk" só existe em Nova Venécia no norte do Espírito Santo, identificando atualmente, um trecho do vale do Rio Cricaré logo acima da cidade e se destacando como uma das principais heranças dos povos originários nas atuais terras venecianas.

com o genocídio e etnocídio praticado contra eles em nossa região. Atualmente identificamos raras reminiscências dos povos originários em nosso processo cultural. Alguns hábitos alimentares, a prática do banho diário, a toponímica regional e outras permanências nos indicam que temos muito a descobrir sobre as raízes indígenas em nós.

A conquista: genocídios e escravização

A chegada de Vasco Fernandes Coutinho, o primeiro donatário da Capitania do Espírito Santo, em 1535, marcou o início da conquista e colonização do atual estado e representou um apocalipse para os povos indígenas que aqui viviam. Estes perderam seu território, sua cultura, foram massacrados, torturados, mortos e, principalmente, esquecidos no processo complexo que é a formação do povo brasileiro. No norte da antiga capitania, o mais documentado conflito ocorrido no século XVI, foi travado próximo à foz do Rio Cricaré, no início do ano de 1558, entre portugueses e os tupi.

1558: a batalha do Cricaré

No início da segunda metade do século XVI, com o avanço da conquista e colonização pelo litoral, as águas do nosso manso Cricaré (Kiri-kerê na língua tupi) tornaram-se rubras com o sangue daqueles que resistiam à escravidão e invasão de seus territórios. Tudo teve início com o agravamento do conflito com os indígenas dos arredores da Vila de Nossa Senhora da Vitória (atual Vitória) onde o donatário Vasco Coutinho, temendo ser derrotado, solicitou auxílio ao Governo Geral, na cidade de São Salvador (Bahia) a primeira capital do Brasil.

Recém-chegado, Mem de Sá, assumindo como 3º Governador-Geral do Brasil, enviou seu filho, Fernão de Sá, no comando de seis embarcações e de aproximadamente 200 homens. Este, no entanto, com o objetivo de obter escravos tupis resolveu atacar três aldeias fortificadas (mareriques - fortalezas) construídas na região do rio Cricaré, retardando sua ida para Vitória. Os índios defenderam-se, porém foram derrotados nas duas primeiras, e seriam na terceira, se Fernão de Sá, estranhamente esquecido por seus companheiros e sem pólvora, não fosse flechado por eles, morrendo com mais cinco que ficaram ao seu lado na margem do rio. Dalí, a esquadra agora sob o comando de Diogo de Morim, seguiu para Vitória onde a situação já estava controlada e depois para São Vicente (no litoral de São Paulo), onde venderam como escravos, os indígenas aprisionados.

Mem de Sá, relatando o conflito para coroa portuguesa afirmava que haviam "*mortos tantos e tam principaes*" que não se levantariam por muito tempo, o que nos dá a dimensão do genocídio ocorrido naquele momento. Hoje a denominada "Batalha do Cricaré" figura entre os primeiros conflitos entre os povos originários e os portugueses em terras brasileiras e deixa claro o motivo dessas guerras: conquista territorial e a escravização dos indígenas.

1808: a guerra contra os Botocudos

Nos séculos seguintes, não somente a guerra, mas também doenças e a ação dos jesuítas com suas reduções, em especial o Aldeamento de Reis Magos (atual Nova Almeida), irão apagando a presença tupi no litoral do norte capixaba a ponto de se acreditar, em meados do século XIX, que os indígenas envolvidos no conflito de 1558 eram os aimorés. Estes, porém desde fins daquele século, se movimentavam da região que hoje é o sul da Bahia em direção ao norte do Espírito Santo e leste de Minas Gerais chegando ao litoral e até os arredores de Vitória, depois se consolidando nos vales dos rios Doce, Cricaré e Mucuri, onde disputavam espaço com Maxacali e Pataxó e resistiram bravamente até o século XX à invasão e conquista de seu território. Apesar dos Aimorés terem permanecido com essa denominação até a atualida-



Índios Botocudos do Rio Doce utilizando técnica milenar para fazer fogo. Foto: Walter Garbe, 1909. Acervo: Biblioteca Nacional (Brasil).

de na região do Vale do Cricaré, foi no século XVIII que outra denominação genérica e até pejorativa começava a se difundir: botocudos! Além dela, os termos "tapuia" ou "bugre" também foram muito utilizados por aqui.

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, o príncipe regente, objetivando a colonização do território indígena decreta "Guerra Justa" aos Botocudos. E os conflitos, que já eram comuns, se intensificaram a partir dessa época. José Marcelino P. de Vasconcellos, sem nos dar muitos detalhes, registrou que, em 1832, uma invasão dos Botocudos à então "Villa de São Matheus" destruiu lavouras e deixou pelo menos 140 indígenas mortos, infelizmente o autor não esclarece os motivos, mas não é difícil imaginar. Quase três séculos depois, o genocídio indígena continuava, agora não mais com os tupis, mas com os macro-gês (botocudo/borum).

Nessa época a escravização do indígena já havia sido substituída pela dos africanos e seus descendentes, porém, como denunciou Teófilo Otoni em 1858, o rapto das crianças (kurukas na língua borum), em especial meninas que eram abusadas sexualmente, era, na maioria das vezes, a causa dos ataques daqueles que queriam somente recuperar os filhos. Mercenários eram então contratados por fazendeiros para "*matar uma aldeia*" (gíria da época) onde, atacando de surpresa, assassinavam com crueldade os adultos e levavam as crianças que seriam criadas nas fazendas, sendo disfarçadamente entregues à servidão longe de seu povo.

Entre 1847-1848 foi assassinado traiçoeiramente, no sertão de Itaúnas, o cacique Jiporok, com o qual Otoni havia firmado amizade há menos de um ano, ele e mais 14 de sua tribo foram mortos por um "*cristão chamado Salles*". Este guerreiro provavelmente deu origem ao grupo que foi contatado em 1911 pelo Serviço de Proteção ao Indígena em Nova Venécia. Otoni ainda registrava que na Comarca de São Mateus, por volta da década de 1850, um militar comandante do destacamento, já de idade avançada e pessoa muito estimada, que por respeito à família não

revelou a identidade, após atacar indígenas no sertão, "*trouxe para São Mateus o asqueroso despojo de 300 orelhas, que mandou amputar aos selvagens assassinados*".

Conflitos na região de Nova Venécia

Apesar de algumas tensões, o início da colonização de Nova Venécia não registrou inicialmente massacres. Pelo menos não no início. Há referências de que o fazendeiro e major da Guarda Nacional, senhor Antônio Rodrigues da Cunha era fluente na língua borum e, enquanto viveu, manteve relações pacíficas com os indígenas do território que hoje compreende Nova Venécia. Porém, após a sua morte em 1893, as coisas começaram a mudar.

Quando, em 1911, o militar Antônio Estigarríbia, inspetor do recém-criado Serviço de Proteção ao Indígena e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) visitou a região que hoje é Nova Venécia, encontrou algumas situações de tensão entre os colonos italianos e cearenses e os Giporok na região do Pip-Nuk e entre os fazendeiros e os Angrêtes no sul da hoje APA da Pedra do Elefante, onde descreve em seu relatório publicado em 1912 da seguinte forma: "*O que muito se teme, e que se deu por duas vezes, ha 12 e ha 6 annos, é a sahida dos coroados (angrêtes). Estes índios estão, em guerra e tem razão para isso. Não só com os colonos, como principalmente com o engenheiro Antônio dos Santos Neves, proprietário da Fazenda da Neblina, tiveram luctas em que perderam alguns dos seus. A lucta com esse engenheiro se deu a 12 annos* (1900)*; mais recentemente flecharam um seu parente. Felizmente ela ficou por aí*". Esse "parente" era o cunhado do Dr. Antônio Neves, Sr. Eleosippo Rodrigues da Cunha, figura política de grande influência, filho do major Antônio Rodrigues da Cunha.

Naquele mesmo ano de 1912, em um segundo relatório, ele descrevia que os Giporok aldeados no ano anterior no Posto Indígena dos Aimorés, na barra do rio Muniz Freire (entre Luzilândia e São Gonçalo), foram em parte "*dezimados pela molestia* súbita" que, ao que tudo indica, seria a varíola.

Séculos haviam se passado desde os primeiros conflitos, porém guerra e doenças ainda eram utilizadas para o extermínio destes povos. E isso, infelizmente, continua em pleno século XXI por esse nosso Brasil afora. Aqui o genocídio e o etnocídio foram tão intensos que se quisermos visitar alguma terra indígena e conhecer seu povo, ou vamos a Aracruz (ES) e visitamos remanescentes dos Tupinikim, ou vamos a Resplendor (MG) para encontrar os Krenak. Da presença de Tupinambás, Pip-Nuks, Giporoks e Angrêtes, dentre inúmeros outros povos, só restou a memória de nossos índios mortos, a quem dedicamos estas poucas linhas.

Referências

ESTIGARRÍBIA. Antônio M. V. **Trecho de um relatório apresentado pelo inspetor Antônio Estigarríbia, a directoria do Serviço de Proteção aos Índios, no ano de 1912, relativamente aos índios do Rio Doce**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Nº 7. Vitória: Vida Capichaba, 1934.

ESTIGARRÍBIA, Antônio M. V. **Serviço de protecção aos indios e localização de trabalhadores nacionaes**. In: O Diário. Ano VII, Nº 297, 31/10/1912, p. 1 e Nº 298, 01/11/1912, p. 1 e 2. Vitória: Oficcinas d'O Diário. – Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional (RJ).

HARTT, Charles F. **Geologia e Geografia Física do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

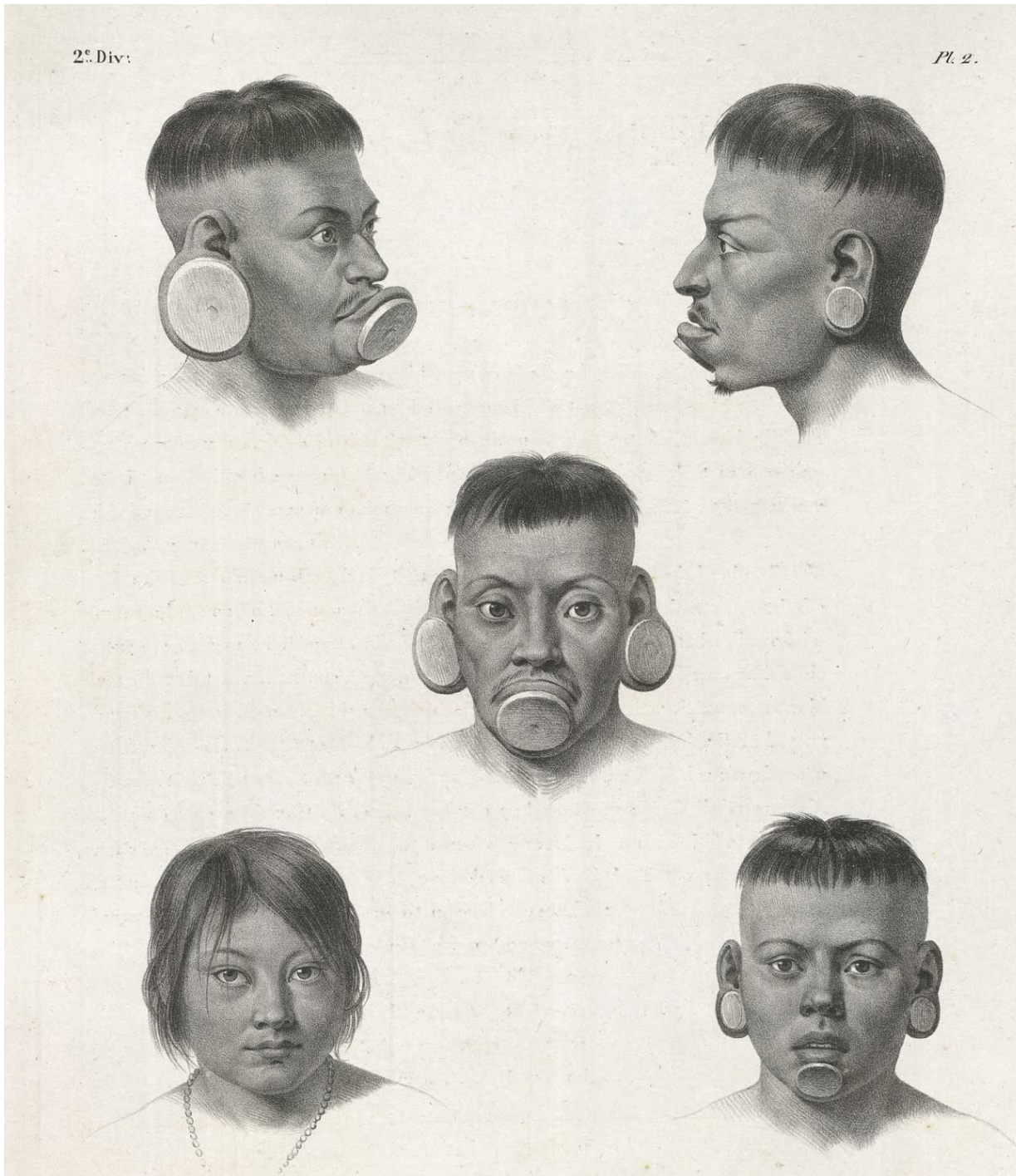
HASSE, Geraldo, KOGURE, Linda e ALJEUS, Abmir. Suplemento especial Documento Estado: nº I – **Os sete milênios dos antigos donos desta terra**. Jornal A Gazeta. Vitória, 1992.

OLIVEIRA, José T. de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª ed. Vitória: APEES/SECULT, 2008.

OTONI, Teófilo. **Notícia sobre os selvagens do Mucuri**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

PIVA, Izabel M. da P. e PIVA, Rogério F. À Sombra do Elefante: a Área de Proteção Ambiental da Pedra do Elefante com guardiã da História e Cultura de Nova Venécia (ES). Nova Venécia: Edição dos Autores, 2014.

VASCONCELLOS, José M. P. de. **Ensaio sobre a História e Estatística da Província do ES**. Victória: Typ. de P. A. D'Azeredo, 1858.


2e. Div:
Pl. 2.





RESENHA

DEMOGRAFIA, MESTIÇAGEM E TRAJETÓRIAS INDÍGENAS NA VILA DE NOVA ALMEIDA

Diovani Favoreto

Mestranda do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC-FGV. Socióloga e Arquivista. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Demografia, mestiçagem e trajetórias indígenas na vila de Nova Almeida

OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de. Demografia, mestiçagem e trajetórias indígenas na Vila de Nova Almeida. In: OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de. Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeias indígenas da província do Espírito Santo (1845-1889). 2020. 327 f. Tese (Doutorado em História - Programa de Pós-Graduação em História Rural, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020. p. 104-158.

Fiéis depositários dos saberes do tempo passado, os arquivos, públicos e privados, guardam infinitas informações e memórias dos diversos povos e sociedades, desde o surgimento dos primeiros pergaminhos. Considerados ambientes de pesquisa, aliados dos historiadores, os arquivos, museus e bibliotecas ganham cada vez mais espaço junto aos antropólogos e cientistas sociais.

Para exemplificarmos a possibilidade do trabalho etnográfico, realizado dentro de um arquivo, passemos então, à resenha crítica do Capítulo III intitulado "Demografia, mestiçagem e trajetórias indígenas na Vila de Nova Almeida". Texto, inserido na tese de doutoramento da pesquisadora Tatiana Gonçalves de Oliveira, defendida em 2020, sob o título "Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeias indígenas da província do Espírito Santo (1845-1889)". O objetivo proposto pela autora, de apontar a presença indígena nos livros de registros paroquiais e mapas estatísticos, logrou êxito, resultando em nova fonte antropológica sobre os povos indígenas.

Buscando esses objetivos, a autora utilizou, além de mapas estatísticos presentes no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, o acervo histórico composto por registros paroquiais (assentamentos de batismo, matrimônio e óbito) da Vila de Nova Almeida (antigo aldeamento jesuíta da então Capitania do Espírito Santo). Registros estes que, depositados no Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória, foram usados para mapear a presença e a paulatina invisibilidade dos grupos indígenas, durante a segunda metade do século XIX.

Para contextualizar o tema vale citar que a região da Freguesia de Reis Magos (atual bairro de Nova Almeida, município de Serra-ES) foi fundada pelos padres da Companhia de Jesus, durante o século XVI. Nova Almeida foi considerada como um dos principais redutos dos grupos indígenas, tanto no século XVII quanto nos séculos XVIII e XIX, tendo concentrado uma quantidade significativa de indivíduos tutelados pela coroa portuguesa e, posteriormente, pelo império brasileiro. Essa região apresenta vestígios arqueológicos com presença de grupos indígenas das etnias Tupinambá, Tupiniquim e Terminó, demonstrando grande diversidade étnica.

Tal era a importância da população indígena dessa região que, em 1760, foi doado aos índios da antiga missão de Reis Magos, uma vasta sesmaria de terra que se mantém, até os dias de hoje, ocupada por indivíduos das etnias Tupiniquim e Guarani. Terras demarcadas pela FUNAI (após anos de litígio tendo como palco o Supremo Tribunal Federal). Essa propriedade atravessou os séculos rodeada por conflitos de terras protagonizados entre indígenas e colonizadores gerando embargos, contestações, contendas e litígios. Exaltando o choque étnico, como frisa a autora:

> As relações entre etnicidade e conflitos agrários marcaram a política indigenista, especialmente a partir de 1850 com a promulgação da Lei de Terras. Nesse contexto o processo de esbulho das terras indígenas foi acelerado e associado a concomitante deslegitimação das comunidades étnicas (OLIVEIRA, 2020, p. 109).

A autora apresenta sua tese afirmando que tais confrontos se davam pelas sucessivas tentativas de deslegitimação dos indivíduos, ali residentes, enquanto descendentes diretos e herdeiros da tradição tupi-guarani. Ressalta a ideia de que os grupos indígenas do tronco linguístico tupi-guarani foram paulatinamente empurrados pela fronteira agrícola e desterritorializados pelo processo de ampliação dos domínios europeus. Desencadeando com isso, a redução da fronteira interétnica, que distinguia os

grupos de índios, de pardos e de brancos, transformando-os genericamente em caboclos, favorecendo o homem branco.

A descaracterização dos indivíduos pôde ser percebida a partir da análise de registros e assentamentos produzidos pelo Império do Brasil, na segunda metade do século XIX. Nesse caso os mapas estatísticos, produzidos pelos párocos locais, corroboravam a nova mentalidade "[...] classificando 'índios', 'negros' e 'mestiços' por graus de inferioridade em relação à população designada como 'branca'" (OLIVEIRA, 2020, p. 115). Transformando esses indivíduos em pessoas menos aptas à posse de propriedades e sem voz ativa no âmbito da administração pública.

É sabido que os registros paroquiais, assim como os mapas estatísticos elaborados pelos párocos locais, foram amplamente usados pela administração pública para embasar os dados censitários brasileiros. A partir dessas 'bases de dados', os governos centrais detinham o controle, não apenas dos quantitativos populacionais, como também das informações oficiais referentes às suas identidades étnicas. Nesse sentido, passava às mãos dos oficiais de registros censitários a classificação da população.

Ao acompanhar os mapas estatísticos enviados pelo pároco de Nova Almeida ao presidente da província do Espírito Santo, Oliveira percebeu a gradual invisibilidade imposta ao indígena, dada pelos religiosos, ao mudar a classificação empregada ao longo dos anos. E, embasando essa argumentação, no primeiro mapa listado no Capítulo III da tese, a autora aponta a disparidade. Isso porque, em 1846, o vigário classificava como pardo ou preto apenas os indivíduos agrupados junto ao grupo de libertos e escravos. Estabelecendo assim, uma correlação entre cor e cativeiro, classificando brancos e índios como livres.

Já nos mapas e registros subsequentes, a autora destaca a inserção do termo 'de cor' que unifica o liberto ao grupo indígena. Isso porque "era preciso refundar as hierarquias, já que a liberdade não era mais um privilégio 'branco'" (OLIVEIRA, 2020, p. 124). Nesse contexto de reclassificação, o grupo étnico indígena resumido à categoria 'de cor' passava a ser rotulado em uma paleta de cores mais próxima aos africanos libertos e seus descendentes, distanciando categoricamente do branco europeu. A partir de então, o mapa estatístico que possuía três classificações – livre, liberto ou escravo - passa agora a ter duas disposições apenas – livre ou escravo.

O novo conceito pode ser observado também quando, analisados individualmente, os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito. Onde, reclassificaram os filhos de pessoas declaradamente indígenas como pardos ou 'de cor'. Abolindo assim, os parâmetros usados pelos párocos anteriores, como frisa a autora:

> Por "livre de cor" eram classificados uma população formada principalmente por egressos da escravidão, libertos e alforriados. Também entravam nessa categoria os índios e indivíduos frutos de uniões mistas, como "mamelucos", "mestiços", "caribocas", "cabras", "pardos", etc. (OLIVEIRA, 2020, p. 119).

Aliás, os registros paroquiais tornaram-se importantes para o estudo demográfico das populações porque traziam, desde o Concílio de Trento (1545-1563), a obrigatoriedade de registrar, em livro especialmente aberto para esse fim, os sacramentos de batismo, de matrimônio e de óbito, contendo o nome dos indivíduos que receberam o sacramento. Nesses registros deveriam constar, também, a data de realização do assento, o nome dos pais, acrescido do nome dos padrinhos e/ou testemunhas, além da paróquia em que foi realizado tal assentamento.

Outros campos de preenchimento se tornaram fundamentais para a construção da tese de doutoramento da autora como, por exemplo, a presença da classificação étnica (branco, negro, índio etc.) e da condição jurídica do indivíduo (livre, forro, escravo). A partir dessas informações, puderam ser elaboradas as bases de dados que alimentaram toda a análise construída, interligando os indivíduos com seus parentes consanguíneos, ou afins, subsidiando

a construção de suas árvores genealógicas. Além das relações familiares, foi possível visualizar as inter-relações, desenvolvidas entre os membros da comunidade de Nova Almeida, em suas diferentes etnias. Enfim, explicitando as uniões endogâmicas e/ou isogâmicas entre os indivíduos, seus pares e seus descendentes.

Durante o cruzamento dessas informações a autora destaca a limitação das fontes documentais, que traziam alguns campos de preenchimento ausentes ou incompletos de conteúdo. No caso dos assentamentos de batismos, do universo de 1.403 registros analisados, um total de 541 (38,5%) não possuíam etnia ou condição jurídica. Fato que pôde ser contornado com as informações resgatadas do cruzamento de dados registrados nos assentos de outros filhos dos mesmos pais.

Outra questão amplamente estudada por Tatiana Oliveira, e outros autores que usam os registros paroquiais como fonte, diz respeito às dispensas matrimoniais de parentescos, resultantes das proibições de uniões consanguíneas. No caso da Paróquia de Reis Magos, o casamento entre primos fazia parte do cotidiano da comunidade, em uma tentativa de limitar a inserção de 'forasteiros' à comunidade. Segundo a autora, o bispo visitador Pedro Maria de Lacerda registrou a negligência do pároco em seguir as proclamas legais, sem exigir a tramitação de um pedido de dispensa de consanguinidade aos moradores da Vila de Nova Almeida.

Como foi citado anteriormente, as classificações étnicas pertenciam a um cenário de disputa social e política. Uma ação constantemente empregada para alavancar o status social era a escolha dos padrinhos de batismo e de casamento. Essa ação ia muito além da designação do tutor da criança batizada, ou da escolha de testemunha na união dos nubentes, e se enveredavam pelos entrelaçamentos sociais pré-existentes e a ascensão de novos atores na hierarquia social. Demonstrando que as relações de compadrio explicitavam e fortaleciam as disputas sociais da Vila.

Contrapondo toda essa disputa étnica, que permeia os registros paroquiais, a autora conclui sua análise ao apresentar um segundo olhar sobre as relações sociais entre os indivíduos da Vila de Nova Almeida. Ao descrever as manifestações em devoção à São Benedito, refuta a submissão, imposta pela Igreja, e destaca o pequeno recuo que a cultura europeia sofreu frente à pujança das manifestações culturais, herdadas pelos indígenas através de seus ancestrais. Apontando a resistência autóctone à imposição cultural europeia.

A partir da investigação dos festejos devotados ao santo português, Tatiana Oliveira apresenta o processo de tradução cultural ao qual os indígenas foram submetidos, quando incluíram em suas tradições um novo deus e uma nova regra social. Ao mesmo tempo, a autora descreve elementos que caracterizam o sincretismo religioso. Nessa simbiose a cultura europeia, indígena e africana se entrelaçam, no culto ao santo. Então, Oliveira aponta o recuo e a transculturalidade sofrida pelos ritos de devoção católica, com a absorção de algumas características das culturas ancestrais.



Referências das Imagens

Capa: Mulher e criança indígenas; denominadas como pertencentes ao povo Aimoré, também conhecido como Botocudo. 0071824cxretratos-1-04t.jpg. Marc Ferrez/Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles – 1876. Disponível em: https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/63826.

Americae pars Meridionalis. Jansson, Jan, 1588-1664. Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530874/cart530874.jpg.

Página 3: Comissão Científica de Exploração do Ceará. Secção Etnográfica. [Utensílios, ornamentos, armas e outros artefatos indígenas]. p. [gravura 40]. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon309821/icon309821_040.htm.

Páginas 6 e 7: Debret, Jean-Baptiste (desenhista), 1768-1848. Voyage pittoresque et historique au Brésil. Tome premier. p. 27. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393052/icon393052_059.html.

Página 11: Acervo Funai. Reprodução – Instagram: https://www.instagram.com/p/ClBmD2KrDzS/.

Páginas 12 e 13: Americae pars Meridionalis. Jansson, Jan, 1588-1664. Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530874/cart530874.jpg.

Página 17: Dona Zulmira. Tupinikim. 2012. Fotografia de Caio Perim.

Páginas 18 e 19: FIG. 3. "Population diversification patterns reflect the geographic distribution". Artigo: Population Histories and Genomic Diversity of South American Natives. Marcos Araujo Castro e Silva, Tiago Ferraz, Cainã M. Couto-Silva, Renan B. Lemes, Kelly Nunes, David Comas, Tábita Hünemeier [detalhe].

Páginas 24 e 25: Coleção Botocudos do Rio Doce, 1909, Walter Garbe. Acervo APEES.

Página 37: Denis, Ferdinand, 1798-1890. Desenhos a grafite copiados das clássicas obras dos viajantes e que serviram para ilustrar a obra "Bresil par Ferdinand Denis. Colombie et Guyanes par M.C. Famin. p. [desenho 20]. Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon96649/icon96649_22.jpg.

Páginas 38 e 39: HOMEM, Lopo; REINEL, Jorge. [Atlas náutico do Mundo, ou Atlas Miller]. 1519. 2 cartas, frente e verso: ms iluminado em pergaminho; 118 x 61 cm. Disponível em: https://historiacapixaba.com/documentos/tabula-hec-regionis-magni-brasilis-de-lopo-homem-pedro-reinel-e-jorge-reinel-1519/. Acesso em: 10/04/2023.

Página 55: Vasco Fernandes Coutinho - Fonte: Casa da Memória de Vila Velha. Reprodução: https://www.morrodomoreno.com.br/materias/ano-de-1535-por-basilio-daemon.html.

Páginas 56 e 57: (Utensílios dos índios). Indianische Geraethschaften. c.1828. Martius, Carl Friedrich Philipp von, 1794-1868 (atribuído a). 001sk00428.jpg. Coleção Martha e Erico Stickel. Instituto Moreira Salles. Disponível em: https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/4294983300.

Página 75: Comissão Científica de Exploração do Ceará. Secção Etnográfica. [Utensílios, ornamentos, armas e outros artefatos indígenas]. p. [gravura 48]. Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon309821/icon309821_048.jpg.

Páginas 76 e 77: Coleção Eutychio D'Oliver, Acervo IPHAN-ES, 1908.

Página 89: Ilustração do Porto de São Mateus feita por Carybé em 1953. Fonte: BRAGA, Rubem. Uma Viagem capixaba de Carybé e Rubem Braga. DEC: Rio de Janeiro, 1981.

Páginas 90 e 91: "Aspecto do rio Doce, quando recebe as águas do seu grande e belo afluente, o rio Pancas, em cujas margens prosperam notáveis aldeamentos dos índios 'Crenaks' localizados e fiscalizados pelo Governo Federal, que os protege, alimenta e veste". Obra de Propaganda Geral José Coelho (década de 1920). OPG 076. Acervo APEES.

Páginas 108, 109 e 125: Microfilme de "A Gazeta" na máquina de reprodução na sede do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Tiago de Matos Alves.

Páginas 126 e 127: Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. Viagem pitoresca através do Brasil. p. [gravura 60]. Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_134.html.

Página 143: Quadro de Ronaldo Moreira. Reprodução/Casa da Cultura de Anchieta.

Páginas 144 e 145: Acervo documental na sede do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Jória Motta Scolforo.

Página 163: Vista da cidade de Londrina. Vivian Honorato. Blog Londrina – Prefeitura de Londrina. Disponível em: https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=83738.

Páginas 164 e 165: O Estado do Espírito Santo no Governo Jones dos Santos Neves, 1958. p. 63. Acervo APEES.

Página 177: O Estado do Espírito Santo no Governo Jones dos Santos Neves, 1958. p. 62. Acervo APEES.

Páginas 178 e 179: Coleção Botocudos do Rio Doce, 1909, Walter Garbe. Acervo APEES.

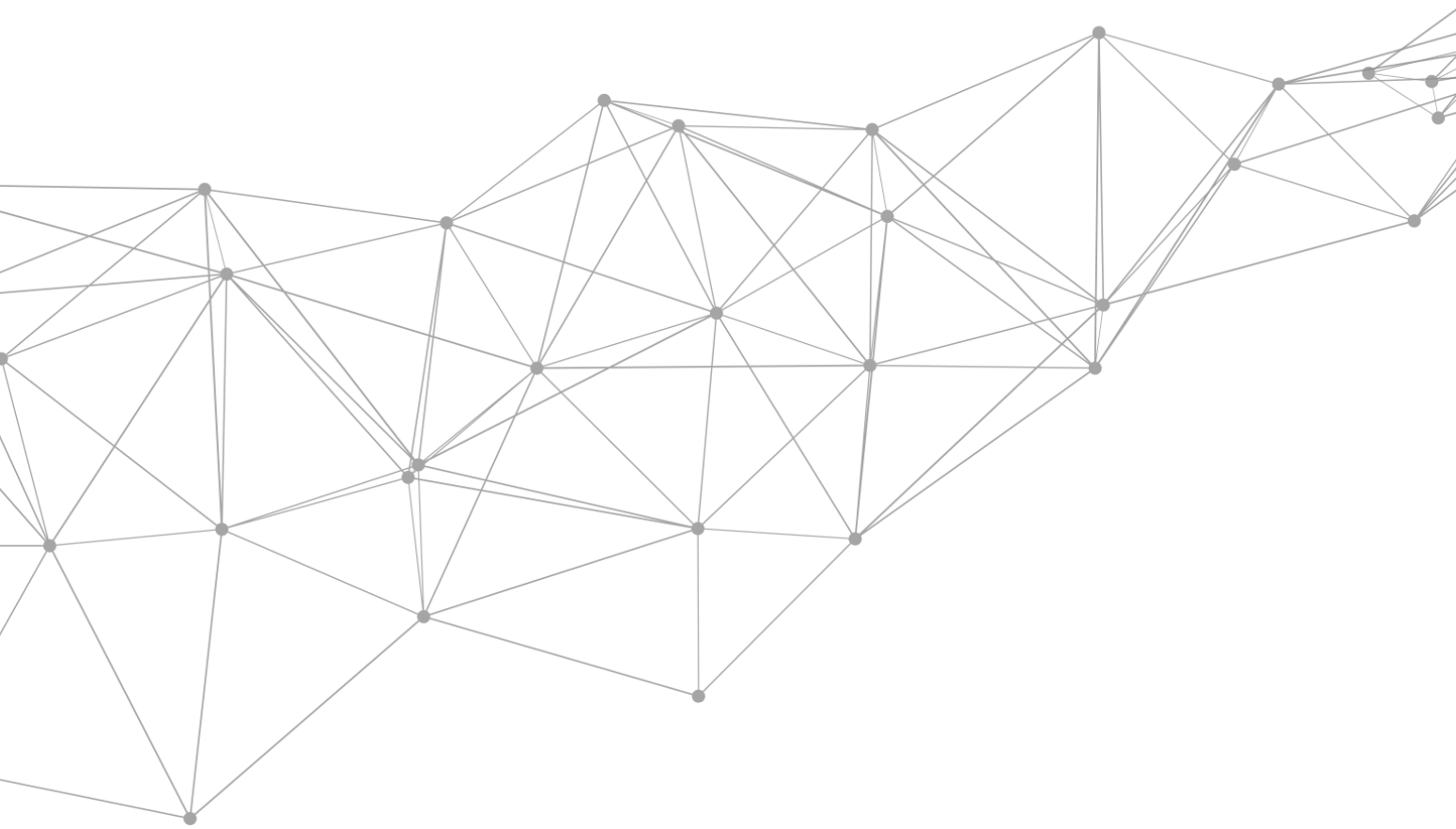
Página 185: Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. Viagem pitoresca através do Brasil. p. [gravura 32]. Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_078.html.

Páginas 186 e 187: Acervo Funai. Reprodução. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas.

Páginas 191: Igreja dos Reis Magos, Nova Almeida. Coleção Elcio Alvares. BR ES APEES EA.4.3.91. Acervo APEES.

Página 192: (Utensílios dos índios). Indianische Geraethschaften. c.1828. Martius, Carl Friedrich Philipp von, 1794-1868 (atribuído a). 001sk00428.jpg. Coleção Martha e Erico Stickel. Instituto Moreira Salles. Disponível em: https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/4294983300.

A RAPEES agradece a todas as pessoas e instituições que autorizaram, de modo gentil, a reprodução das imagens desta edição. Empenharam-se todos os esforços para reconhecer e contatar a fonte e o detentor dos direitos copyright de todas elas. Desculpamo-nos por quaisquer erros ou omissões involuntárias, que poderão ser retificados, por meio de errata, nas edições futuras desta revista.



PARCERIA

FAPES

UFES
Departamento de Arquivologia
CENTRO DE CIÊNCIAS
JURÍDICAS E ECONÔMICAS

L3THIS

REALIZAÇÃO

ARQUIVO PÚBLICO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura